UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA E REPRODUÇÃO SOCIAL DA CLASSE TRABALHADORA NA PERIFERIA DE SALVADOR/BA: o Pero Vaz e as formas e práticas derivadas da escravidão

JAMES AMORIM ARAÚJO

SÃO PAULO
2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA E REPRODUÇÃO SOCIAL DA CLASSE TRABALHADORA NA PERIFERIA DE SALVADOR/BA: o Pero Vaz e as formas e práticas derivadas da escravidão

JAMES AMORIM ARAÚJO

Versão corrigida da tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia.

ORIENTAÇÃO PROFA. DOUTORA AMÉLIA LUISA DAMIANI

SÃO PAULO
2010

Dedico a minha família e, em especial,
ao meu saudoso pai que um pouco antes
de perder sua memória, declarou seu
amor por mim.

AGRADECIMENTOS

Agradecer pela realização deste trabalho significa que o percurso está próximo de seu fim. É verdade, estou particularmente cansado, afinal tenho trabalhado incessantemente há muito tempo, mas também não nego o prazer de tê-lo acabado. Contudo, sei que não foi uma jornada solitária, porque tive comigo a colaboração e o apoio de muita gente, por isso quero manifestar minha gratidão.

Agradeço à Profa. Dra. Amélia Luisa Damiani pelo acolhimento que me foi dado. Dificilmente teria encontrado em outro orientador tanto respeito e incentivo para realizar uma pesquisa da maneira como eu a conduzi. Estendo também ao Laboratório de Geografia Urbana – LABUR, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, meus agradecimentos pelo profícuo ambiente de pesquisa e debates.

Agradeço à Universidade do Estado da Bahia e, em particular, ao Campus V que possibilitaram meu afastamento das aulas para realizar o curso de doutoramento. Incluo também o apoio institucional recebido da CAPES, através do Programa PICDT, ao me disponibilizar uma bolsa de estudo.

A lista de agradecimentos aos amigos e familiares é extensa (ainda bem!). Aos da Bahia quero manifestar meu sincero obrigado a Luciana Teixeira, Marco Martins, Marcos Gonçalves, Ana Rita Machado, Suzane Tosta, Marcelo do Ó, Wagner Coutinho (Joey), Stéfano Lima (Téo), Oswaldo Fernandes, Érico Nascimento, Cristóvão Brito, Ricardo Leal, Elisa Morinaka, Saulo Daniel, Tânia e Vânia Vasconcelos. Aos amigos de Pernambuco agradeço a Roberto de Souza e Carlos.

Em São Paulo, a lista também não é pequena. Primeiramente quero agradecer aos meus tios e primos, pois sei que mesmo nos vendo pouco, sempre fui incentivado por todos. Aos amigos agradeço pelo incentivo e apoio a Carlos Bonancêa, Eduardo Rocha Junior, Nara Policarpo, Kátia Luli, Alexandre Teixeira, Gill Sampaio, Rildo dos Santos, Ailton Ribeiro, Marcelo Viana, Renata Pires, Vanessa Carpentieri, Thiago

Nogueira, Daiana Deda, Renata Fogaça, Daniel Sanfelici, Márcio Rufino, Ricardo Baitz, Walter Rosa, Sinei Sales, Julio Santos, José Junior e Renata.

Quero finalmente agradecer aos moradores do Pero Vaz, inclusive assistentes sociais e lideranças de bairro que tornaram este trabalho possível. Além disso, gostaria de manifestar meu profundo respeito e admiração pelas pessoas comuns e anônimas, mas possuidoras de coragem de viver que as torna singulares.

RESUMO

Esta tese se propôs a pesquisar a reprodução social da classe trabalhadora na periferia da metrópole soteropolitana. O objetivo era compreender, no bojo do processo de modernização capitalista, o relacionamento entre as formas sociais de reprodução com as práticas da classe trabalhadora a partir de duas dimensões específicas: a do habitar e a do trabalho. Para tanto, buscamos dialogar com duas abordagens teóricas: a marxista de Henri Léfèbvre e a da resistência de Michel de Certeau. Este trabalho se compõe de cinco capítulos, além da introdução e considerações finais. No primeiro apresentamos nosso referencial teórico-metodológico. No segundo e terceiro capítulos são descritas as formas e práticas de reprodução da classe trabalhadora, respectivamente, nos níveis espaciais da cidade e do bairro. O quarto capítulo é o dedicado à análise formal do objeto. Enquanto no quinto a análise é de caráter dialético. Concluímos que parte significativa da reprodução da classe trabalhadora na periferia ocorre através de formas e práticas derivadas da escravidão, porque é uma condição necessária e contraditória da modernização capitalista típica em nossa formação social.

Palavras-chave: modernização. capitalismo típico. reprodução social. classe trabalhadora. periferia.

ABSTRACT

This thesis set out to investigate the social reproduction of working class in the outskirts of the city of Salvador. The goal was to understand in the middle of the process of capitalist modernization, the relationship between social forms of reproduction with the practices of the working class through two specific dimensions: that of dwelling and of the work. To do so, we tried to dialogue with two theoretical approaches: the Marxist of Henri Lefebvre and the resistance of Michel de Certeau. This work consists of five chapters, plus introduction and closing remarks. At first we present our theoretical method. In the second and third chapters the forms and practices of reproduction of the working class are describing, respectively, in the space levels of the city and neighborhood. The fourth chapter is devoted to formal analysis of the object. While in the fifth analysis is dialectical. We conclude that a significant proportion of the reproduction of the working class in the outskirts occurs through forms and practices derived from slavery because it is a necessary and contradictory condition of the typical capitalist modernization in our social formation.

Key words: modernization. typical capitalism. social reproduction. working class. outskirts.

LISTA DE TABELAS

1. Salvador: lançamentos de loteamentos populares – 1925-1943 104
2. Salvador: preço médio do metro quadrado em três localidades do Vetor 1 em US$ - 1970 – 2004 112
3. Salvador: preço médio do metro quadrado em três localidades do Vetor 2 em US$ - 1970 – 2004 113
4. Salvador: preço médio do metro quadrado em três localidades do Vetor 3 em US$ - 1970 – 2004 113
5. Salvador: preço médio do metro quadrado em três localidades do Vetor 4 em US$ - 1970 – 2004 113
6. Salvador: evolução do mercado de trabalho – 1950 – 2000 124
7. Classe de rendimentos nominais da PEA do Pero Vaz – 2000 156
8. Pero Vaz: condição de ocupação dos domicílios - 2000 – 2010 189
9. Pero Vaz: condição do trabalho – 2000 – 2010 190

LISTA DE QUADROS

1. Custo para aquisição de uma “casa popular padrão” no mercado imobiliário de Salvador – 1946 107
2. Síntese dos dados da amostra e estimação da proporção de domicílios 191

LISTA DE FIGURAS

1. Etapas de desenvolvimento da morfologia hierárquica estratificada brasileira 79
2. Evolução da morfologia hierárquica estratificada de Salvador..... 92
3. Mancha urbana de Salvador – 1850 93
4. Mancha urbana de Salvador – 1940 93
5. Mancha urbana de Salvador –1968..... 94
6. Mancha urbana de Salvador – 1998..... 94
7. Salvador: vetores de produção espacial e áreas consolidadas de “invasão” – 2008 99
8. Salvador: condição de ocupação do solo – 2008 101
9. Salvador: evolução do preço do solo urbano por vetor espacial – 1970 - 2004 114
10. A “Grande Liberdade” e de seus sub-bairros 129
11. Estrada da Liberdade, aspectos do comércio de rua 131
12. Salvador: localização das primeiras “invasões” – 1946 - 1951 140
13. Construção de uma casa de taipa no Pero Vaz 142
14. Pero Vaz atual 158
15. Perfis A-B e A-C do relevo da Liberdade/Pero Vaz 159
16. Etapas de ocupação/formação do Pero Vaz 161
17. Vias de circulação externa ao *bairro* do Pero Vaz 162
18. Sistema de circulação interno do Pero Vaz 165
19. Tipologias de comércio do Pero Vaz 167
20. Territórios do tráfico no Pero Vaz 174
21. Correlação entre os níveis do espaço e os momentos de descontinuidade 195
22. Correlação entre formas e práticas jurídicas de acesso ao solo urbano 198
23. Correlação entre formas e práticas urbanísticas 203
24. Correlação entre os níveis espaciais e renda domiciliar 215

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO...... 14

1 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO 23

1.1 A PRODUÇÃO ESPACIAL 23
1.2 A REPRODUÇÃO SOCIAL 36
1.2.1 As dimensões da reprodução social na pesquisa 40
1.2.2 Os níveis espaciais da reprodução social na pesquisa..... 45
1.2.3 As práticas de reprodução social 48
1.2.3.1 A classe trabalhadora e suas práticas de reprodução social 53
1.3 METODOLOGIA DA PESQUISA 56

2 A REPRODUÇÃO SOCIAL DA CLASSE TRABALHADORA AO NÍVEL ESTRUTURAL: O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA E A FORMAÇÃO DOS MERCADOS IMOBILIÁRIO E DE TRABALHO EM SALVADOR 61

2.1 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO BRASIL – DO REGIME DE ACUMULAÇÃO AGRÁRIO PARA O URBANO-INDUSTRIAL 63
2.2 SALVADOR: DE CIDADE PORTUÁRIA E COMERCIAL À METRÓPOLE REGIONAL 80
2.3 A REPRODUÇÃO SOCIAL CAPITALISTA TÍPICA EM SALVADOR: O MOVIMENTO DE IMPOSIÇÃO DOS MERCADOS IMOBILIÁRIO E DE TRABALHO FORMAL PARA A CLASSE TRABALHADORA 102
2.3.1 A constituição e atuação do mercado imobiliário 102
2.3.2 O desenvolvimento do mercado formal de trabalho..... 115
2.3.3 Síntese da evolução estrutural da reprodução da classe trabalhadora ... 123

3 A REPRODUÇÃO SOCIAL DA CLASSE TRABALHADORA AO NÍVEL DO BAIRRO 127

3.1 A “GRANDE LIBERDADE” E O PERO VAZ 127

3.2 A ORIGEM DO PERO VAZ 132
3.2.1 Os primeiros moradores e as condições de reprodução social 141
3.3 O PERO VAZ DA DÉCADA DE 2000 151
3.3.1 O Pero Vaz pelos dados do IBGE: demografia, infraestrutura, emprego e renda 151
3.3.2 O Pero Vaz através do trabalho de campo....... 157
3.3.3 A condição de reprodução social da classe trabalhadora pelos levantamento de dados (amostra) 175
3.3.3.1 Síntese dos dados e estimação do contingente de domicílios por níveis de rendimento 188

4 ANÁLISE FORMAL DA REPRODUÇÃO SOCIAL DA CLASSE TRABALHADORA: DA ESTRUTURA À CONJUNTURA 193

4.1 CORRELAÇÃO ENTRE O ESPAÇO DE CATÁSTROFE CAPITALISTA E A PRODUÇÃO DO PERO VAZ: RESSIGNIFICAÇÃO DA RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA..... 194
4.2 CORRELAÇÃO ENTRE AS FORMAS E AS PRÁTICAS DO HABITAR 198
4.2.1 As formas e práticas jurídicas do habitar 198
4.2.2 As formas urbanísticas e as práticas do habitar 202
4.3 CORRELAÇÃO ENTRE AS FORMAS E PRÁTICAS DO TRABALHO 206
4.4 A REPRODUÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA EM SEU CONJUNTO: O PROCESSO DE IMPOSIÇÃO DA FORMA CAPITALISTA TÍPICA E A SUBSUNÇÃO REAL 214

5 ANÁLISE DIALÉTICA DA REPRODUÇÃO SOCIAL: AS CONTRADIÇÕES DA ESTRUTURA REVELADAS PELA CONJUNTURA 218

5.1 REPRODUÇÃO SOCIAL E PRODUÇÃO ESPACIAL: AS CONTRADIÇÕES DOS PROCESSOS 218
5.2 O SENTIDO DA REPRODUÇÃO CAPITALISTA É O DA ACUMULAÇÃO 223
5.3 A PERIFERIA É UM ESPAÇO DIFERENCIAL? 227

CONSIDERAÇÕES FINAIS 234

REFERÊNCIAS 240
APÊNDICES 252

INTRODUÇÃO

As periferias das grandes cidades brasileiras são um imenso laboratório social. Nelas, as manifestações da vida ganham contornos que marcam diferenças profundas com as formas sociais consideradas referenciais à reprodução da vida.

No caso da periferia de Salvador, os exemplos de práticas de reprodução realizadas através de formas sociais subjacentes não faltam. Mesmo a cidade tendo passado pelo mesmo processo de modernização que marcou a sociedade brasileira no século XX, o que constatamos é que a reprodução da vida acontece através do colmatar de formas ditas modernas com outras pretéritas. Além disso, as representações construídas acerca da periferia, até mesmo nos meios acadêmicos, reforçam ideias sobre seu atraso e incompletude. No entanto, decidimos que outra "leitura" a respeito da periferia poderia ser construída.

Na realidade, o interesse em estudar a periferia começou por volta de 1995, quando fomos morar em Salvador e atuar como professor de Geografia no ensino público municipal. Foi a partir de então que passamos a conhecer a realidade da periferia soteropolitana, mas somente durante a realização do curso de mestrado, na Universidade Federal da Bahia entre 1999 e 2002 é que efetivamente aconteceram os primeiros contatos com a Liberdade e o bairro do Pero Vaz. Os momentos que se sucederam, desde então, foram decisivos para nos provocar alterações perceptivas que iam da admiração à indignação diante das condições de vida. De fato, a problemática da pesquisa é sim tributária desses momentos ímpares e não poderia ter sido de outra maneira, até porque não éramos implicados com a realidade na qual desenvolvemos esta pesquisa. Daí as nossas primeiras indagações: como os moradores da Liberdade/Pero Vaz conseguem lidar com tantas dificuldades no seu dia-a-dia? Por quais mecanismos de sobrevivência as pessoas organizam suas vidas?

Esses questionamentos preliminares constituíram, portanto, um primeiro nível de problematização. Doravante, precisávamos encontrar uma abordagem que nos auxiliasse na construção de uma problemática de pesquisa e oferecesse outra possibilidade de interpretação da periferia. Esta abordagem só começou a ser delineada quando da nossa participação no Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB), em 2003 no Recife, afinal, foi neste evento que entramos em contato com os trabalhos realizados pelo Laboratório de Geografia Urbana (LABUR) da USP.

Da problemática de pesquisa

À medida que íamos conjugando leituras teóricas a respeito de conceitos amplos como produção, inclusive produção do espaço, reprodução social, como também o aprofundamento do conhecimento da própria história singular que envolvia o bairro do Pero Vaz, haja vista que ali havia ocorrido a primeira ocupação de terras para fins de moradia em 1946, encaminhávamo-nos em direção à problemática de pesquisa, isto é, a definição do objeto, do problema e de uma hipótese de trabalho. Contudo, o trajeto exigiu a definição do campo de abordagem que não só ajudasse a problematizar a proposição da pesquisa, mas que fosse amplo o suficiente para pensar a realidade na qual se insere o Pero Vaz. Isso exigiu pensar os termos da sociedade capitalista.

Entendemos que a reprodução capitalista é uma forma de organização da vida social com vistas a uma sociedade programada para o consumo – o que inclui praticamente tudo que nos cerca. A ideia de programação da vida está sustentada em uma longa cadeia de argumentos elaborados pelo filósofo francês Henri Léfèbvre e parte, inicialmente, do processo de modernização da sociedade, fruto da industrialização, e a correspondente e meticulosa programação da vida através de estratégias de controle da reprodução social. Daí advém todas as violências que esta sociedade reproduz, porque todas e quaisquer possibilidades de felicidade e/ou de satisfação dos desejos estariam encerradas nos termos do consumo, então quanto menos se está ajustado ao consumo, mais violentas são as manifestações

de insatisfação que se pode experimentar, desde as simbólicas, até aquelas que se sente no corpo.

Outra abordagem que consideramos possível para refletirmos sobre a sociedade capitalista advém do historiador francês Michel de Certeau. Seu interesse para com os “fracos” dessa sociedade o levou a considerar toda uma “arte” de sobrevivência frente às ordens de consumo. Mesmo não fazendo parte de uma abordagem marxista, seus estudos são referenciais para se pensar o embate entre classes sociais e a violência inerente às ordens do consumo de mercadorias.

O pressuposto da violência da sociedade do consumo programado advém, na teoria marxista, do processo global de alienação. O marco teórico da discussão do conceito de alienação refere-se à obra seminal de Karl Marx intitulada Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. A alienação ou estranhamento é o resultado de uma complexa equação social para aqueles que se reproduzem de acordo com os termos desta sociedade na condição de trabalhadores. Por outro lado, o estranhamento, enquanto ato de negatividade, encerra em si uma potência de transformação social porque revela aquilo que esta sociedade camufla – a espoliação da classe trabalhadora.

Foi com base nestes termos gerais da sociedade capitalista que o estudo do Pero Vaz ganhou relevância suficiente à pesquisa, pois, na sua história de formação um ato de negação à reprodução capitalista parecia ter ocorrido, uma vez que os trabalhadores ocuparam um terreno particular para construir suas moradias. Por este trajeto, havíamos chegado ao objeto que buscávamos pesquisar na periferia – a reprodução social da classe trabalhadora.

Então já tínhamos definido dois termos da pesquisa: a periferia, no caso o bairro do Pero Vaz em Salvador e a reprodução social, mas o que da reprodução social se constituiria em um problema de pesquisa? Em termos simples percebemos que no Pero Vaz a habitação, assim como em muitos outros bairros periféricos da cidade,

não se realizou através de formas e práticas sociais referenciadas, ou seja, ela conflitava com as regulamentações jurídicas e urbanísticas as quais definiam a “legalidade” do habitar. Mas esse conflito era apenas a ”ponta do iceberg”, pois havia conflitos em praticamente todas as dimensões da vida daqueles moradores do Pero Vaz, basicamente porque interagiam com o modo de vida capitalista em um jogo complexo de reprodução social, logo, passível de investigação.

Neste outro nível de reflexão, passamos a construir questões acerca dos termos contraditórios de reprodução, a exemplo de: como entender o fenômeno das “invasões” em Salvador em relação ao processo global de reprodução social capitalista? Seria apenas um desvio ou uma possibilidade de negação a esta sociedade? Como os moradores lidam com a necessidade de sobrevivência e o apelo ao consumo? Somente através da pesquisa poderíamos responder a estas perguntas, mas ainda não tínhamos, de fato, um problema de pesquisa.

Este só começou a ser efetivamente delineado através da reflexão teórica acerca da constituição da classe trabalhadora no Brasil, no bojo do processo de modernização brasileira e da formação de mercados. Foi nesse contexto que se impôs uma reconversão dos trabalhadores ao regime urbano-industrial de acumulação de capitais e, portanto, de reprodução social. Por outro lado, o aprofundamento do conhecimento da história do Pero Vaz por uma via não acadêmica, mas literária, também contribuiu para a formulação do problema de pesquisa. Havíamos entrado em contato com um romance pouco conhecido, escrito pelo jornalista Ariovaldo Matos nos anos 50, chamado “Corta-braço”. Neste romance, o autor narra a formação do Pero Vaz, definindo-o como um “bairro proletário”, isso através de uma riqueza de detalhes tão grande que nos fez perceber a condição de quase anomia social vivida pela população pobre e afrodescendente nos primórdios de formação da periferia soteropolitana.

Logo, considerando esses dois movimentos, isto é, um amplo de ressignificação da vida dos trabalhadores e outro restrito, da formação do bairro, é que conseguimos identificar o problema desta pesquisa, pois, entendemos ser possível refletir a

respeito da modernização brasileira e, portanto, das condições de reprodução da classe trabalhadora, a partir desta pequena parte da realidade que é o Pero Vaz. Logo, nosso questionamento busca saber de que maneira tem se realizado a reprodução da classe trabalhadora, a partir do exemplo Pero Vaz, com os termos mais amplos ou estruturais da reprodução social capitalista.

Que resposta provisória teríamos para esse problema de pesquisa? Que a periferia representada pelo Pero Vaz seria um produto da modernização capitalista, logo, de seu desenvolvimento desigual. Ademais, também entendemos ser a periferia uma condição necessária para que os termos estruturais da sociedade de classes e, portanto, de exploração sejam mantidos estáveis. Assim, enquanto produto e condição, a periferia nos revelaria as próprias contradições do processo de modernização capitalista em direção a sua forma típica ou urbano-industrial.

A partir desse patamar de problematização, passamos a considerar os elementos que definiram a reprodução da classe trabalhadora enquanto força de trabalho. O percurso partiu então da própria modernização capitalista que definiu, a partir de 1930, um “custo” mínimo socialmente necessário para que o trabalhador se reproduzisse ao modo e nível de vida definido pelas estruturas. Este “custo” mínimo está representado na criação do salário mínimo em 1938.

O movimento de instauração do salário mínimo na vida da classe trabalhadora não se desvinculava, muito pelo contrário, da formação dos mercados que compõem a estrutura reprodutiva do capitalismo sob um regime urbano-industrial, em especial, o imobiliário e o de trabalho. Estes tipos de mercado, na dimensão concreta da vida, são também mercadorias passíveis de compra e venda. Pareceu-nos, portanto, pertinente pesquisar, na realidade em que se encontra o objeto de pesquisa, o nível de custeio da reprodução da classe trabalhadora enquanto força de trabalho, e assim, refletir sobre o desenvolvimento da reprodução capitalista.

Por este encadeamento de proposições, definimos os indicadores e variáveis necessários à coleta de dados. Assim sendo, e considerando o exposto até aqui, optamos por dois grandes conjuntos: um que diz respeito ao habitar e outro relacionado ao trabalho. Além disso, estes conjuntos de indicadores e variáveis deveriam possibilitar a coleta de dados em dois níveis espaciais - o nível estrutural (a cidade) e o conjuntural (o bairro).

Em relação ao habitar, o indicador principal está relacionado à estruturação do mercado imobiliário, portanto, trabalhamos com as seguintes variáveis: demanda habitacional, lançamento de loteamentos, evolução do preço médio do solo urbano, custo social mínimo de participação no programas de habitação e quantidade de moradias autoconstruidas.

Para o trabalho, o indicador se refere também à estruturação deste mercado em Salvador, assim, as variáveis são: População em Idade Ativa (PIA), População Economicamente Ativa (PEA), taxa de ocupação (PEA/PIA), População Inativa, distribuição da PEA entre as ocupações formais e precárias e os níveis de renda nominal.

Dos objetivos e da justificativa

A proposição desta pesquisa tem como objetivo principal compreender como os termos da reprodução social da classe trabalhadora se realiza em uma dimensão socioespacial tão importante nas grandes cidades como é a periferia. Também poderíamos dizer que o objetivo desta pesquisa é compreender em que condições concretas a classe trabalhadora tem conseguido sobreviver em uma periferia como o Pero Vaz. Além desse objetivo principal, há outros que fazem parte do conjunto da pesquisa, como:

- Descrever a história da produção espacial de Salvador, referenciando-a à modernização brasileira e aos processos de formação do mercado imobiliário e o de

trabalho, os quais elevaram a cidade portuária à condição de metrópole, o que consequentemente produziu uma nova relação entre o centro e a periferia. Este objetivo está relacionado ao nível estrutural ou sociológico da pesquisa;

- Descrever as formas e práticas do habitar e de trabalho da reprodução social no bairro do Pero Vaz. Este objetivo compõe o nível conjuntural ou microssociológica da pesquisa. No movimento de descrição das formas e práticas sociais de reprodução, também foram descritos o bairro, sua história e as condições de vida;

- Analisar a reprodução social a partir das implicações formais entre estrutura e conjuntura. O método é o da correlação histórico-genética das formas e práticas de reprodução identificadas ao longo dos segundo e terceiro capítulos;

- Analisar a reprodução social pela dialética entre as formas e os conteúdos sociais. O método põe em destaque as contradições da reprodução social da classe trabalhadora no bojo do processo de modernização brasileira; e,

- Interpretar as análises e responder à problemática da pesquisa. Neste último objetivo almejamos alcançar à totalização do conhecimento produzido pela pesquisa, através do retorno à problemática da pesquisa e suas questões.

Estes objetivos nos remetem a justificar a pesquisa em pelo menos três aspectos: um de natureza política e os demais referentes ao escopo teórico-metodológico. Porém, antes de explicá-las, há uma justificativa que as antecede, trata-se do por que escolhemos o Pero Vaz como área de estudo.

O bairro do Pero Vaz é uma espacialidade consolidada no conjunto da cidade de Salvador. As casas de palha e restos de materiais de construção, de lá do início da ocupação, foram substituídas pelas de alvenaria. Ruas foram abertas e um comércio estabelecido; há igrejas, terreiros de candomblé, bares, enfim, há vida. Se esta

descrição aparenta ser banal, e é sob um olhar formal, ela aponta, por outro lado, para um percurso no qual a força de uma gente que sobreviveu aos “nãos” de uma reprodução social que reiteradamente os manteve na condição de subalternizados. Por isso, o Pero Vaz é um marco de resistência na história da cidade de Salvador e, portanto, serve-nos como referencial para pensarmos a luta invisível daqueles que vivem nas bordas do processo social.

Justificamos ainda esta pesquisa porque desejávamos contribuir com estudos sobre a vida de bairro e, portanto, do vivido. Indagar sobre práticas de reprodução, não é usual em nossa disciplina, salvo algumas importantes contribuições. Portanto, trabalhamos nesse sentido também, isto é, o de trazer para o conhecimento elementos que parecem banais, sem importância, fragmentos da vida comum, mas que revelassem a complexidade da vida da classe trabalhadora, a partir dessa espacialidade chamada periferia. Entendemos que contribuir dessa forma tem um sentido político também.

Em relação à contribuição especificamente teórica destacamos que o diálogo entre duas abordagens distintas das ciências sociais, a de Léfèbvre e a de Certeau, foi muito gratificante, mesmo considerando os desafios envolvidos. Este diálogo entre abordagens acabou por pavimentar a construção de uma metodologia que procurou abarcar o movimento do objeto da pesquisa em níveis e dimensões de realidade. Por isso, consideramos este caminho metodológico uma contribuição à pesquisa social.

Esta tese está organizada em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo é o que trata do referencial teórico-metodológico construído a partir da problemática apresentada. Subdividido em três itens apresenta, no primeiro, a discussão empreendida da relação entre a produção espacial e as transformações no regime de acumulação de capitais da formação social brasileira;

no segundo item é onde realizamos a reflexão do conceito de reprodução social a partir do diálogo de abordagens teóricas diferentes – a marxista de Henri Léfèbvre e a da resistência de Michel de Certeau. No último está a metodologia empregada na apreensão do objeto.

No segundo capítulo descrevemos a produção espacial de Salvador referenciada nos processos de modernização do regime de acumulação de capital, de agrário para urbano-industrial. O trajeto parte, portanto, de uma leitura histórico-estrutural da transformação da cidade em metrópole e a consequente constituição de uma nova relação do centro e das periferias, como *loci* da reprodução social.

No terceiro capítulo, descrevemos a produção espacial específica do bairro do Pero Vaz no movimento de modernização e formação da metrópole soteropolitana. Também descrevemos as formas e práticas de reprodução social ao nível do vivido no bairro em períodos para fins comparativos: um primeiro no final da década de 1940 e um segundo durante a realização da pesquisa de campo, entre 2008 e 2010.

No quarto capítulo iniciamos uma sequência de análises das descrições realizadas do objeto por meio de uma análise formal. Esta buscou correlacionar a complexidade vertical à horizontal por meio do método histórico-genético.

No último capítulo conduzimos a análise para o nível dialético, haja vista que a busca de compreensão do objeto exigia reflexões do movimento contraditório (processo) entre as formas de reprodução e os conteúdos sociais da formação social brasileira.

E, por fim, as considerações finais, onde encaminhamos os resultados das análises empreendidas à totalização teórica, através da recuperação da problemática da pesquisa.

1 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A consecução da pesquisa proposta na introdução requereu a definição dos termos teóricos e, consequentemente, metodológicos nos quais se balizou o encaminhamento desta pesquisa. De acordo com o objeto foi necessário que duas discussões teóricas fossem empreendidas: uma inicial que trata da produção do espaço e suas transformações a partir do fenômeno da modernização capitalista; e uma posterior que se detém na discussão da reprodução social nos níveis e dimensões correlacionadas à problemática de pesquisa. E, como consequência dessas duas discussões apresentamos, na terceira parte deste capítulo, a metodologia de pesquisa aplicada.

1.1 A PRODUÇÃO ESPACIAL

Por que começar um capítulo teórico de uma tese que se propõe a estudar a reprodução social, em uma periferia da cidade de Salvador, discutindo espaço, ou melhor, a produção do espaço? Tentemos responder a esta questão inicial se apropriando e logo, concordando, com o pensamento do filósofo Henri Léfèbvre a partir de duas proposições: a) o espaço (social) é um produto (social); e b) o espaço contém as relações sociais de reprodução. (LEFEBVRE, 2000, p. 39 e 41).

Comecemos pela primeira. Aceitamos plenamente a tese de que o espaço é produzido e reproduzido por relações sociais em seu sentido amplo (produção de um mundo de significações, o que inclui as mercadorias como parte do processo), por isso, adjunto ao termo espaço segue o termo “social”. Esta definição, aparentemente simples, é tributária da extensa e complexa elaboração teórica de

Henri Léfèbvre [1]. E, para desmistificar as ilusões de que o espaço é uma dimensão externa à sociedade, propomos a seguinte sequência de argumentos:

- como produto da sociedade, o espaço contém as relações sociais que o produziram e, assim, ele estrutura as formas de reprodução dessas relações, portanto, o espaço corresponde à morfologia social. Então ele reage aos próprios movimentos da sociedade;

- a produção do espaço é processual, logo, do ponto de vista do conhecimento se pressupõe expor a produção em si, ou seja, "o interesse e o objeto se deslocam das coisas no espaço para a produção do espaço ela mesma". (LEFEBVRE, 2000, p. 46). Dessa maneira, não se trata de se referir às formas "no espaço", mas antes de pensar as formas "do espaço"; e,

- se há produção há também a história dessa produção. Ela responde ao que no nível teórico nomeamos de modo de produção, ou seja, de acordo com a maneira como os homens organizam a produção social corresponde também à maneira como se produz o espaço. Por outro lado, o modo de produção, ao se realizar, nunca é puro porque suas formas interagem com outras pretéritas, por isso, o que existe são formações socioeconômicas que designam o conjunto do processo histórico no tempo e no espaço. Em outros termos, e nos auxiliando na compreensão de Martins (2000), a história da produção do espaço é a do desenvolvimento desigual de formações e estruturas.

Sobre a segunda proposição, afirmamos que o espaço é meio e condição de reprodução porque ele codifica as práticas sociais. O espaço, enquanto forma, é um código que permite reproduzir e viver. Sobre as práticas de reprodução admitimos a seguinte sequência de proposições derivadas:

---

[1] As publicações que tratam especificamente do espaço na obra lefebvriana compreendem o período entre 1970 e 1974 e são: O direito à cidade, Do rural ao urbano e A revolução urbana (1970), Espaço e política (1973) e A produção do espaço (1974). Podemos incluir também na discussão de espaço a monumental obra a respeito do Estado (De L'Etat, 1978).

- as práticas são expressões das formas de reprodução social, tanto as hegemônicas, quanto as que estão subsumidas pela estrutura social. Elas são também espaciais, desde o simples ato de ir à escola até os conflitos por terra. Não existem práticas sociais sem as correspondentes espacialidades;

- sob o modo de produção capitalista há, pelo menos, três níveis de reprodução que se vinculam, a saber: o da reprodução biossocial, o nível intermediário que coincide com a reprodução das relações de produção e o nível da formação social que congrega a reprodução das relações sociais (as relações constitutivas da sociedade capitalista – jurídicas e ideológicas). A relação desses três níveis remete ao que Carlos (2001) afirma ser o espaço social no momento atual, "condição, meio e produto da reprodução social; e,

- ainda sobre o espaço, é preciso não perder de vista que as estratégias de reprodução podem ser decifradas por suas contradições. Portanto, como chama à atenção Damiani "é preciso compreender a relação entre lógica formal e lógica dialética para ler, convenientemente, as contradições do espaço" (1999a, p. 51), porque nos níveis mais restritos há estratégias e táticas contrárias àquelas definidas ao nível global. Em outros termos, é preciso que avancemos na compreensão da relação entre forma e conteúdo.

Ao tratarmos teoricamente o espaço como um produto e, ao mesmo tempo, como meio e condição social somos levados a admitir, por força dos argumentos acima relacionados, que o espaço não é unidimensional, ou seja, da mesma maneira que a reprodução da sociedade se estrutura em níveis articulados, assim também ocorre com o espaço. Como o próprio Léfèbvre nos adverte

> não há um espaço social, mas vários espaços sociais, e mesmo uma multiplicidade indefinida cujo termo 'espaço social' denota o conjunto não-contável. Nenhum espaço desaparece, no curso do crescimento e do desenvolvimento. O mundial não suprime o local.

> Não se trata de uma lei de desenvolvimento desigual, mas de uma lei própria. A implicação dos espaços é uma lei. (2000, p. 173)

Na realidade, a implicação dos espaços sociais é um processo altamente articulado a outro – o de estruturação da sociedade capitalista que remonta há séculos atrás, a partir da Europa Ocidental. Mas por que atrelar a implicação dos espaços sociais ao capitalismo? Trata-se, antes de tudo, de pensar o processo social e a sua dimensão espacial. Do nosso ponto de vista o processo social se singulariza, historicamente, pela maneira como as formas e práticas respondem aos conteúdos de um modo de reprodução. No caso específico, elas estão orientadas pelo campo de referência da ordem capitalista, demarcado por revoluções de diversas ordens (industrial, urbana, institucional etc.) as quais iniciam um novo período na história da espacialidade humana. Em outros termos, os localismos (regionalismos) e suas formas de reprodução próprias foram incorporados à reprodução espacial capitalista que articula níveis mais amplos, sem essa condição não teria havido a estruturação e o desenvolvimento do capitalismo. Com efeito, o que denominamos hoje de globalização, nada mais é que a implicação mundial de todos os espaços sociais em uma teia extremamente complexa de relações e processos.

A despeito dos níveis socioespaciais há, de uma maneira geral, três que podemos destacar, são eles: o Global, o Mediador e, por último, o nível Privado. Estes níveis são portadores de conteúdos próprios que os singularizam perante os demais, mas apenas relativamente, porque como Léfèbvre aponta, “eles se justapõem, se interpõem, se superpõem em um movimento dialético” (2000, p. 105). Portanto, os conteúdos de cada nível do espaço social são tributários de um determinado momento do tempo histórico e das relações sociais de produção e reprodução. Por exemplo, o nível Global (G) ou da formação social remonta há mais ou menos dois séculos e é o *lócus* privilegiado para a configuração de fenômenos (eventos) produzidos por agentes hegemônicos (político/econômicos). Os fenômenos produzidos nesse nível têm a escala nacional como prioritária, mas podem alcançar tanto níveis superiores (internacional e/ou mundial) quanto os níveis inferiores, como o regional e, no limite, o local, sendo que nestes, frequentemente, os fenômenos chegam caracterizados como uma ordem. Contudo, essa é apenas uma situação de

relação entre os espaços sociais, há inúmeras outras que poderiam ser aqui arroladas, porque a implicação entre os espaços ocorre tanto dos níveis mais amplos em direção aos mais restritos, quanto no sentido oposto. E isto está diretamente relacionado às continuidades e descontinuidades que a implicação dos espaços sociais produz.

Então se há uma lei de implicação dos espaços sociais, deve existir outra que, na História, seja sua correspondente. E, de fato há, chama-se lei do desenvolvimento desigual e combinado. Segundo Novack (1988), esta lei foi formulada originalmente por Troksty para explicar a situação da Rússia no momento da Revolução de 1917. Em termos sucintos, ela trata da interação de formas de reprodução que são fruto de períodos diferentes, ou seja, em uma formação socioeconômica encontraremos formas modernas convivendo com outras pretéritas e sua combinação será única. A correspondência entre a implicação dos espaços sociais e o desenvolvimento desigual e combinado, ao nível teórico, amplia o campo da teoria social porque possibilita pensar a relação "espaço-tempo" do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Em se tratando do desenvolvimento capitalista em países considerados subdesenvolvidos, intensos debates acadêmicos nos anos setenta do século passado foram travados entre duas teses derivadas da lei do desenvolvimento desigual e combinado: a tese do subdesenvolvimento *versus* desenvolvimento, muito difundida pelos economistas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), e outra reconhecida como "crítica à dualidade", difundida pelos cientistas sociais do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Enquanto a primeira entende o subdesenvolvimento como uma etapa a ser superada nas estruturas de uma formação social, sobretudo pela industrialização, a segunda tese elabora outro argumento, isto é, de que o subdesenvolvimento é um tipo de formação social produto do capitalismo, logo, não haveria uma superação do subdesenvolvimento pela transformação de seu componente característico – capacidade reprodutiva limitada e dependente. Esse debate, de certa maneira, é recuperado em nossa pesquisa.

Como se sabe, as formações sociais latino-americanas são fruto da expansão da economia capitalista européia na busca de colônias de matérias-primas e de novos mercados. Como parte do processo, essas formações sociais já integram um período de modernização cuja origem está centrada na Europa do século XV e XVI. Este período de modernização se sustentava no comércio internacional e, no Brasil, correspondeu ao período colonial, no qual a economia e as relações de reprodução se baseavam na escravidão como forma de organização do trabalho e da própria sociedade. Entretanto, neste trabalho, não pretendemos objetivar esse primeiro período descrito, mas um posterior, nascido do movimento interno da sociedade capitalista na passagem para uma forma (estilo) de reprodução qualitativamente distinta, cujo acento está na indústria (mecanização) e na constituição de um modo de vida essencialmente urbano, no qual os trabalhadores alcançaram o status de "livres".

Harvey (1992), ao discutir este movimento de modernização, busca no Manifesto Comunista de Marx e Engels os elementos que caracterizam o processo, cujos termos podem ser resumidos assim: do "encantado" poder da maquinaria fruto da industrialização, o homem sujeitou a natureza e fez surgir "novos lugares", mas o outro lado desse processo, conduzido pela burguesia, foi acompanhado de violência, opressão, destruição de tradições e a instauração do cálculo e medidas de todo tipo para a circulação do dinheiro. Este último se tornou o equivalente geral de trocas, subsumindo as relações pessoais imediatas (tradicionais) em mediatas (modernas), por isso, trata-se de uma forma social essencial para a reprodução da sociedade capitalista e pode ser nomeada de forma mercadoria. Aqui convém assinalar algumas diferenças sutis entre os conceitos de modernização e modernidade, pois, enquanto a modernização está intimamente vinculada às mudanças econômicas e técnicas – formação de mercados, substituição da força manual pela máquina (industrialização), a modernidade equivale às mudanças sociais e políticas ou a instituição da chamada democracia participativa, através da instauração do Estado e suas instituições, além da imposição de modo de vida baseado no consumo. Embora tenham expressões fenomênicas diferentes, os processos de modernização e modernidade são indissociáveis.

Nas formações sociais latino-americanas a modernização descrita acima reverberou de muitas maneiras e, além de promover as independências políticas das então colônias, também significou transformações ditas estruturais na sociedade, cujas representações podem ser sintetizadas na ideia de “progresso”.

No caso brasileiro, este segundo período de modernização promoveu o rompimento do nosso estatuto colonial e também a derrocada da sociedade escravista, através da superação[2] do regime de acumulação agrário. Fernandes (1976) é um dos defensores que, por esta via histórica, uma possível “revolução burguesa” se efetivou no país e contou, para isso, com mecanismos múltiplos – processo político, tipos sociais, mudança do padrão de relação dos capitais internos e a expansão de uma ordem social competitiva (burguesa). Contudo, essa modernização teve e continua a ter seus senãos.

Na nossa formação social, a modernização foi um encontro de possibilidades “abortadas”. Com sua “destruição criadora”, ela superou a forma de reprodução escravista, mas resguardou para si “formas residuais” de reprodução que potencializam as relações capitalistas, mesmo nas cidades, onde os signos do moderno se fizeram mais presentes, a exploração seguiu seu curso de dessimetria, contudo, dissimulada. Esse é um elemento-chave na busca de um entendimento das formas atuais de reprodução social. De acordo com Martins (2000), a modernidade aqui foi anômala e inconclusa, porque, “se ao nível fenomênico a modernidade convive com misérias, desemprego, subemprego, etc., ao nível teórico e tipológico essas características não fazem parte da modernidade.” (p. 18). Então, ou nunca fomos modernos ou a modernidade aqui é outra coisa. Na realidade, para sermos modernos deveríamos unir o moderno (objetos, signos, racionalidade) à consciência crítica de sua transitoriedade (LEFEBVRE apud MARTINS, 2000, p. 19), mas nossa consciência acerca da modernidade é precária, porque precária é nossa condição material. Logo, qualquer teoria sociológica tida como clássica, porque segue

[2] Que tipo de superação em termos filosóficos estamos nos referindo, *Aufheben* ou *Überwinden*? O sentido da superação neste trabalho é mais hegeliano/marxista que nietzschiano, portanto, para nós, ela está definida nos termos de um *Aufheben,* isto é, superação com conservação, haja vista que a dialética do fenômeno de modernização inclui as formas pretéritas.

referenciais europeus, não pode ser aplicada em nossa realidade *ipsi litteris*, haja vista que somos “outros”, vivemos em “outro” lugar e nosso tempo também é “outro”.

Se o movimento de modernização capitalista superou o regime escravista de reprodução social, o que ele “resguardou para si”? Segundo Singer (1980), dois tipos ou modos de reprodução, derivados ou residuais da reprodução escravista, mas com elementos híbridos de um capitalismo típico, os quais são: o modo doméstico e a venda simples de mercadoria. Além desses modos derivados, a modernização capitalista foi acompanhada pelo desenvolvimento do modo estatal de reprodução.

A reprodução doméstica é historicamente um modo que se compõe de atividades ao nível privado do espaço (habitação) para a reprodução biossocial ou das necessidades da força de trabalho, o que não significa apenas alimentação, mas a própria manutenção do domicílio - limpeza, organização, autoconstrução para expansão e reparos. A produção doméstica foi e continua a ser modo auxiliar ao capitalista, assumindo duas variações reprodutivas: uma na qual não há valor de troca, quando se realiza pelas donas de casa; e outra em que se vende a força de trabalho, cuja representação mais usual é do empregado doméstico. Em ambas as variações deste modo, o custo da reprodução da classe trabalhadora acontece em um patamar muito baixo, o que indica o nível de exploração da mão-de-obra.

Outro modo auxiliar ao capitalista, derivado da “destruição” do escravista, é o da produção e venda simples de mercadoria. Neste modo, originalmente, as mercadorias não chegam a produzir mais-valia e, por consequência nem lucro, apesar de se realizarem enquanto valor de troca, ou seja, o valor realizado no mercado apenas cobre os custos da reprodução. Incluem-se neste modo os pequenos produtores que vendem suas mercadorias, geralmente, de consumo imediato (frutas, verduras) em pregões nas ruas. No entanto, à medida que esses vendedores se estabelecem, isto é, passam a vender sob uma lógica de acumulação se instaura a produção de mais-valia porque além de pagar algum tipo de imposto, também contratam empregados. Nesta situação, este modo se aproxima de uma

condição capitalista típica, mas isto não nega, pelo contrário, reafirma suas características híbridas.

A origem do modo simples de mercadoria advém dos contextos urbanos do Brasil ainda no período imperial, sobretudo, no século XIX, com os “escravos de ganho”. Estes eram autorizados pelo seu senhor a vender pequenas mercadorias ou serviços nas esquinas e ruas das cidades, obtendo ganhos que eram repassados ao seu senhor diária ou semanalmente, conforme acordo estabelecido. Se e somente se houvesse algum excedente, este ficaria com o escravo.

Além desses dois modos de reprodução, Singer (1980) observa que há ainda o estatal, cuja essência não deriva do modo escravista, mas que com o capitalista interage em completa simbiose. Ele se compõe de atividades de controle, administração e até mesmo de produção de valores de uso para o consumo coletivo. As atividades desse modo são executadas pelo poder público em suas diversas esferas (nacional, estadual e municipal) e se distribuem pela burocracia estatal como o poder de polícia, a educação, a saúde pública, a assistência social etc.

O produto do modo estatal não é uma mercadoria que se vende, pelo contrário, os “custos” da produção são socialmente cobertos pelos tributos e impostos, entretanto, são essenciais à reprodução do modo capitalista porque subsidiam os custos de reprodução, notadamente, da força de trabalho. Outra observação importante é que, quanto mais se expandem as relações de reprodução capitalista, mais também se expande a reprodução estatal porque, conforme Singer (1980), as contradições do capital precisam ser “amortizadas” por mecanismos sociais, os quais apenas o aparato estatal pode realizar.

Se esses são modos de reprodução correlacionados ao capitalista típico, então qual foi o “motor” da modernização e, como isto se processou concretamente na dimensão espacial? Consideramos que o motor dessas transformações pode ser resumido a um elemento causativo – a mudança da base produtiva. No fundo, essa

desestruturação trabalhava no sentido da formação de mercados amplos o suficiente para sustentar uma “estrutura produtiva de base urbano-industrial”. Nesse movimento, as cidades se tornaram os *loci* da produção e da reprodução social capitalista típica porque puderam, conjuntamente com a atuação do Estado, criar as condições mínimas desse segundo período de acumulação. Portanto, profundas transformações nos diferentes níveis do espaço da formação social brasileira tiveram lugar, com destaque para as cidades que eram e ainda são referenciais à instauração do modo de vida urbano. Com efeito, as espacialidades produzidas em períodos anteriores, tiveram suas lógicas próprias de reprodução desestabilizadas, através de rupturas morfológicas.

As transformações operadas pela mudança do regime de acumulação podem ser dimensionadas a partir da recomposição técnica dos capitais constante (fixo) e variável como parte da composição orgânica de capitais. Durante muito tempo a teoria marxista aplicou o conceito de composição orgânica de capitais apenas ao estudo do chamado setor econômico – empresas, mercados etc. No entanto, Léfèbvre (1976) é enfático em dizer que este conceito é muito útil na análise espacial, sobretudo, da produção da periferia e de seu outro, o centro.

Com as transformações sociais empreendidas pela imposição do regime de acumulação urbano-industrial, o espaço (a cidade) e a classe trabalhadora foram submetidos a uma mudança quantitativa, como parte de outra que acontecia na articulação regional e nacional – a recomposição orgânica do capital ao nível da formação social. Assim, se a recomposição técnica dos capitais constante (fixo) e variável foi a consequência mais óbvia da passagem do regime agrário para o urbano-industrial, então deve haver um nível crítico de custo necessário para que esses capitais pudessem adquirir a qualidade urbana. Dito em outras palavras, entendemos ser possível identificar uma expressão do custo social, historicamente constituída, que indique o nível mínimo ou crítico no qual tal recomposição alcançou a condição de realização urbano-industrial.

Francisco de Oliveira (2003), quando analisa o processo de modernização brasileira, demonstra claramente que foi durante o primeiro mandato de Getúlio Vargas, em 1930, que houve o ponto de inflexão ou de descontinuidade do regime de acumulação anterior, pautado numa economia essencialmente agroexportadora, para urbano-industrial. Tal processo contou com a "mão forte" do Estado, criando a infraestrutura necessária (rede de transporte, institucionalização da mão-de-obra etc.). Importa destacar que Oliveira defende a tese de que a industrialização desse momento visou às necessidades de acumulação primitiva e não do consumo, como é geralmente defendido por partidários da tese de "substituição das importações".

Apesar de discordarmos parcialmente de Oliveira quanto ao período da acumulação primitiva, porque para nós ele também inclui o período do regime agrário, concordamos inteiramente quanto ao momento identificado da descontinuidade ou superação entre regimes de acumulação. Além disso, entendemos que este momento também assinala o que Marx (1971) identificou como sendo o de instauração da subsunção real ao capital, ou seja, implantação de uma forma monetária para servir de equivalente geral do trabalho; na subsunção real "se desenvolve relações de produção entre os diversos agentes da produção, notadamente entre capitalistas e assalariados." (p. 199).

A criação do empregado urbano com uma jornada de trabalho de oito horas diárias e que recebia, pelo menos, um salário mínimo, é talvez uma das maiores transformações socioeconômicas operadas no Brasil. Nunca é suficiente recordar que antes de 1888, havia escravos como mão-de-obra, e essa era uma condição estrutural da sociedade. Então, em um primeiro momento foi necessário destruir essa forma social de relação de trabalho e expulsar para as cidades os excedentes de "trabalhadores livres" para só depois, a partir da década de 1930, institucionalizar essa mão-de-obra como força-de-trabalho urbana. Nas cidades, esse impacto migratório rural-urbano é o fenômeno mais significativo do século XX, por isso, afirma-se que a inflexão rural-urbana no país se iniciou a partir da década de 1940.

Nas grandes cidades brasileiras, a modernização significou também a constituição de novos centros. No sentido do conceito-metáfora lefebvriano (2004), ocorreu a implosão-explosão de suas morfologias urbanas, porque, ao mesmo tempo em que perderam seus centros, os quais passam para a condição de “centros históricos”, viram ampliadas exponencialmente suas manchas urbanas pela constituição de periferias.

O entendimento do desenvolvimento desigual dessas espacialidades – centro e periferia - pode, em um nível mais teórico mais aprofundado, ser buscado quando o relacionamos ao conceito de morfologia hierárquica estratificada. Segundo Léfèbvre (1978), a estratificação morfológica do espaço é a expressão material de rupturas e sobreposições acumuladas ao longo do tempo histórico, ou seja, para que uma espacialidade se sobreponha a outra se faz necessário que esta entre em colapso e se rompa. Por isso, Léfèbvre busca, na matemática de René Thom, o conceito de “espaço de catástrofe,” para expressar justamente o movimento de ruptura de uma dada morfologia. Em suas próprias palavras ele diz, “a teoria das catástrofes permite explicar as estruturas e justifica dinamicamente seus surgimentos, suas estabilidades e seus fins” (1978, p. 257), portanto, o uso do conceito de morfologia estratificada traz uma discussão filosófica de fundo, que é a da forma-conteúdo, mas em uma perspectiva histórico-genética. Um dos projetos teóricos mais instigantes de Léfèbvre foi, sem dúvida, sua teoria das formas.

Na realidade, a morfologia é um conjunto de formas as quais operam em uma relativa sincronicidade, porque viabilizam a reprodução das relações sociais. No entanto, há momentos em que se implanta uma descontinuidade na reprodução da morfologia espacial, e isto é tanto um resultado quanto uma condição para que o processo social se realize a partir de novas condições. É justamente neste aspecto que a catástrofe ajuda a entender a descontinuidade da morfologia porque, segundo Domingues (2004), a evolução de um sistema (no caso, o urbano) ocorre através de dois processos: um contínuo (quantitativo) e outro por “salto” qualitativamente diferente. A respeito desse segundo processo, o referido autor, em um esforço de aproximação teórico com a Geografia, identifica três etapas de descontinuidades

que são: o ponto de ruptura, o de dobra e a catástrofe propriamente dita do espaço social.

O ponto de ruptura se refere à descontinuidade na qual a reprodução social perde a sua potência, iniciando um processo de decadência, no entanto, pouco perceptível na dimensão morfológica. O ponto de dobra é quando “crises” de toda ordem se instauram, tornando assim a descontinuidade da morfologia algo irreversível. Finalmente, o ponto de catástrofe se refere à implantação de uma nova morfologia sobre as predecessoras. No cerne da questão está a intensidade ou potência de transformação do processo social por mecanismos macroeconômicos e, consequentemente, seu rebatimento espacial, por meio da recomposição técnica do capital fixo.

A proposta de trabalharmos com os conceitos de morfologia hierárquica estratificada e espaço de catástrofe é para lançarmos luzes sobre a modernização brasileira, entendermos seus pontos de descontinuidades atrelados à correspondência espacial, tanto ao nível nacional, quanto ao nível das cidades que se tornaram metrópoles. Tal trajeto visa entender justamente a produção de um tipo de espaço - o periférico, porque, se ao nível teórico, mas também das representações, as periferias são tidas como “os espaços de deficiência”, uma vez que lhes faltam estruturas tidas como essenciais: saneamento, arruamento regular, pavimentação asfáltica, iluminação etc., sob uma abordagem teórica crítica, as periferias são entendidas como “os outros” espaços da metrópole, aqueles que se dialetizam com o centro no bojo da formação das metrópoles.

De uma maneira geral os processos oriundos da estrutura social capitalista que produzem e reproduzem a cidade são homogeneizantes e caracterizam a dimensão da economia política do espaço. A propriedade privada do solo urbano e sua intercambialidade por dinheiro (o mercado) são os pilares pelo qual a segregação socioespacial se implantou decididamente na cidade, constituindo a relação centro-periferia tal como a conhecemos hoje. Contudo, a produção da cidade também ocorre em outros termos que não estes da homogeneização, trata-se de uma

produção que acontece à margem do processo global, quase invisível, na qual os agentes são anônimos e portadores de uma racionalidade que, no plano da prática socioespacial, conflita diretamente com aquela que produz a segregação. Desse modo e, considerando o que foi dito, há que se ampliar o escopo teórico de discussão do espaço e introduzir a noção de espaço diferencial na pesquisa.

Espaço diferencial seria o espaço fruto da prática urbana, do modo de vida urbano, portanto, centrado na concepção de diferença, não na de homogeneidade. O espaço diferencial é, em Lefebvre (1970, 2004), a antítese da segregação, porque se constitui em negação ao espaço homogêneo ou instrumental, reduzindo as distâncias espaço-temporais que a lógica do espaço instrumental impõe à periferia. Os indícios mais claros da existência de um espaço diferencial seriam as resistências ao processo de homogeneização (as chamadas originalidades irredutíveis), tais resistências seriam (isto é uma hipótese) o fundamento da sociedade urbana (LEFEBVRE, 1971). Contudo, não se trata de tomar este conceito pelo de espaço instrumental ou homogêneo, não! De fato, o que é realmente válido cientificamente é confrontar a prática espacial por meio dessas duas noções: homogêneo e diferencial, e daí retirar elementos que auxiliem na análise do objeto da pesquisa.

A seguir, a explanação dos termos de teóricos se concentra na discussão sobre reprodução social, suas dimensões e níveis e as práticas implementadas pela classe trabalhadora.

1.2 A REPRODUÇÃO SOCIAL

Como conceito ou abstração, a reprodução social deriva de outro anterior - o de produção. Como aponta Léfèbvre (2000; 1973a) foram Marx e Engels que buscaram definir o conceito de produção em toda sua amplitude, extrapolando a noção de produção *strictu sensu* (de coisas, mercadorias) para a produção *lato sensu* (da

sociedade com um todo, de sua história). Então e sucintamente, podemos dizer que produção é uma forma social que cria obras e produz coisas, inclusive espaço, através do trabalho (seja *labour* ou *work*) [3]. Mas se situarmos a discussão historicamente a partir do século XIX, quando o trabalho foi revolucionado pela indústria, teremos novas questões "aparecendo no horizonte", dentre elas, a da reprodução social.

Por que a reprodução "aparece" como fenômeno concreto em fins do século XIX? Na realidade, a ideia de reprodução social está muito associada à percepção de que a sociedade não se reproduz apenas ao nível biológico e sob o controle familiar. O par dialético industrialização-urbanização produziu tamanha alteração da prática social que uma "segunda natureza" se impôs enquanto realidade prático-sensível. Então a reprodução, outrora marcada pelos "localismos", foi "implodida" em suas características endógenas, assim como a produção. Uma nova codificação começou a se impor por meio da reprodução social, carregando os signos de uma modernidade triunfante e tirânica. A instigante análise lefebvriana da "queda dos referenciais" (1991) ou a disjunção entre significado e significante demonstra de que maneira a instauração de uma prática social, alterou não só a percepção acerca da realidade prático-sensível, como também projetou uma nova "camada sociológica" de relações sociais de reprodução sem, no entanto, aniquilar as antecessoras. Do ponto de vista teórico, Léfèbvre (1973a) indica que foi em 1863 que Marx descobriu o conceito de "reprodução", quando afirmou que "la production capitaliste n'est pas seulement reproduction du rapport, elle en est la reproduction à une échelle toujours plus large." [4] (1971, p. 259). Esta "descoberta" só será recuperada quando da publicação do "capítulo inédito" do Capital.

Mas o que é reprodução social? Segundo Léfèbvre (1973a), é a manutenção das formas e das práticas constitutivas de uma dada sociedade, desde as relações

[3] Por que se referenciar ao trabalho através dessas duas palavras em inglês, labour e work? Porque elas são significantes com significados diferenciados historicamente. A primeira se refere ao trabalho antes da instauração da sociedade capitalista, logo, à atividade humana mais próxima da criação, da obra do que coisas.

[4] A produção capitalista não é somente reprodução da relação, ela também é a reprodução em uma escala sempre mais ampla. (tradução nossa).

biossociológicas até as mais sutis, ligadas ao que se convencionou chamar de superestrutura (direito, ideologias etc.).

As formas sociais são como “contentores”, fruto da *techné,* que “imobilizam” e codificam, mesmo provisoriamente, os conteúdos da prática social. Caso não houvesse formas sociais, a reprodução simplesmente não aconteceria, porque os conteúdos das práticas se perderiam em um emaranhado sem fronteiras (limites formais). Como bem destaca Damiani (1994, p. 437), “ela (a forma) é da lógica do espaço, enquanto os conteúdos são da lógica do tempo”, por isso, o espaço codifica as práticas de reprodução social. Tal codificação, se reiterada cotidianamente, conduz ao que Focillon (1947) descreveu como “estilo”, mas o que se trata isso? De “une série de rapports, une syntaxe. Un style s´affirme par ses mesures” [5]. (p. 16-7).

A partir da noção de estilo em Focillon, podemos sinteticamente resumir as formas de reprodução social, ao longo da história humana em dois tipos de sociedade: as sociedades de ritmos cíclicos ou simples e as de ritmos lineares ou ampliados. Consideramos sociedades de ritmos cíclicos aquelas onde a natureza ainda regula, pelo emprego de tempo, as práticas sociais, por isso são, geralmente, sociedades agrícolas e de pouca tecnificação. Por outro lado, as sociedades de ritmos lineares são aquelas onde o tempo do trabalho social organiza as práticas sociais para a reprodução, o que as fez se desvincular da dependência da natureza. Teoricamente, os ritmos cíclicos correspondem aos processos não acumulativos e contínuos da sociedade, enquanto que os ritmos lineares correspondem aos processos acumulativos e descontínuos, porque operam por “saltos” qualitativos, como é o caso da capitalista. No entanto, sociedades cujos estilos são “puros” praticamente não existem mais, uma vez que a expansão da sociedade capitalista desestruturou os processos não acumulativos sem, contudo, eliminá-los por completo.

Este foi o trajeto da formação social brasileira quando da sua gênese, isto é, aqui sociedades de estilos e, logo, ritmos diferentes se fundiram e, mesmo considerando a supremacia do estilo acumulativo, os demais continuaram e existir e se

[5] “uma série de relações, uma sintaxe. Um estilo se afirma por suas medidas”.

expandiram em um movimento contraditório entre os conteúdos dessas sociedades e sua expressão em formas.

A passagem de um tipo de sociedade para outro ocorre, no plano material, a partir de ressignificações formais. Por exemplo, a troca de mercadorias é uma prática que antecede as sociedades de ritmos lineares, no entanto, ela foi ressignificada pela introdução, no processo de troca, da forma monetária e o que era meio de intercambialidade se tornou finalidade. A forma monetária ou simplesmente a forma mercadoria se presta à acumulação.

Para que os processos acumulativos da reprodução capitalista tenham lugar é necessário que três condições básicas existam e interajam: as classes sociais, a forma mercadoria e as relações ou práticas sociais. É a partir dessas três condições que derivam todas as demais formas e suas práticas como, por exemplo, as formas jurídicas. Portanto, as formas sociais constitutivas dessa sociedade e suas práticas marcadamente intencionais, cujo conteúdo central é de exploração não são legíveis, isto é, decodificados, mas isso não significa que não existam contradições.

As contradições são indicadores da não existência de um "sistema total". Isto é uma questão-chave para a discussão de reprodução social. O que aparece como a representação mais global desta sociedade é uma lógica que tende a congregar todos os aspectos da vida, dos mais banais aos mais genéricos. Muito embora isso pareça ser verdade, não há essa lógica total. O que há são estratégias de poder que fazem "uso" da lógica formal para controlar os "subsistemas" sociais (trabalho, consumo, etc.); obviamente essa sociedade "se quer um sistema total" e podemos perceber isso ao lermos alguns clássicos da literatura universal [6]. Esta nossa consideração reitera o longo e convincente encadeamento de argumentos que Henri Léfèbvre construiu a respeito, demonstrando, como e porque este projeto do "sistema total" nunca se concretizou sem, porém, ter sido até os dias de hoje abandonado (1973a; 1976; 2001).

[6] Dentre os clássicos citamos: Nós, de Yevgeny Zamyatin; Adorável mundo novo, de Aldous Huxley; e 1984, de George Orwell.

Mas o projeto do “sistema total” avança contraditoriamente, revelando uma crise de reprodução intransponível porque a imposição da reprodução capitalista típica não eliminou a exploração anterior. Há, portanto, uma crise que pode ser compreendida através da teoria clássica como, conjuntural, estrutural ou mesmo revolucionária, no entanto, parece-nos interessante enquadrá-la sob uma nova abordagem indicadora de um “estado crítico” permanente no qual a crise é apenas um sintoma. Este conceito de “estado crítico”, cunhado por Léfèbvre (1978) a partir das reflexões sobre as contradições do Estado moderno, auxilia na compreensão de como o projeto de um “sistema total” foi aditado e editado ao longo do século XX em direção a várias dimensões da realidade que, juntas, sintetizam a reprodução social no período moderno, a saber: o espaço, o urbano, o tempo e o cotidiano.

1.2.1 As dimensões da reprodução social na pesquisa

O processo reprodutivo capitalista típico, para se efetivar, não mais se restringe aos espaços de produção. E não poderia ter sido diferente, pois o processo da industrialização-urbanização já apontava como tendência à instauração da sociedade urbana, logo, como assinala Damiani (1999b), quando o processo reprodutivo se vinculou ao espaço, ao urbano, ao tempo e ao cotidiano, significa dizer que a reprodução social se expandiu para além dos espaços produtivos.

De todas essas dimensões apontadas por Damiani, duas interessam diretamente a esta pesquisa: a espacial e a urbana; aquela porque abriga o habitar e esta porque inclui o trabalho e ambas por um motivo simples, a reprodução social entrelaça, no plano imediato ou da prática socioespacial, a moradia concomitantemente à realização de atividade humana (trabalho). Como nossa problemática de pesquisa busca compreender os termos da reprodução social da classe trabalhadora em um espaço periférico metropolitano, decidimos então seguir um caminho no qual essas duas dimensões fossem tratadas por duas abordagens teóricas: uma chamada aqui de alienação, centrada em Léfèbvre, e outra, nomeada de resistência, centrada em Certeau.

Por que tratar a reprodução a partir dessas duas abordagens? Porque entendemos que as diferenças entre essas duas abordagens podem gerar uma potência explicativa em relação ao objeto de pesquisa. Por outro lado, reconhecemos que existem várias diferenças de concepção teórica que não podem ser sublevadas ou suprimidas, sendo que a maior seja talvez a seguinte: a abordagem da alienação é eminentemente sociológica, uma vez que seu nível de abstração leva em conta conjuntos sociais, como classe social, movimento social e, consequentemente, a historicidade dos fenômenos. Enquanto a abordagem da resistência foca sua teorização em uma antropologia das práticas sociais, logo, em uma dimensão mais restrita da realidade onde estão os indivíduos. O que esta diferença aponta é que tais abordagens pensam a reprodução social a partir de níveis de realidade distintos.

É válido afirmar que a escolha de um nível de realidade define um quadro de referências para se realizar a pesquisa. Contudo, da mesma maneira que ocorre a implicação entre os níveis de realidade socioespacial, também ocorre o mesmo entre o que é sociológico e o que é antropológico. Compete-nos, portanto, não negligenciar tais diferenças nas etapas posteriores da pesquisa.

Como a reprodução social é entendida pelas duas abordagens? Até onde nossa compreensão permitiu atingir para a abordagem da alienação as permanências são estratégias de classe e servem de controle das práticas reprodutivas. Para a efetivação dessa contenda, as formas sociais tiveram que ser ressignificadas segundo os desígnios da sociedade burguesa, por isso, para esta abordagem, a reprodução social se caracteriza pelo conflito entre permanências e transformações (rupturas). Já a abordagem da resistência lê a sociedade capitalista através de um “sistema de produção” de mercadorias, logo, a reprodução social age sobre o indivíduo, reduzindo-o à função de consumidor, mas o indivíduo comum procurar “burlar” este “sistema” por táticas de resistência que desviam as formas, justamente pelas práticas de uso e apropriação. Por isso, esta abordagem não define horizontes de transformação reprodutiva.

Então, o que está *enjeu* quando trazemos estas duas abordagens para pesquisar e refletir sobre reprodução social? Que a leitura lefebvriana da temática em questão é suficiente e necessária para a discussão da reprodução ao nível das estruturas o que inclui, evidentemente, o conflito de classes. Por outro lado, quando avançamos para as conjunturas e os indivíduos, a leitura certeauniana da reprodução se torna mais eficiente porque revela a temática a partir do sensível. Em outros termos, o primeiro nível é o das decisões de caráter estratégico que geram funções, valores e modelos que implicam ao nível micro. Já este é das decisões de caráter tático, onde predominam as ações que não deixam "traço" e, portanto, são ocultas à estrutura social. Tal compreensão desses dois níveis de realidade do objeto de pesquisa tem consequência direta nas dimensões de reprodução, isto é, o espaço e o urbano, porque, uma vez aceito que a reprodução social se imbricou com essas duas dimensões, e considerando que nossa problemática de pesquisa busca dialogar com dois sistemas explicativos. Cabe-nos agora discorrer como cada abordagem problematiza as duas dimensões reprodutivas.

- O espaço

Por que tratar teoricamente o espaço social na reprodução social? Na realidade, trata-se justamente do movimento que relacionou espaço, industrialização e capitalismo. Léfèbvre (2000; 2004) foi um dos poucos teóricos a ter a "ousadia" de afirmar que o capitalismo sobreviveu ao longo do século XX porque ele incorporou o espaço como um mecanismo que aliviava as crises cíclicas do capital, através das constantes recomposições de capitais. Por isso, sua problemática é hoje central para se entender a sociedade moderna, ou seja, o espaço se tornou condição e meio pela qual ocorre também a reprodução social. Ele reage dialeticamente com a produção, portanto, ele se tornou peça-chave na continuidade da sociedade capitalista ao ser equiparado à forma mercadoria.

A forma mercadoria é o equivalente universal de trocas na sociedade capitalista, e mesmo pressupondo um uso, é verdade, este está subordinado à troca. No caso do espaço, a forma mercadoria serve para homogeneizá-lo e, esta codificação,

chamada de direito à propriedade nas constituições republicanas, é um dos pilares centrais para que a reprodução social ocorra. Não obstante a sua homogeneização, também ocorre a fragmentação – só se consegue comprar o espaço se ele é fracionado em pedaços geométricos, por isso, o espaço define onde e sob que condições materiais a reprodução social ocorrerá, através dos processos de hierarquização (mediação) entre as espacialidades, notadamente os centros e as periferias.

Certeau (2003) não é um pesquisador das estruturas, mas das ações ou percursos por entre elas. Por isso, sua concepção de espaço é de ordem fenomenológica porque apenas através da experimentação perceptiva (operações) organizamos noções de espaço. Neste aspecto, Certeau cria uma cisão entre aqueles que produzem o espaço e os que dele se apropriam, deixando para estes a capacidade de construção de uma história. Isto não deixa de ser intrigante uma vez que Léfèbvre encara a história como um produto coletivo.

Apesar de sua discussão se polarizar entre lugar e espaço, o que não deixa de ser muito próxima da discussão lefebvriana de espaços concebido e percebido, Certeau está interessado na apropriação pelo uso, ou como ele define “nas operações que especificam espaços” (2003, p. 205). Abordar a dimensão do espaço na reprodução social sob a “leitura” certeauniana só faz sentido na dimensão microssociológica da pesquisa, aquela ligada ao bairro e a trajetória de seus moradores na qual a apropriação do espaço entra a partir dos termos possíveis do habitar e da vida de bairro.

- O urbano (modo de vida)

O urbano ou modo de vida urbano também é uma dimensão privilegiada de análise da reprodução social. Por ser uma camada sociológica fruto do processo de industrialização, o urbano se encontra ainda muito imbricado ao período industrial porque está submetido, em muitos aspectos, à sua lógica de crescimento e

acumulação. Porém, de acordo com Carlos, a “ideia de urbano transcende a de mera concentração do processo produtivo (...) não só no que se refere à determinação econômica do processo, mas também as sociais (...) o urbano é um modo de vida”. (2008, p. 84). Dessa maneira, por quais mecanismos e de que maneira o urbano se relaciona com as formas reprodutivas da sociedade? Se o urbano é um modo de vida, a sua força colonizadora se dialetiza com as demais dimensões reprodutivas, mas deve atuar principalmente em duas práticas urbanas correlatas, o trabalho e o consumo.

Ao reunir espacialmente, o urbano favorece o acontecer de inúmeras práticas sociais de reprodução material (fenômeno da simultaneidade), mas como, a partir dele, podemos refletir sobre as permanências, as transformações e os desvios do processo reprodutivo? Pelos conflitos que se estabelecem pelos modos e níveis de vida.

O modo de vida burguês se baseia na acumulação e no consumo incessante de novas mercadorias. Seu “modus operandi” tende a se disseminar como representação geral do modo de vida urbano, entretanto, além do modo de vida há também o nível de acumulação que promove o processo de hierarquização socioespacial. É evidente que para a classe trabalhadora, a convivência com tal modo e nível de vida, não acontece senão através do conflito. Nesse conflito, as insatisfações, as necessidades e desejos reprimidos, tendem a se manifestar, às vezes, de modo violento. Para Léfèbvre (1970) essa potência de interação social que o urbano congrega, pois também é uma forma social, favoreceria a transformação ou superação do modelo burguês de reprodução social. Isto é uma tese sobre o urbano.

O urbano ou o modo de vida urbano aparece na obra de Certeau (2003), principalmente, como a qualidade da diferença. Certeau deixa entrever que a diferenciação social, para além dos limites de classe, é um fato do modo de vida urbano. Além disso, ele entende que a diferenciação social é fruto de táticas urbanas que burlam os limites da reprodução sendo, portanto, impossível de ser gerida pelos

sistemas de controle social. Contudo, uma ressalva deve ser feita, se a estruturação de classes impõe um modo de vida e níveis de rendimentos, então, a qualidade da diferença certeuniana nos possibilita apreender as táticas de manipulação do que está posto, e isso só é possível em situações específicas, onde a formalização do urbano é débil ou insuficiente, portanto, abaixo de um plano estrutural.

Enfim, a reprodução social é uma equação social complexa. O "espraiamento" das relações de reprodução social para essas dimensões selecionadas para a pesquisa nos diz que o projeto de um "sistema total" foi revisado e ampliado, porém, ao mesmo tempo, pode-se afirmar que essas dimensões produziram "novas" contradições e "novas" derivações à equação da reprodução. Convém doravante que nos detenhamos no aprofundamento teórico da reprodução social, refletindo sobre seus níveis e práticas sociais.

1.2.2 Os níveis espaciais da reprodução social na pesquisa

Como dissemos anteriormente, o espaço social é composto por vários níveis de realidade imbricados entre si. Tais níveis respondem com diferentes intensidades aos conteúdos sociais da reprodução social capitalista, porque são compostos por formas e práticas sociais que, apesar de o processo de homogeneização, ainda guardam resquícios de modos anteriores. Então quanto mais restrito o nível espacial, mais heterogênea e complexa a reprodução social deve ser, porque mais níveis estão implicados. Dessa maneira, cabe-nos refletir sobre os níveis socioespaciais referenciados pelas abordagens da alienação e resistência, mas que é um nível para a teoria social?

Na Crítica da vida quotidiana, tomo II, Lefebvre discute a noção de nível. Para ele, essa noção designa "um aspecto da realidade" ou "um grau da realidade" com "mais consistência (...) que, por exemplo, os símbolos, os modelos, etc." (1961, p. 123). Logo, a noção de nível define um conjunto de fenômenos e estes, por sua vez,

definem um quadro de referência da realidade passível de ser captado empiricamente.

De todos os níveis do espaço social, três níveis interessam mais diretamente a esta pesquisa: o nacional, o da cidade e do bairro. O nacional, ou melhor, da formação social porque nele são definidas as relações mais abstratas (políticas) que regem a constituição dos mercados essenciais à sociedade capitalista. Seu representante por excelência é o Estado que age em consonância com os agentes do poder econômico (a classe dominante) e põem em ação estratégias de controle e de coação na cidade, mas como bem sublinha Léfèbvre (2001), a projeção do nível superior para o plano específico da cidade não ocorre sem mediações.

E o que é cidade? É um super-objeto social e prático-sensível, portanto, uma estrutura social e material segundo a teoria das formas lefebvriana (1973b; 2001). Como estrutura social, a cidade é uma mediação espaço-tempo entre um nível superior e outro inferior. A cidade é uma mediação porque é onde se realizam as manifestações da vida urbana, visto que sua morfologia essencial é composta por formas como ruas, praças, comércio, etc., ou seja, é um espaço público por natureza.

Na cidade, os termos da reprodução social dizem respeito ao seu ordenamento e gestão para possibilitar práticas cada vez mais coerentes e coesas ao modo capitalista. As injunções entre o privado e o Estado criaram conexões entre os subsistemas da vida social através do espaço possibilitando, durante um lapso de tempo determinado, certa “estabilidade” e “controle”, isto é, homogeneidade à reprodução social. Então a cidade, enquanto um tipo específico de espacialidade é meio e condição da reprodução social. Contudo, a “estabilidade” e o “controle” só são aparentes porque elas não são espacialmente homogêneas, isto é, elas se fragmentam e se hierarquizam constituindo centros e periferias, uma vez que a reprodução social, estruturalmente, segue a divisão de classes e níveis de vida. Esta é a grande contradição entre reprodução social e a cidade. Por quê? Porque a fragmentação e a hierarquização são fenômenos que expressam a prevalência do

valor de troca sobre o valor de uso. Tal prevalência expulsa, aparta, segrega para as periferias aqueles que se reproduzem apenas com os “restos” do que esta sociedade oferece como condição “desejável”. Assim, aos que estão na periferia espacial e também social da reprodução, nada mais falso do que a “estabilidade” e o “controle” que a cidade exerce. Portanto, a cidade entra na problemática da pesquisa como o nível espacial Mediador da realidade, isto implica dizer que a cidade é uma totalidade de referência para o bairro, isto é, ela se determina estruturalmente sobre o bairro a partir das formas lógicas (espaciais, jurídicas etc.).

E o bairro, o que é? Isto é uma longa discussão. Comecemos a discuti-lo a partir do referencial estudo do bairro do Limão em São Paulo, realizado pela geógrafa Odette Seabra (2003). Partindo de uma considerável pesquisa de fontes tanto na Geografia quanto na Sociologia, Seabra demonstra que o bairro é uma espacialidade específica no conjunto da cidade, fruto do movimento próprio da vida, portanto, desde quando não implodido pelo processo de metropolização, o bairro cria uma unidade de vida imediata e de relações tais como parentela e vizinhança. Há uma densa tessitura da história e da cultura que permeia a espacialidade de um bairro.

Seabra ainda discute e problematiza o bairro através de várias referências teóricas, mas destaca os argumentos de Léfèbvre (1973), fato que permite apresentar outros elementos importantes à discussão. Vejamos alguns deles: o bairro é uma forma de organização concreta do tempo e espaço na qual a proximidade substitui as distâncias sociais, espaciais e de tempo, contudo, sua estrutura socioespacial é dependente de estruturas de ordem superiores, institucionais e políticas, porque é o nível ecológico ou privado, onde o habitar corresponde à forma predominante. Este nível é, ao mesmo tempo, o ponto de partida de informações e de chegada de ordens, logo, o nível mais restrito onde as determinações da reprodução social atingem. De fato, o bairro, neste ponto de vista, é uma conjuntura da cidade.

Outra contribuição importante advinda da Antropologia se refere ao estudo do habitar realizado por Certeau e Mayol (2002). Este último, referenciado também no estudo supracitado de Léfèbvre, complementa que a relação espaço/tempo no bairro

é mais favorável ao cidadão, que se desloca a pé a partir de sua casa, portanto, o bairro é uma parte da cidade que dialetiza a relação entre o espaço privado (a casa) e os espaços públicos (a rua, a cidade). Ele é, portanto, um dispositivo prático-sensível que cria uma continuidade entre os níveis do espaço social – a casa (o habitat) e a cidade. As continuidades de que fala Mayol nada mais são que as práticas sociais.

De acordo com estas definições, tomamos por medida de precaução de não identificar a área de estudo – o Pero Vaz, como um bairro *a priori*, por isso, enquanto está questão não for resolvida, usaremos o recurso textual de grafar o termo bairro em itálico todas as vezes que nos referirmos a ele.

1.2.3 As práticas de reprodução social

A reprodução social só se realiza a partir de práticas ou ações que, em conjunto, seguem as formas estruturadas pelas relações sociais. Portanto, a reprodução não pode ser dissociada de uma visão de totalidade social, o que nos conduziria fatalmente a uma leitura fragmentada da realidade, caso desconsiderássemos essa condição. Assim, se a reprodução social se realiza por meio de práticas, então significa buscar o fundamento teórico que tanto explique esta relação, como nos conceda o suporte epistemológico necessário para os desdobramentos da pesquisa. Entendemos que nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de Marx, redigido em 1844, está o fundamento de que precisamos.

Para Marx, o que humaniza os homens, em um sentido antropológico, é a sua atividade sensível ou a ação sensível, porque é o fundamento do ser. Marx, ao marcar uma ruptura na tradição filosófica que atrelava a atividade sensível à contemplação (da natureza ou de Deus), coloca-a na condição de "objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico quanto prático. É necessário tanto para fazer humanos os sentidos do homem quanto para criar sentido humano correspondente à riqueza inteira do ser humano e natural." (2004, p. 110-111).

Mas o que essa discussão de atividade sensível tem a ver com prática social? Pois bem, a natureza é o objeto prático da atividade humana e, esta existe justamente na medida da sua sensibilidade de consciência e de necessidade, portanto, a prática (ou práxis) do homem é uma determinação histórica. Por outras palavras, nossa prática revela o mundo (prático-sensível) que produzimos, fato que nos conduz à aceitação da prática como expressão do processo social e, portanto, há um percurso de acumulações históricas até o presente momento. Sobre isto, Léfèbvre (1973a) nos chama a atenção para uma diferenciação histórica importante, o primeiro tipo de práxis é aquela que concede a forma humana ao sensível (natureza), por isso, é chamada de *poiésis,* esta antecede a práxis que envolve o comércio, funções diretivas, religiosas etc., designada de *pragmata*. Com o desenvolvimento dos processos acumulativos, a práxis *pragmata* envolveu a *poiésis* sem, no entanto, anulá-la. Trata-se de outra maneira de discutir os estilos de sociedade – cíclicas e acumulativas.

Comecemos, então, com uma pergunta simples: como entender a prática social capitalista? No início da história humana, o trabalho transformava as coisas em obras, mas no curso desse processo, as obras foram suplantadas pelos produtos a partir da generalização das trocas. Com efeito, a forma mercadoria predomina nas relações sociais capitalistas porque ela sustenta a reprodução social, no entanto os "custos" sociais desse movimento são bastante conhecidos, uma vez que a forma mercadoria dissimula a exploração do trabalho porque o dominou historicamente, resultando no que Marx denomina de estranhamento. Então a prática social capitalista é marcada por antagonismos, salário X capital, proletariado X burguesia, porém, Léfèbvre sagazmente sublinha que "estas relações de antagonismos não entram na prática social (...) a não ser através das formas que as sustentam e mascaram; por exemplo, a forma contratual (...)". (1973a, p. 48). Além da forma contratual (jurídica), as ideologias difundidas por instituições (políticas, culturais e acadêmicas) também dissimulam as contradições da prática social capitalista.

Mas não basta mascarar os antagonismos da prática social capitalista, é preciso mais do que isto, é preciso que haja estratégias de classe que façam uso de lógica para a consecução de uma coerência prática e, no plano ideológico, de uma coesão social. Por outro lado, isto não resolve as contradições sociais, porque apesar da prática social capitalista ser hegemônica, ela não anula outras práticas subsumidas, as quais fazem uso de táticas ou resistências que desviam as formas de reprodução capitalista que se impõe sobre o conjunto social. No fundo, a questão envolve o embate de duas lógicas: a formal e a dialética, o que implica pensar as práticas sociais de reprodução social sob duas perspectivas antagônicas: como permanência e outra de dissolução ou desvio.

Consequentemente, convém agora que recuperemos as dimensões que identificamos como "espraiamento" da reprodução social capitalista típica, isto é, o espaço e o urbano, para então localizar nelas as práticas sociais que são objetos de descrição e análise em momentos ulteriores desta pesquisa. Muito embora a exposição pareça apontar tempos e espaços diferentes da reprodução, é fundamental destacar que esses são fenômenos que ocorrem em simultaneidade. Logo, não dá para problematizar a reprodução da classe trabalhadora, ao nível do bairro, sem relacioná-la com a reprodução que ocorre aos níveis da cidade e da formação social. Este talvez tenha sido o maior desafio desta pesquisa e, como não há uma fórmula pronta para encaminhar a questão, restou-nos propor um percurso e assumir os riscos.

Neste momento de reflexão convém resgatar o que é central na discussão – a práxis é objetivação do mundo em formas, mas nada de formas sem atividade, portanto, práxis é atividade porque somos seres de necessidades que vislumbram o gozo. Aqui entra "em cena" um segundo campo teórico da pesquisa – a teoria das necessidades, mas o que ela busca significar? As dimensões concretas do fenômeno humano, isto é, o movimento que vai da necessidade (biossocial) ao trabalho (relações sociais). Desenvolvida de maneira fragmentada por Léfèbvre ao longo de sua vida intelectual, mas também por Heller, a teoria das necessidades se propõe a explicar como e porque o ser humano se movimentou de uma situação de "naturalidade" e inconsciência em direção ao ser genérico social ou individual,

consciente de seu trajeto. Este trajeto corresponde à própria história humana e a sua redução à dimensão econômica é, por isso, uma expressão da alienação.

O percurso da elaboração de uma teoria das necessidades humanas foi inaugurado pelo jovem Marx, a partir de obras como os Manuscritos Econômico-filosóficos, de 1844, e a Ideologia Alemã de 1846. Segundo Heller, foi o conceito filosófico de necessidade que motivou Marx nessa busca, pois,

> la necesidad del hombre y el objeto de la necesidad están en correlación : la necesidad se refiere en todo momento a algún objeto material o a una actividad concreta. Los objetos «hacen existir» las necesidades y a la inversa las necesidades a los objetos. La necesidad y su objeto son «momentos», «lados» de un mismo conjunto. (1986, p. 47) [7]

Muito embora tal constatação pareça ser um truísmo, os economistas predecessores ao jovem Marx sequer discutiram isso, preferiram se concentrar apenas na teoria do valor sob o ângulo da riqueza. Heller também identifica o movimento que conduziu Marx ao refinamento conceitual e à elaboração de distinções entre necessidades biológicas e sociais. Sobre essas últimas recaem o peso da história do desenvolvimento humano, e o que nos fez suplantar as necessidades vitais de conservação na nossa espécie, entretanto, não sem contradições. Especificamente, sob a sociedade capitalista, toda a potencialidade do desenvolvimento humano é subsumida pelas estruturas de dominação e poder de classe, por isso, a experiência das necessidades e de sua satisfação é vivida desigualmente. Além disso, segundo Heller é a classe trabalhadora, que foi colocada na condição histórica de mediar o conflito humano, entre a necessidade e a fruição através do trabalho.

Já em Léfèbvre, a contribuição que mais nos interessa à teoria vem justamente da sua reflexão sobre a passagem das necessidades gerais às necessidades

[7] A necessidade do homem e o objeto dessa necessidade estão em correlação: a necessidade se reflete em todo momento em algum objeto material ou em uma atividade concreta. Os objetos “criam” as necessidades e ao contrário as necessidades aos objetos. A necessidade e seu objeto são “momentos”, lados de um mesmo conjunto.

particulares (desejos), porque nesse movimento encontramos os termos concretos da condição humana. Primeiramente, parece-nos muito importante resgatar a distinção entre necessidade e desejo, ele diz

> Le besoin se determine biologiquement, physiologiquement. Il est 'générique': il appartient à l´espèce humaine. Le désir est individuel et social à la fois, c est-à-dire reconnu – ou exclu – par une société. Le besoin se determine quantitativement; (...) Le désir serait plutôt qualifié ou qualitatif. (1961, p. 13). [8]

Ora, a determinação de quantidades e qualidades depende de contextos concretos, isto é, ela não pode ser definida a-historicamente. O emprego da teoria das necessidades impõe considerar a sociedade tanto em uma perspectiva de classes, quanto na perspectiva dos indivíduos e de suas trajetórias. Trata-se, portanto, de duplo movimento porque há o sentido da objetivação do humano particular em humano genérico. Dito em outras palavras, os homens se tornam conscientes de seus "pequenos mundos" em relação à sociedade ou "grande mundo", através do trabalho e da produção de um mundo objetivo, este é o modo da elaboração do ser genérico descrito por Marx nos Manuscritos filosófico-econômicos. Por conseguinte, na mediação entre o humano particular e o genérico, nasce o indivíduo razoavelmente consciente de sua própria vida.

Então, além das dimensões formais (espaço e urbano) para se estudar a reprodução social, passamos a adotar também as dimensões da necessidade e do trabalho, mas qual é o objetivo disso? Ora, espaço e urbano se referem às dimensões materiais nas quais a reprodução social burguesa se esforçou em dominar pela ressignificação formal (DAMIANI, 1995), ao passo que a necessidade e o trabalho se referem às dimensões concretas ou da prática do ser humano nas quais podemos ler a reprodução social (LÉFÈBVRE, 2005). O relacionamento dessas dimensões tem, portanto, um objetivo claro: encaminhar a compreensão da reprodução social do plano mais abstrato ou estrutural para o plano do sensível, do imediato ou

[8] A necessidade se determina biologicamente, fisiologicamente. Ela é "genérica": ela pertence à espécie humana. O desejo é individual e social ao mesmo tempo, isto é, reconhecido – ou excluído – por uma sociedade. A necessidade se determina quantitativamente (...) O desejo seria antes qualificado ou qualitativo.

conjuntural. Este movimento, longe de esgotar a temática da reprodução social, procura justamente situá-la nos termos do debate que ora tratamos nesta pesquisa, entre a abordagem da alienação e a da resistência. No próximo item, a problemática alcança o patamar no qual definimos o intercruzamento entre essas dimensões, circunscrevendo a classe social e as práticas de reprodução que foram objetivadas na pesquisa.

1.2.3.1 A classe trabalhadora e suas práticas de reprodução social

Antes de qualquer passo à frente, é preciso que reflitamos sobre o conceito de classe social no âmbito próprio das ciências humanas, para que nosso escopo teórico não comprometa, posteriormente, os procedimentos metodológicos da pesquisa.

Foram Marx e Engels que construíram uma concepção, ao mesmo tempo, estrutural e dinâmica do conceito de classe social. Este conceito é, antes de tudo, uma categoria histórica, ou seja, ao tratarmos de classe social estamos nos remetendo ao desenvolvimento da sociedade e as condições estruturais que definem suas estratificações. Por isso, Stavenhagen salienta que “a definição marxista de classe não se pauta sobre o tipo de ocupação, nem no nível de renda, nem no estilo de vida, que são critérios secundários de caracterização de uma classe social, mas a relação com os meios de produção” (1980, p. 288). Dito em outros termos, o lugar que um determinado agrupamento de homens e mulheres ocupa, em um sistema historicamente determinado de produção social, é função do modo pelo qual se obtém a parte da riqueza social. Com efeito, a partir deste critério de “corte”, foram elaboradoras, para a sociedade capitalista, as noções de classe proletária e classe burguesa como expressões antagônicas e conflitantes.

Por outro lado, esta definição de classe social e sua expressão polarizada entre proletariado e burguesia são contribuições do século XIX. Como o modo de produção capitalista sobreviveu a todos os revezes do século XX, impõe-se que

façamos, pelo menos, uma reconsideração de seu alcance teórico em determinar a totalidade social. Léfèbvre (2005) considera que, além dessas duas classes, também devem ser consideradas, com estatuto de classes sociais, os camponeses e as "classes médias"; definições à parte, o que ele está colocando no debate é que há outras classes entre os extremos, as quais realizam um papel ativo de mediação no conflito central da luta de classes.

Quando transladamos a problemática das classes sociais para o contexto brasileiro atual, é impossível não deixar de considerar um fato em relação à classe operária – ela convive com situações de emprego e desemprego de modo estrutural/conjuntural, salvo poucas exceções, isto lhe impõe a construção de uma mediação já bastante conhecida: a realização concomitante de ocupações diversas que incluem um amplo espectro de atividades, desde o "bico" até trabalhos formais (carteira assinada). Por isso, demos preferência, neste trabalho, em nomear a classe proletária de trabalhadora, porque, conseguiríamos abarcar mais amplamente tal situação descrita acima, sem tornar nulas as suas características.

Após esse pequeno *détournement*, vamos retornar ao que estávamos perseguindo – a definição dos tipos de práticas de reprodução social da classe trabalhadora. Nossa problemática foi construída de modo a indagar as condições de reprodução da classe trabalhadora do Pero Vaz, consequentemente, neste ponto a pesquisa transita do nível estrutural para o conjuntural.

Como identificar a prática social que relaciona o espaço e a necessidade? Como já dissemos a cidade exerce um papel fundamental na manutenção reprodutiva social, porque sua espacialidade é objeto de incessantes intervenções para adequá-la às estratégias de classe, advindas do nível mais global ou homogeneizante. Propriamente, ao nível na cidade, o espaço é fragmentado para a venda, além disso, é preciso dotá-lo de infraestruturas que vão ajudar a definir os níveis reprodutivos, de acordo com as equivalências de trocas possíveis, seja nas centralidades, seja nas periferias. Portanto, ao mesmo tempo em que ocorre a produção da cidade capitalista, também ocorre a definição de onde e como vão se reproduzir as classes

sociais. Este complexo movimento é conhecido como segregação socioespacial e age, diretamente, na prática que elegemos para ser analisada - a do habitar.

No caso da classe trabalhadora, tal necessidade é vivida dramaticamente, porque lhe faltam os meios ou condições materiais para competir no mercado de terras no qual a cidade capitalista se transformou. Daí as lutas por moradia, as ocupações de terras, as vitórias, mas também as derrotas...se o homem habita o mundo poeticamente, a poesia da classe trabalhadora é, sem dúvida, concreta. O que observamos, quando da pesquisa empírica, foi como a prática do habitar tem se realizado no bairro do Pero Vaz, não perdendo de vista que esta prática depende de diversas formas sociais, desde as formas espaciais propriamente ditas até as jurídicas. Interessou-nos a história dessa prática, registrada no espaço, na produção do bairro, em relação ao conjunto da cidade, e como ela tem reagido à forma predominante do capitalismo, a mercadoria, isto é, como a prática do habitar tem respondido, enquanto atividade, à estrutura capitalista.

Na teoria geral das necessidades, o trabalho é a mediação entre a necessidade e a fruição. Neste aspecto, Lefebvre observa que

> a necessidade remete ao trabalho, que cria e permite a fruição do objeto produzido ou da obra criada; por sua vez, estimulado pela necessidade, o trabalho produz novas necessidades, confirmadas pela fruição; e, assim, sucessivamente, em um movimento perpétuo, que não tem nada de círculo viciosos, mas que avança, lentamente ou aos saltos, seguindo uma espiral ascendente. (2005, p. 28).

Então o trabalho é uma imediaticidade prática. Não obstante, onde buscá-lo enquanto prática de reprodução social? No urbano. Por quê? Porque entendemos que no urbano esta prática expressa a condição de reprodução social da classe trabalhadora, com suas contradições e mediações, uma vez que expõe o que o trabalho se tornou para esta classe. O trabalho talvez seja a prática urbana que sofreu a mais intensa ressignificação. Na realidade, desde o fim do século XVIII, sua natureza foi sendo moldada segundo as diretrizes da reprodução social burguesa. A estratégia é bem simples, mas eficiente, retirar o máximo de valor da mão-de-obra

por unidade de tempo trabalhada. A forma social elaborada para consolidar e dissimular esta permanência foi a contratual – se paga pelo trabalho comprado, mas sob a aparência desta forma, perde-se a visão da exploração porque o trabalho pago não corresponde ao valor produzido pelo tempo trabalhado, assim, as frustrações, a vergonha pelo aviltamento são situações inseparáveis, mas também as inventividades, os desvios, o achincalhar das condições de trabalho.

Em resumo, este foi o trajeto teórico delineado para a reflexão do objeto de pesquisa, no entanto, necessário se faz demonstrar com quais procedimentos o apreendemos empiricamente, por isso, a seguir apresentamos a metodologia deste trabalho.

1.3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O *bairro* do Pero Vaz é o local onde se concentraram nossos procedimentos de campo, porém, a problemática da pesquisa envolve também outros níveis do espaço social. Além disso, há ainda a complexidade temporal do objeto da pesquisa, sua história, que se entrecruza com espacial, produzindo “camadas” fenomênicas que não são discerníveis sem a construção de uma estratégia de pesquisa. Logo, o que procuramos elaborar foi um conjunto de procedimentos metodológicos os quais nos movimentaram da teoria (abstração) em direção ao real (empírico).

Com efeito, passamos a considerar metodologicamente nosso objeto a partir de uma dupla complexidade fenomênica – a vertical e a horizontal, tal como assim propôs Léfèbvre *apud* Martins (1981). Para os termos dessa pesquisa, a complexidade vertical se refere às estruturas de reprodução social capitalista e o movimento (processo) que as fez produzir espaços periféricos destinados a uma ampla parcela da classe trabalhadora. Por outro lado, consideramos complexidade horizontal as formas e práticas de reprodução social que coexistem simultaneamente e são

apropriadas pelos moradores do bairro do Pero Vaz. Trata-se, portanto, de trabalharmos com dois “recortes” espaço-temporais.

Para tratar o objeto da maneira acima descrita foi necessário a elaboração dos seguintes procedimentos metodológicos:

- 1º procedimento: investigação da complexidade vertical. Aqui partimos de um quadro de referência, quer seja, o da formação social e da cidade. Na realidade, buscamos delinear o processo que relacionou a produção do espaço soteropolitano à reprodução social capitalista moderna.

O recurso a diferentes fontes de informação foi essencial à investigação dessa complexidade. Fontes como documentos (jornais, mapas), dados dos censos demográficos do IBGE, além de uma mais ampla possível produção acadêmica (dissertações e teses) comporam a base desse primeiro procedimento metodológico.

- 2º procedimento: investigação da complexidade horizontal. Este se subdivide em dois grandes conjuntos: um de base documental e bibliográfica e outro de campo.

Na base documental estão os artigos e demais registros de formação do *bairro* publicados em edições diárias de jornais de circulação da época. Outra base documental se trata do romance “Corta-braço” de Ariovaldo Matos que nos forneceu um “quadro” aproximado das condições de vida no momento de formação do Pero Vaz.

Já os microdados do IBGE (Censo Demográfico 2000) foram utilizados como uma “ante-sala” ao trabalho de campo. Devido à riqueza de detalhes dos microdados é possível uma caracterização socioespacial prévia do *bairro*, condição essencial para a definição da amostra de pesquisa.

O trabalho de campo se constituiu em nossa inserção na realidade do objeto pela observação direcionada em momentos distintos de pesquisa, como também pelo levantamento de dados. Objetivamos com ele construir, paulatinamente, dois conjuntos de dados – um cuja base de dados foi obtida por registros fotográficos e entrevistas não-diretivas, as quais nos permitiram acessar algumas histórias ou trajetórias de reprodução social; e um segundo conjunto no qual a aplicação de um questionário com informações complementares aos microdados do IBGE, através de uma amostra com margem de erro de 10%.

Neste movimento próprio da pesquisa, a complexidade horizontal só pode ser apreendida de maneira conjuntural. A noção de conjuntura aqui tem um significado epistemológico importante – nossas observações se pautaram, ora na captura "fragmentos" do vivido, ora em entrevistas. Isto significa dizer que, metodologicamente partimos de um quadro de referência baseado na dimensão não só microssociológica do objeto, mas também na dimensão microespacial, isto é, no *bairro* do Pero Vaz, porque entendíamos que somente desta maneira conseguiríamos observar a reprodução social na dimensão sensível.

Então a adoção da conjuntura, enquanto procedimento metodológico, ganhou um peso significativo porque implicou em considerar também o plano fenomenológico do imediato, no qual a trama do objeto sofre modulações. Como bem pontua Revel

> O recurso a sistemas classificatórios baseados em critérios explícitos é substituído na microanálise pela decisão de levar em consideração os comportamentos por meio dos quais as identidades coletivas se constituem e se deformam. Isso não implica que se ignore nem que se desprezem as propriedades "objetivas" da população estudada, e sim que se as trate como recursos diferenciais cuja importância e cuja significação devem ser avaliadas nos usos sociais, ou seja, em sua atualização. (1998, p. 26).

A microanálise tem sido objeto sistemático de discussão interdisciplinar entre a História e a Antropologia há pelo menos duas décadas, isto porque, nestes dois campos do saber científico, se reconhece que a construção do objeto de pesquisa

passa necessariamente pela definição do seu nível de análise – ou seja, de sua escala de abordagem, do macro ao micro. Grandes nomes da historiografia francesa e italiana como Jacques Revel, Bernard Lepetit, dentre outros, têm se debruçado na discussão dessa temática tão cara às ciências humanas, isto porque no jogo escalar implica considerar que:

- a mudança do campo de referência (percepção e observação) produz efeitos significativos na abordagem do objeto e transforma decisivamente o seu conteúdo;
- a constituição de situações em "loco" se restringe a acompanhar itinerários individuais ou de pequenos grupos, a partir de seus contextos de referência, nos quais as contradições e as negociações são um constante trabalho de elaboração e de redefinição; e,
- a microanálise estuda a construção uma rede de complexas relações de aliança, competitividade e solidariedade, etc.

Com efeito, as observações não foram pautadas em grandes conjuntos sociológicos e, logo, a complexidade horizontal do objeto será perscrutada em pequenos grupos ou mesmo indivíduos que tenham suas trajetórias de vida reconhecidas. Trata-se, consequentemente, de buscar aquilo que Martins (1992) definiu como "história residual do subúrbio" porque nesta pequena história está a memória do que foi e é possível como alternativa de vida.

Esperamos, sinceramente, que o recurso à conjuntura nos tenha possibilitado interagir com a natureza própria da reprodução social, não só através de suas continuidades, mas principalmente pelas suas disjunções ou descontinuidades. Como nivelaremos nossas observações ao que acontece ao "rés do chão", então tínhamos que fazer uso intensivo dos meios de percepção de que dispomos como o olhar, a audição, o olfato e comunicação. Enfim, toda a nossa sensibilidade perceptiva teve que ser posta a serviço da observação. Claro que nem tudo que for

observado se constituiu em elemento de registro. Neste caso, nosso parâmetro de “corte” foi estabelecido com base problemática da pesquisa.

Esperamos que o recurso à conjuntura não tenha produzido um “fosso” ou hiato entre as dimensões micro e macro da pesquisa, mas ao contrário, ela tenha nos auxiliado a perceber e problematizar como ocorre a modulação sociológica do macro no micro, ou seja, como a reprodução social, definida estruturalmente, realiza-se à escala microssociológica. Na realidade, este embate entre as escalas é um corolário da própria formulação da pesquisa, o que teve consequência direta não só em nosso referencial teórico, mas em toda a sequência proposta de capítulos.

Enfim, este é o percurso teórico-metodológico que construímos para o encaminhamento da problemática da pesquisa. Nos dois capítulos seguintes, descrevemos o objeto da pesquisa em seus dois níveis: o estrutural, com destaque à cidade de Salvador, e o conjuntural, focado no *bairro*.

2 A REPRODUÇÃO SOCIAL DA CLASSE TRABALHADORA AO NÍVEL ESTRUTURAL: O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA E A FORMAÇÃO DOS MERCADOS IMOBILIÁRIO E DE TRABALHO EM SALVADOR

Neste capítulo o foco descritivo é estrutural e histórico, ou seja, a busca pelo entendimento do nosso objeto de pesquisa nos impõe a considerar a complexidade vertical da reprodução social, o que nos conduz à produção do espaço como condição e meio à reprodução.

Para realizarmos esta descrição do objeto, um trajeto teve que ser delineado com vistas à consecução da pesquisa. Logo, decidimos partir de uma questão simples, mas que sintetiza nossa *démarche*: como a cidade de Salvador foi incorporada ao processo de reprodução capitalista sob um regime de acumulação urbano-industrial? Antes de tentarmos responder a esta questão, vejamos o que dizem alguns renomados estudiosos sobre Salvador:

Milton Santos - Salvador é uma criação da economia especulativa, a metrópole de uma economia agrícola comercial antiga que ainda hoje subsiste, ela conserva as funções que lhe deram um papel regional, e embora penetrada pelas novas formas de vida, devidas à sua participação aos modos de vida do mundo industrial, mostra, ainda, na paisagem, aspectos materiais de outros períodos. (1959, p. 192).

Pedro de Almeida Vasconcelos - O que se destaca em Salvador é sobretudo o seu passado (...) e sua riqueza durante o período colonial, quando destacava-se como porto exportador de açúcar e de fumo, e como porto de entrada de mercadorias européias e de escravos africanos, resultaram numa combinação populacional que a tornou a maior cidade brasileira com população majoritariamente negro-mestica(...) A outra face de Salvador não é específica, é a da grande desigualdade social, e uma crescente estratificação social e ‘segregação espacial’, com imensos problemas típicos de uma metrópole(...). (2003, p. 12 e 14).

Angela Gordilho-Souza - Constatou-se que, na atualidade, o processo de segregação espacial da pobreza isola pobres e ricos em cidades diferenciadas, separadas e ao mesmo tempo justapostas (...) na produção e na apropriação da moradia, verificou-se que, em Salvador, a grande maioria da população de baixa renda, pela própria contingência de ter que morar em algum lugar e de não encontrar outras alternativas oferecidas pela sociedade, a não ser a ocupação aleatória de terras urbanas, acabou fazendo 'justiça com as próprias mãos', conquistando um espaço de moradia através das invasões. (2008, p. 402).

Francisco de Oliveira - Salvador experimentou um longo declínio, a partir dos fins do século XIX até a década de 60 do atual (XX), e precisamente porque, a partir do patamar muito baixo em que permaneceu até a consumação desse declínio – na verdade, uma expressão da redefinição das formas da acumulação capitalista no Brasil e seu reflexo na divisão regional do trabalho – é que se dá essa aceleração que se impulsiona na década de 60, é que as formas das leis gerais de reprodução do capital apresentam peculiaridades que devem ser resgatadas para dar inteireza ao processo de conhecimento da forma global – desigual e combinada – da expansão capitalista no país com um todo. Em outras palavras, a própria destruição da 'região' no processo de integração dá-se aproveitando as anteriores 'diferenças regionais'. (1987, p. 9-10).

O que esses pesquisadores estão nos indicando ao discursarem sobre a realidade de Salvador? Que a expansão de um regime de acumulação de capital urbano-industrial e, a consequente introdução de uma reprodução social, nos moldes desse regime, foi um processo recente na história da cidade. Além disso, tal processo provocou profundas transformações na morfologia da cidade, tanto do ponto de vista exógeno, ao elevá-la à condição de metrópole regional, quanto do ponto endógeno, ao constituir uma proeminente e pulverizada periferia. Consequentemente, sem essas transformações operadas na espacialidade da cidade, não teriam sido cridas as condições mínimas para que a reprodução social capitalista típica efetivamente se implantasse. Então Salvador significa o que as descrições acima indicam: um elo recente da reprodução capitalista urbano-industrial que, por isso mesmo, revela especificidades no seu processo de incorporação à estrutura reprodutiva ao nível

nacional. Isto nos conduz à história desse processo como uma exigência de método, assim como o emprego de um conjunto de conceitos e noções que deem conta das transformações por que passou sua espacialidade.

Dentre os conceitos que elegemos para descrever a história da produção espacial estão os seguintes: modernização do regime de produção, espaço de catástrofe capitalista, morfologia hierárquica estratificada e desenvolvimento desigual e combinado. Tal conjunto de conceitos nos coloca diante de um procedimento teórico-metodológico importante: a de que a história da produção do espaço de reprodução capitalista envolve outras escalas espaço-temporais, portanto, níveis implicados do espaço social. Dessa maneira, o movimento de discussão deve partir de uma escala mais ampla, para só depois alcançar o nível da cidade. Com efeito, partimos do nível em que a formação social brasileira é a escala privilegiada para discorrermos sobre as transformações do regime de acumulação.

2.1 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO BRASIL - DO REGIME DE ACUMULAÇÃO AGRÁRIO PARA O URBANO-INDUSTRIAL

Uma literatura mais crítica acerca da modernização do Brasil aponta a década 1930 como um marco ou divisor de um regime de acumulação rural/agroexportador para um urbano/industrial (OLIVEIRA, 2003; PRADO JUNIOR, 1971; SINGER, 1968). É claro que tal transformação do regime de não foi algo simples, na realidade, significou um duplo movimento de direções opostas: um de “destituição” do poder das elites ligadas à economia agroexportadora e, com elas, todas as formas de reprodução social, suas práticas inerentes, assim como suas espacialidades e, de outro, de ascensão da burguesia como classe hegemônica e de seu contraponto, a classe trabalhadora, assim como, suas respectivas espacialidades.

Muito embora consideremos a década de 1930 como um marco de inflexão, no sentido da efetivação de um novo regime de produção, as bases para que a modernização se tornasse a força social capaz de implantá-lo, já atuavam desde o

século XIX, mais especificamente, a partir da nossa independência, quando do rompimento do nosso “estatuto colonial”. A questão de fundo na modernização brasileira é justamente aquela que tenta demonstrar como o padrão estrutural agrário foi rompido e assimilado por um padrão mais dinâmico, estruturado no trabalho assalariado e numa ordem social classista.

Uma leitura muito convincente do processo de modernização brasileiro é aquela empreendida por Florestan Fernandes (1976) sobre uma “Revolução Burguesa” e a consequente modernização capitalista, em diversos níveis da formação social brasileira. Para nós, à parte a discussão a respeito de uma “revolução burguesa” ou não, interessa-nos muito mais pontuar, mesmo que resumidamente, as principais condições que ilustram o trajeto da modernização brasileira.

A primeira condição foi sem dúvida a independência política. Florestan Fernandes (1976) destaca a independência como um evento singular para a formação da sociedade civil à brasileira, porque rompeu nosso “estatuto colonial”. Além disso, impôs uma série de transformações, muito mais da esfera política que econômica as quais implicaram na modernização do Brasil, sendo a principal delas a estruturação do Estado. Este evento, se revisto a partir do referencial teórico que adotamos, revela-se como o primeiro ponto de descontinuidade ou ruptura da morfologia espacial até então existente porque, como condição à modernização, o Estado se sobrepôs às “ilhas” de produção e organização socioespacial, conduzindo assim a uma lenta, mas inequívoca integração nacional. Não obstante ao peso singular das elites agrárias na estruturação da burocracia estatal e, do ponto de vista socioeconômico, da não alteração das formas sociais de reprodução - escravidão e senhorio, latifúndio e *plantation* - o Estado brasileiro já nascia dialogando com a ideia ou, como queiram, com a ideologia de modernização sob a forma de progresso. Tal constatação justifica tanto a luta pelo fim da escravidão, mesmo que sob argumentos mais econômicos que sociais (humanitários), como também as primeiras “operações urbanas”, empreendidas nas grandes cidades brasileiras, na virada do século XIX para o XX.

Se a constituição do Estado-nação foi uma condição para a modernização, a atividade econômica que realmente a suscitou, a partir de suas práticas, foi o comércio. Estabelecido nos grandes centros urbanos do país no século XIX, compunha-se de dois níveis escalares de ação: o nível macro que se ligava ao comércio exportador-importador e um nível meso-micro no qual atuava o comércio tanto atacadista quanto varejista. A importância desta atividade é tamanha que Florestan Fernandes chega a afirmar o seguinte,

> não foi nem a produção agrícola exportadora, nem a produção manufatureira ou industrial que galvanizaram, historicamente, o primeiro surto integrado do capitalismo no Brasil. Essa função foi preenchida pelo complexo comercial, constituído sob pressões econômicas concomitantes ao neocolonialismo, da emancipação política e do desenvolvimento urbano. (1976, p. 102)

Ou seja, mesmo por vias heteronômicas, o comércio foi a atividade que realmente se integrou ao capitalismo em nível global, constituindo-se na base "modernizadora" da economia e da sociedade nacionais. O dinamismo que a atividade do comércio promoveu no meio urbano se refere tanto à diferenciação social, o que já indicava a superação dos estamentos por classes sociais, quanto a própria complexificação urbana, sobretudo, por conta dos meios de transporte e dos tipos de consumo que suscitava. Por esta via de argumentação não poderíamos deixar de relacionar as cidades e seu papel como centros difusores de tal processo.

Desde fins do século XVIII o Brasil contava com algumas cidades onde o dinamismo comercial, principalmente por conta do comércio exterior, já as diferenciava das demais. Assim é possível afirmar que Recife, Salvador e Rio de Janeiro foram os *loci* de diversas atividades, inclusive culturais, as quais reafirmam a importância desses meios urbanos como "pontos" de entrada e fixação do processo de modernização no Brasil. Contudo, em tais meios urbanos, à exceção do Rio de Janeiro, onde a burocracia estatal dava outros contornos ao poder, o peso das elites agrárias era enorme, a ponto de condicionar ou limitar a modernização aos seus princípios e práticas patrimonialistas. Com efeito, práticas e mentalidade burguesas até existiam,

mas sem força suficiente para romper com a “pesada” estrutura social, proveniente do recente passado colonial.

Foi somente a partir da segunda metade do século XIX, com a estruturação de um novo ciclo de atividade agrária, que a modernização no Brasil ganharia novos rumos. Estamos nos referindo à eleição do café, como nova atividade econômica que provocou transformações fundamentais na estrutura socioeconômica brasileira.

Para introduzirmos esse novo elemento no bojo da modernização, apoiamo-nos em Prado Júnior (1971), quando sublinha que a ascensão da lavoura de café foi acompanhada pelo deslocamento do eixo econômico do Norte para o Centro-sul. Tal movimento foi aconteceu, concomitantemente, com a decadência das lavouras tradicionais, provocada tanto pela concorrência de outros centros produtores, quanto pela cessação do tráfico negreiro em 1850.

O café já tinha sido introduzido no Brasil desde 1727, em Belém do Pará, mas era apenas mais uma cultura exótica sem qualquer expressão na pauta de exportação brasileira. Aliás, o café, segundo Prado Júnior (1971) só ganhou importância mesmo quando se torna um item de luxo na dieta de certos países ocidentais no século XVIII, daí em diante a sua produção em colônias tropicais foi estimulada. No Brasil, o café encontrou as condições climáticas e de solo ideais no Sul, sobretudo no Vale do Paraíba, além é claro de uma estrutura socioprodutiva não viciada pelas atividades tradicionais como a cana-de-açúcar. O fato é que, durante o século XIX, a produção de café passou de 3.178 sacas de 60 kg na década de 1821-30 para 51.631 na década de 1881-90 e, com efeito, o café passou a ser o item quase que exclusivo da pauta de exportações brasileira (SINGER, 1968, p. 28). Então, se do ponto de vista econômico, o café significou tamanha transformação econômica, o que poderíamos discorrer a respeito das transformações sociais?

No curso das transformações sociais operadas pelo chamado ciclo do café estão a ascensão de uma nova elite agrária, o fim da escravidão, a importação de força de

trabalho essencialmente européia e a formação de um novo centro econômico no Centro-sul do país. Cada uma dessas consequências, provocadas pela atividade cafeeira, foi também condição para a modernização do país. Assim, poderíamos classificar o período que se inicia a partir de mais ou menos 1860 do século XIX e até a década de 30 do século XX como sendo o de transição da sociedade brasileira. Dito em outros termos, por volta de 1860 ocorre um segundo ponto de descontinuidade na morfologia espacial brasileira, pois, ela entrou em um período de transição, cuja característica principal foi a ocorrência sucessiva de crises e rupturas em todas as dimensões e níveis da vida social.

A elite agrária produzida pela atividade cafeeira marca nitidamente uma transição entre a patrimonialista e escravista do Norte e os "homens de negócio". Historicamente o fazendeiro de café assumiu todas as contradições de sua época, ao negociar tanto com as formas escravistas de produção quanto com as formas capitalistas típicas em constituição (força de trabalho livre). E não poderia ter sido diferente, porque o país, após o fim do tráfico negreiro em 1850, entrara a reboque em um turbilhão de mudanças suscitadas pelas potências econômicas européias. Assim, as oportunidades entreabertas pelo fim da escravidão foram melhores galvanizadas pelos fazendeiros de café que souberam capitalizar, ao nível técnico da produção, os custos da passagem de uma força de trabalho escrava para livre. Neste aspecto, Florestan Fernandes (1976) salienta que o fazendeiro de café havia introduzido, no cenário brasileiro, a plantação comercial típica. Então, enquanto agente socioeconômico, o fazendeiro de café é um híbrido entre o passado (o senhor de engenho) e o que está porvir - o capitalista típico.

Outro agente social que concorreu para o processo de modernização do Brasil foram os imigrantes, sobretudo, os de origem européia, que para cá afluíram no último quartel do século XIX. Não é nosso objetivo aqui discutir os motivos que motivaram a imigração de milhões de pessoas de seus países de origem, interessa-nos antes discutir a mentalidade e as práticas de reprodução que esses imigrantes trouxeram. É correto dizer que estes imigrantes vislumbravam alcançar riquezas em terras brasileiras e, com isto, retornar aos seus países de origem. Contudo, como a história nos mostra não foi bem assim o que aconteceu e, de provisória, a estadia de muitos

desses imigrantes passou a ser permanente. Não tolhidos de sua cultura, de suas práticas e mentalidade, como assim foram os africanos na condição de escravos, os imigrantes puderam se estabelecer em negócios, principalmente, no comércio e, dessa forma, implantar uma racionalidade econômica cujas bases eram competitivas. Além disso, para os imigrantes que não lograram êxito, o trabalho se dava em bases completamente diferentes daquelas até então realizadas – eles eram trabalhadores livres e, por isso, lutaram por melhores condições [9]. É ponto passivo que foram os imigrantes que organizaram a atividade sindical no Brasil no início do século XX.

Por conta de todas essas transformações um novo centro dinâmico se constitui no país em fins do século XIX, tendo Rio de Janeiro e São Paulo como seus principais pólos. E, à medida que o café "marchava" em direção ao interior do Estado de São Paulo, período pós-Proclamação da República, a cidade de São Paulo se tornava, rapidamente, o epicentro de uma pujante elite econômica que buscava nos modelos europeus de vida, sobretudo franceses, elementos de distinção social.

Factualmente, São Paulo iniciou uma escalada sem precedentes de crescimento, seja populacional, seja como sede de grandes bancos e empresas que nela se instalaram. A título de exemplificação, tomemos por empréstimo as observações de Singer (1968) sobre o crescimento de São Paulo. Em 1872, data do primeiro recenseamento geral, sua população era de 31.385 habitantes, sendo apenas 19.347 habitantes em meio urbano; já em 1920, a população de São Paulo havia alcançado a cifra aproximada de 579 mil habitantes, sendo superada apenas pelo Rio de Janeiro, a única cidade que atingira, à época, o patamar de mais de um milhão de habitantes. Apesar de esta última reunir todas as condições de ser o principal epicentro da modernização do país, este papel coube a São Paulo por diversas razões as quais não nos deteremos pormenorizadamente, basta que destaquemos a constituição de uma imensa *hinterlândia,* no interior do estado, com concentração de grande população, algo em torno de 4 milhões de habitantes

[9] Mesmo com a condição de trabalhadores livres, a história registra diversos conflitos entre fazendeiros e imigrantes na relação de trabalho, porque havia uma "tendência" de nivelá-los à condição de "escravos".

(IBGE, Censo Demográfico, 1920). Também a constituição de uma malha ferroviária e disponibilidade de energia elétrica suficiente e superior à encontrada na congênere fluminense, ajudaram a São Paulo a se tornar o centro econômico do país entre 1920 e 1930. Como afirma Singer

> as consequências do desenvolvimento da cafeicultura em São Paulo sobre a capital foram notáveis. Mesmo considerando apenas as conseqüências diretas – aumento da população, desenvolvimento comercial, melhoramentos urbanos, constituição dos mercados (capital e trabalho). (1968, p. 39).

Portanto, São Paulo e Rio de Janeiro, esta agora em uma posição secundária, haviam reunido todas as condições históricas para que se iniciasse, a partir delas, a mutação da base produtiva brasileira, de agrária para urbano-industrial, isto a partir de 1930 com a "grande crise de produção do café." Então, o que fizemos até agora foi relacionar as condições de modernização necessárias às transformações socioeconômicas que estavam porvir, por isso, doravante, vamos nos deter no período que se inicia na década de 1930, e que cria o contexto de catástrofe capitalista em escala nacional com base na industrialização.

Antes de qualquer consideração a respeito da transmutação do regime de produção nacional de agrário para urbano-industrial, é preciso considerar antes que forças sociais promoveram tal transformação, e quais consequências políticas se sucederam ulteriormente. A chamada "crise de 1930" pode ser vista como o momento em que uma nova elite econômica consegue também controlar o poder político e redefinir os rumos da nação. A questão envolve a complexa correlação de forças sociais entre velhos e novos agentes econômicos, isto é, entre as elites agrárias e urbanas, contudo, como se configurou uma elite urbana no Brasil? De onde veio o seu poder econômico que mais tarde se implicaria com o poder político e, consequentemente, dominaria o Estado brasileiro, colocando-o a serviço de um novo regime produtivo?

Como frisam Florestan Fernandes (1976) e Prado Júnior (1971), havia nas duas grandes cidades na virada do século XIX e início de século XX uma ampla classe de comerciantes e banqueiros que, apesar de não encabeçarem as elites políticas da época, já dispunham de lastro econômico solidamente constituído após muitos anos de negócios em torno do comércio de exportação. Há que se considerar também um contingente não negligenciável de fazendeiros do café que se aventuraram em novas atividades econômicas, quando o café começava a dar os primeiros sinais de esgotamento, assim como, uma parcela significativa de estrangeiros que abriram seus próprios negócios. Esse conjunto de "homens de negócio" já dispunha das condições materiais para se aventurar em uma nova atividade econômica – a indústria.

Não é errôneo afirmar que a indústria no Brasil existe desde o início do século XIX, contudo, é necessário destacar que sua função na estrutura econômica do país era marginal, porque servia apenas para suprir as carências por produtos de consumo doméstico. A superação deste quadro só começaria a acontecer na última década deste mesmo século, quando a migração de capitais de outros setores, comércio e especulativo, comporia o primeiro surto de industrialização em São Paulo e no Rio de Janeiro. A indústria por excelência dessa época foi a têxtil, mas seguida pela alimentícia; a predominância destas empresas é explicada pela oferta de matérias-primas abundantes, principalmente, o algodão e gêneros alimentícios nas hinterlândias de São Paulo e Rio de Janeiro. Outros tipos de indústria como a de metalurgia só se desenvolveriam mais tarde, precisamente, na 1ª Guerra Mundial (1914-1918), por demandas externas (países beligerantes), mas também interna, haja vista a interrupção das importações. Logo, este primeiro período da indústria nacional, 1890-1930, foi marcado por uma instabilidade político-econômica recorrente, uma vez que concorriam contra a nascente indústria nacional o pequeno mercado consumidor e a falta de créditos e, consequentemente, a acumulação de capitais não atingiu ao patamar necessário para determinar a inflexão do regime de acumulação da economia nacional. Tal quadro só começou a se inverter após a década de 1930, através da conjunção entre interesses da emergente burguesia industrial e do Estado.

O primeiro passo foi gerar uma poupança interna. Prado Junior (1971) identifica que a partir de 1910 os capitais excessivos, oriundos principalmente da especulação com a atividade cafeeira, acumularam-se nas mãos de uns poucos capitalistas que os investirão na indústria. Concomitante, outro processo de acumulação de capitais se desenrola em duas frentes: uma através da fixação artificial dos preços de mercadorias de consumo, promovida pelo Estado, e outra, promovida pelas empresas, ao pagar baixos salários aos trabalhadores urbanos. Com esses mecanismos de "poupança forçada", os capitalistas montaram o primeiro pilar para promover o segundo período de industrialização nacional. Entretanto, a formação da base de capitais não garantia ainda o início do processo acima descrito, uma vez que não existia uma correspondência legal e normativa do tipo de trabalho e, portanto, do trabalhador nesse novo período. Portanto, coube ao Estado a regulamentação do mercado de trabalho.

A ação do Estado brasileiro, no sentido da regulamentação do mercado de trabalho, é interpretada por Oliveira (2003) como uma estratégia de institucionalização das "regras do jogo" no novo regime de acumulação capitalista. Segundo este autor e, concordamos com ele, era preciso uniformizar a massa de trabalhadores para se definir assim, os custos de reprodução da força de trabalho (capital variável) na composição orgânica do capital. Então a primeira e eficaz medida adotada foi a fixação de um salário mínimo como parte de uma ampla legislação trabalhista, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Com isto, o Estado promoveu a "reconversão a um denominador comum de todas as categorias o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a" (OLIVEIRA, 2003, p. 39). É importante que se diga que a definição de um salário mínimo para o trabalhador urbano era baseada na reprodução biossociológica deste, através de critérios de necessidades alimentares, vestuário, transporte, etc., ou seja, definia-se na outra ponta o tipo de consumo médio do trabalhador urbano. Politicamente, as "novas elites" urbanas e o Estado haviam formatado os termos da reprodução da classe trabalhadora urbana.

Outra ação do Estado foi, na dimensão do econômico, subsidiar à indústria e controlar a produção agrícola por meio fiscais; objetivava-se submeter o regime de acumulação agrário em favor do industrial-urbano, através dos chamados "preços

sociais". Na realidade, a ideia era romper com os mecanismos automáticos de acumulação do regime de produção, porque se estes fossem deixados, ao estilo *laissez-faire*, tenderiam retornar ao regime agrário. Por isso, as leis que limitavam a produção agrícola, a exemplo do café e do açúcar, ou ainda a destruição de barreiras alfandegárias entre os estados, substituindo-as pelo Imposto de Consumo Nacional, protótipo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sobre todas as mercadorias (OLIVEIRA, 1981).

À implementação deste "quadro revolucionário" do regime urbano-industrial faltava ainda um último e decisivo elemento – a constituição de um imenso exército de reserva de força de trabalho. Apesar da complexidade que envolve o fenômeno de migrações internas no Brasil, em linhas gerais ele pode ser descrito através de três aspectos, a saber:

- as migrações que se sucederam pós-1930 foram completamente diferentes daquelas que ocorreram no último quartel do século XIX, pois, o foco de atração não era mais os estrangeiros, e sim patrícios provenientes, tanto da zona rural (êxodo rural), quanto de regiões empobrecidas pelo movimento de modernização brasileiro. Na realidade, estes dois tipos de migrações ocorreram simultaneamente;

- em alguns estudos sobre a migração rural-urbana, por exemplo, o contingente de migrantes no período de 1960-1990 foi de 42,6 milhões de pessoas (FAUSTO de BRITO, 2006). Dado que só reforça a catástrofe social que foi também a implantação de relações modernas também no campo; e,

- de acordo com que conseguimos acessar de informações a respeito de migrações interregionais, (IBGE, Censo Demográfico de 1980), no período que abrange as décadas de 1950 a 1980, o Nordeste foi a região que mais perdeu população, ou seja, o saldo migratório ficou negativo em mais de 12 milhões de habitantes. Por outro lado, São Paulo e Rio de Janeiro obtiveram saldos migratórios positivos aproximados de 7,6 e 5,5 milhões, respectivamente. Portanto, sem contarmos com

a população nativa, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro formaram, nos seus entornos, gigantescos “campos” de força de trabalho barata, em quantidade suficiente para a sustentação dos mercados de força de trabalho, de terras, consumidor e de capitais, essenciais ao regime urbano-industrial.

Com efeito, a modernização brasileira produziu um espaço nacional sustentado por esses dois aspectos catastróficos: as migrações tanto rural-urbana quanto interregional e a constituição de periferias nas/das novas centralidades. Aqui temos, portanto, os elementos que caracterizam o último nível de descontinuidade necessário para a implantação da morfologia hierárquica estratificada capitalista – a catástrofe. Só a partir de uma catástrofe dessa proporção é que se tornou possível a afirmação de um centro difusor do capitalismo industrial, com força suficiente para forjar uma divisão regional do trabalho nacional, “destruindo” as economias regionais, em favor de um desenvolvimento desigual e combinado. Assim, a partir desta constatação, nosso esforço de síntese sobre a modernização nacional se direciona à reflexão do papel da Região Nordeste nesse contexto de catástrofe.

Do ponto de vista econômico, a expansão do capitalismo industrial, em direção ao Nordeste, a partir do “núcleo duro” (São Paulo e Rio de Janeiro), implicou em “ondas de destruição” das formas de reprodução do capital instituídas anteriormente. O mesmo processo, se lido pelo viés político, significou também a destruição da chamada *pax agraria* das elites nordestinas que, em sua maioria, viviam nas cidades como Salvador, Recife e Fortaleza. O fato é que o Nordeste foi lançado à condição de região subalterna do regime urbano-industrial, com consequências em todas as dimensões da sociedade regional. Tal processo também foi semelhante com a Região Sul, em especial com o Rio Grande do Sul, contudo, em relação outras regiões, o processo se caracterizou mais por uma acumulação primitiva ao estilo de uma expansão de fronteira, afinal não destruiu nenhuma economia regional estabelecida nos termos do regime de acumulação agrário.

Chico de Oliveira (1981) descreve detalhadamente como se deu a superação da economia nordestina em favor da economia do Centro-sul. Nas cidades mais

importantes, onde havia uma atividade industrial razoavelmente consolidada, principalmente as indústrias têxtil e metalúrgica, a competição com a indústria do Centro-sul foi impiedosa, pois, como as barreiras alfandegárias entre estados haviam sido anuladas a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas, as mercadorias mais baratas "inundaram" em grande quantidade os centros urbanos nordestinos. Com efeito, a indústria regional não tinha meios de competir, em condições de igualdade, com a indústria do Centro-sul e a sua derrocada foi apenas uma questão de tempo. Também o campo sofreu com as "ondas de destruição" provenientes do eixo São Paulo-Rio de Janeiro, pois seus produtos por excelência, cana-de-açúcar e algodão sofreram concorrência dos congêneres centro-sulistas a ponto do Governo Federal intervir e estabelecer um mercado nacional para os principais produtos agrícolas do Nordeste. Do ponto de vista teórico, esse processo de superação da economia regional nordestina, das formas tradicionais de reprodução do capital, em favor de uma reprodução nacional, cujos termos equivalentes básicos são força de trabalho assalariada e capital industrial, é o que podemos classificar como sendo de homogeneização econômica.

Quanto às consequências sociais, destacamos a superação do modo de vida agrário, provocando assim intensos processos migratórios, seja para as capitais nordestinas, seja para o Centro-sul. Consequentemente, cidades como Recife e Salvador, primeiramente, e depois Fortaleza conheceram crescimentos acelerados de suas manchas urbanas e a constituição de extensas periferias. No bojo desse processo de desestruturação social, vimos surgir no Nordeste uma plêiade de movimentos sociais associados à luta pela terra e pela reforma agrária - Ligas Camponesas e Pastorais da terra, a educação concreta, baseados nas idéias revolucionárias de Paulo Freire etc. Em outros termos, a luta de classes sociais estava "escancarada" no Nordeste, justamente por conta da "destruição" da ordem social até então vigente, provocada pela modernização centro-sulista. Uma possível "solução" para essa situação foi buscada na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959.

Antes de discutirmos o papel da SUDENE, é importante fazermos uma observação teórica a respeito da constituição do espaço de catástrofe capitalista implantado com

o processo de modernização brasileiro. O período que compreende as décadas de 1930 a 1950 pode ser entendido como aquele que promoveu, em escala nacional, a estruturação institucional de relações econômicas formais do capitalismo típico e a constituição do mercado consumidor de mercadorias produzidas no Centro-sul. Por outro lado, para o Nordeste o mesmo período significou justamente o oposto, ou seja, durante os últimos anos da década de 1950, justamente no Governo de Juscelino Kubitschek, as bases morfológicas do espaço de catástrofe capitalista brasileiro estavam constituídas, mas sob um "custo social" altíssimo. Doravante, um novo período de expansão da modernização aos moldes centro-sulistas se inicia e, coube à SUDENE, a prerrogativa de implementá-lo na região símbolo do atraso.

Para que serviu a criação da SUDENE? De acordo com Oliveira (1981), para justificar a instauração de uma nova fase de acumulação de capitais, agora diferencial, a partir de uma expansão oligolopolística de empresas nacionais e internacionais baseadas em São Paulo e Rio de Janeiro. Para tanto, toda uma arquitetura de argumentação em favor da "unidade nacional" foi utilizada, reafirmando os "perigos" dos desequilíbrios interregionais. Como faz questão de frisar o estudioso supracitado, a chamada "unidade nacional" nada mais era que viabilizar a ação da burguesia centro-sulista para além de sua região, mesmo que para isso, o Estado brasileiro fosse novamente encarregado de preparar "o terreno" à nova fase de acumulação de capital diferencial. Assim, a SUDENE é criada e, contando com os instrumentos legais necessários, a exemplo de um mecanismo de dedução de imposto de renda para investimentos industriais no Nordeste, o 34/18, ela "abriu" o Nordeste aos maciços investimentos industriais concentrados, prioritariamente, nos três estados que já dispunham de certas condições estruturais, como concentração populacional e disponibilidade energética, isto é, Pernambuco, Bahia e Ceará.

Politicamente, a estruturação da SUDENE atendeu, em parte, aos anseios da elite baiana que queria superar a situação de estagnação econômica na qual o Estado se encontrava há décadas. Uma voz muito proeminente, nos círculos acadêmicos e da elite soteropolitana foi a de Clemente Mariani, advogado e professor universitário, membro da rica e influente família dos Mariani. Clemente defendia, desde 1945, a

reconversão econômica da Bahia em bases mais modernas e alinhadas com o desenvolvimento capitalista nacional. Ele fazia uso recorrente do argumento de que a Bahia corria o risco da “ameaça comunista”, caso a situação não melhorasse (SAMPAIO, 1998).

O Estado da Bahia e, particularmente, a Área Metropolitana de Salvador (AMS), ainda não havia a Região Metropolitana de Salvador (RMS), trilharam um caminho ao mesmo tempo, correlacionado ao processo de modernização do Nordeste, e singular por conta de eventos particulares. Efetivamente a modernização se inicia com a implantação da Petrobrás no Recôncavo Baiano em 1954.

Além da inserção da Petrobrás em Candeias, hoje município da Grande Salvador, foi necessária também a criação de uma nova estrutura de fornecimento de energia elétrica, a partir da Usina de Paulo Afonso I em 1954, usina integrante do conjunto da Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco (CHESF). Também foram feitos investimentos na estruturação de uma rede rodoviária que a interligasse às demais regiões e aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, a exemplo da BR 116, conhecida à época como Rio-Bahia pavimentada em 1963. Somente a partir dessa infraestrutura básica que foram criadas as condições de implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), em 1967, nos municípios de Simões Filho e Candeias, e do Pólo Petroquímico, em 1977, no município de Camaçari.

Como havíamos dito, foi pela particularidade da descoberta do petróleo, e a subsequente implantação da Petrobrás, ainda na década de 1950, que se antecipou, na Bahia, o processo de modernização via industrialização. Contudo, a industrialização que este Estado viu ocorrer se caracterizou por alguns elementos diferentes daqueles presentes no Centro-sul, dentre os quais destacamos:

- não dependeu de um mercado local, porque foi baseada em indústrias de bens intermediários, portanto, não eram indústrias de bens de consumo como aquelas do Centro-sul;

- não dinamizou nem a agricultura nem a incipiente indústria local. Pelo contrário, não dependia de praticamente nenhum insumo, à exceção do petróleo, no caso da Petrobrás e do Pólo Petroquímico. Quanto ao setor industrial local, este foi praticamente aniquilado, porque como este modelo de industrialização ensejou a ligação interregional, via rodovias, o fluxo de mercadorias vindas do Centro-sul inviabilizou as indústrias locais pela concorrência (menor preço);

- ficou concentrado na AMS/RMS; local que atendeu a muitos requisitos da SUDENE para a expansão concentrada da indústria centro-sulista; e,

- respondia aos interesses ou necessidades de empresas sulistas e multinacionais.

Por conta dessas características, o processo de modernização que este tipo de industrialização não ensejou superação completa das formas tradicionais de reprodução do capital e, portanto, social. Ou seja, o par industrialização-modernização, na Bahia, produziu transformações parciais na estrutura da sociedade, fato que levou muitos estudiosos, a exemplo de Singer (1980) e Carvalho e Souza (1980), a considerarem que a modernização se restringiu ao setor terciário (serviços), pois, um consumo "moderno" foi implantado. Tal consideração é parcialmente partilhada por nós, uma vez que a modernização, fruto da industrialização acima descrita, reproduziu, no Estado da Bahia e, mais particularmente, na área de implantação desses processos, um efetivo espaço de catástrofe capitalista.

De uma forma ou de outra, o alinhamento entre este espaço regional e outro nacional revela um segundo período de produção do espaço capitalista, de 1950 a 1980, no qual o movimento iniciado no Centro-sul realizou a incorporação produtiva da Bahia ao regime industrial, mesmo que de forma seletiva e altamente concentrada em pólos produtivos. Portanto, ao que tudo indica, ao cabo de 50 anos (1930-1980) a modernização capitalista constituiu, na formação nacional, uma morfologia hierárquica estratificada, uma vez que a articulação de espaços

produtivos se tornou a base de um desenvolvimento desigual, mas combinado no Brasil.

Poderíamos, finalmente, sintetizar esta discussão a respeito de modernização nacional, situando as etapas de desenvolvimento da morfologia hierárquica estratificada, a partir de alguns referenciais pontuados ao longo da exposição, e representados graficamente na Figura 1 a seguir. As descontinuidades discutidas até aqui estão identificadas por pontos ou momentos de ruptura os quais indicam uma crescente complexificação da morfologia. Infelizmente, um elemento importante na evolução da morfologia estratificada nacional se trata da dimensão espacial de cada fase contida no período de modernização. De qualquer forma, a discussão que realizamos até aqui servirá de base para o mesmo tipo de descrição que empreenderemos com a cidade de Salvador.

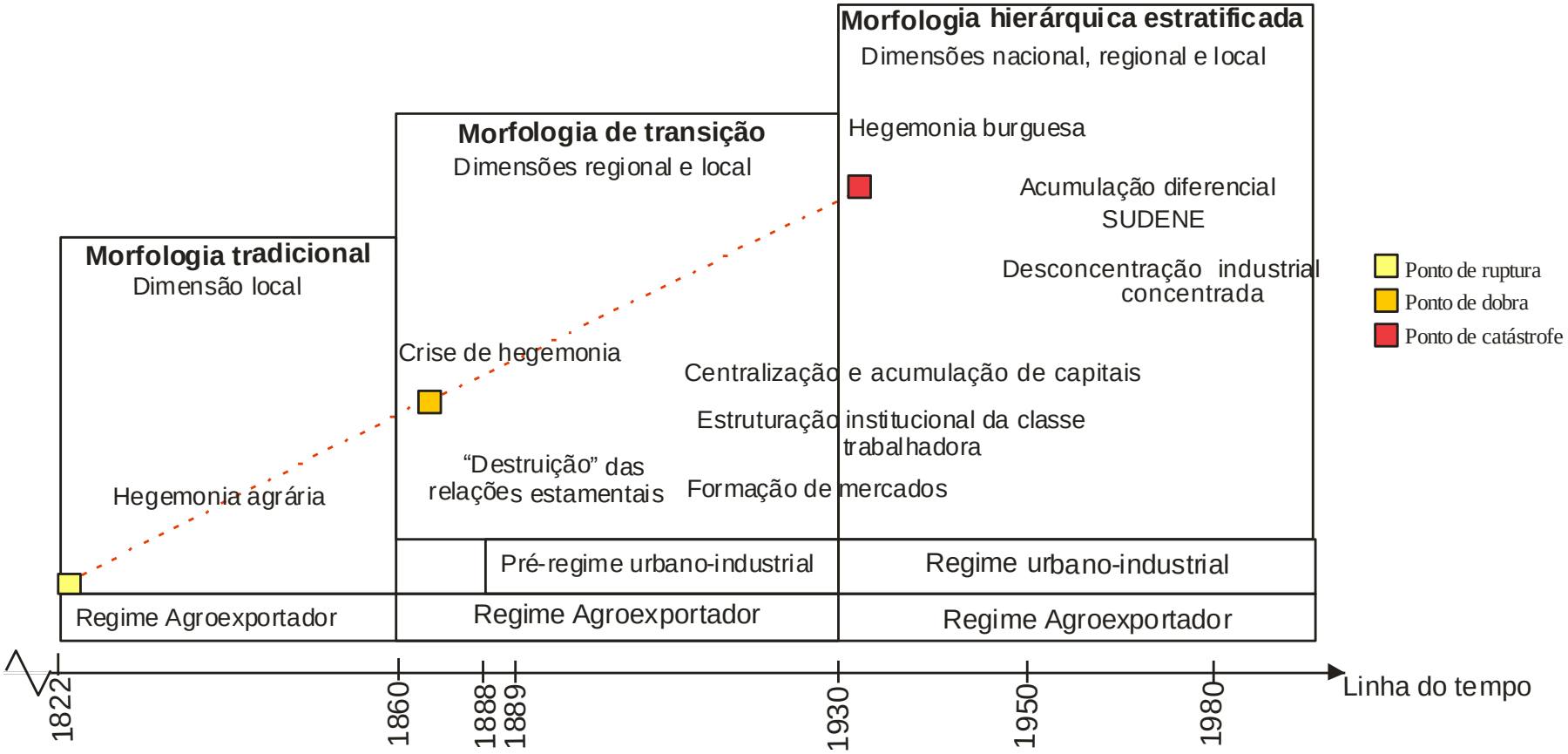

Figura 1 - Etapas de desenvolvimento da morfologia hierárquica estratificada brasileira
Elaboração: James A. Araújo

2.2 SALVADOR: DE CIDADE PORTUÁRIA E COMERCIAL À METRÓPOLE REGIONAL

Até onde recuar na história da produção da cidade de Salvador para entendê-la ainda antes do contexto nacional de modernização, a partir da mudança do regime de acumulação? Provavelmente, um primeiro marco temporal que assinala o declínio da cidade de Salvador, como importante centro econômico do país foi o fim do tráfico negreiro em 1850. Salvador deixara de ser a mais importante cidade da colônia desde quando o Rio de Janeiro se tornou a capital, em 1763, mas mantinha, mesmo assim, um pujante comércio de mercadorias com diversas praças nacionais e internacionais, apesar da intensa concorrência com o açúcar produzido nas Antilhas desde o século XVII. Entretanto, com o fim do tráfico negreiro, a produção de açúcar dos engenhos situados na sua hinterlândia mergulhou definitivamente em rendimentos decrescentes, o que se refletiu em toda a cadeia econômica do Recôncavo Baiano[10], altamente dependente da produção e exportação do açúcar. Portanto, consideramos 1850 como o primeiro momento de descontinuidade ou ruptura da morfologia tradicional soteropolitana, o momento em que a potência da reprodução social, estruturada na exploração da mão-de-obra escrava, perde vigor e se desorganiza em sua base econômico-social.

Por outro lado, no final do século XIX, dois novos produtos agrícolas, o cacau e o fumo, além de um restrito surto manufatureiro, recuperariam parte do dinamismo econômico do Estado e também de Salvador. Segundo Vasconcelos (2003), as receitas geradas pela exportação, sobretudo, do cacau e do fumo para a Europa permitiram aos governos, estadual e municipal, a realizarem obras de modernização em Salvador. Porém, este período de dinamismo econômico duraria pouco tempo, pois, a partir de 1920 a produção de cacau se estabilizaria na região de Ilhéus; quanto às indústrias soteropolitanas (têxtil, cigarros, alimentos), estas perderiam espaço para as congêneres paulistas. Logo após a Bahia retornaria à situação de estagnação econômica que perduraria ainda por um longo período.

[10] O Recôncavo baiano foi uma região basicamente formada por atividades agroexportadoras como, cana-de-açúcar, fumo, além das de subsistência. Existem várias divisões regionais para o Recôncavo Baiano, mas neste trabalho, adotamos a divisão do Recôncavo Baiano em seis zonas de atividades, as quais são: Salvador seu entorno, do petróleo, veraneio, litoral Oeste, cana-de-açúcar e policultura. Ao todo, essas seis zonas englobam, atualmente, 35 municípios.

O crescimento populacional de Salvador do final do século XIX até década de 1940 é um reflexo contumaz da estagnação econômica do Estado. Em 1872, sua população era de, aproximadamente, 129 mil habitantes, em 1920, de 283.422 habitantes; e, em 1940, de 290.443 habitantes; ou seja, durante cinquenta anos Salvador foi a capital que menos viu sua população crescer dentre as "grandes cidades" do país. Assim, em 1900, ela é superada por São Paulo e, em 1940, por Recife. (IBGE, Censos Demográficos, 1872-1940). Sobre este período de estagnação econômica, Santos avalia assim suas causas

> Essa perda de influência regional, esse retraimento da área metropolitana deve-se, principalmente ao fato de que Salvador foi incapaz de organizar convenientemente seu espaço regional e à ausência de dinamismo próprio à cidade. Enquanto o Brasil viveu uma fase simplesmente comercial, a Capital do Estado da Bahia podia continuar, através de uma larga parte do país, a distribuição dos produtos recebidos pelo seu porto. Mas quando São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades se orientaram para a indústria (...) o papel de redistribuição tornou-se insuficiente para guardar a Salvador a possibilidade de manter com sucesso as antigas correntes comerciais (...) (1959, p. 51).

A morfologia espacial de Salvador deste período é função das atividades comerciais da cidade com a sua hinterlândia, demais praças no Brasil e exterior, mas também da estrutura social ainda "pesadamente" escravista. Segundo Sampaio (1998), o Porto de Salvador ditava os ritmos econômicos e sociais de Salvador, por isso, a sua extrema importância no conjunto espacial, fato que conduziu a várias obras de requalificação urbana da Cidade Baixa durante o século XIX e início do XX. Desde o século XIX, sobretudo, em suas últimas décadas, ações "cirúrgicas" na morfologia da cidade vinham sendo feitas, pautadas no tripé higienização-circulação-embelezamento. Destaques para o projeto de saneamento e abastecimento de água de 1905, um problema crônico da cidade naquela época, sob responsabilidade do Engenheiro Theodoro Sampaio, mas que efetivamente nunca saiu do papel e para as reformas de circulação, realizadas pelo interventor J.J. Seabra, entre 1912 e 1916, como a abertura da Avenida Sete de Setembro e a ampliação do Porto de Salvador. (MENEZES, 2002).

Por volta de 1920, a mancha urbana de Salvador tinha 800 hectares (LAERT NEVES, 1985) e circunscrevia a morfologia denominada de tradicional por Gordilho-Souza (2008), isto é, muitos casarões, igrejas e conventos, ruas estreitas e sinuosas porque concebidas para o tráfego de pedestres e veículos de tração animal. Fazem parte desta morfologia o centro da Cidade Alta (incluindo o Pelourinho, hoje Centro histórico) e os bairros do entorno, Nazaré, Barris, Mercês, Dois de Julho, Corredor da Vitória e um núcleo habitacional na Barra; já na Cidade Baixa, temos a área do Comércio até alcançar as localidades da Ribeira e do Bonfim, essas últimas situadas na Península Itapagipana.

Até 1920, aproximadamente, a morfologia espacial congregava "densamente" as classes sociais, ou seja, o processo de segregação socioespacial ainda era incipiente. Segundo Sampaio (1998), a elite dessa Salvador tinha um séquito de ex-escravos sob sua tutela ou, no mais longe, próximas ao centro nos interstícios das cumeadas, em "choupanas construídas com varas, barro e folhas de palmeiras com roças de subsistência" (HABSBURGO apud ANA COSTA, 1989, p. 197). Isso fez suscitar amplas discussões de cunho higienista nos meios acadêmico e político, pois, era preciso "sanear" a cidade, debelar a insidiosa pobreza, mas como isto estava apenas ao nível do discurso, a prática foi para o caminho mais pragmático possível – a da segregação socioespacial.

Ainda neste período códigos de regulação da ocupação (Códigos de Posturas Municipaes) também foram criados, no sentido da higiene e restrição de habitações populares tipo "cortiços" no centro de Salvador, destaque para a Postura 1146/1926. Esta, em específico, estabeleceu uma divisão do município em quatro zonas – central, urbana, suburbana e rural, o que até então não existia, para fins de ordenamento de uso e ocupação do solo. Também esta lei já fazia referências quanto ao parcelamento do solo para a venda sob a forma de loteamentos, além da proibição de habitações insalubres na zona central. No cerne da referida lei está o que Araújo identificou - "a superposição/proximidade espacial entre o local de moradia e local de trabalho (...) é rompida. Com a separação das funções do habitar e do trabalho, separam-se também as classes sociais (...)". (1992, p. 278).

Na Cidade Alta, os primeiros movimentos de segregação urbana se iniciam ainda no final do século XIX, mas se intensificam a partir da década de 1920, quando as classes altas começam sua "marcha para o Sul", em direção à Graça e Barra, deixando os grandes casarões do centro e entorno. Jorge Amado, em seu antológico livro sobre Salvador, descreve muito bem como se deu a migração da população grã-fina em direção aos bairros do Sul.

> Os grã-finos há muito tempo que abandonaram os sobrados da Avenida Sete, no trecho compreendido entre São Pedro e o Palácio da Aclamação. Antigamente era chique morar ali, hoje os casarões têm os seus andares térreos invadidos pelo comércio e nos andares superiores formigam hóspedes de pensões mais ou menos habitáveis. Já não é com orgulho que os elegantes dizem residir na Avenida Sete, no Rosário ou nas Mercês, nomes que sugeriam antes grã-finismo ou dinheiro (...). Os granfas foram para adiante do Campo Grande. A Vitória – o Corredor e a Ladeira – Graça, Barra, certos trechos da Barra-Avenida, Avenida Oceânica, eis onde estão os homens de dinheiro. (1955, p.71)

Quem eram esses "homens de dinheiro" que Jorge Amado se referia? No Corredor da Vitória e na Ladeira da Barra moravam os ricos fazendeiros, dos engenhos de cana-de-açúcar do Recôncavo Baiano, das grandes fazendas de gado do sertão e também das fazendas de cacau de Ilhéus e Itabuna. Na Barra estavam os ricos banqueiros, comerciantes e administradores do alto escalão do governo, enquanto que na Graça e, no Canela, moravam os profissionais liberais como renomados médicos e advogados.

Já na década de 1930, o fato mais marcante foi a Semana de Urbanismo de 1935 que precipitou tanto a implantação do Escritório de Planejamento e Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS) em 1943, quanto à criação do primeiro plano diretor do município – o Código de Urbanismo, Lei nº 701/1948, sob a coordenação do Engenheiro urbanista Mário Leal Ferreira [11]. Como Sampaio (1998) sublinha este código não mais se atrela a uma visão "higienista", mas sim "desenvolvimentista", ao pensar o planejamento urbano sob bases modernas, ou seja, este código não trata

[11] Na realidade este código era, ao mesmo tempo, de urbanismo e de obras. Somente na década de 1960 que tais códigos serão individualizados pelo poder municipal.

mais da cidade colonial, mas da cidade explodida pela constituição das periferias ao Norte do centro e das áreas de população rica situadas ao Sul. Portanto, ele já trabalhava com “cenários” urbanos frutos da modernização, onde a reestruturação espacial da cidade, sobretudo, do sistema de circulação (grandes avenidas de vale) se constituía em um dos seus pilares.

De fato, o sistema de transporte já tinha passado por muitas reformulações, talvez a mais importante tenha sido a substituição da tração animal por elétrica em bondes ainda em 1897 (HILTON COSTA, 2006). Daí em diante, a expansão das linhas de bonde seguiu a expansão da cidade para além da morfologia tradicional, alcançando o Norte até a Liberdade pela Rua Lima e Silva e, na Península Itapagipana, o distante bairro da Ribeira. Enquanto que em direção ao Sul, as linhas de bonde elétrico alcançavam os bairros do Rio Vermelho e Amaralina, ainda nesta época, pouco povoados e com a função de locais de veraneio para as classes abastadas.

Em 1940, a mancha urbana alcançou, aproximadamente, 3000 hectares (LAERT NEVES, 1985) e se estendia da Barra até a Pituba, pela orla atlântica, e pela orla interna à Baía até a Península de Itapagipe. No seu interior, a mancha se estendia ao Norte até a Lapinha e, em direção ao Leste, até Brotas (VASCONCELOS, 2003). Se o movimento das elites era para o Sul da península soteropolitana, o movimento dos pobres ia justamente ao sentido oposto, em direção ao Norte, para depois da Lapinha, e começava a ocupar as áreas periurbanas da Liberdade, Península Itapagipana e São Caetano. Mas o que estava acontecendo com Salvador na década de 1940?

Para Santos e Souza (1959; 1978), a década de 1940 corresponde a um momento de inflexão no crescimento populacional de Salvador por dois motivos:

1 – O agravamento da crise social no Sertão Nordestino e também no Recôncavo Baiano, provocado, por um lado, pelas secas sistemáticas e, por outro, pela estrutura agrária ligada à produção da cana-de-açúcar que, ao entrar em

decadência, expulsou grandes parcelas de população. Tal agravamento da crise social originou duas correntes migratórias principais: uma para o Centro-sul do país e outra para a região de Itabuna e Ilhéus (Sul da Bahia) por conta da lavoura do cacau; e,

2 – A estabilização do crescimento da cultura do cacau por volta de 1920-1930 fez com que o excedente de mão-de-obra vinda, sobretudo, do Recôncavo Baiano, reorienta-se a corrente migratória em grande parte para Salvador.

A estas observações, sobre as causas da inflexão do crescimento populacional de Salvador, relacionamos mais uma – o processo de modernização brasileiro. Na década em tela, as migrações interregionais já eram um fato e os fluxos migratórios já tinham como destino o núcleo São Paulo-Rio de Janeiro. Logo, se Salvador começou a apresentar um crescimento populacional em taxas bem acima do esperado, isso já era um reflexo do espaço de catástrofe capitalista nacional. Entre 1940 e 1950, a cidade de Salvador saltou dos 290.000 habitantes para, aproximadamente, 417.000, ou seja, uma taxa de crescimento médio da ordem de 2,98 ao ano, contra 0,12 entre 1920 e 1940 (IBGE, Censos Demográficos, 1940-1950). Isto por si só gerou uma enorme pressão habitacional na cidade, principalmente, entre as camadas mais pobres da população, consequentemente, a morfologia tradicional da cidade é rompida e, um tipo de evento, em particular, marca este momento de produção espacial de Salvador na década de 1940 – as "invasões". [12]

Efetivamente o ano que marca o início das invasões de terras para fins de moradia

[12] É de suma importância apresentar aqui o porquê de usarmos nesta pesquisa o termo "invasão". A semântica deste termo, de uso corrente nos movimentos sociais em Salvador, é muito mais complexa do que aparenta ser, tanto que todos os pesquisadores que se debruçaram sobre o tema da moradia acabaram por acatar o seu emprego, e não daquele que seria "politicamente correto", isto é, ocupação. Neste aspecto, o pesquisador Milton Moura (1990) observa que invadir "além de oportuno, é conveniente e necessário, é justo e desejável", isto nas palavras dos "invasores" que ainda salientam "é normal invadir" porque "é a maneira de prover a habitação". Ainda ao nível semântico, "invadir" não tem qualquer significação criminal, apesar de assumir uma conotação de conflitividade. Interessa ainda salientar que foi, na década de 1940, quando a Prefeitura começou a decompor a forma enfiteuse de posse da terra, é que o termo "invasão" ganhou significação entre as camadas populares.

em Salvador é 1946, mas onde estavam instalados os pobres na cidade do Salvador no início da década de 40? Há um importante estudo realizado pelo sociólogo americano Donald Pierson (1971), no qual é feito um levantamento dos locais de moradia dos pobres da cidade fora do centro. Pierson identificou os seguintes locais: Matta Escura, Engenho Velho de Brotas, Federação, Garcia, Quintas da Barra, Retiro, Alto do Abacaxi, Alto das Pombas, Estrada da Liberdade, Estrada da Rodagem, Cabrito, Cruz do Cosme, Matatu Pequeno. Todas essas localidades habitadas por negros e mestiços escuros, sob condições insalubres, mas não eram propriamente "invasões". Somente em 1946 é que irrompe uma série de "invasões" de terras, primeiramente, na localidade da Liberdade (Norte da Península) – onde são criadas "invasões" como a do Corta-braço (Nova Pero Vaz), do Gengibirra, da Baixa da Mangueira, dentre outras. Dois anos após, inicia-se a maior "invasão" desse período, a Rui Barbosa (Jardim Cruzeiro) ou, como ficou mais conhecida, dos Alagados na Enseada dos Tainheiros, Península de Itapagipe.

O que essas invasões estão nos indicando? Que a ruptura na reprodução da morfologia espacial da cidade se tornaria irreversível, ou seja, o fenômeno da segregação socioespacial, que se iniciou com a "marcha dos brancos" em direção ao Sul, agora realizava seu par dialético, com a constituição de uma efetiva área periférica no Norte da cidade. Os reflexos dessa ruptura seriam observados em diversas dimensões correlacionadas à produção do espaço, como no urbanismo e na estrutura jurídica do uso do solo de Salvador.

Um dos estudos mais importantes a respeito da estrutura jurídica do uso do solo da cidade foi feito Brandão (1981). Neste estudo, a pesquisadora afirma existir uma correlação da estrutura fundiária da cidade com o processo espacial de explosão da morfologia tradicional. Ela identifica, a partir dessa correlação, três períodos de legislação do uso do solo em Salvador: o primeiro que se refere à cidade colonial e vai até o início da década de 1940; um segundo período, iniciado com as grandes "invasões" em 1946; e, um último período, iniciado com a "Reforma Urbana de 1968". Para não fugirmos da sequência expositiva deste item, apresentamos as características dos dois primeiros períodos, deixando o terceiro para mais adiante,

quando discutirmos as consequências, na estrutura fundiária de Salvador, do processo de industrialização-modernização.

O primeiro "consiste no período de grandes pressões demográficas sobre os 'bairros pobres' tradicionais, além dos enclaves de população de baixa renda e nas áreas centrais da cidade e na ocupação ainda consentida de pontos de periferia." (1981, p. 133). As formas que regem a estrutura fundiária são basicamente pautadas nas figuras da enfiteuse (terras públicas) e do aforamento (terras privadas), isto é, o proprietário transferia a outrem a posse ou domínio útil de parte ou de todo o imóvel mediante pagamento, sendo *ad perpetua* para o regime enfitêutico, ou seja, a política econômica do espaço era rentista. Foi por conta dessas formas jurídicas que os grandes proprietários de terras dessa época - a igreja, a própria municipalidade e algumas famílias ricas, arrefeciam as pressões sociais por moradia popular.

O segundo período é marcado pela expansão do tecido urbano e pela "rachadura da velha estrutura de controle do solo" (BRANDÃO, 1981, p. 134). Com o crescimento populacional positivo, desde a década de 1940, as pressões por moradia, sobretudo, pelas camadas de renda mais baixas, geraram o fenômeno social das "invasões" de terras em fins dessa década. Como Brandão (1981) aponta, essa expansão do tecido urbano serviu aos interesses de grupos de alta renda, dispostos a explorar os mercados recém constituídos para serviços de transporte e de energia elétrica, dentre outros. No tocante ao aspecto legal, este segundo período se caracteriza também pela restrição da construção de moradias "impróprias" no centro e do uso da enfiteuse, através de duas leis municipais: o Decreto-lei n.º 347 de 1944, que estabeleceu normas a extinção de mocambos, cortiços ou casebres no perímetro urbano; e a outra foi o já citado Decreto-lei n.º 701 de 1948, Código de Urbanismo de Salvador, que dispôs sobre a divisão e utilização do solo urbano através de zoneamento e regulou o loteamento de terrenos enfiteutas (PLANEJAMENTO, 1978).

Na prática, as leis supracitadas iniciam um movimento no sentido da instauração de um mercado imobiliário nos termos da reprodução capitalista típica, ao iniciar a

conversão dos terrenos públicos urbanos em mercadorias com a fluidez necessária à reprodução do capital. A enfiteuse e o aforamento, neste aspecto, eram formas jurídicas anacrônicas frente às novas possibilidades entreabertas para o mercado de terras em Salvador, mas elas ainda continuariam a existir, e isso seria uma característica desse segundo período - a coexistência de formas e práticas jurídicas de temporalidades diferentes da produção espacial.

Estas considerações sobre a produção e o planejamento urbano, além das remodelações do arcabouço jurídico, servem-nos de base para refletir sobre este momento de passagem ou transição morfológica de Salvador. Se como aponta, por exemplo, Gordilho-Souza (2008), a morfologia tradicional da cidade permaneceu estável até a década de 1920, mas as décadas seguintes e, sem dúvida, a década de 1940, vão se caracterizar como esse momento de descontinuidade na reprodução espacial, ou seja, a catástrofe capitalista atinge seu ponto de dobra, significando, ao nível da materialidade da cidade, o fim da cidade histórica. Um processo irreversível.

Consideramos morfologia de transição aquela produzida extra-área de predomínio da morfologia tradicional. Na prática a morfologia de transição, significou um processo de modernização morfológica da cidade em direção ao sul da península, para os bairros de ricos – Corredor da Vitória, Graça, Barra. Por outro lado, ao norte da mancha urbana tradicional, a morfologia de transição não foi portadora desse sentido de modernização, porque para lá afluíram grandes parte dos pobres afrodescendentes da cidade, alijados de qualquer cobertura social por parte das instituições públicas. Na realidade, enquanto casarões suntuosíssimos eram construídos na parte Sul da península, diametralmente, na parte Norte, sobretudo na Liberdade, São Caetano, no Uruguai e Massaranduba (Península Itapagipana) eram construídos pequenos casebres feitos de taipa (casas de sopapo), latas ou papelão reciclados etc. No entremeio, nos bairros de Nazaré, Brotas, Barris, Federação, ficaram as residências dos pequenos comerciantes, profissionais liberais, agricultores médios e funcionários públicos, conforme observou Santos (1959).

Ainda de acordo com Santos (1959), entre 1940 e 1950, a população de Salvador aumentou em 126.792 pessoas, sendo que o contingente de migrantes foi da ordem de 89.671, o que representa cerca de 70% do total, provenientes de áreas rurais, tanto do Recôncavo baiano quanto do Sertão. Nas décadas subsequentes, o percentual de migrantes, no conjunto da população de Salvador, foi o seguinte: de 1950 a 1960, cerca de 60 %, de 1960 a 1970, aproximadamente 53 %. (SOUZA, 1978). Mesmo com o declínio relativo da migração, por volta da década de 1970, esta variável é um componente de peso no conjunto da população de Salvador.

Em 1971, o CEBRAP e o Centro de Recursos Humanos (CRH) da UFBA realizaram uma ampla pesquisa sobre "força de trabalho e desenvolvimento em Salvador" e, um dos aspectos estudados, foi justamente a origem dos fluxos migratórios para Salvador e suas principais características. Concluiu a pesquisa que o Recôncavo baiano ainda era a região de onde mais emigravam pessoas com destino a Salvador, por volta de 31% do total, principalmente, oriundos de municípios como Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Maragojipe, Nazaré, Cruz das Almas e Cachoeira (zonas da cana-de-açúcar e fumo). Também é fundamental salientar algumas características dessa população que emigrou para Salvador – primeiramente, uma população cuja classe modal de idade estava na faixa dos 25 aos 34 anos, portanto adultos jovens; segundo, o nível de escolarização desta população migrante era muito baixo ou nulo, 21% era analfabeta, e outros aproximados 27% apenas com o primário incompleto (nomenclatura do sistema antigo de educação), isto se completava com a terceira característica do migrante, sua baixa qualificação para o trabalho, o que acabava tendo reflexo na expansão de atividades ocupacionais tidas como informais ou precárias. (SOUZA, 1978).

Mesmo assim, à medida que os espaços catastróficos capitalistas, nacional e regional, iam se ajustando (convergindo), mais nítido se tornava o sentido da produção espacial de Salvador, mas até quando este período de transição se estende, ou melhor, quando efetivamente a modernização capitalista instaura a descontinuidade do tipo catástrofe na cidade?

Nas décadas de 1960 e 1970, a integração da AMS/RMS, ao cenário econômico nacional, consolida-se com sua especialização em bens intermediários - petroquímicos e metal-mecânico. A sequência da industrialização baiana é denominada por Sylvio Silva (2003) pelo trinômio "Petrobrás-Centro Industrial de Aratu-Pólo Petroquímico", porque foi nessa sequência mesmo que ocorreu, então, o crescimento populacional se acelera nas seguintes proporções: em 1950, Salvador tinha em 417.235 habitantes, em 1960 alcança 655.735 e, em 1970, sua população atinge a cifra milionária de 1.007.195 habitantes. (Santos, 1959, p. 63-4; IBGE, Censos Demográficos, 1960 e 1970).

Diante dessa situação e da pressão social por moradia, haja vista que as "invasões" tornam-se um fenômeno recorrente, o então prefeito Antônio Carlos Magalhães aprovou, ao revés desse contexto, o primeiro código de obras de Salvador, Lei nº 1855/1966, e a Lei o Decreto-lei nº 2181 em 1968, instaurando uma "reforma urbana". [13]

Em relação ao Código de 1966, o primeiro específico de obras, constatamos que seu conjunto de normatizações já se orientava de acordo com os interesses do mercado imobiliário. Este código alterou com "precisão cirúrgica" os seguintes elementos do código anterior: liberação do gabarito de construção de edifícios em algumas áreas de grande interesse do capital, sobretudo, na Orla Atlântica; estímulo à verticalização de setores residenciais com alta densidade demográfica, a exemplo do Centro, e a possibilidade de desmembramento de loteamentos já implantados.

Quanto à "reforma urbana" de 1968, esta alienou uma parte significativa de terras da municipalidade. Segundo Ribeiro e Debeffe (1979), entre 1969 e 1976, foram vendidos 24.386.650 m^2 de solo urbano ao capital imobiliário. Além disso, a forma jurídica da enfiteuse é extinta por parte da prefeitura para gerir suas terras. Com efeito, uma meticulosa operação urbana de ordenamento da produção espacial da moradia passou a ser implementada, visando segregar os espaços da metrópole.

[13] Como observam Ribeiro e Debeffe (1979), é inapropriado chamar o Decreto-Lei 2181 de "reforma urbana", uma vez que ele não se refere à regulamentação de um plano urbanístico, mas tão somente à regularização fundiária dos terrenos enfitêuticos.

O contexto político pós-64 representou, para os planejadores de “boa vontade” de Salvador, um “duro golpe” porque, nas palavras de Sampaio

> o discurso oficial dizia resgatar idéias do EPUCS, ao implantar (...) as tais ‘avenidas de vale’. A rigor, reflete o momento ideológico pós 64, em que o autoritarismo privilegiou o ‘executar’, o ‘fazer’ e o ‘modernizar’ (...) sepultando a idéia-força anterior de um ‘planejamento científico (...) tal como preconizava Mário Leal Ferreira. (1998, p. 91)

A “reforma urbana” de 1968 significou, na prática, o estabelecimento de um marco regulatório privilegiado de atuação do mercado imobiliário, tal qual o conhecemos hoje em dia. Por isso, muito apropriadamente Brandão (1981) define este fase, como sendo “o último dia da criação,” considerando a segurança jurídica e o retorno de capital que foram criados para o mercado imobiliário em Salvador a partir de então.

Assim, a estrutura urbana é esgarçada para se articular regionalmente aos recentes pólos industriais. Instala-se uma complexa estrutura viária, a exemplo das Avenidas Tancredo Neves (1968), Magalhães Neto (1970) e Antônio Carlos Magalhães (1968), além das vias expressas - a Av. Luís Vianna Filho (Paralela) em 1974, e a BR-324, esta ampliada em 1971. Tamanha intervenção urbana tem um objetivo claro: reorientar a produção da cidade para um nível muito mais complexo, quer seja, o de metrópole. Dessa maneira, consideramos o ano de 1968 um marco temporal decisivo que revela o movimento de implantação da morfologia correspondente ao espaço de catástrofe capitalista, denominada aqui de metropolitana.

Em síntese, podemos afirmar que Salvador, enquanto esteve circunscrita às interações regionais, manteve um padrão tradicional de crescimento. A própria cartografia da cidade ajuda a confirmar esta hipótese, pois, em 1850 a mancha urbana cobria uma área inferior a 800 hectares, demonstrando a dimensão restrita do tecido urbano contínuo. Por volta de 1940, a mancha urbana alcançou a extensão de 3000 hectares (LAERT NEVES, 1985). Embora pareça ser um crescimento considerável, quando comparamos esses dados com a dimensão da porção

continental do município, 28.000 (ha) [14], percebemos que havia um estoque de terras enorme a ser incorporado à mancha urbana. Com o processo de modernização-industrialização, Salvador adentrou em um novo patamar de integração econômica, transformando-se em metrópole no final da década de 1960; assim, seu tecido urbano cresceu até atingir uma área de 15.000 hectares, aproximadamente, em 1998. Para se ter uma idéia do que isto significa, basta pontuar que Salvador levou 400 anos para ocupar 10% da área de seu município, e somente 50 anos para ocupar mais 40%.

A seguir, apresentamos a evolução da mancha urbana de Salvador nos períodos referenciados, Figuras 3, 4, 5 e 6. Além das representações em mapas é possível demonstrar o desenvolvimento da morfologia hierárquica em Salvador através do gráfico apresentado na Figura 2, abaixo. Nele estão identificadas as etapas da sucessão de tipos de morfologia e os momentos que assinalam as descontinuidades da produção espacial.

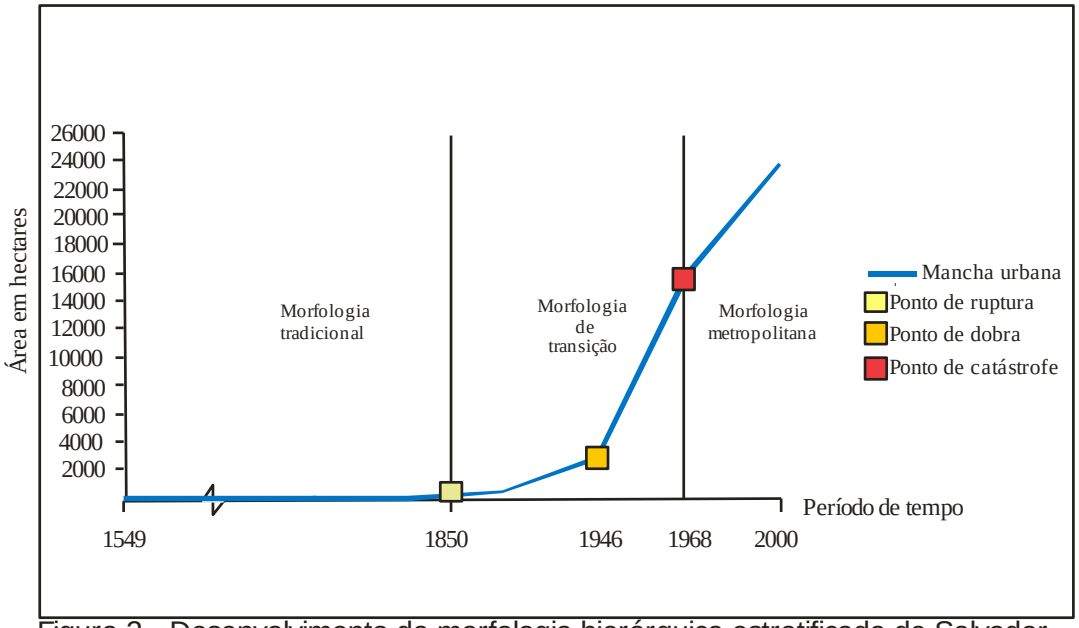

Figura 2 - Desenvolvimento da morfologia hierárquica estratificada de Salvador
Elaboração: James A. Araújo

[14] Atualmente, o município de Salvador conta com uma área continental de 280,14 km^2, o que equivale em hectares a 28.014, e uma área insular equivalente a 32,86 km^2 ou 3.286 ha, totalizando 313 km^2 ou 31.300 ha. Fonte: Gordilho-Souza (2008).

Figura 3 - Mancha urbana de Salvador - 1850
Elaboração: adaptado do original por James A. Araújo
Fonte: SANTOS, Milton (1959).

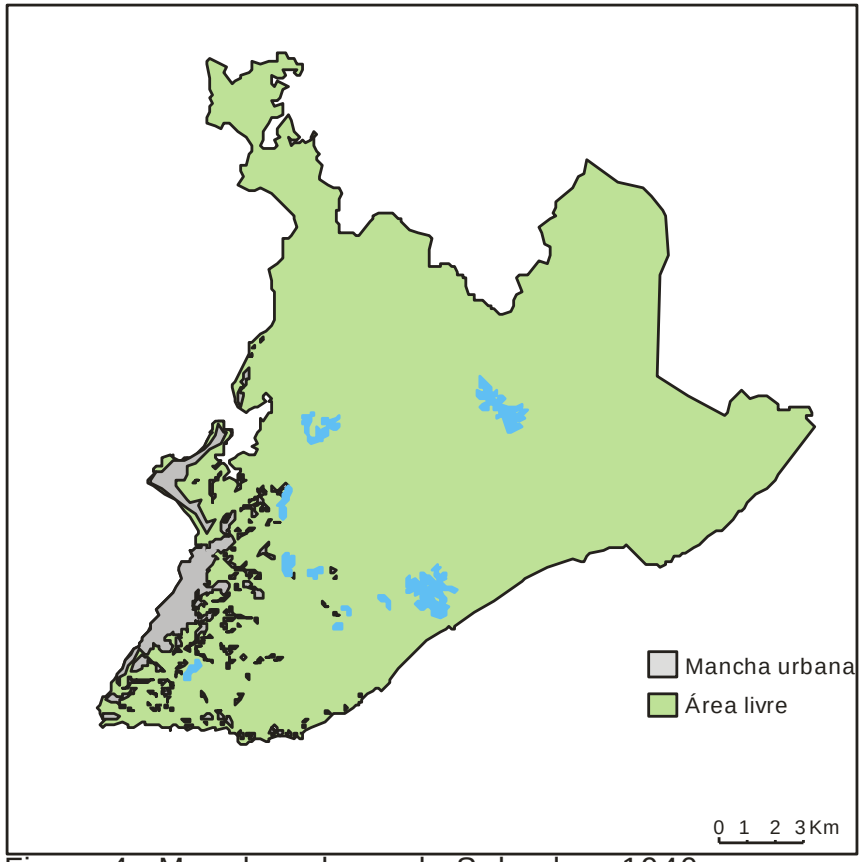

Figura 4 - Mancha urbana de Salvador - 1940
Elaboração: adaptado do original por James A. Araújo
Fonte: PLANDURB - Ocupação de Salvador. 1976. PMS/SEDHAM.

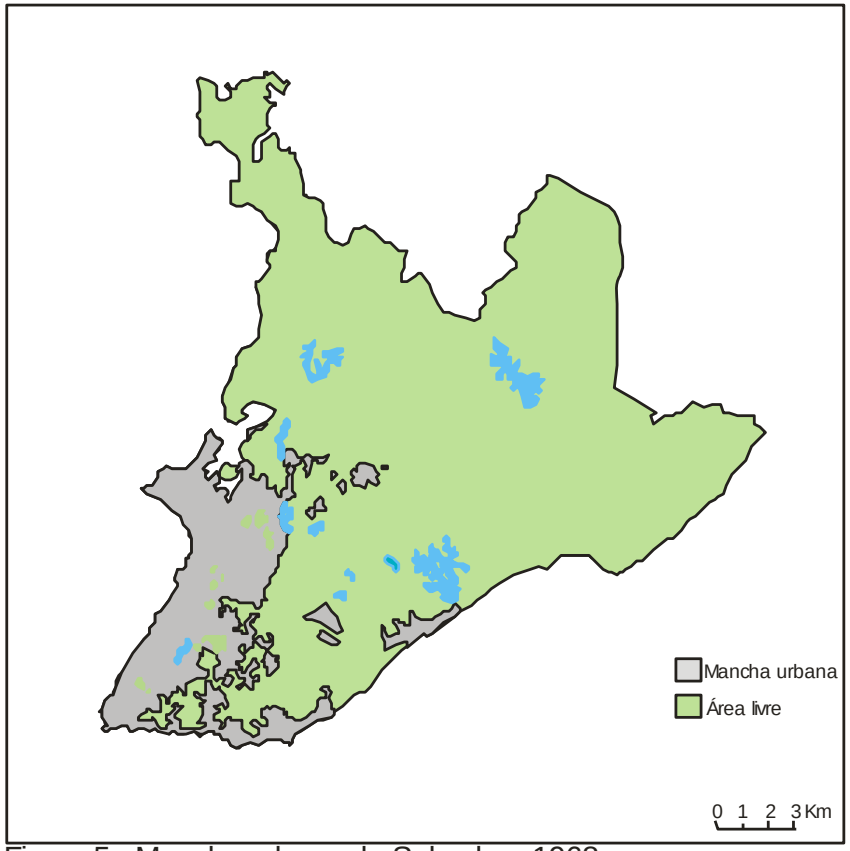

Figura 5 - Mancha urbana de Salvador - 1968
Elaboração: adaptado do original por James A. Araújo
Fonte: BRITO, Cristóvão (2005).

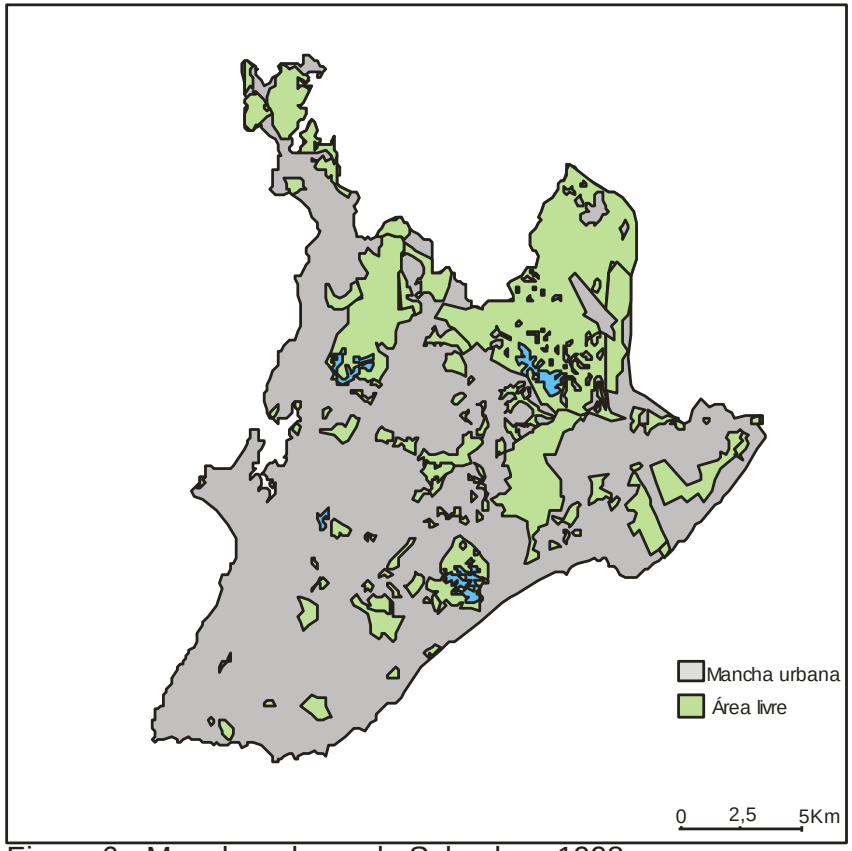

Figura 6 - Mancha urbana de Salvador - 1998.
Elaboração: adaptado do original por James A. Araújo
Fonte: Plano Diretor de Desevolvimento Urbano (PDDU) 2002. PMS/SEDHAM.

Apesar da fragmentação espacial da morfologia metropolitana e, da sua sobreposição frente às antecessoras, é possível afirmar que sua reprodução segue uma estratégia de vetores que são passíveis de identificação, dentre os quais citamos: um primeiro correspondendo à área da morfologia tradicional; um segundo vetor que segue o sentido Norte, na orla atlântica desde a Pituba até Itapuã, direcionado aos empreendimentos privados para as classes de rendimento médio e alto; um terceiro, localizado no "miolo" da cidade para onde se concentraram os programas de habitação popular do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) /Banco Nacional da Habitação (BNH); e o quarto e último, que segue também o sentido Norte, mas do lado da Baía de Todos os Santos, concentrador de grandes parcelas da população pobre de Salvador, desde a Liberdade até o Subúrbio Ferroviário. Detalharemos cada vetor a seguir.

O vetor tradicional de produção espacial compreende as localidades do Centro histórico e adjacências (Nazaré, Santo Antônio, Saúde, Santana, Barris), Península de Itapagipe (Ribeira e Bonfim) e partes das localidades de Brotas, da Federação, da Barra até o Rio Vermelho. Trata-se do vetor que sofreu as maiores intervenções urbanísticas ao longo do tempo e, com efeito, acumula os três tipos de morfologia espacial, por isso, sua grande heterogeneidade de formas, desde aquelas que remontam ao período da cidade como capital da colônia (centro histórico), até formas recentes como a que encontramos da Barra ou Rio Vermelho.

Também encontramos neste vetor, antigas "invasões" como a do Alto das Pombas, na Federação, do Calabar na Barra e, no seu limite com o vetor atlântico, o proeminente loteamento irregular do Nordeste de Amaralina [15]. Viviam neste vetor, segundo os dados levantados do último censo do IBGE (2000), mais de 676 mil habitantes.

O vetor da orla atlântico tem como epicentro de constituição a área Pituba-Itaigara-Caminho das Árvores. Durante a maior parte do século passado, até por volta da

[15] O Nordeste de Amaralina não é uma invasão coletiva, trata-se na realidade de uma tentativa de loteamento a partir da Fazenda Santa Cruz.

década de sessenta, esta imensa área estava para além dos limites da mancha urbana contínua de Salvador, era um local de “veraneio”. Foi somente com o desenrolar do processo de modernização que esta área foi anexada à mancha urbana de Salvador e promoveu uma reestruturação hierárquico-funcional da cidade, ao se constituir em um novo centro no conjunto da metrópole.

A bem da verdade, a citada área é o núcleo da reprodução do espaço capitalista urbano-industrial porque, além de congregar uma significativa parcela da população cujos rendimentos são médios e altos, também concentra a sede de inúmeras empresas nacionais e internacionais, como também bancos, *shoppings centers*, centros médicos etc. Mas para contar com tais características, que podem ser resumidas em uma definição - elevada homogeneização social, foi necessário que o Estado trabalhasse no sentido da realocação de “invasões” existentes nessa área. Esta ação de “ordenamento cirúrgico” foi detalhadamente estudada por Gordilho-Souza (1990), o que a fez concluir que em Salvador foi implantada, após a instauração da “reforma urbana” de 1968, uma “política de atribuição espacial das invasões”. Por outro lado, tal política é limitada quanto à sua efetividade ou alcance, basta que citemos o caso da “invasão” das Malvinas, hoje Bairro da Paz, que teve início já em meados da década de 1980, localizada próxima do Aeroporto da cidade, em uma área de grande valorização fundiária. Em 2000, a população deste vetor era de 556.349 habitantes, (IBGE, Censo Demográfico, 2000).

O vetor central ou como é chamado, “miolo” de Salvador, refere-se à parte central da península, situada entre os dois maiores corredores de tráfego, à esquerda a BR 324 – que liga Salvador ao Recôncavo e à Feira de Santana, e à direita a Avenida Luis Viana Filho ou Paralela, que interliga a área da Pituba ao Aeroporto de Salvador. Segundo Rosali Fernandes (2004) esta área chama-se “miolo” por denominação dada pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PDDU), da década de 1970, mas desde o final da década de 1960, esta parte da cidade vem sendo incorporada à mancha urbana de Salvador pela construção de conjuntos habitacionais. Esta área foi escolhida pelo planejamento estatal para abrigar significativa parcela da classe trabalhadora, por isso, nas definições dos órgãos da prefeitura, esta área corresponda à de habitação popular onde os imóveis

foram construídos basicamente pelo Estado através de programas federal e estadual de habitação.

Da mesma maneira que o espaço de catástrofe induziu a produção espacial da área da Pituba também atuou aqui. Foram construídos gigantescos conjuntos habitacionais, a exemplo dos famosos Sete de Abril, Cabula I ao VII, Cajazeiras I ao XI e Castelo Branco I ao IV. Também a instalação do Centro Administrativo da Bahia (CAB), interligado à Avenida "Paralela" em 1972, dinamizou a constituição de bairros inteiros como o de Pau da Lima e o de São Marcos. Por outro lado, existem grandes "invasões" e/ou loteamentos irregulares como os bairros de Tancredo Neves (Beiru), Saramandaia e Palestina. Com efeito, a população desta parte da cidade equivale a, aproximadamente, 1/4 da população total do município ou, exatamente, 648.363 habitantes. (IBGE, Censo Demográfico, 2000).

O quarto vetor de produção espacial de Salvador é o que comporta o maior contingente populacional. Pelos nossos cálculos, tomando-se por base o último censo demográfico do IBGE (2000) e a distribuição pelas Regiões Administrativas [16], mais de 712.000 pessoas habitavam este vetor, portanto, o mais populoso da metrópole. A sua principal característica é a carência de infraestrutura – transporte, serviços (saúde, educação), segurança, iluminação e vias de circulação. Além disso, a maioria das habitações é de origem espontânea (autoconstrução) e, geralmente, ilegal quanto à regularidade jurídica do terreno. As principais localidades que compõem este vetor são Paripe, Periperi, Plataforma e o Lobato; além dessas, há também as localidades de Valéria, Liberdade e São Caetano.

Outro dado muito importante é que, para este vetor, os poderes públicos remanejaram diversas "invasões" situadas, sobretudo, no vetor da orla atlântica. Como apontam os estudos de Gordilho-Souza (1990) foram removidas, por exemplo, da Pituba e adjacências para este vetor, pelo menos seis "invasões" até o

[16] As Regiões Administrativas (RAs) são a base espacial de informações que órgãos públicos municipais utilizam de acordo com o Decreto-lei nº 7791/1987. As RAs estão organizadas sobre os setores censitários do IBGE.

final da década de 1980, nominalmente foram: “Bico-de-ferro”, “Capineira”, “Nossa Terra”, “Baixa do Tubo da Pituba”, “Cai Duro” e “União Paraíso”. Além das invasões deslocadas, neste vetor também foram recorrentes a criação de outras, Vasconcelos (2003), por exemplo, cita algumas delas como a “Novos Alagados” em Plataforma, iniciada em 1971, e “Nova Constituinte” e “Praça Periperi” em Periperi, na década de 1980.

Mesmo considerando a relativa “eficiência” desses vetores de reprodução espacial é impossível não reconhecer um fato: as “invasões” predominam na paisagem da cidade, frente a elas a cidade formal é quase uma “cosmética” urbana. Segundo o estudo de Antônio Fernandes (2004), no período de 1946 a 1968 ocorreram 28 invasões e, no período posterior, de 1969 a 1979, ocorreram 109, e de 1980 a 1989 ocorreram cerca de 240, totalizando 377. Já os estudos de Gordilho-Souza (1990; 2008) apontam, para o período 1946 a 1991, um total de 452 invasões, sendo que dessas 95 foram removidas.

Ainda a esse respeito, um recente estudo, feito por Luciana Silva (2008) confirma que havia em Salvador mais de 600.000 pessoas que moravam em “invasões” no fim da década de 1990. Levando-se em conta que a população de Salvador em 2000, era de 2.443.107 habitantes (IBGE, Censo Demográfico, 2000), estimamos que, aproximadamente, 1/4 habitava em “invasões”. Como síntese, elaboramos o mapa que representa os vetores de reprodução espacial e as “invasões” em Salvador, Figura 7.

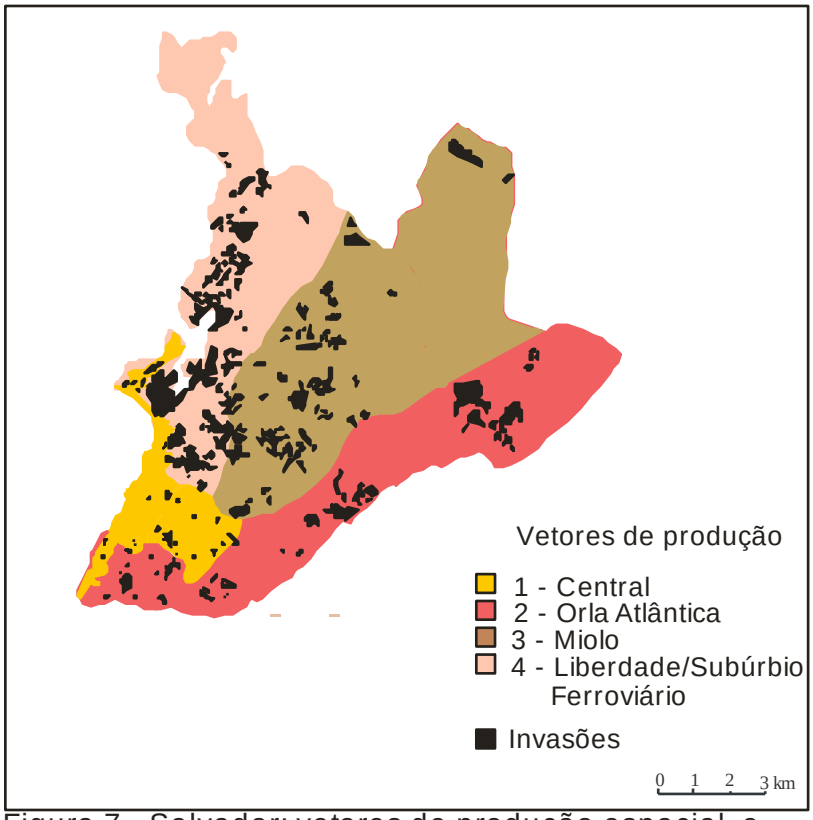

Figura 7 - Salvador: vetores de produção espacial e áreas consolidadas de "invasão" - 2008
Elaboração: adaptado do original por James A. Araújo
Fonte: GORDILHO-SOUZA, Angela (2008).

Esta última característica do espaço de catástrofe capitalista em Salvador, isto é, a produção de uma proeminente periferia é o aspecto mais relevante do processo de modernização. Mesmo nos primórdios desse processo, quando Salvador via sua população crescer sem um motivo aparente, o que foi identificado por Santos, quando dizia que "isso, porém não se deve ao dinamismo próprio à cidade, mas pelo contrário, à ausência de dinamismo e de ação sobre a sua zona de influência" (1959, p. 51), os aspectos estruturais e contraditórios do espaço capitalista já estavam presentes. Então a periferia, representada aqui neste trabalho pelas "invasões", é o correspondente dialético (negativo) da cidade formal.

Tal situação contraditória da produção espacial do habitar está claramente posta pela municipalidade quando promulga a Lei 3377/1984 de uso e ocupação do solo. Vigente até hoje, apesar de algumas adições e alterações, esta lei é clara ao tratar o espaço como valor de troca e concede, por isso, o "poder de polícia administrativa" à

prefeitura para agir em situações nas quais ela deve “assegurar às atividades e empreendimentos públicos e privados (...) programações confiáveis e de implantação segura”. Em uma releitura crítica, percebemos que o que está formatado nesta lei são as condições institucionais e, logo, jurídicas para que a forma da legalidade do uso e ocupação do solo, assim como das construções, seja assegurada em toda a sua extensão. No entanto, esta legislação reconhece três condições jurídicas históricas - duas formais, quanto à legalidade do uso do solo e, a terceira, justamente, a negação das duas anteriores, ou seja, a da “informalidade”. Dentre as duas condições formais há claramente uma distinção entre elas, porque, uma se orienta para o mercado de imóveis das classes mais abastadas, enquanto a outra se destina à ação do Estado no “acondicionamento” da força de trabalho. Na terceira condição estão as chamadas de “invasões” coletivas e os loteamentos clandestinos [17].

Foi a partir da lei acima e dos dados de campo que Gordilho-Souza (2008) estudou a legalidade de uso e ocupação do solo de Salvador. Sua síntese para o fenômeno da habitação é a seguinte: em 2006, a área que a habitação ocupava correspondia a 128,96 km^2 ou 46% da área do município (313 km^2). Desse total, as formas legais do habitar (1ª e 2ª condições jurídicas) equivaliam a 70,15 km^2 ou 54,40%, enquanto as “ilegais” (3ª condição jurídicz) perfaziam 44,95 km^2 ou 34,86%, sem contar as áreas cujas informações eram insuficientes, conforme Figura 8.

[17] Qual a diferença entre loteamento clandestino e “invasão”? Segundo Gordilho-Souza (2008) o “loteamento clandestino é o parcelamento de uma gleba sem projeto urbanístico prévio, portanto, à margem das normas urbanísticas. Distingue-se da “invasão”, pois a ocupação não ocorre à revelia do ‘proprietário’, ou seja, há uma relação comercial predefinida (...)”. (p. 205).

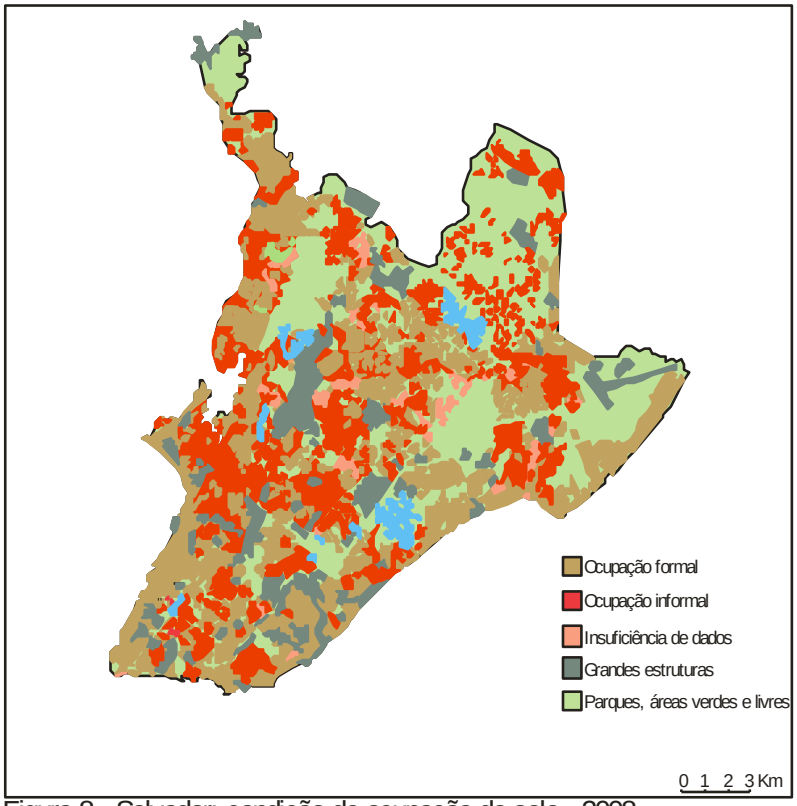

Figura 8 - Salvador: condição de ocupação do solo - 2008
Elaboração: adaptado do original por James A. Araújo.
Fonte: GORDILHO-SOUZA, Angela (2008).

Em síntese, nosso esforço até aqui foi demonstrar o processo de modernização brasileiro e a consequente produção de um espaço catastrófico capitalista nas escalas nacional e da cidade de Salvador. Tal processo se constitui na base da reprodução capitalista, através da acumulação de capital no espaço, e se expressa materialmente pela constituição de novos centros e periferias na cidade metamorfoseada em metrópole.

No próximo item, o foco se direciona para descrever a estruturação dos dois mercados que expressam o processo de modernização de Salvador – o imobiliário e o de trabalho formal.

2.3 A REPRODUÇÃO SOCIAL CAPITALISTA TÍPICA EM SALVADOR: O MOVIMENTO DE IMPOSIÇÃO DOS MERCADOS IMOBILIÁRIO E DE TRABALHO FORMAL PARA A CLASSE TRABALHADORA

As transformações operadas no espaço soteropolitano foram descritas através do conceito de espaço de catástrofe. O sentido dessas transformações foi o de realizar os mercados necessários à acumulação urbano-industrial em Salvador. Neste item, temos dois objetivos: um é descrever a constituição desses mercados, referenciando-os aos momentos de descontinuidades da morfologia espacial da cidade; outro é sintetizar a condição de reprodução da classe trabalhadora atual no seio desses mercados.

2.3.1 A constituição e atuação do mercado imobiliário

Em Salvador, o mercado imobiliário se constituiu pela separação, paulatina e constante, das classes sociais no início do século XX. Enquanto aos ricos a construção de palacetes depois da Praça do Campo Grande, seguindo em direção aos bairros da Graça e Barra foi uma possibilidade, aos pobres as duas únicas possibilidades eram se amontoar em cortiços ou avenidas de casa do centro histórico ou edificar casebres nos vales ou arrabaldes da cidade.

Como já dissemos anteriormente, o acesso ao solo urbano ainda era feito pelo aforamento ou enfiteuse, porque, basicamente a propriedade do solo pertencia à municipalidade, às ordens religiosas e aos proprietários ricos. Foi dentro destas formas jurídicas que o mercado imobiliário, seja via loteamentos seja pela vendas ou aluguel de casas se estruturou em Salvador. Por exemplo, os dados do Inventário de loteamentos regularizados, feito pela Prefeitura em 1977, indicam que em 1925 teve início o parcelamento do solo via loteamento, sendo que o primeiro foi o Vila Bonfim, situado na Península de Itapagipe.

Na década seguinte, foram protocolados, junto aos órgãos públicos municipais, nada menos que 78 projetos de loteamento. Além disso, no centro e nas áreas adjacentes (Nazaré, Garcia, Barris, etc.), o mercado atuava com bastante dinâmica, tanto no aluguel de casas e/ou quartos, quanto na venda de casas para a classe média e alta, quase sempre sem a venda do terreno. Isto tudo indica já a presença de uma dinâmica local para o mercado imobiliário. Contudo, como observou Brandão (1978), a demanda solvável dessas classes não se realizou a contento, uma porque a classe média, fruto da industrialização-modernização, tinha uma expressão demográfica reduzida, outra porque era a classe trabalhadora que necessitava de moradia.

Na década de 1940 esta dinâmica do mercado imobiliário é rompida pela demanda habitacional dos migrantes que afluíam para a cidade, provocando a elevação dos preços dos aluguéis e o início dos lançamentos de projetos de loteamentos populares, definição até então não existente para os lançamentos de loteamento. Provavelmente, foi o próprio mercado imobiliário que acabou por estabelecer um tipo de loteamento para as camadas mais populares.

Em nossas pesquisas em jornais e, no próprio inventário de loteamentos regulares da prefeitura, encontramos nominalmente o termo “operário” e suas variantes para os loteamentos populares. Por outro lado, a noção e a métrica modernas do lote já se faziam presentes, por isso, o elemento que definia ou caracterizava esse tipo de loteamento, tornou-se o tamanho, isto é, o lote padrão, o qual não excedia os 200 m^2, conforme descrevemos, na Tabela 1.

A indicação dos bairros onde se situavam os loteamentos, Tabela 1, por si só já denota para onde o mercado imobiliário induzia a instalação da classe trabalhadora, por outro lado, muitos desses sequer saíram do “papel”. Na verdade, houve muitos casos em que eles ficaram estocados para valorização posterior, através da implantação de sistemas de infraestrutura – vias de transportes, água, eletrificação etc.

Tabela 1 – Salvador: lançamentos de loteamentos populares – 1925 - 1943

Nº	Denominação /Proprietário	Localização	Área da gleba	Total de lotes	Lote padrão	Ano de aprovação
1	Vila Bonfim	Bonfim	42391	123	200	1925
2	Vila Matos	Rio Vermelho	38000	164	108	1935
3	Vila proletária 1º de março	Brotas	24367	136	97	1937
4	Sem denominação	Centro	2096	9	126	1937
5	Sem denominação	Baixa de Quintas	19745	62	200	1938
6	Sociedade de Amparo dos operários	Liberdade	8378	32	200	1939
7	**Vila Hermínia/ Pacheco de Oliveira e Francisco Pelosi**	**Corta-braço**	**9875**	**64**	**160**	**1938**
8	Jovelino Castro	Liberdade	22250	242	85	1939
9	Caixa Aposentados e Pensionistas da BA e SE	Mares	24784	115	120	1939
10	Vila à Castro Alves	Brotas	4500	44	79	1939
11	Fernando Balalai Alves	Mares	10210	44	126	1939
12	Hélio Guertzenstein	Penha	7200	24	200	1940
13	Lúcia Sá Barreto Dórea	Barbalho	4708	14	168	1940
14	José Cardoso Neiva	Barbalho	38277	100	147	1941
15	Oscar Palmeira Filho	Mares	33350	130	160	1941
16	Tarcísio Junquilho	IAPI	72540	156	161	1941
17	Maia, Silva e Cia. Ltda	Matatu	4635	18	184	1942
18	Carnerino T.F. D'Oliveira	Penha	31520	91	200	1942
19	Inst. Aposentado e Pensionistas Marítimos	Mares	5907	52	178	1942
20	Manoel Correia	Penha	7467	40	90	1942
21	Vila Curuzu/ S. Pereira	Liberdade	13596	57	160	1943

Elaboração: James A. Araújo.
Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador. Estudo de disponibilidade de terras. Inventário de loteamentos. 1977.

Como demonstra Mattedi (1979), a luta por moradia em Salvador se instalou na cidade na década de 1930, muito por conta da política sistemática de eliminação de habitações “subnormais” no centro e áreas nobres da cidade. Cita a referida autora que somente na encosta conhecida como Morro do Camarão (Ondina) foram demolidos cerca de 300 mocambos pela prefeitura em 1940 (1979, p. 133). Portanto, estes são elementos que ajudam a perceber a dramática situação de moradia dos estratos mais pobres da classe trabalhadora.

Em 1943, um estudo realizado pelo EPUCS e intitulado “tese da habitação popular” já alertava que 72,53% dos aluguéis praticados na cidade estavam abaixo dos Cr$ 100,00, o que se traduzia em “cortiços e avenidas no centro ou casebres na periferia”. A solução que a tal “tese” preconizava seria a seguinte: uma área próxima à Península Itapagipana aconteceria a alocação do “operário propriamente dito”, pois, naquela época, o distrito industrial de Salvador se localizava nessa península. Na realidade, a alocação desse tipo de operário fora planejada para acontecer no Setor Residencial 3 – São Caetano, conforme assim aponta o Decreto-Lei 701/1948; já para o operário que “vive um pouco ao acaso dos ganhos eventuais de cada dia” o projeto do EPUCS idealizou “manchas de moradia de baixo tipo econômico” próximas de áreas residenciais valorizadas. Seriam 6 pequenas “manchas” que

> se pretende isolar essas concentrações por meios naturais, **à feição de ilhas,** e, por outro lado, criar dentro delas uma tendência de movimento centrípeto da população, isto é – tendência para a centralização e não para a dispersão pela circunvizinhança. (PMS, 1976, p. 118). (grifo do autor)

Embora consideremos o teor da proposta autoexplicativo, é necessário sublinhar que o isolamento de parte da classe trabalhadora estava contemplado pelo “planejamento científico”. Se lido em outros termos, era preciso manter os “trabalhadores livres” próximos dos locais de trabalho, mas cativos, como semi-escravos. Foi esta a proposta formulada pelo grupo de especialistas do EPUCS e endossada pelo Engenheiro Mário Ferreira Leal para a “classe operária” não típica da Salvador dos anos 40.

Em 1946, o mercado de imóveis já orientava, claramente, seus lançamentos tanto para as camadas populares e, obviamente, para as ricas. Conforme pudemos levantar de dados, a partir dos anúncios de classificados dos jornais mais comuns da época – Diário de notícias e A tarde, o preço médio do metro quadrado nos bairros nobres ultrapassava os Cr$ 250,00. No centro e bairros adjacentes, os quais abrigavam as ditas "classes médias", o preço médio variava de Cr$ 100,00 a Cr$ 250,00 e, nos bairros proletários, ou em áreas ainda não incorporadas à mancha urbana como, por exemplo, Amaralina, o preço médio do metro quadrado ficava abaixo dos Cr$ 100,00. (Jornal A Tarde, de 3/01/1946 a 9/11/1946; Jornal Diário de notícias, de 02/07/1946 a 25/09/1946).

Quanto às casas, citemos alguns exemplos: na Barra, uma casa "tipo *bungalow*", era ofertada por Cr$ 180.000,00, enquanto no Pau Miúdo, subúrbio, ofertava-se uma "casinha" por Cr$ 15.000,00 (Diário de notícias, 02/07/1946). Esta discrepância de oferta se traduzia também no aluguel de imóveis: Cr$ 300,00 ou mesmo 600,00 no centro, para uma casa (2/4, 2 salas, banheiro) (Diário de notícias, 17/08/1946), e Cr$ 12,00 por semana por um quarto e sala localizado no Taboão (Pelourinho). (O momento, 12/01/1947).

A crise habitacional, portanto, já estava colocada como um problema socioespacial. Tanto assim que, em 1946, surge a primeira proposta a nível federal de tentar "regular" o problema da moradia no Brasil, por meio do programa de casas populares, chamado Fundação da Casa Popular. Em Salvador, tal fundação realizou um estudo da situação do mercado imobiliário popular para demonstrar as "vantagens" do programa.

Para entendermos um pouco mais sobre a Fundação da Casa Popular, segue o Quadro 1, no qual apresentamos uma avaliação dos custos de aquisição de uma casa popular padrão, isto é, dois quartos, sala, cozinha e banheiro na cidade, comparando as possibilidades disponíveis para a classe trabalhadora naquele momento.

Quadro 1 – Custo para aquisição de uma “casa popular padrão” no mercado imobiliário de Salvador -1946

Indicadores	Empresas comerciais	Órgãos de previdência	Fundação Casa Popular	Sociedade civil particular
Preço	42.000,00	42.000,00	42.000,00	30.000,00
Entrada	2.100,00	-	-	-
A prazo	39.900,00	42.000,00	42.000,00	30.000,00
Pagamento em	10 anos	15 anos	30 anos	30 anos
Taxa de juros	10%	6%	8%	6%
Mensalidade	527,00	453,00	300,00	190,00
Lucro	40%	-	-	?
Imposto de transmissão	sujeito	isento	isento	sujeito
Valor locativo	400,00	400,00	400,00	300,00

Fonte: Diário de notícias, 11/05/1946, Ed. 12669.

Conforme podemos observar, a proposta da Fundação Casa Popular estabelecia uma mensalidade de Cr$ 300,00, o que equivalia, à época, a 1,4 salários mínimos. Contudo, segundo o jornal “O momento” [18], nenhuma casa deste programa foi construída, (O momento, 14/01/1947), o que só faz atestar o descaso do poder público para com a questão da moradia. Tampouco o mercado imobiliário trabalhou no sentido da “incorporação” das parcelas mais pobres da classe trabalhadora, por isso, o resultado se traduziu nas “invasões” coletivas e loteamentos clandestinos.

Desse período da história do mercado de terras em Salvador, surgiu a iniciativa tardia de “disciplinar” a urbanização da cidade, pelo já apresentado Decreto-Lei nº 701/1948. Este definiu uma divisão da área urbana em setores e, para o nosso objeto de estudo, interessa considerar que ele agrupava setores residenciais de acordo com a densidade demográfica e classe social. No caso específico da Liberdade, o referido decreto o classificava como Setor Residencial Norte de média densidade (SR-4), destinado para uma possível “classe operária” de nível de renda superior àquela que se instalaria em São Caetano. Talvez este zoneamento tivesse até certa coerência, porque a Liberdade já apresentava um quadro de oferta de

[18] O Jornal “O Momento”, durante os últimos anos da década de 1940, sistematicamente publicava reportagens divulgando as péssimas condições de vida dos moradores da parte norte de Salvador e o descaso da municipalidade com a problemática da habitação na cidade para com o operariado.

lotes, como demonstra o Quadro 1 acima no qual aparecem quatro lançamentos de loteamentos para a área.

A década seguinte, anos 50, o problema da moradia só fez se agravar ainda mais. É bom relembrarmos que este é o período de transição da morfologia, na qual todas as crises de passagem de uma sociedade rural para urbana se manifestam com intensidades variadas, no caso específico do habitar, esta talvez fosse a pior das crises que a cidade vivenciava. Por isso mesmo, é neste período de transição que uma quantidade recorde de lançamentos de loteamentos teve lugar, como assim demonstram os dados da própria prefeitura atentando que, entre a década de 1950 a 1960, são registrados 83 projetos de loteamento na cidade (PMS, 1977). Contudo, o movimento daqueles que não podiam acessar este mercado de terras também só fez crescer, segundo a Subcomissão Nacional de Habitação e Favelas *apud* Brandão (1978), no início desta década (1950) havia 40.000 ou 48% das habitações tidas como precárias em um total de, aproximadamente, 83.000. Em termos populacionais, significava por volta de 200.000 pessoas morando em condições classificadas como “subnormais’, onde a luta era “tinhosa, contra a água, contra a ladeira, contra o fundo encharcado dos vales internos” (BRANDÃO, 1981, p. 142).

Em meados da década de 1960, o período de transição da morfologia soteropolitana chega a seu termo, iniciando o período da morfologia metropolitana. Consequentemente, esta década é efetivamente “o divisor de águas” porque, a partir de então, a escala da produção espacial ganha um contorno “industrial”, com a participação efetiva de três agentes de produção de habitações: o público, através dos Governos Federal, Estadual e Municipal, o privado ou corporativo e o particular (individual) da seguinte maneira:

- o Estado, através de suas políticas públicas para habitação implementadas a partir do final da década de 1960. Como resultados da política nacional para habitação são criados o Sistema Financeiro da Habitação e o Banco Nacional de Habitação;

- as empresas voltadas para o mercado corporativo, organizadas em torno da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI), seção Bahia, criada em 1976; e,

- o particular pela autoconstrução.

A ação do Estado, através dos governos, federal, estadual e municipal, tentou contemplar duas necessidades: uma emergencial de habitação popular, através das Cooperativas Habitacionais (COHABs); outra voltada para habitação de operários sindicalizados, através dos Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP).

As COHABs eram agentes de economia mista voltados para atender as classes de rendimentos mais baixos entre os trabalhadores, até 5 salários mínimos. Na Bahia, as COHABs foram organizadas através da Companhia de Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S/A (URBIS), criada em 1965. Em Salvador, foram construídos, nas décadas de 1970 e 1980, 76 conjuntos (casas e apartamentos), totalizando 40225 unidades, desses apenas 2600 foram construídos para famílias com renda de 1 a 3 salários mínimos (GORDILHO-SOUZA, 2008, p. 121). Por vetor espacial temos: Vetor 1 - Brotas, Engenho Velho de Brotas; Vetor 2 - Imbuí; Vetor 3 - Cajazeiras, Cabula, Saboeiro, Mussurunga, Doron, Fazenda Grande, Castelo Branco, Pirajá e Boca da Mata; e Vetor 4 - Alagados, Itapagipe, Valéria, Vista Alegre de Couto, Paripe, Periperi e Ilha Amarela. (URBIS, 2009).

Quanto aos INOCOOPs, segundo Szubert (1979), foram organizadas ou instituídas 39 cooperativas, sendo que dessas apenas 14 lograram êxito. Como frisa Szubert, a composição social inicial das cooperativas girava em torno de uma pequena classe média – funcionários públicos, empregados no comércio ou em bancos, militares do baixo escalão, mas havia também duas cooperativas ligadas a estratos de renda altos da própria classe média – médicos, advogados, ou seja, todos acima da “linha de corte” de 3 salários mínimos. A partir dessas cooperativas, 14 conjuntos foram

construídos, totalizando 5.500 unidades, das quais 91,20% apartamentos. Por vetor estão assim dispostos: Vetor 1 – sete conjuntos: CHOEBB I e II, CETEPRO I e II (Brotas), CHOPE I e II (Federação) e COHOSE II (Bonfim); Vetor 2 - quatro conjuntos: COHEX I (Vale dos Rios), COHEABA e COHAFAZ (Pituba) e COHASE (Piatã); Vetor 3 – quatro conjuntos: COHASE II, COHATE, COHAMEBA E COHEMA (Cabula).

Ainda na década de 1970, o BNH já "reconhecera" que seus programas estavam se desvirtuando da função precípua, então o próprio Governo Federal instituiu uma "medida de reparação" por meio do Programa de Lotes Urbanizados (PROFILURB) para família com renda até 2,5 salários mínimos. Em Salvador este programa apresentou resultados inexpressivos, pois, de acordo com Mendonça (1989), apenas 1337 lotes urbanizados foram implantados, todos no Vetor 3.

Os pesquisadores que estudaram os resultados efetivos da política de habitação federal em Salvador, através dos programas acima descritos, são unânimes em afirmar que estes foram pífios. Mattedi (1979) afirma que o contingente de população atendida pela COHAB foi irrisório quando comparada à clientela potencial. Além disso, o processo inflacionário das décadas de 1970 e 1980 inviabilizou a população que obteve um imóvel via este programa de honrar o pagamento das parcelas, fato que conduziu o próprio sistema a direcionar sua produção para um mercado com maior poder aquisitivo.

Szubert (1979) tece praticamente o mesmo tipo de crítica ao INOCOOP. De acordo com suas observações, à medida que o programa se desenvolvia menos atendia à classe trabalhadora, portanto, o BNH, na prática, foi uma política de acumulação de capital nos setores ligados à construção civil e, com a sua extinção em 1986, a tão sonhada "política nacional para habitação" entrou em uma fase de flagrante retrocesso.

Ao nível municipal, os programas de habitação foram implantados somente a partir

de 1989. Deste ano até 1998 foram construídos 12766 imóveis nos Vetores 3 e 4. Depois desse período as ações foram mais pontuais e atenderam áreas de risco (encostas e fundo de vales) e realocação de famílias em áreas que foram desapropriadas para intervenções no sistema de transporte. (GORDILHO-SOUZA, 2008, p. 329-338).

Outro agente expressivo, produtor de moradias, é o mercado corporativo de Salvador. Organizado desde 1976 em torno de sua associação, a ADEMI seção Bahia, tem atuado intensamente no parcelamento e lançamento de loteamentos formais (legais). De 1970 até 2002 este agente registrou, junto aos órgãos de controle da Prefeitura Municipal, exatamente 117 loteamentos concentrados preferencialmente nos vetores 1 e 2 (PMS, 1977; 2002).

Na caracterização da atuação do agente corporativo, Gordilho-Souza (2008) destaca as ofertas de imóveis para famílias com rendimentos acima de 3 salários mínimos e os diferentes tamanhos de lotes e localização que as empresas têm oferecido de acordo com o nível de renda. Por exemplo, lotes entre 125,01 a 360,00 m^2 predominam nos Vetores 3 e 4 para famílias cujos rendimentos se situam entre 3 até 12 salários mínimos, já para os lotes maiores que 360,00 m^2, estes em sua grande maioria localizados no Vetor 2, visam contemplar famílias com rendimentos acima de 12 salários mínimos.

Ao largo da produção estatal e corporativa da moradia, mas também ocorrendo em escala industrial temos o agente privado promotor da autoconstrução. Esta tem sido a forma social predominante deste agente conseguir a tão sonhada “casa própria” em Salvador. Neste tipo de produção espacial a disponibilidade de inversão de capital é muito baixa e a construção, ou melhor, a autoconstrução se arrasta por muitos anos, por isso, o aspecto na paisagem de um “não acabamento” dos imóveis, demonstrando os termos da expropriação social ou de como tem se realizado a recomposição técnica dos capitais fixo e variável.

Não há dados precisos disponíveis sobre a quantidade de casas autoconstruídas em Salvador, justamente por conta da “ilegalidade” do uso e ocupação do solo. Porém, podemos inferir uma situação aproximada para o ano de 2000, tendo por base os dados do IBGE e o Plano Municipal de Habitação de Salvador de 2008. No ano de 2000, havia em Salvador 651.008 domicílios particulares permanentes, sendo que deste total, 267.034 ou 41% foram apontados pelo IBGE como inadequados ou deficientes em algum tipo de infraestrutura. Já os dados apresentados pela Prefeitura de Salvador (2008) estimam um contingente de 312.483 domicílios ou 48% do total em situação de carência de infraestrutura, sobretudo, esgotamento, ou seja, uma forte indicação de autoconstrução. Se adotarmos a média de 3,8 habitantes por domicílio em 2000, referente ao Censo Demográfico de 2000, chegamos à cifra de, aproximadamente, 1.187.000 pessoas morando em domicílios carentes de infraestrutura, usando o próprio percentual de domicílios carentes da prefeitura.

O reflexo da atuação dos três agentes de produção de moradias acima descritos pode ser demonstrado através do estudo de Cristóvão de Brito (2005). Ao se debruçar sobre o estudo do mercado imobiliário em Salvador, a partir da década de 1970, o autor conseguiu identificar que a produção espacial da cidade se orientou por vetores, tal qual nós também afirmamos. Para termos uma simples idéia do que estamos tratando, apresentamos, a seguir, a evolução do preço médio do metro quadrado em cada vetor de produção da cidade, a partir do preço de mercado do solo em três localidades.

Tabela 2 – Salvador: preço médio do metro quadrado em três localidades do Vetor 1 em US$ - 1970 – 2004

Localidade	1970	1980	1990	2000	2004
Centro	36,0	190,1	110,7	72,6	79,7
Federação	11,5	18,9	64,7	90,50	84,7
Brotas	14,6	36,6	153,8	75,00	72,00
Média	20,7	81,86	109,73	79,36	78,8

Elaboração: elaborado por James Amorim Araújo.
Fonte: BRITO, Cristóvão (2005).

Tabela 3 – Salvador: preço médio do metro quadrado em três localidades do Vetor 2 em US$ - 1970 – 2004

Localidade	1970	1980	1990	2000	2004
Pituba	15,0	54,4	123,6	177,40	182,00
Boca do Rio	6,2	28,7	77,9	49,57	74,3
Itapuã	5,8	22,2	27,5	41,28	59,0
Média	9	35,1	76,3	89,41	105,1

Elaboração: James A. Araújo.
Fonte: BRITO, Cristóvão (2005).

Tabela 4 – Salvador: preço médio do metro quadrado em três localidades do Vetor 3 em US$ - 1970 – 2004

Localidade	1970	1980	1990	2000	2004
Cabula	4,5	25,8	51,0	27,84	42,6
Pau da Lima	1,5	14,0	14,1	41,23	16,8
Cajazeiras	-	2,5	12,0	18,86	15,4
Média	2	14,1	25,7	29,31	24,93

Elaboração: elaborado por James Amorim Araújo.
Fonte: Brito, Cristóvão (2005).

Tabela 5 – Salvador: preço médio do metro quadrado em três localidades do Vetor 4 em US$ - 1970 – 2004

Localidade	1970	1980	1990	2000	2004
Liberdade	16,9	24,0	63,9	40,5	44,1
São Caetano	5,1	10,3	21,3	30,5	22,0
Subúrbio Ferroviário	3,2	9,5	9,4	15,98	9,4
Média	8,4	14,6	31,5	29	25,16

Elaboração: James A. Araújo.
Fonte: BRITO, Cristóvão (2005).

Desse conjunto de séries históricas, construímos um gráfico, Figura 9, a seguir, que representa apenas as médias de preço praticadas de 1970 a 2004. Assim, importa observar como a relação entre o vetor e tipo de agente produtor de moradia imprimiu valorizações diferenciais ao espaço da metrópole tomada em seu conjunto. É clara a distinção de valorização do solo dos Vetores 1 e 2, onde o agente estatal, através do INOCOOP, e o agente corporativo imprimiram suas marcas; enquanto nos Vetores 3 e 4, predominou a ação do Estado (COHABs) e do agente particular (autoconstrução). É importante observar que os Vetores 2 e 4 partem, na década de 70, praticamente do mesmo patamar de preço, mas enquanto o Vetor 4 se valorizou em 200% o Vetor 2 se valorizou mais de 1000%.

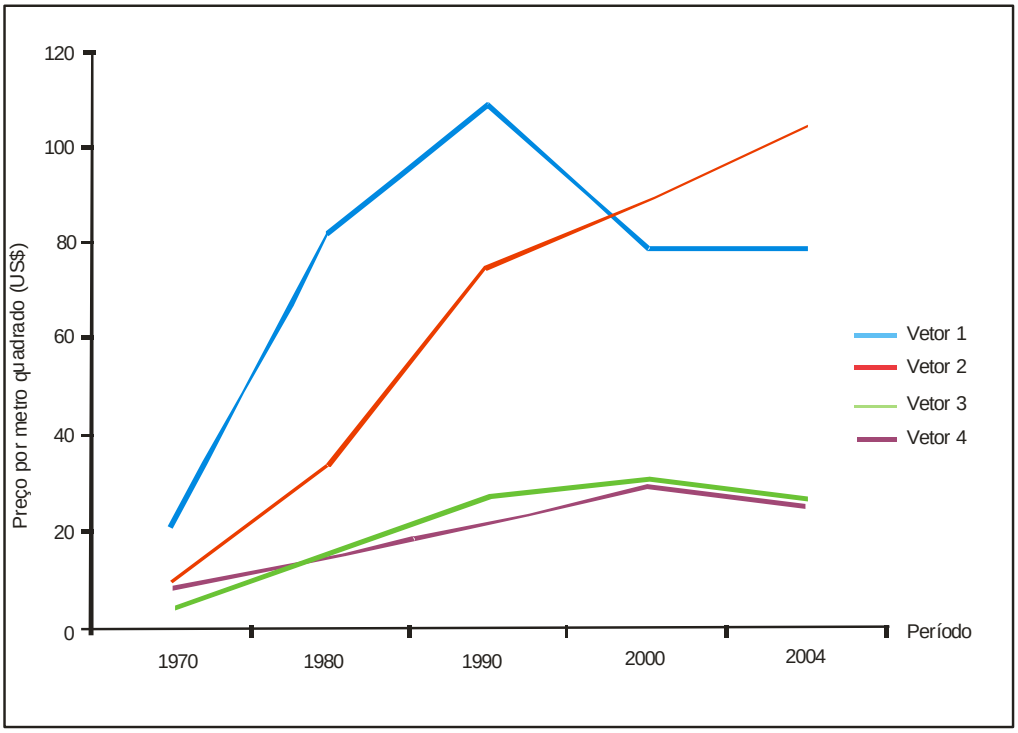

Figura 9 - Salvador: evolução do preço do solo urbano por vetor espacial - 1970-2004
Elaboração: James A. Araújo
Fonte: BRITO, Cristóvão (2005).

A problemática da habitação é uma das dimensões que encaminhamos a discussão das condições de reprodução social da classe trabalhadora. Como frisam diversos pesquisadores desta problemática no Brasil, a questão central da moradia, atrelada ao mercado, está justamente no "limite crítico mínimo de reprodução" nos termos da recomposição técnica do capital, definidos no momento de implantação da morfologia metropolitana. Por exemplo, como aponta Fagnini (2006), quando analisou a política habitacional federal de 1964 a 2002, as instituições públicas ofereciam linhas de crédito para os trabalhadores que se encontravam nas classes de rendimentos acima de 3 salários mínimos, entretanto, a demanda da classe trabalhadora que necessitava de linhas de crédito se concentrou abaixo desse patamar.

Finalmente, ainda em relação ao habitar, uma última observação merece ser feita sobre a atuação do poder público no sentido da ampliação do mercado imobiliário em Salvador. Ele busca "destravar" juridicamente o uso do solo cuja situação esteja na "ilegalidade", através de programas de regularização fundiária. Desde a década de 1980 tem havido algumas iniciativas de regularização fundiária, entretanto,

somente com o Estatuto das Cidades (2001) e a Lei municipal 6099/2002 é que um efetivo programa de regularização passou a ser sistematicamente realizado. Assim, segundo Gordilho-Souza (2007), no período de 2001 a 2004 foram regularizadas 57 áreas, totalizando 45.693 escrituras, dentre as quais o próprio Pero Vaz.

Apesar das boas intenções de alguns gestores municipais para com a regularização fundiária, afinal as áreas nas quais o programa foi implementado são classificadas de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), o que realmente está em jogo é a ampliação do mercado imobiliário e, portanto, da recomposição técnica do capital fixo. Então, nesse percurso de penetração da reprodução capitalista típica, nas formas do habitar, até mesmo os sistemas de infraestrutura, como o de saneamento básico, são capturados pela lógica do mercado.

Estes, portanto, são os termos que a reprodução capitalista desenvolveu em Salvador com relação à dimensão do habitar. É perfeitamente plausível introduzir outros aspectos concernentes à temática, no entanto, estes são os selecionados para esta primeira tarefa de descrição da dimensão do habitar sob uma complexidade vertical, isto é, ao nível da cidade.

2.3.2 O desenvolvimento do mercado formal de trabalho

A segunda dimensão de “espraiamento” da reprodução capitalista típica se refere às formas de ocupação da classe trabalhadora em Salvador. Para descrevê-la, tivemos que lançar mão de diversos estudos que demonstram a evolução desta dimensão em três momentos: em 1950, em 1971 e em 2000. Estes três momentos da ressignificação formal do mercado de trabalho também buscam estar referenciados aos momentos de descontinuidade da morfologia espacial da cidade, em seu processo de transformação de tradicional em metropolitana, conforme descrevemos no item 2.2. Entretanto, faz-se necessário colocar uma questão, como era o mercado de trabalho em Salvador antes da década de 1950, e mesmo antes da instituição do salário mínimo?

Para esta questão, a resposta mais plausível deve ser aquela que recupere a Salvador da virada do século XIX e início do século XX. No trabalho de Ana Costa (1989) um detalhado inventário da ocupação da população livre e recém alforriada é feito com base nos censos e outros estudos do século XIX. A estrutura ocupacional urbana, herdada do longo período de escravidão, marcava-se predominantemente pela distinção entre atividades de brancos e negro-mestiços. Aos brancos, as atividades administrativas públicas, o gerenciamento do comércio, das atividades bancárias e de transporte. Quantos aos negro-mestiços, as atividades que historicamente lhes foram reservadas: serviços domésticos, serviços urbanos (transporte, abastecimento de água e iluminação), artesanato e comércio de rua.

As atividades domésticas em Salvador sempre empregaram mão-de-obra negro-mestiça tanto masculina quanto feminina. Segundo Ana Costa as atividades que esta mão-de-obra executava eram, para as mulheres, cozinhar, lavar, servir refeições, arrumar a casa e amamentar crianças; para os homens, cuidar do transporte de seus patrões, despejarem dejetos e realizar pequenos serviços (lacaios) (1989, p. 91).

Durante todo o século XIX e início do XX, os serviços urbanos de abastecimento de água, transporte e de iluminação eram realizados por mão-de-obra negro-mestiça. Os carregadores (homens e mulheres) ou aguadeiros buscavam água nos vários chafarizes públicos da cidade em pequenos barris para vendê-la nas casas. O transporte, tanto de mercadorias quanto de passageiros brancos, era maciçamente realizado por negros, sendo a maior parte da mão-de-obra alforriada ou escravos de ganho. Finalmente, a iluminação pública era realizada por africanos livres, pagos pela municipalidade.

No grupo de atividades ligadas ao artesanato estavam os sapateiros, pedreiros, carpinteiros, alfaiates, marceneiros, barbeiros, ferreiros, ourives, pintores para os homens; e bordadeiras, costureiras, rendeiras e charuteiras para as mulheres. Os artesãos gozavam de um status social diferenciado frente aos negros que desenvolviam as atividades domésticas e de serviços urbanos pelo fato de terem

recebido qualificação através de um mestre de ofício. Como demonstra Ana Costa (1989) o mestre, conjuntamente com seus aprendizes e oficiais compunham corporações de ofícios com estruturas bem semelhantes àquelas do período medieval. Ademais, os mestres, geralmente, negros livres, compravam escravos para torná-los seus aprendizes; por outro lado, os senhores de escravos investiam na qualificação de seus escravos para alugá-los a uma corporação de ofício.

Por fim as atividades relacionadas ao comércio de rua, também exercidas, antes da abolição, por escravos de ganho. Eram serviços de boticário, vendedoras ambulantes de quitutes, verdureiros, etc. Neste tipo de atividade, as mulheres predominavam e era muito comum ser exercida coletivamente, através das feiras livres ou *quitandas*.

Outro dado importante se refere ao fato de que muitos escravos e depois negros libertos exerciam vários ofícios ao longo do dia – eram domésticos de manhã e vendedores ambulantes à tarde ou barbeiros e músicos. Ainda é importante destacar que muitas atividades ocupacionais os então escravos eram impedidos de realizar. Algumas posturas municipais do século XIX resguardavam mercado de trabalho para os trabalhadores livres; um exemplo de exclusão da mão-de-obra escrava foi o serviço de estiva no Porto de Salvador no século XIX, mas que com a abolição perdeu o sentido.

Simplificadamente esta era a situação das formas sociais de trabalho na virada do século XIX para o XX em Salvador. Com o tempo, outras atividades foram sendo incorporadas e algumas desapareceram à medida que a cidade ampliava sua população e também suas relações interregionais. Após as regulamentações do mercado de trabalho, e a instituição do salário mínimo regionalizado para o Brasil, que transformações e permanências podemos destacar no mercado de trabalho soteropolitano pós anos 30?

O estudo mais antigo a que tivemos acesso descreve o momento e a situação mais

próximos desse período é o de Santos (1959), pois, retrata a repartição da população em idade ativa em 1950, isto é, pessoas com 10 anos ou mais. Os resultados são os seguintes: para uma população de 417.235 habitantes havia 322.486 mil pessoas com mais de dez anos em Idade Ativa (PIA) [19], o que equivalia a 77,29% da população total. Dessa PIA, 296.690 trabalhadores eram População Economicamente Ativa (PEA), o que equivalia a 92% da PIA.

A PEA ocupada formalmente equivalia a 150.247 trabalhadores, o que correspondia a 50,64% da total. Esta PEA formal compunha-se de trabalhadores na agricultura e pecuária e na indústria extrativista (3,0%), na indústria fabril, civil e artesanato (9,8%), comércio (7,0%), serviços de valores e seguros (0,6%), transporte e comunicações (4,8%), profissionais liberais (3,6%), administração pública e serviços de consumo coletivo (3,9%), e serviços de consumo individual, ou seja, empregados domésticos (13,9%).

Por outro lado, 146.443 ou 49,36% da PEA eram trabalhadores desempregados ou em ocupações precárias. Santos (1959) os descreve como donas de casa ou sem ocupação "estatisticamente definida", o que revela a ampla dimensão dos modos derivados da escravidão – modo de reprodução doméstico e modo simples de mercadorias. Finalmente, 25.769 trabalhadores ou 8,0% da PIA foram classificados como inativos, o que os colocava fora do conjunto da PEA de Salvador em 1950.

Outra informação relevante é em relação aos rendimentos médios da PEA em 1950. Ainda de acordo com Santos (1959, p. 48), a Comissão Nacional do Bem-Estar Social calculou em Cr$ 240,00 o salário médio dos trabalhadores, o que inclui desde os vendedores de rua aos altos funcionários do poder judiciário, por exemplo. Considerando que, à época, o salário mínimo nacional era de Cr$ 270,00 e o salário regional, válido para Salvador, era de Cr$ 240,00 (Decreto 5977/1943) e, considerando ainda, que se trata de uma média estatística, então, concluímos que parte significativa da PEA de Salvador tinha rendimento abaixo de 1 salário mínimo.

[19] É considerada PIA, a População em Idade Ativa ou acima de 10 anos de idade. População Economicamente Ativa (PEA) é a PIA ocupada ou desempregada, mas que exerce, eventualmente, algum tipo de atividade com remuneração.

As pesquisadoras Carvalho e Souza (1980) designam o período que vai do final da década de 1940 até o final de 1960, como sendo o de estruturação das formas de reprodução capitalista típica em Salvador, porque ocorreram os primeiros movimentos no sentido da formação do mercado de força de trabalho e de consumo, motivados pelas vultosas inversões de capital realizadas pela PETROBRÁS e SUDENE. Dados de Oliveira (1987, p. 51) demonstram que a estrutura de emprego na AMS, entre 1940 e 1970, se transformou radicalmente, a região se desruralizou, pois a PEA sofreu uma inversão estrutural, enquanto decresceu a da agricultura de 23,6% para 5,7%, a da indústria subiu de 16,5 para 26,1%. Além disso, ainda em Oliveira (1987), Salvador é a cidade onde o setor terciário mais vai responder aos impulsos da industrialização, criando uma média de 2,6 empregos no terciário para cada um no secundário.

Para a década de 1970, os dados sobre a PEA de Salvador, produzidos pelo IBGE, não foram individualizados, pois, o referido instituto apenas divulgou dados concernentes às áreas metropolitanas. Por conta disso, o Centro Brasileiro Análise e Planejamento (CEBRAP) e Centro de Recursos Humanos (CHR) da UFBA realizaram uma ampla pesquisa sobre o mercado de trabalho e setores de atividades da força de trabalho por amostragem domiciliar [20] em 1971. Dessa pesquisa resultaram muitos trabalhos, dentre os quais, merece referenciamento o de Singer (1980) sobre a economia urbana soteropolitana. Nesta pesquisa, o autor identificou, nos primórdios da metrópole, a seguinte distribuição da força de trabalho:

- ainda havia, na década de 1970, uma parcela residual de força de trabalho no setor primário, 0,7% do total da amostra;

- no setor secundário, 20%, distribuídos pelas seguintes atividades: indústria fabril 7,3%, construção civil 5,6% e artesanato 7,1%;

[20] A amostra contemplou 1009 domicílios urbanos.

- no setor terciário, 42,5%, sendo 16,4% em serviços de produção (comércio 7,7%, vendedores de rua 2,3%, finanças 1,6%, transportes 3,8% e comunicação 1%), 17% em serviços de consumo coletivo (produção estatal) e 9,1% em serviços de consumo individual; e,

- em relação à produção doméstica, 36,8% da força de trabalho se ocupava neste modo de reprodução, dos quais 30% como donas-de-casa.

Aparentemente, a produção capitalista redefiniu a estrutura reprodutiva se comparada com o ano de 1950, pois, fez aumentar o contingente relativo de trabalhadores tanto no setor secundário quanto terciário, além disso, reduziu a participação da produção doméstica no conjunto da PEA. Porém, em uma observação mais acurada, proporcionada por uma concepção de que a modernização brasileira convive com formas híbridas, oriundas de modos pretéritos de produção, conduz-nos a tecer as seguintes considerações:

– a força de trabalho, nessa época, se ocupava ainda muito pouco em atividades relacionadas ao setor secundário da economia, na verdade, apenas 7,3% da força de trabalho global ponderada. Além disso, havia muitos trabalhadores ocupados como artesãos, 7,1%, o que reforça as permanências do período escravista. Isto denota como o fenômeno da industrialização penetrou tardiamente nas formas de ocupação da força de trabalho;

– no setor terciário, a força de trabalho estava ocupava, principalmente, com o comércio de mercadorias, mas havia uma quantidade não negligenciável de vendedores ambulantes, indicador da permanência do modo de reprodução simples de mercadoria na cidade; e,

– o modo de produção doméstico respondia por quase 37% da ocupação global ponderada. Neste componente, a força de trabalho feminina respondia por mais de

2/3 do contingente, demonstrando a condição estrutural em que se encontrava a divisão sexual do trabalho nos primórdios da metropolização de Salvador.

Por outro lado, o modo de produção estatal, através dos serviços de consumo coletivo (educação, saúde, segurança pública etc.) respondia por 17% da ocupação da força de trabalho. Uma ampliação considerável, quando comparada aos 3,9% de 1950, o que, por sua vez, indica que a produção estatal ampliou sua presença na reprodução social mais rapidamente que as formas capitalistas típicas.

Sobre níveis de rendimentos auferidos pelos trabalhadores em 1971, a referida pesquisa, tendo como referência o salário mínimo praticado em Salvador naquela época, Cr$ 172,60, chegou às seguintes constatações: a renda média per capita do trabalhador soteropolitano era de Cr$ 176,35, ou seja, praticamente 1 salário mínimo, mas isto para o conjunto da amostra.

Os resultados de renda da pesquisa indicam que a classe modal de rendimentos entre os trabalhadores se encontrava de um até dois salários mínimos, enquanto que para as trabalhadoras a classe modal se fixava abaixo de um salário mínimo. Esses níveis tão baixos de rendimentos levaram Carvalho e Souza (1980) a creditarem um movimento contraditório da expansão do capitalismo em Salvador o qual provocou, dentre outras coisas, o revigoramento das formas de ocupação pré-capitalistas típicas: venda simples de mercadorias e produção doméstica. Concluem as pesquisadoras que é no nível mais baixo de rendimentos onde ainda subsiste a reprodução sob formas derivadas da escravidão.

Além disso, o movimento de implantação do capitalismo, ao instaurar o salário mínimo como condição básica de reprodução biossocial, agiu em Salvador provocando uma nítida subalternização dos trabalhadores que não estavam “qualificados” socialmente para percebê-lo. Também a paulatina instauração do salário mínimo provocou a criação de um mercado de trabalho no qual a variação salarial entre as ocupações tendia ao mínimo possível, pois, as leis da concorrência

salarial e, as regulamentações legais, forçaram a baixa do valor de mercado da força de trabalho. Isto agiu no sentido de revigorar, sobretudo, o modo de produção simples de mercadorias. Esta é umas das muitas contradições que a homogeneização capitalista provocou na dimensão do trabalho em Salvador.

Dessa situação até os anos 2000, o que permaneceu e o que se transformou na distribuição da ocupação da força de trabalho soteropolitana? A estrutura de relações sociais capitalistas ampliou sua penetração nas formas de ocupação da força de trabalho ou não? E quanto à renda média do trabalhador soteropolitano, manteve-se no patamar de 1 salário mínimo?

Os dados para a descrição desse terceiro momento do mercado de trabalho de Salvador provêm do intercruzamento de diferentes fontes de informação, desde os dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE até os da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Em 2000, o IBGE calculou que havia uma população em idade ativa de 2.028.632 habitantes sobre uma população total de 2.443.107, o que equivalia a 83%. Dessa PIA, a População Economicamente Ativa era de 1.249.637 trabalhadores, resultando numa relação PEA/PIA de 61,6%. Quantos aos trabalhadores formais (carteira assinada), estes alcançavam o contingente de 937.228 ou 75% da PEA. (SEI, 2009).

Neste último momento de referência estrutural, os dados de distribuição ocupacional da PEA formal, por setores de atividades, estão dispostos na seguinte ordem:

- no setor primário (agricultura e extrativismo), 0,82%;

- no setor secundário: indústria fabril com 5,88% e construção civil com 3,7%, o que perfaz 9,58%; e,

- no setor terciário, 64,6%, dos quais 25,5% em serviços da produção (comércio de mercadorias 13,4%, alimentação 5,25%, finanças 1,65%, transporte 3,22% e comunicação 1,95%); serviços de consumo coletivo 16,5% (educação 5,7%, administração pública e segurança 5,55%, saúde 3,82%, comunitários 1,42%); serviços de consumo individual 22,57%, dos quais 8,1% em serviços domésticos.

Esta distribuição se refere tão somente a PEA ocupada formalmente, pois, de acordo com os dados da SEI (2009), havia nada menos que 25% da PEA desempregada ou em ocupações precárias, o que em números equivalia a 312.409 trabalhadores. Além da PEA informal, havia 778.995 trabalhadores inativos ou 38,40% da PIA, o que é um percentual bem superior ao de 1950, calculado em 8%.

Sobre os rendimentos da classe trabalhadora, uma inovação dos dados da SEI de 2009 é indicar o rendimento médio do trabalhador soteropolitano dividido entre ocupados e assalariados. Dentre aqueles, o valor foi de R$ 490,00 ou 3,2 salários mínimos, já para estes, o valor obtido foi de R$ 577,00 ou 3,8 salários mínimos, mas o rendimento médio do trabalhador soteropolitano foi calculado em 3,5 salários mínimos.

2.3.3 Síntese da evolução estrutural da reprodução da classe trabalhadora

Todo o esforço de descrição dos mercados, imobiliário e de trabalho, visou criar condições de sintetizar, ao cabo de cinquenta anos (1950-2000) a evolução desses mercados em Salvador, a partir do movimento de modernização do regime de acumulação de capital. Em termos mais específicos, trata-se da própria recomposição técnica dos capitais fixo e variável.

As transformações morfológicas pelas quais a cidade de Salvador passou estão, sem sombra de dúvidas, em uma escala que a conduziu à condição de metrópole. Por exemplo: a população multiplicou-se em quase 6 vezes o seu tamanho, a quantidade de domicílios permanentes particulares aumentou em quase 8 vezes,

assim como a PEA total aumento mais de 4 vezes. Entretanto, há nesses dados justamente aquilo que os torna contraditórios perante a modernização, e diz respeito às permanências das condições de reprodução tidas como precárias.

Em relação à dimensão do habitar, o percentual de habitações precárias na cidade não se alterou ao cabo de cinquenta anos, continuou no mesmo patamar de 40%. Logo, a recomposição técnica do capital fixo não teve sua qualidade alterada, apenas a escala dos fluxos de investimentos sofreu incrementos e, mesmo assim, de forma desproporcional. Os dados sobre o valor do metro quadrado por vetor de produção espacial, obtidos a partir do trabalho de Cristóvão de Brito (2005), são indicadores de que a valorização do espaço, pela inversão de capital, seguiu padrões assimétricos entre os vetores da produção espacial: concentrados e crescentes nos vetores 1 e 2, enquanto nos vetores 3 e 4 justamente o oposto.

Uma conclusão semelhante pode ser feita em relação à estruturação do mercado de trabalho. Da série de dados sobre o mercado de trabalho sintetizamos, na Tabela 6, os mais significativos para estabelecer algumas comparações sobre a evolução da dimensão do trabalho de Salvador entre 1950 e 2000.

Tabela 6 – Salvador: evolução do mercado de trabalho - 1950 – 2000

Dados\Ano	1950	2000
População total	417.235	2.443.170
População em Idade Ativa – PIA (%)	322.486 (77)	2.028.632 (83)
População Economicamente Ativa - PEA	296.690	1.249.637
Relação PEA/PIA (%)	(92)	(61,6)
PEA formal (%)	150.247(50,64)	937.288 (75)
PEA informal (%)	146.443 (49,36)	312.409 (25)
Inativos (%)	25.769 (8)	778.995 (38,4)
Rendimento médio mensal em salário mínimo	1*	3,5**

Elaboração: James A. Araújo.
Fontes: Santos (1959), SOUZA e FARIA (1980), Censo Demográfico IBGE (2000), SEI (2009).
* Valor do salário mínimo regional de Cr$ 240,00.
** Valor sobre salário mínimo de R$ 151,00.

A PIA de Salvador, entre 1950 e 2000, efetivamente aumentou sua proporção em relação à população total de 77 para 83%. Isto como consequência direta dos incrementos populacionais descritos anteriormente, principalmente, por conta da migração.

A evolução da PEA formal é um indicador claro de expansão de relações formais capitalistas típicas, no entanto, a superação das formas de ocupação derivadas da escravidão pela modernização capitalista criou um aparente paradoxo, trata-se da elevação do contingente de inativos. Proporcionalmente, quando somamos a PEA informal aos inativos obtemos o mesmo percentual 53% em relação à PIA, isto tanto em 1950 quanto em 2000.

É pouco provável achar que apenas na PEA informal subsistam os modos de reprodução pautados na produção doméstica e simples de mercadoria, mas como a metodologia das pesquisas oficiais sobre as condições de trabalho é direcionada para “captar” apenas a PEA, o contingente enorme de trabalhadores ditos “inativos” não é descrito adequadamente. Também é sintomático observar que a pequena elevação da média de rendimento dos trabalhadores da década de 1950 até 2000, de 1 para pouco mais de 3 salários mínimos. Isto reforça a tese de Carvalho e Souza (1980) sobre o “nivelamento no patamar mais baixo possível” da reprodução dos trabalhadores em diferentes ocupações.

Um cruzamento entre a quantidade de domicílios na cidade e a renda domiciliar feita pelo IBGE, no ano de 2000, expõe justamente as dimensões do habitar e do trabalho ao nível da cidade de Salvador. Dos 651.008 domicílios particulares, aproximadamente, 30% apresentava renda abaixo de 3 salários mínimos. Há, portanto, uma correlação entre as variáveis que deve ser perseguida.

Conclusão. A recomposição técnica dos capitais, fixo e variável, ocorreu sem que tivesse havido alterações significativas na estrutura de reprodução. Portanto, o processo de modernização, imposto por um capitalismo do tipo típico, precisa ser

rediscutido à luz do movimento que ressignificou as formas de reprodução em relação aos conteúdos da formação social brasileira.

Portanto, estes estão os resultados que alcançamos com a descrição da complexidade vertical do objeto de pesquisa. Eles serão retomados no capítulo 4, quando os correlacionarmos aos resultados da pesquisa de campo ou complexidade horizontal, o próximo capítulo.

3 A REPRODUÇÃO SOCIAL DA CLASSE TRABALHADORA AO NÍVEL DO *BAIRRO*

Este terceiro capítulo da tese é uma descrição da reprodução social da classe trabalhadora ao nível conjuntural ou microssociológico. Fruto, portanto, de pesquisas documentais, bibliográficas e de campo, visa descrever as condições do habitar e de trabalho (ocupação), em dois momentos da história do *bairro* – um relativo aos primeiros anos da ocupação e um segundo que correspondeu ao período de 2000 a 2010.

O roteiro no qual expomos as informações deste capítulo é o seguinte: na primeira parte, apresentamos uma contextualização socioespacial da "Grande Liberdade" da qual o Pero Vaz faz parte; em seguida, descrevemos a formação do Pero Vaz histórico e as condições de reprodução dos primeiros moradores, o que nos levou a recorrer a diversas fontes de informação disponíveis, como jornais (documental), teses e dissertações e também entrevistas; a terceira parte deste capítulo se subdivide em quatro itens: no primeiro discorremos sobre os dados da amostra do Censo Demográfico de 2000, para indicar as condições de habitação e ocupação dos moradores; no segundo subitem, apresentamos as características mais marcantes do bairro levantadas pelas observações de campo; no terceiro, são descritos os dados da reprodução social obtidos por amostragem domiciliar. E, no último, uma síntese das condições de reprodução é apresentada. [21]

3.1 A "GRANDE LIBERDADE" E O PERO VAZ

O Pero Vaz está situado na porção Norte da península soteropolitana, ele faz parte do "grande *bairro*" da Liberdade. Chamamos de "grande *bairro*" porque ele congrega vários outros - Queimadinho, Sieiro, Santa Mônica, Curuzu e Bairro Guarani os

[21] Todo o trabalho de campo está descrito nos apêndices.

quais, apesar de suas particularidades, têm uma singularidade em comum, fazem parte da mesma periferia. (Figura 10).

A Liberdade começou a ser produzida a partir da Estrada das Boiadas que fazia a interligação de Feira de Santana com o Matadouro de Salvador, localizado no Retiro. A Liberdade tem esse nome em homenagem aos que lutaram pela independência da Bahia em 1823 [22] contra as tropas portuguesas, por isso, a Estrada das Boiadas foi renomeada de Estrada da Liberdade. Até os anos de 1930 a ocupação para moradia era bem rarefeita, até porque o limite Norte de Salvador ia até o Largo da Soledade e a cidade "terminava" ali (BORGES, 2001, p. 140). Entretanto, a partir da década de 1940, quando a população de Salvador voltou a ter incrementos positivos em suas taxas, e também pela "onda" de progresso e modernização na cidade, a qual provocou a destruição de cortiços localizados, principalmente, no centro, a ocupação do bairro se intensificou, seja por arrendamentos de grandes fazendas, seja por "invasões". Na referida década praticamente todas as "invasões" de terras ocorreram na Liberdade – Corta-Braço (Pero Vaz e Baixa da Mangueira) em 1946, Gengibirra, Estica ou Dois de Julho em 1947, Duque de Caxias em 1948 e Avenida Peixe/Queimadinho em 1949 (primeira ocupação), etc.

A população que habita a Liberdade é majoritariamente afrodescendente, portanto, há uma história e uma memória daqueles primeiros habitantes que para essa parte da cidade foram, principalmente, os provenientes do Recôncavo e do Sertão baianos. Os fortes elementos de caracterização identitária, provenientes da história em comum que os envolve (a da pós-escravidão), estão inscritos na Liberdade, através de práticas que foram, aos poucos, produzindo formas e uma morfologia que fizeram da dali "um lugar na cidade".

[22] Na realidade não se trata da "independência da Bahia", mas da independência do Brasil na Bahia.

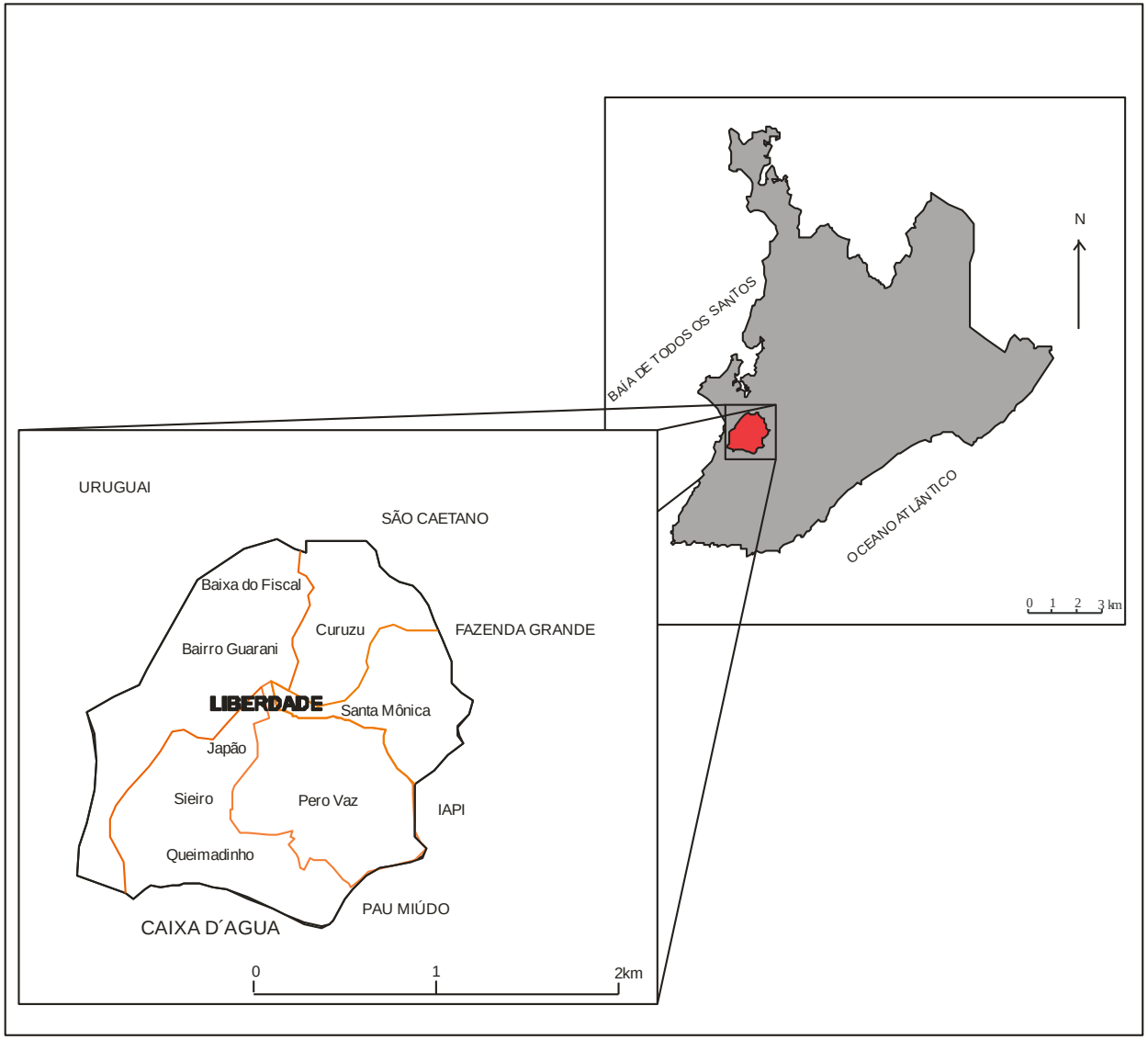

Figura 10 - A "Grande Liberdade" e de seus sub-bairros
Elaboração: James A. Araújo
Fontes: mapa base Salvador, CONDER, 2000; encarte mapa da Liberdade, GEOCAD, 1999.

Se considerarmos a regionalização adotada pela Prefeitura de Salvador - as Regiões Administrativas (RA) - havia na Liberdade em 2000 uma população de 187 mil habitantes. Apesar de não ser a RA mais populosa de Salvador, condição esta pertencente à RA do Subúrbio Ferroviário, a Liberdade era a mais povoada de todas; com uma área de 720 hectares, havia exatos 260,3 habitantes por km^2, bem acima da média soteropolitana que era de 78,9 hab./km^2. Essa população habitava em 49.594 domicílios particulares. (PMS-SEDHAM, 2009).

No ano de 2000, a classe modal de rendimentos nominais domiciliares da Liberdade era a de 1 até 3 salários mínimos, o que representava 33% do total de domicílios ou 16.677 unidades. (IBGE, 2002). Com efeito, a Liberdade reproduzia o padrão da distribuição de renda da cidade, ou seja, ela só confirmava a característica fundamental de Salvador – uma cidade cuja maior parte da população é pobre ou muito pobre. Mesmo assim, existe uma dinâmica comercial pungente na Liberdade. Sua via principal, a Estrada da Liberdade, é um subcentro no conjunto da cidade. Todos os dias há muitas pessoas nas ruas, nas lojas, nos salões de beleza, nos pontos de ônibus etc. Também existe uma profusão enorme de vendedores de rua com suas barraquinhas, nas quais são vendidos objetos de todo tipo - bijuterias, CDs e DVDs “piratas” ou, como se diz popularmente, “genéricos”, além de roupas e alimentos. Eles tomam as calçadas das vias principais e competem com as lojas do comércio estabelecido. (Figura 11)

Neste contexto da “Grande Liberdade” está o pequeno *bairro* do Pero Vaz e, nele, o objeto da pesquisa – a reprodução social da classe trabalhadora. Uma vez que o método de trabalho, ao nível estrutural, buscou a história da produção espacial aqui também, ao nível conjuntural, buscamos fazer o mesmo, para que assim pudéssemos lançar luzes sobre a reprodução social.

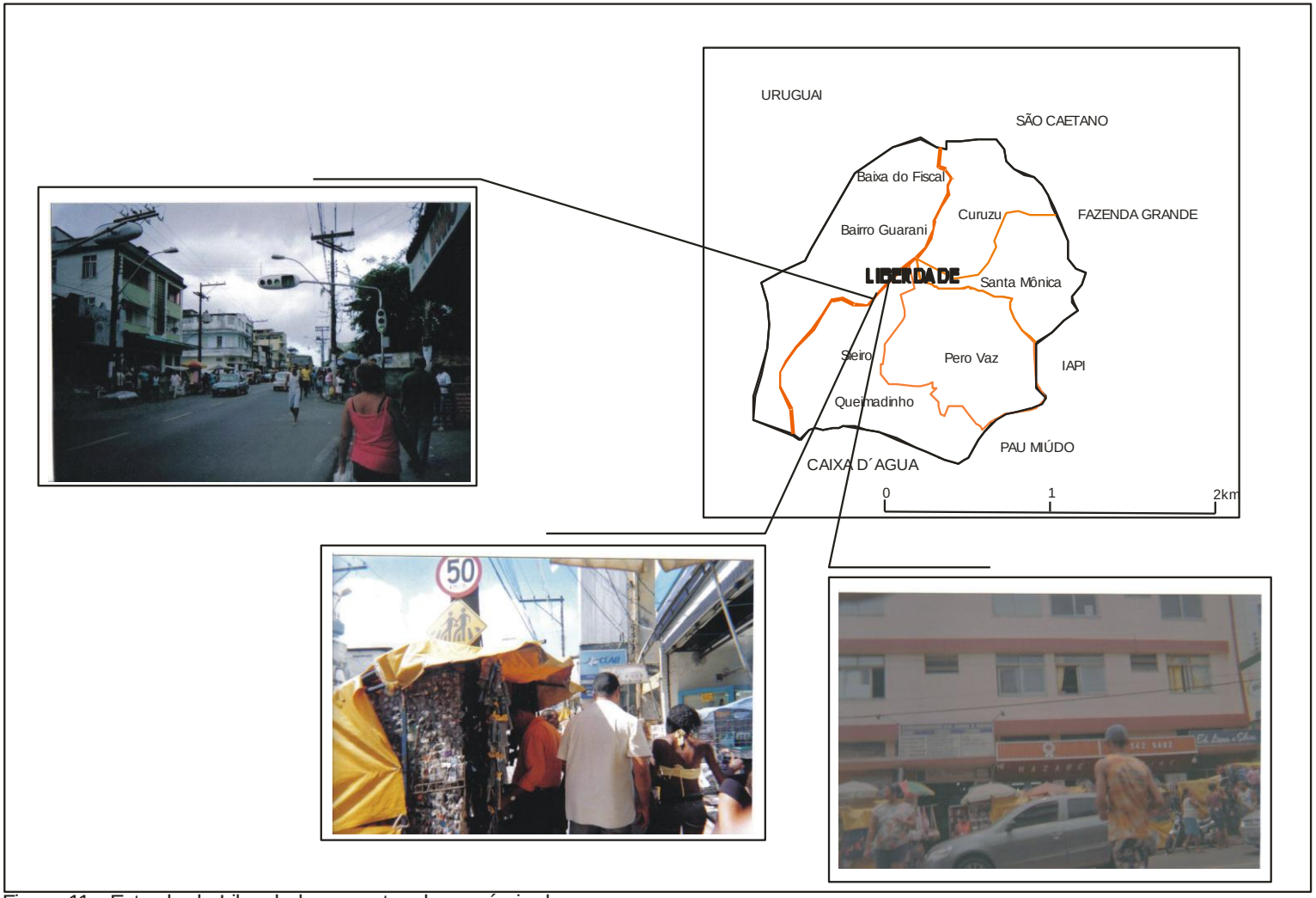

Figura 11 - Estrada da Liberdade, aspectos do comércio de rua
Elaboração: James A. Araújo
Fontes: seção mapa da Liberdade, GEOCAD, 1999. Fotos, observação de campo.

3.2 A ORIGEM DO PERO VAZ

Nova Pero Vaz ou simplesmente Pero Vaz tem seu momento zero de produção no ano de 1946. Esta data, longe de ser um acaso na história da cidade de Salvador, marca o início de sistemáticas ocupações de áreas no sentido Norte-noroeste e, naquela época, a área onde se implantou o Pero Vaz se chamava Corta-Braço [23], uma área que se acessava a partir da Estrada da Liberdade.

Segundo Borges (2001), no início da década de 1940, a Liberdade era muito pouco habitada, na realidade, a ocupação se dava ao longo de sua via principal, a Estrada da Liberdade. Os bondes [24], nessa época, só iam até a Lapinha, ou seja, a Liberdade estava em um contexto periurbano, além disso, não havia luz elétrica, calçamento de ruas e, a água provinha de algumas fontes como a do Estica e a do Japão. Ainda de acordo com o citado autor, no início dos anos 40 não havia os "bairros" Guarani e Curuzu, mas imensas propriedades privadas, a exemplo de fazendas, além de terras devolutas, as quais caracterizavam do ponto de vista fundiário a Liberdade.

Politicamente o problema da moradia em Salvador se tornou uma das questões sociais mais sérias da década de 40 na cidade. O jornal "O Momento" [25] sistematicamente lançava reportagens relatando, sob forte tom de denúncia, o

---

[23] Até onde pudemos averiguar não há consenso a respeito da origem do topônimo Corta-Braço. Segundo alguns antigos moradores, o nome advém do fato de que ali era um grande matagal onde abrigava toda sorte de ladrões que assaltavam e feriam, por meio de armas brancas, transeuntes que faziam dali um caminho alternativo entre a Estrada da Liberdade e a Baixa de Quintas. Porém, para outros entrevistados, o topônimo surgiu por conta dos constantes embates entre grupos de "valentões" que usavam o local para confrontos e disputas; parece evidente que em tais confrontos eram usadas armas brancas. A maioria dos documentos pesquisados prefere a primeira explicação para o topônimo Corta-Braço. Ainda sobre toponímia, não conseguimos encontrar uma razão pela qual os primeiros moradores substituíram o nome Corta-Braço por Pero Vaz, contudo, é plausível supor duas hipóteses: como ato de fundação de uma "nova" espacialidade e/ou para "desconstruir" a topofobia que o nome Corta-Braço magnetizava.

[24] A empresa que administrava os bondes em Salvador chamava-se Circular, e era uma das subsidiárias da *Light* no Brasil.

[25] Canal de divulgação do pensamento e das "bandeiras" de luta do Partido Comunista do Brasil na Bahia. "O Momento" foi sistematicamente editado de abril de 1945 até dezembro de 1957, portanto, dez anos após a declaração de ilegalidade do PCB pelo governo Dutra, através de ato do Tribunal Superior Eleitoral em 07 de maio de 1947. Em outros estados, esse meio de divulgação do PCB tinha outros nomes

estado crítico da moradia em Salvador. Por exemplo, em uma das primeiras edições do jornal, a de 7 de maio de 1943, a matéria de capa trazia a seguinte reportagem "O povo da Bahia já não encontra onde morar" e, para se ter uma ideia, segundo o referido jornal, no ano de 1940, apenas 480 casas foram construídas na cidade. Além disso, o jornal também denunciava as condições inumanas em que os pobres de Salvador moravam e o quanto era caro obter os víveres básicos para a sobrevivência.

Em um importante estudo sobre associações de bairro em Salvador, Espiñeira (1991) procurou delinear com mais clareza tanto o papel do Jornal "O Momento", quanto do próprio PCB, nas lutas por moradia no ano de 1946 e, especificamente, na "invasão" do Corta-Braço. Em algumas passagens da dissertação, Espiñeira entrevista o Sr. João Falcão, editor-chefe do jornal quando do início dessa "invasão". Ele lhe relatou que o jornal tinha como função divulgar amplamente as lutas por moradia nos bairros periféricos de Salvador, dessa forma, além das extensas matérias publicadas, frequentemente, o jornal ainda realizava debates e sabatinas públicas, consultas e entrevistas junto à população carente etc. Espiñeira também entrevistou a ex-deputada estadual do PCB, Sra. Amabilia, que categoricamente afirmou: "[o PCB] dava sustentação à formação de associações de bairro e de federações de operários", como as mais influentes na formação do Pero Vaz – a Federação de Mulheres da Bahia, filiada à Federação Internacional de Mulheres e a Sociedade para a Defesa e o Progresso do Pero Vaz (1991, p. 38). Também afirmou a ex-deputada, numa passagem subsequente, que o PCB era extremamente eficiente em galvanizar proletários, profissionais liberais e uma parte da classe média urbana em torno de diversos Comitês Democráticos Populares, os quais funcionavam em bairros periféricos [26]. É importante observar que nos dois sindicatos mais pungentes da época – dos estivadores e dos portuários, "O Momento" detinha ampla penetração, uma vez que desses sindicatos afluíam diversas lideranças que compunham os quadros de dirigentes do PCB em Salvador.

[26] Só para exemplificar, no ano de 1946, foram criados Comitês Democráticos nos seguintes bairros: Barris, Liberdade, Corta-Braço, Cabula e Baixa de Quintas.

No caso específico do Corta-Braço, as terras eram propriedade de um italiano chamado Francisco Pelozzi que as adquiriu em 1935 pelo preço de Cr$ 35.000,00 (O Momento, 6/04/1947, p. 1). Estas eram descritas como um imenso matagal sem função alguma. Afirmava ainda o jornal que o Sr. Pelozzi não tinha outra intenção com aquelas terras senão a especulação imobiliária, fato que também é confirmado pelo romance de Matos (1988) [27] e pela dissertação de Erivaldo Neves (1985). Em nossas pesquisas, sobre loteamentos em Salvador, acabamos confirmando o que estas fontes já indicavam, isto é, as terras estavam estocadas à espera de valorização fundiária, porque o Sr. Francisco Pelozzi, conjuntamente com seu sócio, o Sr. Pacheco de Oliveira, haviam protocolado, junto à Prefeitura de Salvador em 1938 [28], um projeto de loteamento popular cuja denominação era "Loteamento Vila Hermínia". Este loteamento tinha uma área total (a gleba) de 9875 m^2, divididos em 64 lotes de 160 m^2, cada um com a dimensão de 6 m de frente e 10 m de fundo.

Para reconstituir o momento da ocupação das terras pertencentes ao Sr. Pelozzi, fizemos uso de quatro fontes de informação: a citada dissertação de Erivaldo Neves, o romance de Ariovaldo Matos e artigos dos jornais "O Momento" e "A Tarde". Justificamos o uso do romance porque seu autor foi repórter e integrava os quadros do jornal "O Momento", acompanhando muito proximamente a ocupação, por isso, é um dos registros mais fiéis do que realmente aconteceu [29].

A ocupação começou em agosto de 1946, de início, apenas algumas famílias ocuparam a área, sobretudo, as que moravam próximas ao local e, como afirmam as fontes, o proprietário não se opôs a esta ocupação porque acreditava que isto valorizaria seus terrenos e que poderia, no limite, cobrar aforamento dos mesmos. Entretanto, o que parecia estar sob controle mostrou-se o contrário. Observemos um trecho do romance Corta-Braço a seguir,

---

[27] "(...) mas as terras do Corta-Braço eram um capital valiosíssimo. Adquiridas por 30 contos já tinha recebido propostas de 700 mil cruzeiros." (1988, p. 115)

[28] Processo nº 44.171/Set./1938. Fonte: PMS. Inventário de Loteamentos. 1977.

[29] Matos diz assim: "E as coisas se passaram mais ou menos da forma como apresentamos. Decerto, há deformações da realidade. São, porém, deformações propositivas, impostas pela necessidade de captarmos a realidade em movimento". (explicações).

> - Mãe me contou que umas famílias do pardieiro onde ela mora invadiram umas terras no Corta-Braço. Ela foi também. Você sabe como ela é...Já capinaram e ela disse que vai construir uma casinha. Os outros vão também. Disse que está indo muita gente ocupar pedaços da terra. Me perguntou se a gente não queria... (1988, p. 105)

Este trecho reproduz o diálogo entre os personagens protagonistas – Frederico e Estela que, juntamente com o filho pequeno, habitavam um quarto de um cortiço situado no Pelourinho. Ou seja, a informação de que acontecia a ocupação de um terreno na área da Liberdade havia se espalhado rapidamente. Conta o romance que de diversas partes da cidade, a exemplo do Curuzu e Engenho Velho de Brotas vinham pessoas à procura de um lote de terra para ocupar. Já no mês de setembro a ocupação, até então incentivada pelo proprietário, saiu de seu controle e se tornou uma "invasão". Erivaldo Neves também confirma que a notícia havia se espalhado pela cidade e "de toda a cidade chegavam famílias fugindo do aluguel caro" (1988, p. 86). A partir de então, o Sr. Pelozzi "deu o dito pelo não dito" e exigiu a evacuação do terreno, porém, como não conseguiu, resolveu acionar a justiça, através de uma ação de reintegração de posse, em outubro do mesmo ano.

Um detalhe interessante é que a metragem dos lotes ocupados era diferente daquela que constava no processo do "Loteamento Vila Hermínia"; de 6x10 m^2 os moradores passaram a definir lotes de 6x6 m^2, por isso, nas negociações entre as partes em juízo (Sr. Pelozzi e moradores do Pero Vaz) o proprietário reivindicava Cr$ 2000,00 por lote, para um total de 340 lotes. (A Tarde, 18/03/1947, p. 2). Contudo, todos os indícios levam a crer que o "Loteamento Vila Hermínia" era apenas uma parte das suas terras ocupadas porque no Memorial dos moradores do Corta-Braço, entregue aos Governos Estadual e Federal (Câmara Federal), ainda em novembro de 1946, constava uma lista com 543 casas construídas e mais 200 previstas para a construção. (O Momento, 15/12/1946, p. 2). Ao confrontarmos esses dados da ocupação com os estudos de Mattedi (1979) e Gordilho-Souza (1990), confirmamos que a ocupação aconteceu em dois pontos distintos, um onde seria o Loteamento Vila Hermínia e outro em uma área próxima conhecida como Baixa da Mangueira. Por isso, segundo Mattedi (1979), a área que Nova Pero Vaz atingiu, no início de 1947, era de 75.000m^2, ou seja, sete vezes maior que a prevista

no projeto do Loteamento Vila Hermínia. Portanto, para todos os efeitos, as duas áreas acima descritas correspondem ao que passaremos a denominar de Pero Vaz histórico.

O movimento que deu origem ao bairro do Pero Vaz já apresentava uma relativa organização desde os momentos iniciais, provavelmente, muito por influência da célula do PCB no *bairro*, tanto assim que foi criada, em assembleia dos moradores, a Comissão para a Defesa e o Progresso da Nova Pero Vaz. Esta comissão tinha inúmeras atribuições, dentre elas, representar e defender a ocupação junto aos poderes executivo, legislativo e, principalmente, judiciário, haja vista que corria o processo de reintegração de posse dos terrenos (O Momento, 22/11/1946, p. 2; 29/11/1946, p. 8). Porém, tal nível de organização política não os livrava de situações de conflito com a polícia e tampouco com outros moradores do Pero Vaz. Conta o romance que, além da ação frequente de policiais em investidas noturnas no *bairro*, derrubando casas e agredindo posseiros, havia também "homens de confiança" do Sr. Pelozzi infiltrados na ocupação, como se fossem também posseiros, mas eram informantes que procuravam desestabilizar a organização dos moradores, através de instauração de atritos e dissensos nas reuniões que aconteciam quase todas as noites. Também o jornal A Tarde apresentou outra comissão de moradores da Nova Pero Vaz que protestavam contra a "ação dos advogados do PCB que pegaram dinheiro de todos os moradores, mas não fizeram nada para ajudá-los". Ainda de acordo com esta matéria, essa outra comissão estava quase chegando a um acordo com os advogados do Sr. Pelozzi, "para pagar um preço justo pelos terrenos invadidos" (18/03/1947, p. 2). Contudo, isso não chegou a ocorrer.

Além da complexa situação vivida, havia outro fator não menos importante para ser também considerado – as eleições para o Governo Estadual e para a Assembleia Legislativa. Se em um contexto mais amplo, o nacional, vivia-se a euforia pelo fim da Segunda Guerra Mundial e o fim da Era Vargas, a qual trouxe um breve período de "democracia", capaz de trazer para a legalidade institucional o PCB, no contexto baiano os frutos dessa "redemocratização" estabeleceram uma conjuntura política inusitada e polarizada por duas frentes: uma que se caracterizava pela UDN, que se

opunha veementemente a Getúlio e ao Estado Novo, e outra formada por uma coligação entre partidos como, por exemplo, o PCB, o PSD, o PRP e o PSB [30]. Provavelmente, a reintegração de posse da área não foi expedida no ano de 1946 justamente porque ocasionaria um enorme "desconforto" aos candidatos. No romance de Matos esta questão é abertamente colocada, vejamos o seguinte trecho no qual conversam Aníbal Montecano (alcunha para o proprietário dos terrenos) e seu advogado,

> Além disso, Aníbal, as eleições vêm aí e esses homens que atualmente estão no governo não tomarão uma atitude de frente contra os invasores. São milhares de votos e convenhamos... não fora isso, e eu falaria com alguns amigos. Tudo se resolveria amigavelmente. (1988, p. 164)

Passadas as eleições de 1946 e, iniciado o ano seguinte, a situação da ocupação do Corta-Braço voltou a ficar particularmente tensa, principalmente, após a sentença da Justiça em favor do Sr. Pelozzi, obrigando os moradores a se retirarem das terras em 3 de março de 1947. Nas Assembleias Legislativas, Estadual e Federal, os recém-empossados deputados do PCB, respectivamente, Giocondo Dias e Carlos Marighela realizaram acalorados discursos em favor da desapropriação das terras, com base em um dispositivo da Constituição de 1946, incitando o Governo de Octávio Mangabeira a fazê-lo. Aos moradores do Corta-Braço, restava-lhes a sensação de que teriam de ir ao confronto direto com a polícia para defender suas moradias e, de fato, em 17 de abril de 1947, o mandato judicial de reintegração de posse já podia ser executado e a polícia tinha orientação de demolir as casas de sopapo do Corta-Braço. Toda esta situação fez a cidade do Salvador vivenciar, durante esses últimos dias do mês de abril, uma "atmosfera" de tensão social. Vejamos como este momento ímpar da história de Salvador foi captado por Matos

[30] Essa coligação elegeu como governador da Bahia o bacharel em Direito Sr. Octávio Mangabeira, ex-ministro do governo Washington Luiz, deposto pela Revolução de 1930. Em sua dissertação Espiñeira (1991) discute como o PCB se coligara com partidos de centro direito, tanto para a eleição de Dutra para a presidência da república quanto a nível estadual. A explicação veio da entrevista feita ao Sr. João Falcão de que era necessário primeiro estabelecer um modelo democrático de sociedade, para desenvolver as forças produtivas que permitissem então o aparecimento de um proletariado que realizaria a revolução rumo ao socialismo. Por isso, a aliança com as forças "progressistas" da época.

> No centro do largo, para o qual convergiam diversas ruas, Maneca Ramos estava cercado por dezenas de posseiros que o escutavam. Um pouco além, o mesmo sucedia com Mário Tancredo. Outros grupos estavam formados – e cada um deles tinha como animador e dirigente um militante do Partido.
>
> (...)A ordem era uma e um o desejo: resistir!
>
> - E se a polícia especial vier? Uma mulher perguntou.
>
> - Resistir de qualquer forma! Maneca respondeu. Eles não serão bestas de atirar. Mangabeira não é burro. Seria uma matança. Ele sabe disso. E se atirarem, responderemos.
>
> Os homens concordaram. Alguns traziam porretes nas mãos. Outros estavam com os bolsos cheios de ponteagudas pedras de fogo, fornecidas pelos meninos, que dirigidos por Neco, as crianças haviam conseguido, partindo paralelepípedos colocados pela Prefeitura na entrada da Rua do Japão. (1988, p. 185)

No entanto, uma medida de emergência, empreendida pela Comissão de moradores para o Progresso da Nova Pero Vaz e pelos deputados e advogados do PCB foi procurar diretamente o Secretário de Segurança Pública da Bahia, Sr. Oliveira Brito, para que não executasse o mandato de reintegração de posse, uma vez que as negociações na dimensão política ainda estavam sendo implementadas (O Momento, 19/04/1947, p. 1). Aparentemente, a polícia não chegou a derrubar qualquer casa até a palavra final do Governador, mas foi somente em primeiro de maio de 1947 que o Governo Estadual emitiu decreto de desapropriação da área do Corta-Braço[31]. Também a Prefeitura Municipal de Salvador emitiu decreto aprovando o projeto do Plano de Urbanismo de Salvador, com a construção de "casas proletárias" não só no Corta-Braço, mas em várias partes da cidade. Na realidade, trata-se do projeto que deu origem à "tese da moradia popular do EPUCS".

O ato do Governo Estadual que desapropriou a área se, por um lado, resolveu aquela situação de iminente conflito entre a população e polícia, por outro, abriu precedente para que outras "invasões" também pudessem ser equacionadas juridicamente ou para que novas acontecessem. Tanto assim que as "invasões" do

[31] Decreto de desapropriação nº. 13.585/47 de 1/5/1947 emitido pela Assembleia Constituinte Estadual em nome do então Governador Otávio Mangabeira. Texto: "O Governador do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei: considerando a crise da habitação, atingindo todas as classes, e exigindo providências que, ao menos, a atenuem (...) Decreta: de utilidade pública, para desapropriação (...) os terrenos de propriedade particular situados (...) Corta-Braço (Vila Hermínia) ao longo das Ruas do Pero Vaz, Antiga do Pero Vaz e Conde de Porto Alegre, no sub-distrito de Santo Antônio."

Gengibirra e Duque de Caxias, bem como a grande “invasão” dos Alagados ou Vila Rui Barbosa, ocorrida em 1948, passaram a pleitear a desapropriação da área junto ao Governo Estadual. Contudo, esta “onda” de “invasões” conheceria refluxo cedo. A partir da década de 50, a repressão e a desarticulação governamental às “invasões” tomaram um novo rumo, muito mais coercitivo, a ponto do poder público instituir ações de remoção sistemática de “invasões”. Também é importante salientar que o PCB havia novamente entrado na ilegalidade em 1947, pelas mãos do Presidente Dutra, o que contribuiu com a perda de potência dos movimentos sociais urbanos. No entanto, as “invasões” de terras não cessaram, mas perderam a expressão política tão característica do final da década de 1940.

Quando Milton Santos estudou o centro na cidade de Salvador entre 1956-57, solicitou a elaboração de um mapa que representasse tais “invasões”. Hoje, ao recuperarmos este mapa, e compará-lo com a mancha urbana da cidade existente na década de 1940, percebemos a pujança espacial do fenômeno, destaque para a “invasão” Rui Barbosa, na Península Itapagipana. (Figura 12).

Em Salvador, somente na década de 1960 é que os movimentos sociais reivindicatórios por moradia ressurgiram com força política, mas agora apoiados pela Igreja Católica através de suas pastorais, como assim revelou Espiñeira (1991). Entretanto, as “invasões” continuaram o ocorrer e, na área do Pero Vaz, diversas outras ocorreram nas décadas seguintes, mas não tiveram a repercussão e, logo, documentação como a primeira.

Enfim, este “retorno” ao passado do bairro de Pero Vaz teve como objetivo principal resgatar, na medida do possível, sua gênese espaço-temporal, e também seu fundamento, isto é, o que justificou sua origem. No subitem seguinte, continuamos ainda nosso trabalho de recuperação do passado do bairro, descrevendo as condições de reprodução dos primeiros moradores.

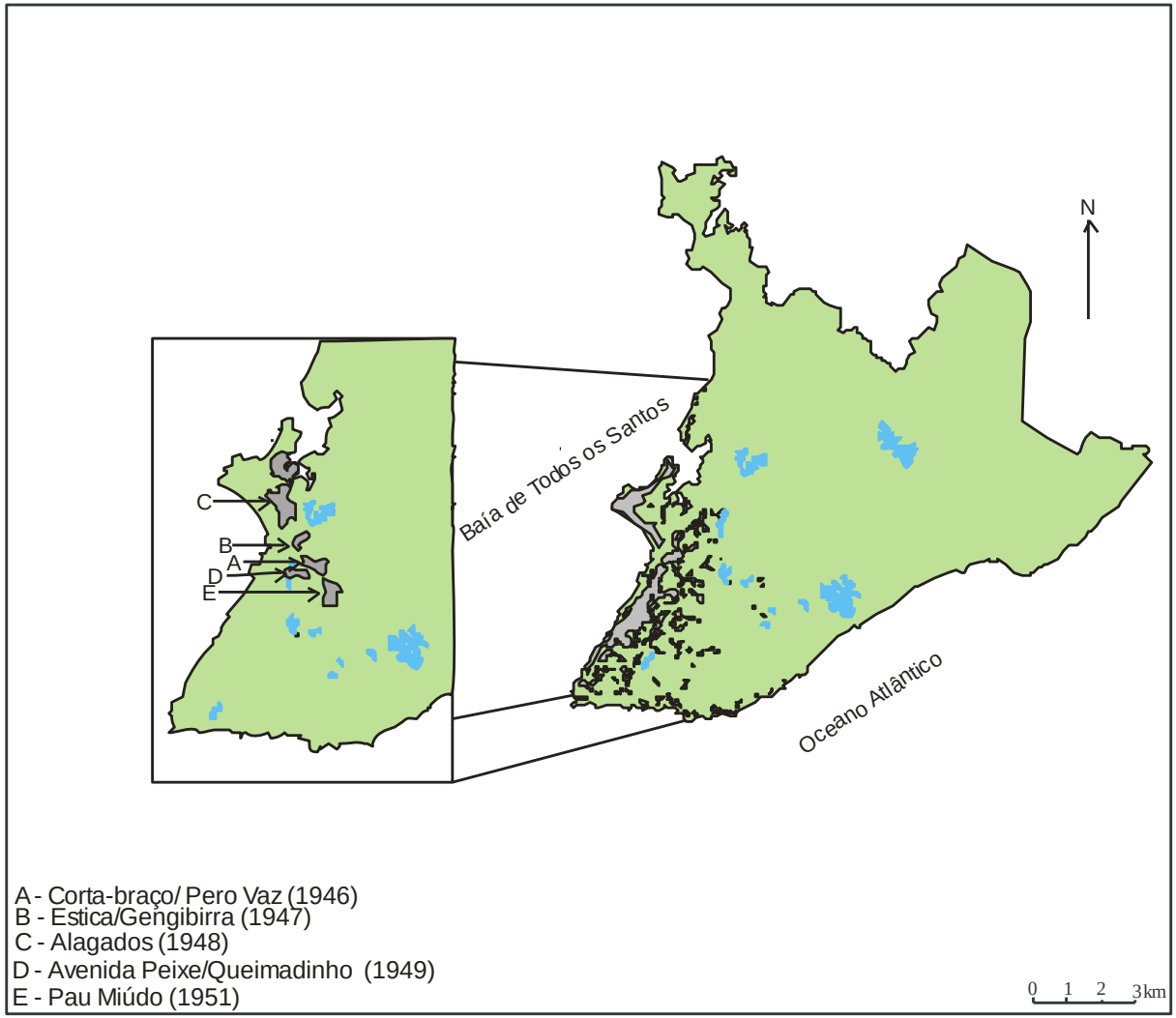

Figura 12 - Salvador: localização das primeiras "invasões" - 1946 - 1951
Elaboração: James A. Araújo
Fontes: mancha urbana: PMS/SEDHAM(1976); encarte com "invasões": SANTOS, Milton (1959) .

3.2.1 Os primeiros moradores e as condições de reprodução social

Quantos habitantes havia no Pero Vaz Histórico no ano de sua formação? No memorial dos moradores do Corta-Braço, feito a pedido das autoridades, consta cerca de 3000 moradores. (O Momento, 15/12/1946, p. 2). Estes habitavam em 543 casas, o que dava uma média de 5,5 habitantes por domicílio, dado compatível com a média da cidade à época.

Segundo a descrição feita no romance de Matos (1988) as casas eram, no Pero Vaz histórico, construídas com galhos e barro, tipo casinhas de taipa, com um ou dois cômodos e, nos fundos, uma fossa higiênica coberta com palhas de coqueiro. Essa descrição é bem próxima aos registros fotográficos feitos pelo “O Momento”, como ao que se segue (Figura 13). Pelas informações obtidas na pesquisa documental, os novos moradores definiram um padrão de tamanho para os terrenos, definiram também arruamentos e local para instalação de equipamentos de uso coletivo como escola e posto de saúde.

O processo da construção começava com a delimitação do lote, depois cavavam o chão, fixavam toras de madeira e nessas toras pregavam finos galhos entrelaçados, os quais serviam de suporte para a colocação do barro para levantar as paredes. Tal empreitada durava dias e dias e envolvia toda a família e parentes. Contudo, em uma matéria de “O Momento” de 26/11/1946 há uma indicação de que havia casas já construídas com material permanente (tijolos), porque muitos moradores “vigiavam os materiais comprados às duras penas para a construção de suas casas”. Outrossim, durante a realização do trabalho de campo, ao entrevistarmos alguns moradores, estes descreveram suas primeiras moradias feitas de materiais reciclados: restos de madeira, telhas de zinco, latas, etc. Em resumo, não havia um só tipo de casa, isto é, de material empregado na construção, por outro lado, praticamente todas elas provinham da autoconstrução.

Figura 13 - Construção de uma casa de taipa no Pero Vaz
Fonte: "O Momento", 17 de agosto de 1947.

De onde vem o conhecimento para a definição dos tamanhos dos lotes e a do tipo de casas que os primeiros moradores construíram? Provavelmente, muitos deles trouxeram consigo práticas do habitar relacionadas com suas trajetórias de vida e condição de reprodução social originadas no Recôncavo Baiano. Há claras evidências que a construção de "casas geminadas" seja uma herança da prática daqueles que moravam nas casas de operários de campo das usinas de cana-de-açúcar. Tal evidência se sustenta em dois fatos: primeiro, de acordo com detalhado estudo de Cristóvão de Brito (2008), as vilas de operários de campo das usinas do Recôncavo eram

> pequenas e dispostas em grupos de unidades geminadas e enfileiradas, com área menor de 60 m^2 (4 e/ou 6 m x 10m), internamente possuíam uma sala, um ou dois quartos, uma cozinha e o assoalho feito à base de tijolos de barro; externamente as edificações tinham fachada simples e contínua, interrompida por uma sequência de portas e janelas; ao fundo, um pequeno quintal cercado(...)" (2008, p. 87).

Segundo, como demonstramos no capítulo anterior, o Recôncavo Baiano foi a região

na Bahia, após a década de 1930, com as maiores perdas líquidas de população (saldo migratório negativo), sendo que, significativas parcelas dessa população migrou para Salvador, passando a habitar em bairros periféricos e/ou “invasões”.

Nos primeiros anos de ocupação, a Organização Comunitária Sociedade para a Defesa e o Progresso do Pero Vaz, concomitantemente à luta pela regularização da posse, também reivindicava a Prefeitura melhorias na infraestrutura do bairro recém-criado. Apesar da luta, a realidade cotidiana naquele tempo era duríssima – os moradores não dispunham de água, luz (iluminação pública), calçamento das ruas, nem transporte. Mais uma vez “O Momento” era o porta-voz das reivindicações dos primeiros moradores e os relatos são dramáticos. Por exemplo, em relação à falta de água no Pero Vaz há o relato feito na edição de 10/05/1946, o qual descreve a condição de trabalho de uma senhora, dona de casa e “lavadeira de ganho”, moradora da Rua do Céu, ela mesma diz - “cobro Cr$ 5,00 por um uniforme lavado e engomado e 3,00 a roupa de cor. Tem semanas que lucro cinco cruzeiros, mas geralmente menos, pago Cr$ 0,10 por lata d’água e sou obrigada a ir várias vezes ao chafariz para buscá-la.”

Quatro anos após, em 1950, o referido jornal retornou à mesma rua e constatou que a situação em nada tinha mudado. Diz a matéria

> O problema da falta d’água é, para os moradores da Rua do Céu, o mais importante. Isto não acontece por acaso. D. Alice Borges dos Reis, por exemplo. É uma senhora já, e carrega, por dia, 8 latas de gaz cheias de água. Ivone Campos, uma jovem de 17 anos é obrigada a carregar, por dia, 30 latas d’água, pois, sua progenitora é lavadeira. Edna Moreira dos Santos, como Ivone Campos, carrega também 30 latas d’água. Imagine-se, pois, que esforço não realizam aquelas jovens e aquelas senhoras. Por quê? (O Momento, 28/05/1950)

Os relatos sobre a falta de saneamento e coleta de lixo também são numerosos. Os repórteres de “O Momento” realizavam sempre uma espécie de “inventário dos problemas dos bairros pobres”, para exigir da Prefeitura soluções. Em 09/04/1949, por exemplo, foi publicada uma matéria cujo título era “Av. Peixe, caminho do

inferno”, em que o repórter buscava expressar as péssimas condições de higiene local, as “montanhas de lixo” na rua e os esgotos sendo lançados a céu aberto no “Rio Peixe”, uns dos locais onde as crianças brincavam.

As dificuldades da população no dia-a-dia eram enormes. Em uma das suas inúmeras reportagens sobre a Liberdade, o que incluía já o Pero Vaz, os repórteres de “O Momento” reiteravam que faltavam escolas, luz, água, transporte e calçamento, “só não miséria na Liberdade”. Especificamente sobre as crianças, a matéria se referia a elas como “sujas, roupas remendadas, sem conhecer ao menos a ‘letra A’(...) Os pais não podem matriculá-las em escolas particulares, pois a Liberdade é um bairro proletário.” (O Momento, 12/06/1949).

A respeito da concepção de “bairro proletário” quando se formou o Pero Vaz, o que isso queria significar mesmo? A representação institucional de um operariado urbano começou a ser difundida no Brasil a partir da instauração das leis trabalhistas na década de 1930, no entanto, desde o início do século XX partidos ligados à causa operária ou trabalhista como PCB, PTB, etc., já atuavam em consonância com os primeiros movimentos organizados do operariado no Brasil. Em Salvador, após a separação espacial das classes sociais, iniciada no início do século XX e consolidada nos anos 30/40, a concepção de “bairro proletário” sempre esteve associada a um bairro pobre. E, de fato, no caso do Pero Vaz, “os operários” eram, em sua grande maioria, trabalhadores sem amparo legal, isto é, sem a carteira de trabalho assinada que se ocupavam de atividades sem rendimentos fixos.

Entre as mulheres, as ocupações principais eram lavadeira, doméstica, cozinheira e babá (ama). De todos os relatos de ocupação de moradoras do Pero Vaz, o mais frequente era o de lavadeira, isto porque esta ocupação podia ser realizada nos intervalos das tarefas de dona de casa. A renda obtida sempre era muito pequena porque estava condicionada à quantidade de roupa que se lavava. Um exemplo de lavadeira é o da Dona Josefina que se desdobrava em várias atividades em concomitância com as tarefas do lar para criar seus nove filhos. Mesmo seu marido tendo trabalhado até se aposentar na Companhia de Docas da Bahia (CODEBA),

seu salário era insuficiente para prover o sustento da numerosa família. Ao conversamos a esse respeito, Dona Josefina comenta

> (James) - E como foi criar nove filhos aqui?
>
> (Dona Josefina) - Ah... foi difícil, mas a gente tinha jogo de cintura, né?
>
> (James) - O que é jogo de cintura? [risos]
>
> (Dona Josefina) - Jogo... jogo de cintura...
>
> (James) - Fala aí alguma coisa de jogo de cintura.
>
> (Dona Josefina) - Jogo de cintura é você ter pique de chegar junto com o marido, é fazer uma coisa e fazer outra para ajudar.
>
> (James) - Você sempre estava ocupada fazendo alguma coisa?
>
> (Dona Josefina) - É, sempre eu estava ocupada, sempre fazendo meus bicozinhos, para não deixar cair, **sempre lavando pra ganho**, aí tendo a possibilidade de ajudar a família, entendeu?
>
> (trecho da entrevista à Dona Josefina Silva da Conceição, realizada em 18 de março de 2009. Grifo nosso).

As demais ocupações, doméstica, cozinheira e babá (ama), eram geralmente exercidas em casas de famílias abastadas; é oportuno observar que nos jornais de grande circulação naquela época (Diário de notícias e A Tarde), a seção de classificados onde se procurava empregadas para as ocupações acima mencionadas era composta de anúncios nos quais o traço de uma relação senhorial, portanto escravista, ainda era muito presente. Por exemplo, nos anúncios de empregos para domésticas no Jornal A Tarde de 18/07/1950 há um que diz “precisa-se de empregada doméstica que durma no trabalho, exige-se referências, salário Cr$ 180,00 mais alimentação.” Ora, o salário mínimo regional de Salvador era de Cr$ 240,00, portanto, nem o salário mínimo o anunciante se propunha a pagar!

Quanto aos homens, apesar de uma disponibilidade maior de ocupações, a condição de exploração também os acompanhava. Para os “operários” muito pobres a ocupação de carregador era comum e correspondia à de lavadeira quanto ao rendimento obtido; o carregador trabalhava no bairro, sendo pago com pouquíssimos cruzeiros, algo em torno de Cr$ 3,00 a 5,00, para levar mercadorias

de armazéns, comércios ou mesmo de moradores de um lugar para o outro em pequenos carros de mão.

Além de carregador, também havia outras ocupações exercidas no bairro ou próximo da moradia, mas com o perfil de ofício, como barbeiro, sapateiro e pedreiro. Um dos barbeiros que conhecemos foi Seu Lecio, um senhor com quase oitenta anos, mas que ainda trabalha em um pequeno salão na Rua do Pero Vaz esquina com a Rua Meirelles. Seu Lecio começou a trabalhar muito jovem, aprendeu o ofício de barbeiro com seu pai. Ao entrevistá-lo, ele nos disse

> (Seu Lecio) – Sou barbeiro há mais de sessenta anos. Conheço muita gente aqui no Pero Vaz.
>
> (James) – O senhor é amigo de Seu Dida, né?
>
> (Seu Lecio) – Ah Dida eu conheço a muito tempo, da época que a gente tomava cachaça no bar de Agnelo.
>
> (James) – E por que o senhor se tornou barbeiro?
>
> (Seu Lecio) – Porque meu pai era barbeiro, aprendi com ele. Nessa época a gente morava no Curuzu, aí viemos morar aqui.
>
> (James) – Tinha muito barbeiro quando o senhor era jovem?
>
> (Seu Lecio) – Meu filho, tinha sim. Hoje em dia é que tem pouco, porque agora a profissão é cabeleireiro... No meu tempo não, tinha barbeiro.
>
> (James) – E por que o senhor continua trabalhando? Não está aposentado?
>
> (Seu Lecio) – Tô aposentado pela idade, mas é muito pouco. Gosto de trabalhar porque tiro um dinheirinho todo dia. Também vejo gente, meus amigos...é muito bom.
>
> (trecho da entrevista ao Sr. Lecio Ramos, realizada em 03/07/2009).

Já a ocupação de pedreiro, e suas variantes hierárquicas: de ajudante a mestre, também era muito comum nos “bairros proletários” e, como ofício, poderia conduzir a um relativo grau de prestígio no contexto de *bairro*. No Pero Vaz, a pesquisa de campo revelou algumas trajetórias de vida de pedreiros, como a do Seu Antônio Evangelista, pai adotivo de Seu Joaquim Fiuza, um dos entrevistados. De acordo com Seu Joaquim, seu padrasto se tornou pedreiro reconhecido em todo o Pero Vaz e até mesmo em bairros próximos como São Caetano e Caixa D’água, portanto,

trabalho não lhe faltava, e isso lhe trouxe prestígio na comunidade que se traduzia também em respeito com ele e seus familiares. Ao nos relatar essa passagem, Seu Joaquim, emocionou-se ao relembrar do padrasto que lhe criou como um filho e, sobre o ofício de pedreiro, ele e sua irmã Estela observaram

> (Seu Joaquim Fiuza) - Que ele era pedreiro e construiu muitas casas aqui...(alguns segundos Seu Joaquim Fiuza fica quieto)
>
> (Seu Joaquim Fiuza) - Você tem ideia, menina, de quantas casas?
>
> (Dona Estela (irmã) - Tenho ideia não, mas tem muitas casas que ele construiu, muitas.
>
> (Trecho da entrevista ao Seu Joaquim Fiuza, realizada em 13/03/2009).

À medida que realizávamos entrevistas, íamos descobrindo algumas ocupações exercidas em um contexto mais amplo, isto é, o da cidade, pelos homens da primeira geração de moradores do Pero Vaz. Eram ocupações como estivador e doqueiro e, pelo que percebemos, eram muito valorizadas.

Na década de 1950, o Porto de Salvador era um dos locais que mais empregava homens devido ao intenso comércio da cidade com outras praças no Brasil e no mundo e, como quase todas as operações de carga e descarga eram manuais, a quantidade de homens era significativa. O pai de Seu Dida (Sr. João de Souza Lemos), nosso entrevistado, foi um dos que trabalhavam como doqueiro,

> (James) - É. Como é que ele veio morar aqui? Por que ele veio morar aqui?
>
> (Seu Dida) - Ah, meu pai... eu não sei. Ele... veio de Sergipe. Encontrou com a minha mãe aí, e veio morar aqui. O meu pai era doqueiro.
>
> (James) - Como é que chama? Como é, Doqueiro? Trabalhava no navio?
>
> (Seu Dida) - Não, nas docas.
>
> (James) - Nas docas.
>
> (Seu Dida) - Lá no comércio.
>
> (James) - Ah, sim...

> (Seu Dida) - Tem estivador e tem doqueiro. Estivador é que trabalha em navio...descarregando.
>
> (James) - É...
>
> (Seu Dida) - E doqueiro trabalha em terra. Codeba que se chama ali agora. É Codeba.
>
> (James) - Sim. Trabalhava na Codeba, né?
>
> (Seu Dida) - É. E no tempo de meu pai era docas. Era doqueiro.
>
> (James) - Tinha muito doqueiro aqui?
>
> (Seu Dida) - Naquele tempo tinha. E sempre tinha muita gente trabalhando nas docas.
>
> (James) - Como doqueiro e também como estivador?
>
> (Seu Dida) - Naquele tempo também, naquele tempo em que ele trabalhava nas docas, só tinha um lugar de ganhar dinheiro, não tinha esse negócio de [fazer mágica]. Era... ferroviário, que é a Leste. As docas e... a estiva. Era o que melhor que tinha.
>
> (trecho da entrevista à Seu João de Souza Lemos (Seu Dida), realizada em 03/07/2009)

A indicação de que havia muito doqueiros e estivadores no Pero Vaz, e decerto na própria Liberdade, fortalece a tese da organização política do movimento de ocupação do Pero Vaz e de outras "invasões" como Gengibirra e Duque de Caxias. Apesar de não ser nosso objeto de pesquisa, é impossível não observar as conexões entre o "movimento operário" do final dos aos 40 com o PCB e o próprio movimento de bairro, através de suas associações.

No Pero Vaz a Sociedade para a Defesa e o Progresso do Pero Vaz focada sua ação política na estabilização da "invasão", isto é, impedir que ela fosse removida, enquanto a Federação de Mulheres da Bahia atuava na luta contra a "carestia da vida". À época, um estudo realizado, conjuntamente, pelos repórteres de "O Momento" com a seção do Pero Vaz da Federação de Mulheres da Bahia apontava o "custo" para a obtenção da cesta básica do trabalhador, os resultados foram os seguintes: para um salário mínimo regional de Cr$ 240,00, o trabalhador gastava 189,50 para a obtenção da cesta básica para alimentar uma família de quatro pessoas. (O Momento, 31/01/1948, p. 4). Era necessário comprometer, portanto, 78% do salário mínimo só com a alimentação, superior ao teto de 60% estabelecido pelo Decreto-Lei 399/1938.

E como eram obtidos os alimentos que faziam parte da cesta básica do trabalhador no Pero Vaz do início da década de 1950? Quando entrevistamos o Seu Dida, descobrimos um pouco de como funcionava o comércio de alimentos no contexto do Pero Vaz. Por volta de 1950, existiam três armazéns de “secos e molhados” que vendiam de tudo um pouco, inclusive carne, e que funcionavam de segunda a sábado. O controle de vendas era feito em cadernetas individualizadas e os pagamentos podiam ser semanais ou mensais aos trabalhadores que tivessem emprego fixo, quanto aos demais, na situação de ocupações precárias (bicos), o pagamento pelos alimentos era feito no ato da compra. Conta-nos Seu Dida que sempre no final do dia, os armazéns abaixavam o preço da carne para facilitar a venda, porque de todos os alimentos, a carne era, sem dúvida, um dos mais caros. Segundo ele era comum, sobretudo entre os mais pobres, a compra de carne em estado de putrefação, tal informação encontra respaldo porque, na referida matéria de O Momento de 31/01/1948, há um determinado trecho que um dos entrevistados diz “(...) o povo para não morrer de fome, se sujeita a comer carne podre e resto de açougue.”

Mas não havia só os armazéns para se comprar alimentos, havia também as *quitandas*, os vendedores de rua fixos e volantes que comercializavam frutas, raízes, tubérculos e vegetais a preços mais baixos que os praticados pelos armazéns. As *quitandas* e os vendedores de rua fixos (barracas) se localizavam nas ruas principais, enquanto os vendedores volantes iam de porta em porta. Era um circuito complementar de acesso a alimentos e, até onde pudemos averiguar, parte do que era vendido pelas quitandas e barracas, como frutas, provinham do próprio bairro, uma vez que havia muitas árvores frutíferas, tal como indica um trecho da entrevista com a Dona Carmelita Pinto,

> (Dona Carmelita) - Eu não nasci aqui. Vim pra aqui com idade de um ano. Então eu moro aqui há setenta e nove anos...
>
> (James) - E me fala uma coisa, Dona Carmelita... como é que era o *bairro* quando a senhora era criança? Como é que era aqui, quando a senhora era bem criança?
>
> (Dona Carmelita) - Era mato. Tudo aqui era mato. Lá embaixo... era um dique.

> (James) - Lá onde é a rua... avenida Peixe?
>
> (Dona Carmelita) - É, tudo era água. Usava água de fonte, né?
>
> (James) - Hum, hum.
>
> (Dona Carmelita) - No meu tempo era água de fonte. Tudo aqui era mato, ali na frente era... mato **também, era roça de um vizinho, criava... criava animal aí, era... tinha cajueiro, tinha... como é, tinha cajueiro, tinha goiabeira, tinha tudo aí.** Tudo aqui na frente era mato.
>
> (trecho da entrevista à Dona Carmelita Luciano Pinto, realizada em 09/07/2009. Grifo nosso).

À parte todas as agruras do dia-a-dia, o Pero Vaz tinha suas amenidades. Para as crianças, era como se fosse uma grande fazenda, porque podiam correr à vontade, subir em árvores e comer frutas até passarem mal, brincar de bola nas ruas de terra, enfim, ter liberdade de movimento sem se preocupar com quase nada. Já para os adultos, existiam alguns locais de sociabilidade próprios de bairros populares, como botequins, mas dois espaços eram especiais – a Gafieira de Zacarias e o Barracão de Seu Waldemar [32] onde aconteciam as lutas de capoeira e a rinha de galos, sempre aos finais de semana. Quando Seu Joaquim Fiuza era um jovem moço, sempre ia a esses dois lugares para se divertir, dançar e beber na Gafieira e assistir às incríveis apresentações de capoeiristas no Barracão. Ele se lembra de como batiam palmas para Seu Waldemar e, em coro, o chamavam de "Sete molas" devido a sua agilidade corporal e capacidade de jogar capoeira sem sujar suas roupas brancas, usadas nos finais de semana, como qualquer bom capoeirista.

Finalmente, o que almejavam os primeiros moradores do Pero Vaz? Simplesmente a segurança de poder viver sob um teto. Em um ato de desabafo e, ao mesmo tempo, de protesto, eles se manifestaram através do seguinte depoimento, publicado em O Momento de 26/11/1946: "Não somos invasores! Nada queremos além de um pedaço de terra – 12 metros apenas – para nele construirmos nossas casinhas, pois não temos onde morar!" [33]

---

[32] O "Barracão" do Mestre Waldemar Rodrigues da Paixão no Pero Vaz era um espaço onde se jogava capoeira de Angola, mas também de importante sociabilidade no bairro. No livro de Frede Abreu intitulado "O Barracão do Mestre Waldemar, publicado em 2003, o autor resgata não só a importância do referido mestre para a difusão da capoeira, mas parte do que era a sociabilidade no Pero Vaz/Liberdade nas décadas de 1950 e 1960

[33] Os "12 metros apenas" eram, de fato, 6 x 6 m^2.

Aqui finalizamos este item em que tentamos recuperar parte da história de formação do bairro e das condições de reprodução social nos primeiros anos do Pero Vaz. Apesar da impossibilidade de inferirmos dados de ordem quantitativa do objeto de pesquisa, entendemos que indicar o essencial sobre o primeiro momento, em que a reprodução do Pero Vaz (o que inclui a primeira geração de moradores) é fruto do processo de modernização pelo qual a cidade começava a se submeter. Nos próximo item deste capítulo, a descrição das condições de reprodução da classe trabalhadora se ocupa com o Pero Vaz pós ano 2000.

3.3 O PERO VAZ DA DÉCADA DE 2000

Como é vivem os moradores do Pero Vaz mais de cinquenta anos após a constituição do *bairro*? Para responder a esta questão, lançamo-nos em novas pesquisas de dados e informações relevantes, os quais resultaram em dois conjuntos descritivos: o primeiro com base no IBGE e o segundo com base no trabalho de campo.

3.3.1 O Pero Vaz pelos dados do IBGE: demografia, infraestrutura, emprego e renda

A descrição que se segue do Pero Vaz usa dados da amostra do último Censo Demográfico, realizado pelo IBGE em 2000, como também o Atlas de Desenvolvimento Humano do IBGE/PNUD de 2004. Além da demografia da área em estudo, também conseguimos obter informações a respeito das condições de moradia, das ocupações (trabalho) e rendimentos dos chefes de família.

No ano de 2000 havia, no Pero Vaz, um conjunto de 6.733 domicílios permanentes particulares [34] e uma população de 26.973 habitantes, o que dava uma média de 4,0 habitantes por domicílio. Como a área do bairro é de apenas 0,54 km^2, a densidade

[34] Se incluirmos os domicílios coletivos e os temporários o total sobe para 6939 unidades.

demográfica acaba sendo extremamente elevada – 49.950 habitantes/km^2, a mais elevada de Salvador. Por outro lado, o próprio IBGE tem apontado, através de suas séries históricas, que a população total da área vem decaindo, a taxa média de crescimento anual da população variou negativamente em 0,91% no período 1991-2000 (IBGE/PNUD, 2004). Isto implica na redução da densidade demográfica, mas como têm apontado diversos estudiosos, ligados ao estudo do urbano de áreas periféricas, um padrão de elevada densidade demográfica é uma das principais características demográficas das áreas de "invasão" ou favelas, e isto tem reflexos em várias dimensões ligadas ao habitar, como a implantação de sistemas de infraestrutura e de lazer.

Do ponto e vista da estrutura etária da população, o Pero Vaz tem sua classe modal com população entre 15 e 64 anos de idade. No ano de referência dos dados (2000), exatos 18.375 habitantes estavam inclusos nessa classe modal, já os jovens, abaixo de 15 anos, contabilizavam 7.138 indivíduos e, os idosos, apenas 1.460. Estes dados da estrutura etária do bairro, se comparados aos de 1991, indicam que houve um decréscimo do contingente de jovens e um aumento de idosos, consequência da redução da taxa de fecundidade que caiu de 2,5 para 1,6 filhos por mulher.

Em relação à condição de ocupação dos domicílios particulares permanentes, a situação era a seguinte: do total de domicílios descritos acima, 5.248 ou 78% eram próprios, seja por herança ou adquiridos por meio de compra direta. O segundo maior percentual se referia aos domicílios alugados, 17,8% ou 1201 unidades. Já os domicílios em processo de aquisição e os cedidos ou sob outra condição correspondiam, respectivamente, a 1 e 3,2%. (Apêndice 1.2).

Como demonstram os dados acima, a principal condição, majoritariamente, era para moradia. No entanto, é importante observar detalhadamente as outras condições. Primeiramente, quando os moradores se referiram à condição de "em aquisição", significa dizer que eles compraram os imóveis possivelmente dos primeiros moradores e continuavam pagando por eles. Na realidade, o mercado imobiliário local de venda se estabeleceu apenas na compra e venda do imóvel, não do terreno,

muito comum em áreas de “invasão”. Também o aluguel de imóveis demonstra uma faceta relativamente comum nas áreas de invasão consolidada - auferir renda.

Ao contrário do que poderíamos pressupor, a instauração de um mercado imobiliário em áreas de invasões é um fenômeno associado ao próprio movimento de ocupação. Muitos pesquisadores que estudaram a aparente contradição entre “invasão” e mercado imobiliário afirmam que a implantação de infraestrutura, principalmente, água e luz, como também a simples possibilidade de a “invasão” não ser removida, já possibilitam a constituição de tal mercado. No caso específico do Pero Vaz, esta explicação não é só válida como suficiente para dar sentido a eventos aparentemente desconexos como a existência de um mercado de venda de imóveis já no início da década de 1950. [35]

A infraestrutura de saneamento básico instalada no bairro, a exemplo da rede de água e esgotamento sanitário, segundo o IBGE, atende quase a totalidade dos domicílios. Por exemplo, a rede de água cobria, aproximadamente, 97% do conjunto de domicílios, enquanto o esgotamento sanitário, 90%. (Apêndice 1.2). Contudo, a pesquisa de campo apontou outras questões para além da cobertura indicada pelo IBGE. Por exemplo, apesar do Programa Governamental “Bahia Azul” [36] ter levado rede de esgoto para quase a totalidade do Pero Vaz, as ligações finais com os domicílios não foram feitas, ou seja, a rede existe, mas ela simplesmente não funciona, por isso, os esgotos continuam a ser lançados na rede de águas pluviais que alimenta os rios da Bacia do Camurugipe. A questão é tão complicada que a Empresa de Saneamento e Águas do Estado da Bahia (EMBASA) vem realizando reuniões com as lideranças do *bairro*, para tentar convencê-los da necessidade de realizar a ligação dos esgotos sanitários com a rede de coleta construída pelo referido programa. Ao participarmos de uma dessas reuniões, realizada no Centro

[35] O primeiro registro de venda de imóvel no Pero Vaz data de 1946 e se refere a um anúncio nos classificados do jornal “Diário de notícias” de 04/07/1946 sobre a venda de “uma casinha no Corta-Braço”.

[36] O “Bahia Azul” é um programa de saneamento básico da RMS, promovido e executado pelo Governo do Estado na década de 1990. Seu foco principal era “despoluir” a Baía de Todos os Santos dos efluentes industriais e domiciliares.

de Referência da Assistência Social (CRAS) [37] em 8 de julho de 2009, percebemos alguns entraves à consecução do programa como os custos e a própria realização da obra.

A EMBASA defende repassar para os moradores o custo da obra, além disso, passaria a cobrar a taxa de esgoto dos domicílios, cujo valor está estipulado por lei em 80% da tarifa de água. Como a maioria dos moradores usa a tarifa social de água, 10m^3 ao mês, a um preço de R$ 11,70, significa dizer que a taxa de esgoto ficaria no valor de R$ 9,36. Parece pouco? Não foi o que vimos na reunião, quase todas as lideranças se queixaram de que seria um custo a mais no orçamento doméstico. Quanto à realização da obra, esta traria transtornos à vida cotidiana dos moradores porque provocaria aberturas das ruas e de parte das próprias casas para realizar as interligações.

Sobre a coleta de lixo, temos também divergências com relação aos dados que constam no Atlas de Desenvolvimento Humano do IBGE (2004). Segundo este documento, quase 95% dos domicílios tinham acesso à coleta de lixo através de serviço público. Nossa divergência não está na quantidade de domicílios atendidos por este serviço, na realidade, o que questionamos é justamente a maneira como ocorre a coleta, afinal, durante o trabalho de campo, percebemos que o lixo é acumulado em determinados pontos nas ruas durante dias e só depois o caminhão da coleta passa e o retira [38]. Isto acontece pelo que pudemos observar devido a dois motivos: um pela própria morfologia do bairro, haja vista que somente nas vias principais é possível a circulação do caminhão de coleta; outro pela noção de espaço público, ainda frágil no seio da comunidade. [39]

[37] O CRAS fornece auxílio às famílias e indivíduos em condição de “vulnerabilidade social”; é um órgão federal ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
[38] Ver apêndice 1.1 (Diário de campo: observação nº 4).
[39] Um trabalho interessante e, ao mesmo tempo, ”invisível” socialmente é o que Seu Edson Marcelino realiza com um grupo de moradores da Rua do Céu. Todos os dias eles varrem e recolhem o lixo da referida rua, no entanto, o próprio Seu Marcelino reconhece que se eles deixarem de realizar este serviço, em uma semana haveria uma “montanha de lixo” no local.

No ano 2000, a População de Idade Ativa (PIA) do Pero Vaz foi calculada em 22.146 habitantes ou 82% da população da área. Desta PIA, os economicamente ativos (PEA) eram 12.796 habitantes ou 58% na relação PEA/PIA; ao compará-la àquela de Salvador, no mesmo período, detectamos que havia, proporcionalmente, mais inativos no Pero Vaz do que na cidade.

Os ocupados com rendimentos nominais regulares correspondiam a 9.533 pessoas (74,5% da PEA); desses, 4.977 tinham carteira assinada ou eram servidores públicos, 2.445 não tinham carteira assinada e 2.111 trabalhavam como autônomos. (IBGE, Dados amostra, 2000). Esta PEA se distribuía pelos setores de atividades da seguinte maneira:

- 0,38% no setor primário (agricultura e pesca);

- no setor secundário: 4,2% apenas na construção civil; e,

- no setor terciário, 94,4%, dos quais 46,78% em serviços da produção (comércio 23,1%, alimentação 7,35%, finanças 10,57%, transporte e comunicação 5,76%); 29,76% em serviços de consumo coletivo (educação 7,69%, administração pública e segurança 5,90%, saúde 7,56%, comunitários 8,61%); 17,86% em serviços de consumo individual dos quais 6,52% em serviços domésticos. Neste setor havia ainda 0,92% de trabalhadores cujas ocupações estavam mal especificadas.

Por outro lado, os ocupados precariamente (desempregados) eram 3.263 trabalhadores e equivaliam a 25,5% da PEA. Este valor relativo era proporcional ao da cidade, ou seja, também em nível conjuntural o percentual de trabalhadores nessa condição de ocupação era o mesmo. Quais são as ocupações precárias? Aquelas relacionadas à venda simples de mercadorias e da produção doméstica - para os homens: ajudante de pedreiro, ambulantes, carregadores, etc.; para as mulheres: diarista, babás, vendedoras de frutas, etc., exercidas, geralmente, em coadunação com as atividades do lar.

Finalmente, os inativos no bairro. Correspondendo a 9.350 pessoas em idade ativa, eles equivaliam, percentualmente, a 42% da PIA, valor superior, portanto, aos 38% de Salvador para o mesmo ano de referência. Há, contudo, um subgrupo nos inativos que não pode ser negligenciado, são os aposentados. Apesar deles não entrarem no calculo da PEA, entram na contagem das pessoas com renda. Assim, foram contabilizados 197 aposentados na amostra do IBGE, por isso, o contingente final de pessoas com algum tipo de renda se elevou de 12.796 para 12.993.

Sobre os rendimentos nominais da PEA ocupada (formal e precária) do Pero Vaz, a amostra do IBGE (2000) os apresenta de duas maneiras, uma pela distribuição em classes de rendimentos nominais, Tabela 7, e outra através das médias e medianas de rendimentos.

Tabela 7 – Classes de rendimentos nominais da PEA do Pero Vaz - 2000

Classe de rendimento nominal (em Salário Mínimo - SM)	Quantidade de trabalhadores (em valores absolutos)	Quantidade de trabalhadores (em valores relativos (%))
Até 1	4666	36,46
Mais de 1 até 2	3821	29,86
Mais de 2 até 3	1686	13,17
Mais de 3 até 5	1509	11,79
Mais de 5 até 10	886	6,92
Mais de 10 até 20	195	1,52
Mais de 20	33	0,26
Total	12796	99,99

Elaboração: James A. Araújo.
Fonte: IBGE. Resultados do Censo Demográfico, 2000. Amostra, área de ponderação 13.

A classe modal de rendimentos apresentada na Tabela 7 correspondia a de até 1 salário mínimo, no entanto, quando os dados de renda são apresentados pela média dos rendimentos o resultado fica diferente. Naquele ano, a média de rendimentos da PEA local ficou em R$ 354,45 e, se a dividirmos pelo salário mínimo vigente à época, R$ 151,00, chegamos uma média de 2,35 salários mínimos por trabalhador. Pela mediana de rendimentos, o resultado é de 1,5 salários mínimos, valor bem mais condizente com a classe modal.

Enfim, este conjunto de dados que ora apresentamos sobre o Pero Vaz, a partir dos dados do IBGE, compõe uma base na qual podemos estabelecer comparações, em termos de séries históricas, com os dados levantados em campo por meio da amostra da pesquisa.

3.3.2 O Pero Vaz através do trabalho de campo

Uma das nossas primeiras tarefas foi circunscrever os limites do Pero Vaz, mas o que parecia simples requereu muitos dias de trabalho de campo, porque não há uma delimitação de bairros, nem poderia haver porque estes são espacialidades completamente diferentes das divisões espaciais empreendidas para fins de administração. Nosso recurso foi então escolher um mapa-base e localizar nele um ponto inicial, no caso a própria Rua do Pero Vaz e, a partir desse ponto, caminhar em direção a outros que supúnhamos serem os limites do bairro. À medida que atingíamos um desses pontos, interrogávamos os moradores do local a respeito, confirmando-o ou então, retificando-o. Após cinco dias pesquisando e alguns percalços [40], conseguimos circunscrever os limites do *bairro* e construirmos o mapa apresentado na Figura 14.

O Pero Vaz representado na Figura 14 é o atualmente reconhecido pelos moradores, entretanto, ele é o resultado de “invasões” que aconteceram em momentos distintos, ou seja, a “invasão” das terras do Sr. Francisco Pelozzi é apenas uma, dentre outras tantas. Refletindo sobre como se deu a ocupação daquela área, supomos que ela ocorreu seguindo o nível mais alto e plano do Corta-Braço. Como demonstra a Figura 15, o relevo desta parte da cidade é muito acidentado, mas basicamente duas vertentes se destacam - uma em direção ao “Rio Peixe” e outra em direção ao “Rio Paraguai”, ambos tributários da Bacia do Rio Camurugipe.

[40] Ver apêndice 1.1 (Diário de campo: observações nº 7 e 8).

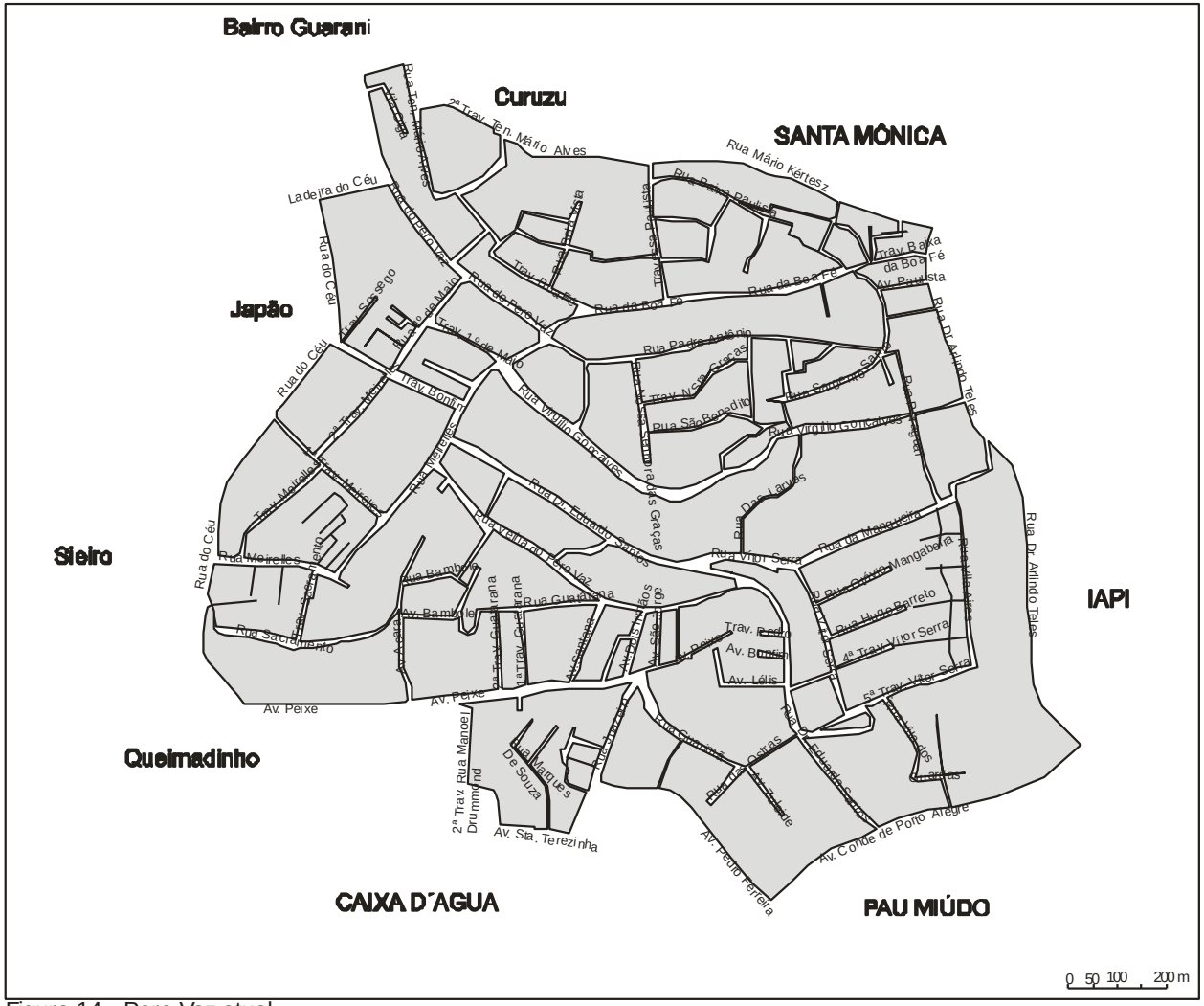

Figura 14 - Pero Vaz atual
Elaboração: James A. Araújo
Fontes: Mapas dos setores censitários do IBGE, Censo Demográfico, 2000.Observação de campo.

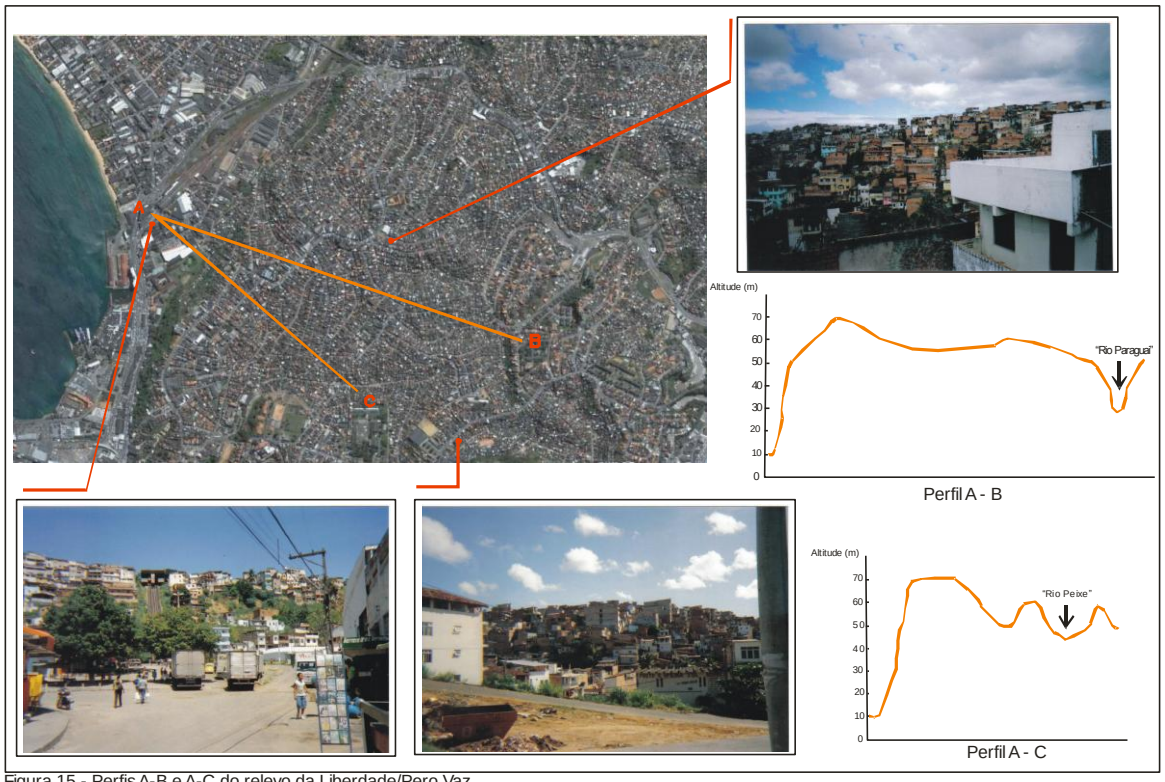

Figura 15 - Perfis A-B e A-C do relevo da Liberdade/Pero Vaz.
Elaboração: James A. Araújo
Fontes: fotografia aérea: CONDER (2006), escala vertical 1:8000; perfis de relevo: mapa de Salvador , Geocad,1999; Observação de campo.

À proporção que o altiplano foi sendo ocupado, iniciou-se a ocupação das vertentes em momentos posteriores, porém, estas não ocorreram apenas em terras cuja propriedade era particular, muito pelo contrário, as terras também pertenciam tanto ao Estado (Bahia) quanto ao município. No levantamento de "invasões" feito por Gordilho-Souza (1990), há a indicação de, pelo menos, sete etapas de ocupação (produção espacial), a saber:

1 - Nova Pero Vaz ou Vila Hermínia em 1946, em parte de um terreno particular (proprietário Sr. Francisco Pelozzi);

2- Baixa da Mangueira em 1946. Também em parte do mesmo terreno em que ocorreu a "invasão" Nova Pero Vaz;

3- Pero Vaz (área 1) em 1949. O terreno pertencia ao município e a "invasão" contou, inicialmente, com 450 unidades residenciais, ocupando uma área de 37.500 m^2;

4 – Cruz do Cosme em 1951. Esta ocupação, além do Pero Vaz, estendeu-se para os atuais bairros do Pau Miúdo e Caixa D'Água em um terreno do município, com 320 domicílios os quais cobriam uma área de 45.000 m^2;

5 – Pero Vaz (área 2) em 1954. Em um terreno de propriedade particular, ocupando uma área de 22.500 m^2 com 270 unidades domiciliares;

6 - Avenida Peixe, em dois momentos, 1949 e 1955. No primeiro momento em um terreno particular, mas foi removida. No segundo momento, a "invasão" aconteceu em um terreno conjunto do Estado e município, com 3180 unidades residenciais, ocupando uma área de 190.000 m^2; e,

7 – Santa Mônica (área 1) em 1977. A ocupação inicial (área 1) contava com 648 unidades domiciliares que cobriam uma área de 45.000 m^2 de propriedade mista (Estado e particular).

Foi com base nesta informação e fazendo uso da cartografia de base do IBGE, que elaboramos o mapa da Figura 16, no qual diferenciamos as etapas de ocupação descritas.

O Pero Vaz e a própria Liberdade têm uma localização privilegiada no conjunto da cidade, porque estão próximos às duas maiores centralidades da cidade: o centro tradicional ou antigo e o da Pituba, assim como da Península Itapagipana. Para acessar tais locais os moradores contam com um sistema de circulação público baseado em ônibus, trem e elevador (o Plano Inclinado da Liberdade/Calçada). As linhas de ônibus que partem do bairro são: Pero Vaz - Itaigara e Pero Vaz – Lapa. Já aquelas que passam pelo bairro são: IAPI – Lapa, Bom Juá – Barroquinha e Marechal Rondon – Brotas. O Plano Inclinado Liberdade-Calçada interliga a Liberdade (situada na Cidade Alta) ao subcentro da Calçada (Cidade Baixa), de onde se acessa localidades da Península de Itapagipe, como Bonfim e Ribeira, via ônibus. Também é possível, a partir da Calçada, ir às localidades do Subúrbio Ferroviário – Plataforma, Paripe, Periperi, etc., através de ônibus ou trem, ou ir ao centro tradicional por meio de ônibus. (Figura 17)

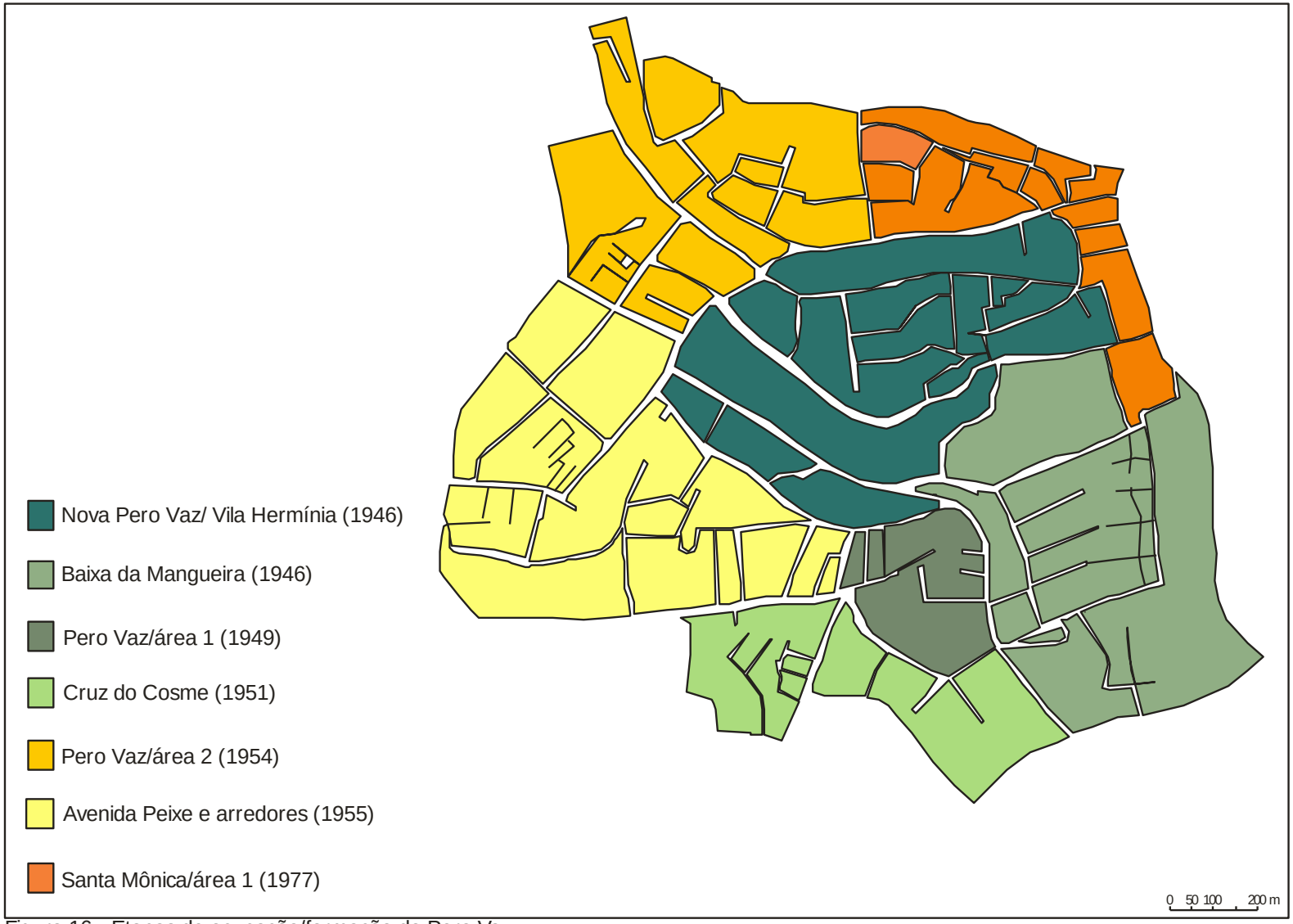

Figura 16 - Etapas de ocupação/formação do Pero Vaz
Elaboração: James A. Araújo
Fontes: Mapas dos setores censitários do IBGE, Censo Demográfico 2000; GORDILHO-SOUZA, Angela (199 0).

Figura17 - Vias de circulação externa ao *bairro* do Pero Vaz
Elaboração: James A. Araújo
Fonte: Fotografia aérea: CONDER (2006), escala vertical 1:8000; Observação de campo.

A morfologia espacial nesta parte da cidade de Salvador é quase sempre uma repetição das mesmas características de bairros periféricos, mas no Pero Vaz essa situação ganha contornos mais proeminentes porque o bairro ocupa parte das encostas em direção ao vale do Rio das Tripas, afluente do Rio Camurujipe. Assim, como o relevo se torna muito inclinado, em gradientes cujos ângulos excedem facilmente os 45º, as ruas convertem-se em caminhos ou escadarias labirínticos, os quais permitem acessar locais "escondidos" nas partes baixas do bairro. Esta morfologia indica como se deu o processo de ocupação - sem planejamento ou assistência de poderes institucionais, enfim, lançados à própria sorte, os habitantes do bairro criaram uma geografia muito própria e criativa, para se adequar às características topográficas do relevo. Por outro lado, o Pero Vaz é um bairro cuja densidade de construções é altíssima, por isso, não há praças ou áreas verdes e isto é um problema, principalmente, para as crianças.

Ainda em relação à morfologia, tratemos das calçadas e arruamentos. Estas, quando existem, são irregulares no tamanho, mas o maior problema é que os pedestres têm que dividi-las com carros estacionados, lixo, esgoto a céu aberto e vendedores ambulantes. Por que elas são assim? Apenas o descaso dos órgãos públicos para com a população? Não, não é só isso, talvez um caminho para pensar a questão sejam as próprias noções de espaço concebido e percebido.[55]

A primeira geração de moradores, aquela que deu início à produção do bairro, não conhecia, ou conhecia muito pouco a experiência do habitar na condição urbana e o que isso implicava ao nível das práticas espaciais. Logo, sua concepção e prática espaciais provenientes de uma experiência basicamente rural definiram uma morfologia na qual as calçadas tinham e ainda têm pouca importância ou funcionalidade. Em relação às ruas, a concepção e prática espacial lhes reservaram traçados que fogem a qualquer enquadramento urbanístico tradicional, pois, as ruas podem ser largas ou estreitas, ou começar estreita e depois se tornar uma escadaria. A própria tipologia de ruas e avenidas, empregada no bairro, confirma isto

[55] Em Léfèbvre (2000) espaço concebido é aquele projetado pelos urbanistas, técnicos e planejadores; enquanto espaço percebido é aquele produzido pela prática espacial. Da dialética (mediação) entre ambos se produz a espaço vivido.

porque não se enquadra ao padrão vigente, por exemplo, estreitíssimas travessas e/ou becos são tipificados como “avenidas”. (Figura 18).

No Pero Vaz, como em quase a totalidade da Liberdade, as casas foram feitas por autoconstrução. Na realidade, muitas ainda continuam a serem produzidas, porque a disponibilidade de inversão de capital é muito baixa e, com efeito, são necessárias décadas para transformar a casa de taipa em uma de blocos e laje. O advento da laje pré-moldada foi uma “solução” fundamental porque permitiu a consecução da reprodução social no mesmo lugar, isto é, os filhos continuam morando contíguos aos seus pais, mesmo após terem constituído suas próprias famílias. Santana (1994), ao estudar a laje, descreve sua função principal: recriar solo urbano. Ao recriá-lo, favorece-se à produção de novos espaços e sociabilidades complexas, isto é, imóveis pluridomiciliares ou imóveis de usos múltiplos (moradia e comércio ou serviços), etc. Há sobrados, às vezes, com mais de três pavimentos que abrigam várias gerações de uma mesma família. Eles são, também, símbolos de ascensão social, porque indicam uma trajetória de acumulação material.

O mercado de imóveis do *bairro* é muito dinâmico. Uma das nossas primeiras iniciativas foi procurar um imóvel para alugar, no entanto, descobrimos que os proprietários preferem vendê-los para serem transformados em estabelecimentos comerciais a alugá-los para moradia. Nos postes das vias principais há pequenos cartazes, feitos à mão e fotocopiados com as especificações do imóvel, o preço e telefone de contato.

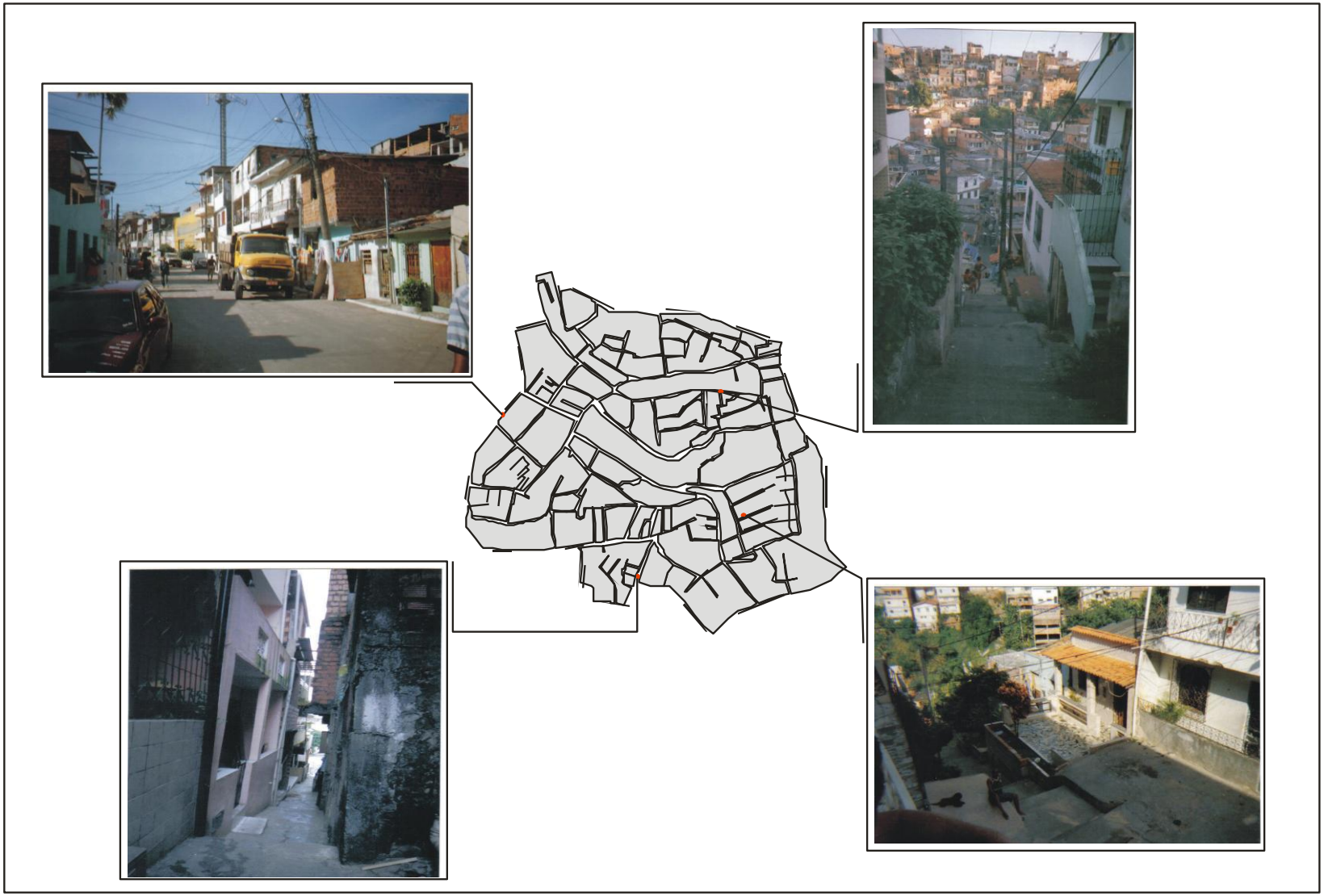

Figura 18 - Sistema de circulação interno do Pero Vaz
Elaboração: James A. Araújo
Fonte: Mapas dos setores censitários do IBGE: Censo Demográfico 2000; Fotos: observação de campo.

Quando começamos a andar pelo Pero Vaz, a característica que mais se sobressai é a enorme quantidade de estabelecimentos comerciais, principalmente nas vias principais, como Rua do Pero Vaz, Rua Dr. Eduardo Santos e Rua Conde de Porto Alegre. Percebemos que há três tipos de comércio: um de origem exógena, como rede de supermercados, casas de material de construção, farmácias, etc., situado nas vias principais e funcionando em prédios construídos para a função comercial; um segundo endógeno, como botecos, serviços de costura e sapataria, creches, oficinas mecânicas, pequenos restaurantes, etc., instalado, frequentemente, no cômodo de entrada das casas; e, um terceiro também endógeno, mas de rua, composto por vendedores de frutas e verduras instalados nas vias principais. (Figura 19)

Esse padrão de organização das atividades comerciais, na verdade, traduz o papel que o *bairro* exerce enquanto espaço de interlocução entre o microcosmos da vida de bairro e o macrocosmos representado pela cidade. Mas essa mediação também tem outro significado mais concreto por parte da atividade comercial endógena, pois está baseada na reprodução social da classe trabalhadora que se ocupa de pequenas atividades para auferir renda (pequenos ganhos). Um interessante estudo feito por Carvalho (1985), em uma favela de Fortaleza, aponta justamente a condição de “fluidez” ou “instabilidade” da força-de-trabalho de bairros com o perfil de favelas, onde os trabalhadores podem estar ocupados com pequenas atividades comerciais ao nível do bairro, no estudo supracitado são mulheres com restaurantes populares, mas ao mesmo tempo, são “exército de reserva” ao nível da cidade. No Pero Vaz, esta lógica é bem semelhante, apesar de alguns trabalhadores nunca terem se constituído enquanto força-de-trabalho, principalmente, aqueles do comércio endógeno ambulante.

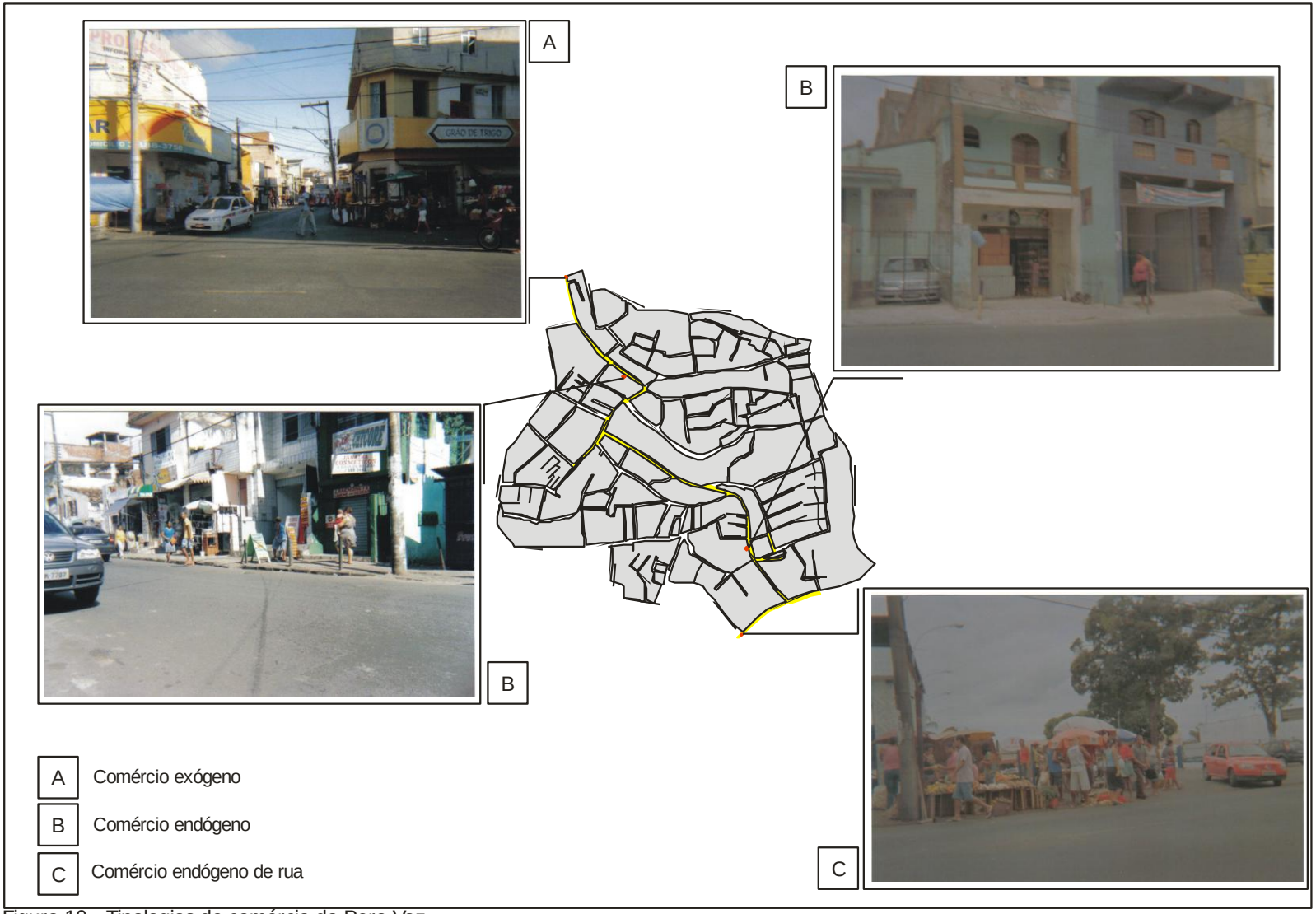

Figura 19 - Tipologias de comércio do Pero Vaz
Elaboração: James A. Araújo
Fonte: Mapas dos setores censitários do IBGE: Censo Demográfico 2000; Fotos: observação de campo.

No *bairro* é impressionante a quantidade de igrejas protestantes. Pelas observações de campo, somente nas vias principais, calculamos quatorze igrejas. Os cultos "fervorosos" são frequentes e em vários horários ao longo do dia; os fiéis vestem pesadas roupas em tons escuros e marcam distinção social não só por elas, mas por todo um conjunto de signos, por exemplo, segurar a bíblia embaixo do braço como sinal de devoção e "distanciamento" social dos não-evangélicos.[42]

Por outro lado, o Pero Vaz, como todo o subúrbio soteropolitano, é pleno de terreiros de candomblé e umbanda. Bem mais discretos na paisagem que as igrejas evangélicas, porque não se localizam nas vias principais, os terreiros de candomblé, tiveram que se adaptar às características do lugar, isto é, como a densidade habitacional é alta, não há áreas verdes, essenciais à prática dos rituais, mesmo assim, quando andamos por algumas ruas ou travessas, podemos ouvir os sons de atabaques ecoando. Pelo levantamento de campo, pudemos identificar uns oito terreiros, mas deve haver mais.

Uma dúvida nossa era saber um pouco a respeito do relacionamento entre terreiros de candomblé e igrejas neo-pentencostais no bairro, isto porque, há relatos de conflito, na história recente da cidade, entre membros dessas duas religiões como no Dique do Tororó (local sagrado para os filhos de santo). Assim, decidimos entrevistar a Mãe de Santo do Terreiro Tumba Sé [43], Dona Carmelita Luciano Pinto,

> (James) - E a... vizinhança?
>
> (Dona Carmelita) - A vizinhança são maravilhosas. Essa daí... é tudo crente que mora aí... nasceram aqui. Uns irmãos [são] cristãos, eh...
>
> (James) - Mas tem uma boa relação?
>
> (Dona Carmelita) - Me dou muito bem com eles, esses daqui, vieram morar aqui depois que terminaram de comprar a terra, agora eles estão mais distantes. Eu não incomodo ninguém, também não quero que ninguém me incomode. Aqui em casa morou Hudson, meu neto, por quatro anos, foi criado comigo aqui. Hoje em dia é testemunha de Jeová, aqui na rua tem uma testemunha de Jeová, tem uma que tem na entrada da Meirelles...

[42] Ver apêndice 1.1 (Diário de campo: observações nº 22 e 24).
[43] O terreiro Tumba Sé é o mais antigo do Pero Vaz, fundado em 1946, sua nação é Angola/Ketu.

> (James) – É, eu vi uma...
>
> (Dona Carmelita) - Sai daí Iago! Ó esse menino, vem aqui pega Iago, que ele está muito danado hoje. Mas, meus vizinhos são maravilhosos. Eu toco o meu candomblé, que eu sábado, agora mesmo eu vou tocar, estou em festa, mas eles não me incomodam, também eu não incomodo eles. Negócio de disco aí, que de vez em quando eu quero tocar aí, me dou muito bem com essa daí que mora em frente, tem a religião dela, o que eu preciso ela me ajuda – ela trabalha no hospital –, vem aqui tirar a minha pressão...
>
> (James) - Bacana, bacana...
>
> (trecho da entrevista à Dona Carmelita Luciano Pinto, realizada em 10/09/2009).

Na mesma proporção, ou talvez mais ainda que as igrejas sejam os bares e botecos do Pero Vaz. Não chegamos a fazer um levantamento de quantos existem, mas são muitos se considerarmos também os bares-restaurantes. Eles são interessantes porque boa parte da sociabilidade do bairro acontece neles, principalmente nos finais de semana, quando muitos oferecem "o feijão" aos seus clientes como um prato de acompanhamento. Claro que nesse conjunto não poderiam faltar a música e a batucada improvisadas. Abreu (2003) destaca ainda que os botequins são "espaços históricos e míticos" porque são lugares de atos reflexivos "pensar na vida, armar um laço de conquista amorosa, fazer poesia, curtir uma amargura, arquitetar um crime, decidir o suicídio" (p. 17).

Quantos portões e grades nas casas e nos estabelecimentos comerciais! Existe um espectro de medo nas pessoas, quando nos fitavam nos olhos, nos fragmentos de diálogos em que ouvíamos, enfim, a violência parece ter se tornado a problemática cotidiana predominante.

Nas décadas de 1950 e 1960, praticamente inexistia o comércio de drogas no bairro e a violência era diferente. Segundo Seu Dida, quando ainda era uma criança, havia os "valentões", a exemplo de "Botinha", Rainoel, "Carne Seca", Luis Fiada, que ficavam "vadiando" no bairro e acabavam criando algumas brigas ou rixas de rua, geralmente por mulheres, cachaça ou dívidas de aposta. Sobre o terno "vadiando", este deriva de "vadiagem", expressão inicialmente utilizada pela aristocracia soteropolitana para se referir aos negros ex-escravos sem ocupação, os vadios;

contudo, o termo foi apropriado e ressignificado pelos negros no processo de luta pelos direitos mais básicos, como o de se divertir. Vadiar teve, portanto, sua semântica transformada para “diversão” e passou a fazer parte do léxico dos negros que jogavam capoeira e/ou cantarolavam sambas em rodas nos finais de semana.

Foi na década de 1970 que a maconha entrou na comunidade, por meio dos adolescentes que frequentavam o Pelourinho, no entanto, não havia a estruturação de gangues ou facções comandando o tráfico, o que havia era o comércio simples da droga. Então, a partir dos anos 70, os “valentões” começaram a ser substituídos pela bandidagem, por conta do avanço do comércio de drogas na área, o que inclui outros bairros além do Pero Vaz, como Santa Mônica, Curuzu, etc. Da maconha, passaram a comercializar a cocaína e desta, o crack, no início da década de 2000. Atualmente, o crack é a droga mais disseminada no Pero Vaz ao ponto promover a estruturação de quadrilhas que se rivalizam pela disputa de pontos de venda, as chamadas “bocas”. A rápida disseminação do crack aconteceu porque ela é uma droga de rápido giro de capital, pois é barata, de tamanho pequeno (uma pedra de crack não passa de 5 gramas) e não exige remanufatura como a cocaína.

Na estrutura organizacional de uma quadrilha há três níveis hierárquicos: o dono da “boca”, o gerente e os *jockers* (vendedores); geralmente, o que vemos nas ruas são os *jockers*, em sua esmagadora maioria, adolescentes, negros e pobres. O gerente distribui a droga em saquinhos para esses adolescentes, e eles a vendem nas “bocas”. Quanto ao dono do negócio, se sabe muito pouco, mas é certo que alguns estão presos e, mesmo assim, de lá comandam o tráfico.

Durante a realização do trabalho de campo, nos meses de junho e julho de 2009, acompanhamos uma situação-limite provocada pelo tráfico de crack. Estávamos realizando uma série de entrevistas não estruturadas quando soubemos, por meio de Dona Estela e Seu Donato Evangelista, casal que participava da pesquisa, sobre o “toque de recolher” imposto pelas quadrilhas do bairro. O diálogo aconteceu na sorveteria da família e foi assim,

> (James) - Como assim “toque de recolher”?
>
> (Seu Donato, esposo de Dona Estela) – Toque de recolher. Se você estiver na rua, quando eles passam, eles te matam.
>
> (James) (Não satisfeito, perguntei novamente) - Mas porque eles estão fazendo isso?
>
> (Seu Donato) - Por vingança, porque o chefe do tráfico no Pero Vaz e na Santa Mônica foi assassinado pela polícia.
>
> (Trecho da conversa com Seu Donato, realizada em 26/06/09).

No exato momento da nossa conversa, algumas crianças que tomavam sorvete, fizeram o seguinte comentário – ”tão dizendo lá na escola que alguns meninos vão entrar pro tráfico.” Como já eram quase sete da noite, fui aconselhado a ir embora. Quanto à sorveteria, ela tinha de ser fechada mais cedo.

Quanto mais nos envolvíamos com o objeto da pesquisa, mais percebíamos que a vida cotidiana e a vida de *bairro* estavam impregnadas desse outro fenômeno social, a violência, que interfere na reprodução social a ponto de cercear o direito de ir e vir das pessoas, instaura o medo, enfim, redefine as condições de sociabilidade. Não viemos a campo em busca desse objeto, mas ele “invadiu a pesquisa sem pedir licença”. Como frequentávamos o *bairro* quase que diariamente, fomos entendendo como as pessoas aprendem a conviver com a violência, porque a possibilidade de se livrarem dela não é uma opção acessível e, nesse sentido, diversas táticas de sobrevivência são elaboradas. Deixe-nos exemplificar uma delas, empregada por uma jovem Senhora chamada Betânia Santos, moradora da Rua Guatarana, um dos locais onde há “bocas de venda” no *bairro*. Sua entrevista foi realizada no dia seguinte àquela do Seu Donato e foi agendada pela Dona Estela, pois ela queria que ouvíssemos um testemunho sobre o “toque de recolher,”. Dona Betânia, apesar de bem jovem, apenas vinte e seis anos, é casada e tem três filhos. Evangélica praticante, sua fala é entremeada de referências bíblicas,

> (James) - Ok. Me fala uma coisa: tem alguma coisa que você gostaria de falar que eu não perguntei? Sobre o bairro, sobre o dia-a-dia no bairro, alguma coisa que você acha importante falar?
>
> (Sra. Betânia) - Acho importante..., quanto a gente teve o toque de recolher, você lembra?

(James) - Só ouvi porque todo mundo me falou.

(Sra. Betânia) - Isso quer dizer que foi verdade. Porque os policiais, na verdade, falam que isso nunca aconteceu em Salvador, que isso é mentira. Talvez eles não saibam disso, né? Pelo fato dos policiais [de lá], mas para os que moram aqui no bairro com certeza isso foi verdade. Teve o toque de recolher, eles foram de casa em casa, com facão desse tamanho...

(James) - Sério? Foram na sua casa?

(Sra. Betânia) - Foram. Foram na minha casa, perto da minha casa, a minha vizinha que vende... eh... ela vende cd, ela vende guaraná, vende esses negócios, e ai eles foram lá com um facão desse tamanho e [falaram] que não era para fazer nada. Se saísse, se vendesse, ia ter represália. E teve, né? Com a morte do menino.

(James) - Foi? Ele tinha quantos anos?

(Sra. Betânia) - Ele tinha 19. Porque ele estava na frente da casa, então ele estava ouvindo som e aí eles mataram, era para registrar, aí eles mataram.

(James) - Que horas foi isso?

(Sra. Betânia) - Isso foi... acho que foi 8 horas, 8 ou 9 horas. (noite).

(James) - E isto não te assusta?

(Sra. Betânia) - Ah, isso me assustou. Mas como eu disse, isso não foi só no bairro do Pero Vaz. Chegou até na Cidade Nova, foi no IAPI, na Santa Mônica.

(James) - E se um dia você pudesse sair do bairro, você sairia do bairro?

(Sra. Betânia) - Não.

(James) - Por quê?

(Sra. Betânia) - Porque eu gosto daqui e essa violência, não adianta sair daqui e ir para os Estados Unidos, para a Europa, para nenhum lugar, a violência vai estar aqui do mesmo jeito. Que a bíblia foi escrita há milhares de anos e a bíblia não mente. Tudo o que ela falou que ia acontecer, hoje acontece, em todos os países. Você vai ver hoje, não existe mais. No caso do futebol, futebol, a pessoa vai assistir com a sua esposa, com o seu filho, não pode mais, porque tem o quê? Violência. Passa que: - Ah, aconteceu isso em Salvador, na Fonte Nova. Depois de um tempo, passa lá na África, nos Estados Unidos, que aconteceu a mesma coisa, o mesmo tipo de violência. Então não existe mais lazer, entendeu? Eu não me mudaria daqui, não me mudaria daqui. Pretendo me mudar, se eu merecer, me mudar para o paraíso, certo?! Aí eu pretendo me mudar para lá, mas enquanto isso, não vale a pena a gente sair daqui.

(trecho da entrevista à Sra. Betânia Santos, realizada em 27/06/2009).

Nesse momento, compreendemos um dos aspectos que a religião desempenhava na sua vida - o de explicar ou justificar aquilo que fugia à compreensão racional. Além da violência, perguntei-lhe o que mais a incomodava, e ela me disse “o lixo que fica se acumulando na rua perto de casa.”

Espacialmente o tráfico se concentra em algumas áreas no Pero Vaz, geralmente nas “baixadas”, pois, são de difícil acesso para veículos. Nós denominamos essas áreas de “territórios do tráfico” porque são controladas pelo tráfico, isto é, há “bocas” de venda de drogas nas esquinas e o acesso, para quem não mora no local, é quase impossível. Durante a realização do trabalho de campo, conseguimos identificar três “territórios” os quais nomeamos conforme área de atuação, a saber: território da Av. Peixe, território da Baixa da Mangueira e o território da Santa Mônica, portanto, também atuando neste outro *bairro*. (Figura 20).

Este é, em linhas gerais, o contexto socioespacial do Pero Vaz. A seguir, a descrição prossegue, mas foca a reprodução da classe trabalhadora através da apresentação dos dados coletados na pesquisa de campo pelo procedimento de amostragem.

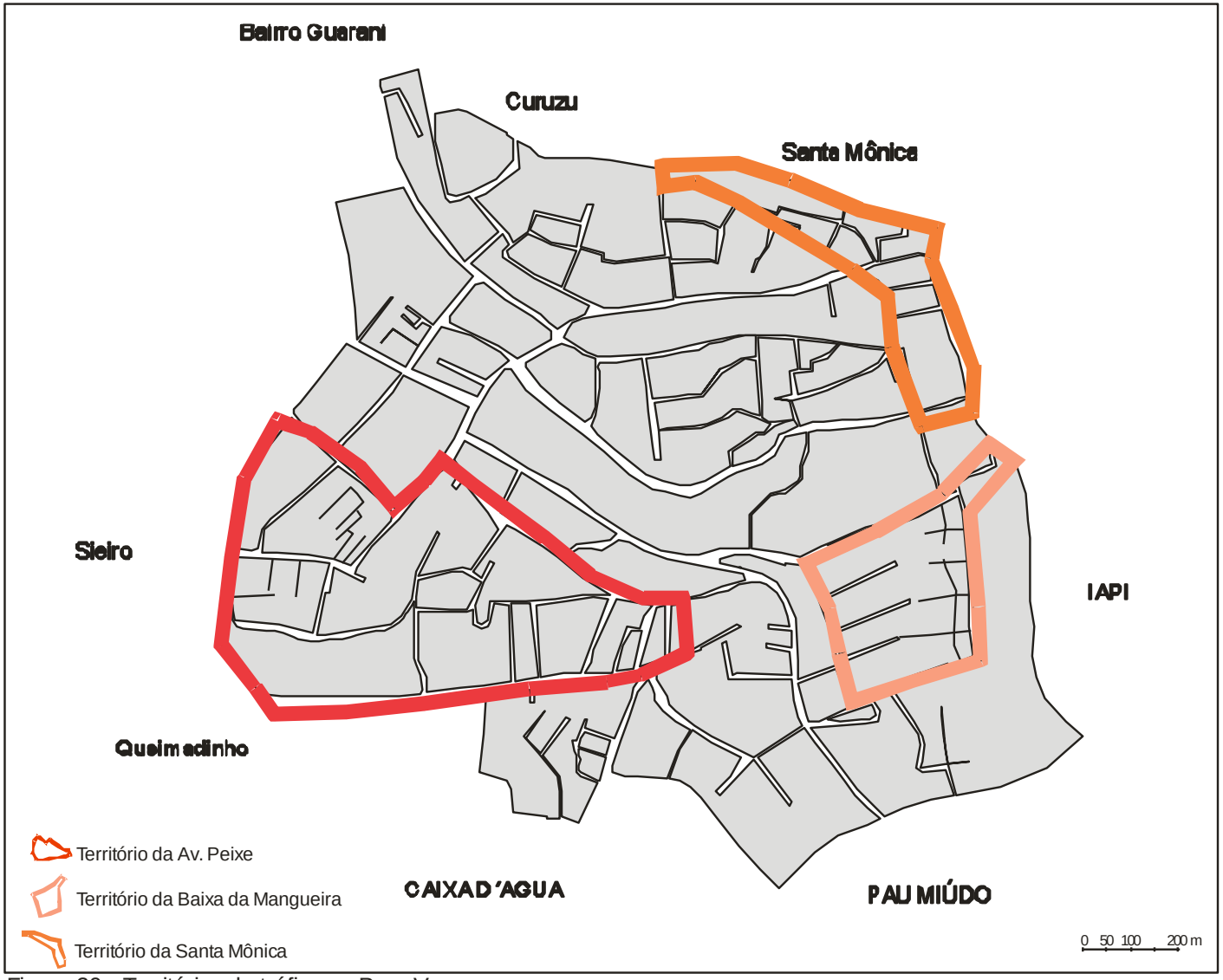

Figura 20 - Territórios do tráfico no Pero Vaz
Elaboração: James A. Araújo
Fonte: Mapas dos setores censitários do IBGE: Censo Demográfico 2000; Observação de campo.

3.3.3 A condição de reprodução social da classe trabalhadora pelo levantamento de dados (amostra)

Para levantarmos informações empíricas a respeito das condições de reprodução social foi necessário aplicar um questionário no *bairro* por amostragem domiciliar (apêndice 1.3). Na realidade, a opção em realizar um levantamento por amostragem foi fruto da própria dinâmica do objeto de pesquisa que impôs uma ruptura e, consequentemente, uma remodelação do nosso trajeto metodológico. [44]

A definição do tamanho da amostra foi proporcional a quantidade de domicílios particulares permanentes, indicada pelo próprio IBGE, ou seja, 6.733 unidades domiciliares. A partir deste quantitativo, adotamos procedimentos estatísticos para a definição da amostra. Um primeiro procedimento estatístico foi definir o erro amostral da pesquisa, isto é, a diferença entre a estatística de dados, obtidos por amostragem, e os parâmetros que queríamos estimar. Na definição do erro amostral da pesquisa algumas questões influíram como tempo disponível para aplicar os questionários, assim como, limitações quanto à acessibilidade de áreas controladas pelo tráfico de drogas. Consideradas estas limitações, optamos por um erro amostral de 10%, o que resultou em uma amostra de 98 domicílios e um questionário de aplicação direta (preenchido pelo pesquisador). Nos apêndices 1.4 e 1.5 apresentamos, respectivamente, um mapa de localização dos questionários aplicados e uma compilação dos dados levantados. [45]

Há, no total de domicílios da amostra, um contingente de 449 habitantes. Desses, 354 compõem a PIA e 152 a PEA, resultando em uma relação PEA/PIA de 43%. No entanto, na coleta de dados da amostra, percebemos uma situação que não

---

[44] Para um entendimento mais claro das razões que nos levaram a realizar um levantamento de dados por amostragem ver apêndice 1.1 (Diário de campo: observação nº 27).

[45] O cálculo da amostra é feito, geralmente, em duas etapas: primeiramente determinamos o tamanho da amostra a partir do erra amostral admitido, através da fórmula $n_0 = 1/E^2$, onde (n) corresponde ao tamanho da amostra e (E) o erro amostral tolerável. Como (N) ou o universo no qual se calculou o tamanho da amostra é muito grande (mais de 20 vezes n) então tivemos que realizar uma segunda etapa, corrigir (n) em função do tamanho de N. A fórmula para isso é $n= N.n_0/ N + n_0$. Então, $n_0 = 1/E^2 = 1/(0,10)^2 = 1/0,01=100$, logo: $n= N.n_0/ N + n_0 = 6733. 100/ 6733 + 100 + 673.300/6833 =$ 98 (domicílios).

podemos desconsiderar - os aposentados e/ou pensionistas são mantenedores da reprodução de vários domicílios, fato que coloca como uma questão importante: a renda de um domicílio pode não estar apenas vinculada ao trabalho ou ocupação. No caso da amostra, há 25 domicílios que se enquadram nessa condição, logo, passamos a considerar 177 pessoas com renda, fato que eleva a relação PEA/PIA para 50%.

Os ocupados regularmente com carteira assinada ou sem carteira assinada, os funcionários públicos e os aposentados e/ou pensionistas equivalem a 61,5% da PEA. Por contraste, a PEA informal (desempregados e em ocupações precárias) é da ordem de 38,5%. Quantos aos inativos, estes são 177 trabalhadores ou 50% da PIA.

Além das ocupações da PEA, existe também outra maneira de obtenção de renda que a pesquisa levantou, a participação no Programa do Governo Federal do "Bolsa Família"[46]. Apesar de já sabermos que muitas famílias do bairro faziam parte desse programa, não tínhamos informações sobre suas condições de reprodução social. Ao longo da aplicação dos questionários da amostra, identificamos várias que incrementam suas rendas com este programa, o que nos levou a considerá-lo no computo dos rendimentos domiciliares.

Das informações coletadas sobre os rendimentos nominais, estabelecemos uma escala de níveis por domicílio, uma vez que a amostra tem o domicílio como uma unidade de referência, mas por que usar a renda domiciliar como mote para apresentar as informações? Porque temos considerado o salário mínimo como um denominador comum de rendimentos para qualquer procedimento comparativo entre trabalhadores, mesmo aqueles que estão na condição de precariedade em relação aos formalizados pela estrutura ocupacional capitalista. O nosso esforço está em

[46] O Programa Federal "Bolsa Família" transfere renda às famílias consideradas em situação de pobreza com crianças em idade escolar. No entanto, há uma contrapartida exigida pelo Governo que inclui uma efetiva frequência e rendimento escolar das crianças; além disso, é necessário mantê-las com a vacinação em dia.

não desatrelar os rendimentos nominais da classe trabalhadora de sua unidade de reprodução social, o domicílio.

Por conseguinte e, para facilitar a exposição das informações contidas na amostra, decidimos agrupas os rendimentos por níveis da seguinte forma: nível 1 (até 1 salário mínimo): 16 domicílios; nível 2 (mais de 1 até 2 salários mínimos): 40 domicílios (classe modal); nível 3 (mais de 2 até 3 salários mínimos): 24 domicílios; nível 4 (mais de 3 até 5 salários mínimos): 12 domicílios; e, nível 5 (mais de 5 salários mínimos): 6 domicílios. Portanto, a seguir, expomos as condições de reprodução social por nível de rendimento nominal domiciliar, começando pelo nível 1.

Nível 1 - domicílios com renda nominal até 1 salário mínimo

Em sua ampla maioria são domicílios próprios por herança familiar, geralmente pelos avôs, mas mesmo neste nível de rendimentos há um pequeno percentual de domicílios alugados. O tamanho médio dos imóveis é de 21 m^2, o que se traduz, frequentemente, em três cômodos - uma sala com características também de cozinha, um quarto e um banheiro. À exceção de dois domicílios, em todos os outros desse estrato amostral encontramos telhados (telhas de cerâmica ou amianto).

O parcelamento do terreno onde os domicílios de telhado estão construídos já chegou ao seu limite. Com isto queremos dizer exatamente o seguinte: as atuais gerações já dividiram o terreno herdado e novos parcelamentos só são possíveis caso haja a recriação de solo com a laje. Como este procedimento requer um investimento elevado, tem-se um problema concreto de reprodução social para as gerações futuras. Atualmente, a média de moradores por domicílio é de 4,3 habitantes.

Nos domicílios com este nível de rendimentos nominais todas as ocupações são eventuais e os ganhos irregulares, por isso, no léxico dos informantes, as palavras

mais frequentes e, associadas à ocupação, são “desempregado” e “bico”. Dentre as ocupações encontramos ajudantes de pedreiro, carregadores de mercadorias, vendedores ambulantes, encanadores, eletricistas, manicures, lavadeiras, diaristas, babás, etc., portanto, são ocupações que exigem poucos anos de estudo ou mesmo nenhum. Outrossim, é comum a realização de diferentes atividades ocupacionais, alternadamente. Por exemplo, em um dia, ocupa-se como ajudante de pedreiro, mas no dia seguinte, como carregador de mercadorias. O mesmo vale para as mulheres, babá em um dia, diarista em outro.

Com relação ao Programa Bolsa Família, encontramos apenas 6 domicílios que participam do programa, dos 16 deste nível. O que mais nos intrigou foi perceber que quase todos aqueles que não participavam, poderiam participar porque, além dos baixos rendimentos, tinham filhos ou parentes menores de 18 anos. Esta dúvida nos acompanhou até encontramos uma explicação plausível para a situação, dada por uma líder comunitária e também agente de saúde que nos acompanhou durante alguns dias na aplicação dos questionários da amostra, a Sra. Regina Celeste Brito. Segundo ela, muitas famílias se encontram em uma condição social tão desagregada que mesmo a participação no Bolsa Família lhes parece ser “algo distante” e difícil. É verdade, o referido Programa faz várias exigências como regulamentação dos documentos pessoas (certidão de nascimento, registro geral, etc.), matrícula e frequência em escola, vacinação, etc., e em alguns domicílios com renda abaixo de 1 salário mínimo, encontramos situações de reprodução até então inimagináveis, isto é, domicílios sem renda, mesmo aquelas irregulares.

A relação de dependência entre os inativos os e que têm algum tipo de rendimento chega a 3,68/1. Com efeito, nestes domicílios, as ações de reprodução social se voltam para a alimentação, sobretudo dos filhos, o que implica na adoção de táticas de sobrevivências cotidianas como, por exemplo, recorrer à ajuda de parentes, os quais moram, geralmente, próximos ou recorrer a vizinhos. Há, portanto, uma intensa construção e reconstrução de redes de solidariedade, tanto de consanguinidade quanto vizinhança. Durante a pesquisa de campo, percebemos que as táticas de sobrevivência relacionadas à reprodução biossociológica são empreendidas majoritariamente pelas mulheres porque são elas que pedem ajuda

para conseguir o alimento, são elas que encontram soluções diárias ao impostergável – alimentar-se.

Nos domicílios desse nível de rendimentos, o eletrodoméstico básico encontrado em todas as casas foi o fogão, porém, em relação aos demais, geladeira e televisão, descobrimos que há mais domicílios com televisão do que com geladeira. Como não chegamos a inquirir os entrevistados a respeito de tal situação, resta-nos, então, levantar uma hipótese plausível. É muito comum vermos nas ruas do Pero Vaz homens e mulheres, todos os dias, carregando pequenas quantidades de alimentos comprados ali mesmo no *bairro*. São sacolas com ovos, raízes, frutas, mas por que sempre pequenas quantidades? Ora, porque não lhes é possível comprar alimentos para estocar, uma vez que seus rendimentos são limitados, e a alimentação é uma "luta diária", logo, uma geladeira só seria necessária se pudessem comprar alimentos em quantidade suficiente para guardá-los.

Outra tática comum adotada na reprodução é realizar "gatos" nos sistemas básicos de infraestrutura (água e luz), porque, mesmo com as chamadas "tarifas sociais", o custo de pagamento desses serviços acaba sendo elevado na "contabilidade" de sobrevivência. Por exemplo, em alguns domicílios visitados, notamos que apenas um "ponto de água", conectado à rede geral, é utilizado por vários domicílios próximos ao longo do dia, a água que é retirada desse "ponto" não tem como ser cobrada pela companhia porque, tecnicamente, não foi consumida por nenhum domicílio em particular. Esses são pequenos exemplos de táticas de sobrevivência. Como é impossível descrever todas as situações, decidimos apresentar uma que sintetize os domicílios desse nível 1 de rendimentos.

A Sra. Helena mora em uma área do Pero Vaz controlada pelo tráfico, por isso, nossa visita foi acompanhada pelo líder comunitária da área, Seu Marcelino. A informante é uma senhora de 38 anos, casada, com três filhos adolescentes. Sua ocupação atual é de diarista com a qual consegue cerca de 30,00 reais por semana e, como ainda tem um filho menor de 18 anos, recebe o benefício do Bolsa Família,

no valor de R$ 68,00. Tanto seu marido, um ex-detento, quanto suas duas outras filhas, não têm qualquer ocupação, mesmo eventual.

Sua casa é bem pequena, tanto que estimamos o tamanho em 15 m^2 e possui apenas três cômodos: sala/cozinha, um quarto e banheiro, sem acabamento e telhado de amianto. A casa é uma herança deixada pelos pais e, ao lado, mora sua irmã, que construiu sua casa parcelando o lote de terreno ocupado pelos pais.

A Sra. Helena nos relatou que é comum passarem fome por absoluta falta do que comer, por isso, uma tática que a família adota é mandar os filhos para casa de parentes os quais, dentro do possível, os alimentam até que Dona Helena possa trazê-los de volta. A situação da Sra. Helena é paradigmática para a nossa pesquisa porque, no momento de aplicação do questionário, quando conversávamos a respeito das dificuldades do dia-a-dia, ela nos contou não só essa tática, mas muitas outras que aprendeu com sua mãe como, por exemplo, dar aos filhos, à noite, “pirão de farinha com ovo”, porque assim “eles enchem a barriga e não ficam fracos”. Para além do que é aparentemente banal, está o essencial da reprodução – o criativo que perpassa gerações.

Embora a alimentação lhes seja o maior problema, o tráfico de drogas também os preocupa, haja vista que os filhos são adolescentes e acabam convivendo com outros já infiltrados no tráfico. Como Seu Marcelino faz questão de frisar, a sedução é muito grande porque é possível conseguir dinheiro com relativa facilidade, mesmo na função de vendedores de drogas (*jockers*), os ganhos podem chegar a R$ 20,00 por dia o que, no nível de reprodução em que se encontram, já é bastante significativo.

Nível 2 - domicílios com renda nominal de mais 1 até 2 salários mínimos

Correspondem a, aproximadamente, 40% da amostra e são, portanto, a classe modal. A condição majoritária dos imóveis é por herança familiar, mas são

significativos os imóveis alugados, comprados e também cedidos. Na média, 60% são próprios por herança e os 40% englobam as outras condições; naqueles é frequente a coabitação das 3ª e 4ª gerações de uma mesma família, enquanto nestes a coabitação tem mais ocorrências nas 2ª e 3ª gerações.

O tamanho médio da área construída é de 40 m^2 e, na prática, significa que eles ocupam quase toda a área do terreno. Se no nível 1 de rendimentos os imóveis têm em média três cômodos, neste nível, os imóveis têm, frequentemente, quatro cômodos: uma sala, um quarto, uma cozinha e o banheiro. Dos 40 domicílios desse estrato da amostra, foram encontrados 12 com a laje batida, mas com obras de acabamento inconclusas. Isto é um indicativo da busca pela ampliação da área útil, pois, a média de habitantes por domicílio é de 4,6.

A ocupação da PEA indica um quadro muito semelhante ao do nível anterior, isto é, em 57% dos domicílios há ainda trabalhadores em situação precária de ocupação. Entretanto, existem duas diferenças que merecem ser destacadas: em 40% dos domicílios cujos trabalhadores são informais existem, pelo menos, dois ocupados; segundo, dos 40 domicílios, 10 recebem o auxílio do Bolsa Família, complementando assim a renda domiciliar. Por tudo isso, a relação entre dependência é de 3/1, menor que na classe anterior.

Os ocupados formalmente realizam atividades como motorista, operador de telemarketing, gari, auxiliar em enfermagem, eletricista, ajudante de depósito, frentista, serralheiro, etc. Embora isto possa aparentar uma mudança significativa nas condições de reprodução social, o cotidiano vem demonstrar justamente o contrário, pois, neste nível sobreviver ainda é questão central. Com efeito, um conjunto de táticas é implementado porque a alimentação continua a ser o “calcanhar de Aquiles”, mas é também verdadeiro que as famílias que estão nesse nível de rendimentos também começam a se preocupar com o transporte. Neste sentido, as redes de solidariedade são o recurso tático ainda utilizado tal como no nível 1, por outro lado, a maior adesão ao Programa Bolsa Família indica uma ampliação da capacidade de negociar a reprodução em termos mais “estáveis”.

Em todos os domicílios há fogões, mas não geladeira e televisão. Desses dois últimos eletrodomésticos, novamente descobrimos que há mais televisores do que geladeiras, porém, em uma proporção menor que no nível 1 de rendimentos. Como exemplo de reprodução nesse nível de rendimentos, exporemos o caso da família da Sra. Ester. A família é composta por seis pessoas, dois adultos, três adolescentes e uma criança. A casa onde moram é uma herança do pai da Sra. Ester.

A casa, feita por autoconstrução, já tem laje, mas ainda não está acabada. Segundo a entrevistada, eles decidiram “bater a laje” e construir na parte superior para os filhos que, dentre em breve, constituirão família e terão onde morar, mas isto é um projeto e como seu marido está desempregado, por isso a obra está suspensa. A casa tem o tamanho estimado é de 42 m^2. O imóvel possui um quarto, uma sala, uma cozinha e banheiro.

A informante tem duas ocupações, lavadeira e diarista, com as quais consegue obter renda mensal de 1 salário mínimo. Além disso, participa do Bolsa Família com seus três filhos menores e recebe um auxílio de R$ 134,00 por mês. Segundo suas declarações, o Programa a ajuda comprar alimentos, sua maior dificuldade, e também obriga seus filhos a estudarem, e isto ela considera importante.

No seu domicílio não há geladeira, mas há fogão e televisão. Muito simpática, disse-nos que se seu marido estivesse empregado a situação de sua família estaria melhor, comeriam melhor. Quando questionada se faltava comida, ela respondeu que eventualmente sim, mas que se esforçava para evitar tal situação. Perguntada então como fazia para não deixar faltar comida ela disse que sempre mandava os filhos para a escola ou para Centro Social Urbano porque nesses lugares eles têm alimentação, além de ficar longe das drogas. Além disso, se preciso for, compra “fiado” ou pede emprestado aos vizinhos.

Ao perguntá-la a respeito das condições de vida do seu passado e as atuais a Sra. Ester acha melhor hoje. Ela diz que hoje é tudo é mais fácil e barato (comida, roupa), entretanto, deixa “escapar”, no momento na sua fala, como é difícil conseguir dinheiro com suas ocupações e, ao mesmo tempo, tomar conta de casa.

Nível 3 - domicílios com renda nominal de mais 2 até 3 salários mínimos

São domicílios nos quais ainda predomina a condição de herança fruto de ocupação. Dos 24 desse estrato da amostra, 17 estão nessa condição. Os demais são alugados ou comprados. Em relação a esta última condição é oportuno observar que elas ocorreram em distintos momentos, desde décadas atrás até recentemente, isso reforça o argumento dos estudiosos sobre a relação entre mercado imobiliário e áreas de periferia.

A média de tamanho de área construída dos domicílios é um pouco maior que do nível 2, cerca de 49 m^2, e a quantidade de cômodos também se elava para 5 no total – sala, dois quartos, cozinha e banheiro. Outro aspecto se refere ao fato de que quase todos os domicílios têm acabamento externo e, aproximadamente, metade deles já “bateu a laje”, o que proporciona, pelo menos, a duplicação da área útil disponível para morar. Em alguns casos, nos domicílios por herança, o processo de reforma da casa ultrapassou gerações, isto é, começou com os pais e continua com os filhos e netos. Há, em média, 4,7 habitantes por domicílio.

Encontramos, nos domicílios desse nível, mais trabalhadores ocupados formalmente que em situação precária, mas esta ainda persiste sob as mesmas formas descritas anteriormente. Os trabalhadores formais são comerciários, vigilantes, caixas de supermercado, pedreiros, marceneiros, recepcionistas, operadores de *telemarketing*, guardas municipais, agentes de saúde, etc. Dos 24 domicílios, 21 têm, pelos menos, 2 moradores ocupados, isto explica a relação de dependência ser de 2/1.

A presença do Estado através do Programa do Bolsa Família é menor, mas começa a ser perceptível por certas ocupações relacionadas aos serviços de consumo coletivo como profissionais da área de saúde e de segurança pública. Outra forma que o Estado se faz presente é pelos aposentados e/ou pensionistas, dos 24 domicílios há 11 nos quais o benefício pago pelo governo compõe a renda domiciliar.

A partir desse nível, todos os domicílios têm os eletrodomésticos básicos (geladeira, fogão e televisão) e começam a adquirir outros, como aparelhos de som, DVDs etc., haja vista que os procedimentos de creditização se tornam possíveis como, por exemplo, uso de cartões de crédito ou aquisição de empréstimos pessoais. É relativamente comum encontrar, na Liberdade, jovens vestidas com uniformes de bancos e financeiras oferecendo esses "produtos" aos transeuntes, mas preferencialmente, aos servidores públicos e aposentados [47].

Um fato que notamos com os entrevistados, agrupados nesse nível, foi uma ampliação da perspectiva de futuro a partir da elaboração do que poderíamos chamar aqui de "projeto de vida". Com efeito, as redes de solidariedade por cosanguinidade e vizinhança começam a se enfraquecer, pois, é sintomático perceber que o maior entrave cotidiano deixa de ser a alimentação para se tornar as contas de consumo, como água, luz, carnês de prestação de eletrodomésticos etc.

Um caso que ilustra os domicílios do nível 3 é da Sra. Antônia. Sua casa é herança dos avôs de seu falecido marido. Quando ela se casou e foi morar no Pero Vaz, no início da década de 1960, a casa era de taipa, mas com o tempo foram reformando e a laje eles conseguiram "bater" nos anos 90, quando o marido se aposentou. Na frente, há um misto de bar e restaurante, nos fundos, ficam os demais cômodos, uma sala, dois quartos, uma cozinha e banheiro; estimamos, para o domicílio, um tamanho de uns 60 m^2.

[47] Exemplo: "J.R. Financeira, empréstimo para: aposentado, pensionista, servidores públicos municipal e federal como margem e sem margem. Compramos dívidas. End. Rua da Liberdade, 353, 1º andar, sala 101."

A Sra. Antônia vive com pensão deixada pelo seu marido (aposentado como doqueiro), e com o que consegue do bar-restaurante onde trabalha com seus filhos. Apesar de conseguir pouca renda com o comércio, Dona Antônia mantém sua família em um patamar no qual a alimentação não é mais um problema. Ela se preocupa com o futuro dos netos, porque deseja que eles estudem para “ser alguém na vida”, logo, esta perspectiva de um “projeto de vida” melhor para eles. Na realidade, isso revela muito de seu passado e das condições de reprodução não só sua, mas também de seus filhos, por isso, essa tenacidade de ainda trabalhar.

Aliás, sempre quando entrevistávamos idosos e pedíamos que comparassem as condições de vida do passado e a atuais sempre ouvíamos respostas muito semelhantes e, em síntese, elas significam que eles não têm saudades do passado. No caso da Sra. Antônia, suas memórias do passado são basicamente de um cotidiano de trabalho duríssimo, como dona de casa e lavadeira, das latas d’água na cabeça, das ruas cheias de lama no inverno, mas ao mesmo tempo, são memórias saudosas de lugares onde nunca foi, lugares que ela só viu pela televisão, até mesmo a referência à Salvador é feita a partir de uma perspectiva de como fosse outro lugar, longe de sua realidade de quase reclusão.

Nível 4 - domicílios com renda nominal de mais 3 até 5 salários mínimos

A condição de ocupação dos domicílios que compõem este nível é, em sua maioria, por herança. Do total de 12, apenas 2 são alugados e/ou comprados. A estrutura dos imóveis já se apresenta em um estágio de acabamento final, o que não quer dizer que não precisem de reformas ou ampliações. A laje, por exemplo, já está presente na maior parte dos imóveis porque a maioria das famílias já alcançou a 3ª ou 4ª geração. Tanto a área construída quanto a média de cômodos é quase idêntica àquela dos domicílios do nível 3, eles têm, em média, 50 m^2 e 5 cômodos, contudo, a média de habitantes por domicílio é menor, apenas 3,3.

A ocupação da PEA é praticamente toda formal. São atendentes comerciais, motoristas de ônibus, vendedores, comerciantes, pedreiros, técnicos em enfermagem, agentes de saúde e funcionários públicos (enfermeiros e policiais). A informalidade corresponde a apenas duas situações: vendedora ambulante e encanador. Os aposentados e/ou pensionistas, assim como os que recebem auxílio-desemprego, estão presentes em 7 dos 13 domicílios, por conseguinte, a relação de dependência entre os inativos e os que têm renda é de 1,79/1.

As redes de solidariedade foram substituídas por redes de interesse em comum, ou seja, o foco da reprodução não está mais na alimentação ou transporte, mas em um nível no qual a dimensão monetária da troca impõe relações e, consequentemente, redes mais pragmáticas.

Uma família representativa desse nível é a dos Evangelistas. A Sra. Evangelista nasceu no bairro do Pero Vaz e hoje tem 38 anos, seu pai foi um dos primeiros moradores. O marido é proveniente do Recôncavo Baiano, mais precisamente de Santo Amaro da Purificação, de onde migrou com seus nove irmãos para Salvador ainda na década de 1980 à procura de trabalho, Seu Evangelista é pedreiro.

Quando se casaram, no início dos anos 90, ficaram morando na casa da família da Sra. Evangelista, muito por conta de não ter uma casa ainda. Com o tempo, acabaram construindo sua casa ali mesmo, nos fundos do terreno, com dois quartos, uma sala, cozinha e banheiro, tudo isso ocupando uma área estimada em 32 m^2.

Depois de muitos anos de trabalho no comércio, e contando com a ajuda do marido e de sua própria família abriram um pequeno comércio. Este funciona no cômodo da frente da casa dos pais, onde era antes uma sala. Ela gerencia o negócio e tem a ajuda do marido, quando este não está trabalhando e da filha nos horários de folga da escola.

Com o comércio, a família consegue obter renda que chega a quase dois salários mínimos por mês. Além disso, também conta com os rendimentos do Seu Evangelista, pois, mesmo não tendo carteira assinada, está sempre ocupado como pedreiro. Estes rendimentos lhes possibilitam ter a filha em uma escola particular, algo raro para as crianças do *bairro*, como também adquirir aparelhos como microcomputador para uso doméstico.

Os Evangelistas são uma família de evangélicos, portanto, sua rede de amizades no *bairro* gira em torno das relações construídas em torno de sua igreja. Uma consequência da sua rede de amizades é ter uma clientela garantida, mas em retorno, disponibilizam serviços pessoais como de pedreiro aos membros da rede de amizades a preços menores pela obra a ser executada e, como eles mesmos dizem, “uma mão lava a outra”.

Ao perguntar ao casal quais eram os desejos que queriam realizar, ouvimos vários, eis alguns: para a Sra. Evangelista, possibilitar que a filha curse uma faculdade e ampliar a casa onde moram; para o Seu Evangelista, trocar de profissão. Apesar de ser considerado um ótimo pedreiro, quer se tornar funcionário público, para isso, tem feito cursos técnicos, também pretende se mudar do Pero Vaz, ele quer morar na Ribeira, próximo ao mar, para fazer o que mais gosta nos momentos de folga - jogar futebol.

Nível 5 - Domicílios com renda nominal de mais 5 salários mínimos

São apenas seis da amostra. Um dado interessante é em relação à condição de ocupação, pois encontramos mais domicílios comprados do que próprios por herança familiar. Eles possuem, em média, 62 m^2, 6 cômodos e quase todos têm teto de laje.

As ocupações são todas formais e algumas indicam um nível de escolarização que ultrapassa a formação básica, como técnico de segurança, contador, publicitária e

marítimo. A presença do Estado é significativa através dos serviços de consumo coletivo nas áreas de educação (professores), saúde (enfermeiras) e segurança (policiais). Em dois domicílios foram encontrados aposentados, entretanto, eles não são mais responsáveis pela reprodução do domicílio. Consequentemente, a relação de dependência é a mais baixa do conjunto da amostra, apenas 1,77/1.

Vejamos o caso do domicílio em que moram apenas duas pessoas, a informante (Sra. Maria) e seu marido, o Seu João. Eles moram no Pero Vaz há vinte seis anos, mas não por ocupação, eles compraram quatro pequenas casas de taipa de um mesmo terreno e as demoliram. Construíram, inicialmente, a casa da frente com laje, totalizando 66 m^2, depois, quando o filho mais novo se casou, construíram nos fundos mais uma casa, só que desta vez menor.

Com cinquenta e seis anos de idade, a Sra. Maria trabalha como agente de viagem e guia nacional de turismo, seu marido é contador autônomo, ambos têm curso superior. Ao serem questionados por que moravam no Pero Vaz, uma vez que poderiam morar em “bairros mais centrais”, a Sra. Maria nos disse - “porque aqui, quando compramos foi barato, nossos filhos eram pequenos e não queríamos viver pagando aluguel.” Infelizmente, ela não se lembrava mais quanto pagaram pelas quatro casas. Sobre as dificuldades cotidianas, a Sra. Maria considerou que o seu maior problema tem sido o pagamento dos cartões de crédito, porque sempre está às voltas com dívidas, também ajuda os filhos com suas dívidas, principalmente, estudos.

3.3.3.1 Síntese dos dados e estimação do contingente de domicílios por níveis de rendimento

Após descrevermos os dados sobre as dimensões do habitar e do trabalho, provenientes do IBGE e do levantamento de campo, podemos sintetizá-los através de comparações.

Iniciamos as comparações com dados relativos à condição de ocupação dos domicílios (Tabela 8).

Tabela 8 – Pero Vaz: condição de ocupação dos domicílios - 2000-2010

Tipo de condição	IBGE (%)	Amostra (%)
Próprio:		
- herança	78	64,3
- compra	1	14,3
Alugado	17,8	20,4
Cedido ou outra	3,2	1
Total	100	100

Elaboração: James A. Araújo
Fontes: IBGE: resultado do universo da amostra, Censo Demográfico, 2000. Levantamento de campo, 2010.

Talvez o dado mais significativo que a Tabela 8 apresenta seja a elevação, em primeiro lugar, dos domicílios comprados e, em segundo, dos domicílios alugados em relação à condição de herança que caracteriza o *bairro*, haja vista se tratar de uma área de ocupação. Se a condição de herança na posse dos domicílios está diminuindo, então deve haver um movimento de dissolução das características originais que acreditamos ser o fundamento de constituição do Pero Vaz. Tal consideração pode ser classificada como uma síntese da dimensão do habitar, ao nível do *bairro* e, portanto, implica em uma análise mais pormenorizada em etapas posteriores da pesquisa.

Em relação à dimensão do trabalho há discrepâncias entre os dois tipos de levantamentos realizados, principalmente, a respeito da PEA (Tabela 9). À parte as diferenças metodológicas da pesquisa, é importante sublinhar o essencial que a comparação revela – a elevada proporção de inativos, seja pelo levantamento do IBGE (42%), seja pelo levantamento de campo (50%). Se usarmos o mesmo procedimento empregado na descrição dos dados ao nível da cidade, e assim somarmos o contingente de inativos ao da PEA informal, chega-se ao

impressionante resultado, em termos percentuais, de 57% (IBGE) e 69% (Amostra) da PIA fora das condições ditas formais de ocupação da mão-de-obra.

Tabela 9 – Pero Vaz: condição do trabalho – 2000 - 2010

Dados	IBGE	Amostra
População total (habitantes)	26.973	449
População em Idade Ativa (PIA)	22.146 (82%)	354 (79%)
População Economicamente Ativa (PEA)	12.796	177
Relação PEA/PIA	58%	50%
PEA formal (%)	9.533 (74,5)	109 (61,5)
PEA informal (%)	3.263 (25,5)	68 (38,5)
Inativos (%)	9.350 (42)	177 (50)
Classe modal de rendimento nominal	Até 1 SM*	+ 1 até 2 SM**

Elaboração: James A. Araújo.
Fontes: IBGE: Resultados do Censo Demográfico, 2000. Amostra, área de ponderação 13. Levantamento de campo, 2010.
*Salário Mínimo: em 2000 (RS 151,00); em 2010 (R$ 510,00).
**Rendimento nominal domiciliar.

A classe modal de rendimento nominal também apresenta uma diferença, mas é por conta da metodologia. Nós buscamos a renda domiciliar, o que significava somar as rendas individuais dos trabalhadores. De qualquer forma, as diferenças, neste caso, não são significativas a ponto de inviabilizar qualquer um dos levantamentos.

Por fim, como último ato de síntese, estimamos, a partir de um procedimento estatístico da inferência [48], a proporção (quantidade) de domicílios agrupados por níveis de rendimentos, conforme quadro-síntese a seguir (Quadro 2). O objetivo em estimar a proporção de domicílios foi o de dimensionar os dados coletados pelo levantamento de campo em relação ao universo total e, com efeito, qualificar as análises posteriores.

[48] O procedimento de inferência estatística parte da definição de desvio ou erro amostral. Como definimos uma amostra cujo erro era de 10% então, calculamos, para cada estrato de domicílios da amostra (níveis de rendimentos), seu desvio em relação ao universo de domicílios, isto é, 6733 unidades. Além disso, foi necessário que efetuássemos a correção de cada desvio em função da desproporção entre a quantidade de domicílios da amostra (n) e do universo (N). Feita a correção, chegamos ao valor da margem de erro que permitiu calcular a proporção de domicílios em cada nível de rendimentos.

Quadro 2 – Síntese dos dados da amostra e estimação da proporção de domicílios

Nível de rendimentos (Salários Mínimos – SM)	**Quantidade de domicílios na amostra: absoluta e relativa (%)**	**Características da condição de ocupação e estrutura dos domicílios**	**Características da PEA**	**Observações quanto às particularidades de reprodução**	**Estimação da proporção de domicílios no Pero Vaz (N = 6733)**
1 (menos de 1 SM)	16 (16,32%)	A condição principal de ocupação é por herança familiar (70%), nos quais a coabitação da 2ª a 4ª gerações são as mais frequentes. Tamanho médio de 21 m^2 com três cômodos. À exceção de dois domicílios, todos os demais com telhado (telhas de cerâmica ou amianto). Média de habitantes: 4,3/domicílio.	Todos os ocupados têm atividades eventuais e ganhos irregulares. Relação de dependência: 3,68 por ocupado. Poucos domicílios participam do Bolsa Família.	O parcelamento do terreno dos domicílios com telhado já atingiu o limite de área disponível. A reprodução está centrada na alimentação. Táticas: redes de solidariedade (parentela e vizinhança)	(margem de erro: +/- 6%) Proporção mínima = 1032. Proporção máxima = 1164.
2 (mais de 1 até 2 SM)	40 (40,81%) (classe modal)	A condição de ocupação por herança corresponde a 57% dos domicílios onde a coabitação da 3ª e 4ª gerações são as mais frequentes. Na condição de alugados com 20% dos domicílios e na de cedidos e comprados com 23% dos domicílios predominam a coabitação até a 2ª geração. O tamanho médio da área construída é de 40 m^2. Dos 40, há 12 com a laje batida, mas com obras de acabamento inconclusas. Média de habitantes: 4,6/domicílio.	Em 57% dos domicílios há trabalhadores em situação precária de ocupação. Existem 10 domicílios que recebem o auxílio do Bolsa Família. A relação entre dependência é de 3,1.	Idem ao nível anterior com duas ressalvas: a laje já configura como uma solução de ampliação de área disponível; apesar de a alimentação ser o maior problema, não é único, o deslocamento também faz parte da condição (limitação) de reprodução.	(margem de erro: +/- 7,9%) Proporção mínima = 2530 Proporção máxima = 2964

Nível de rendimentos (Salários Mínimos – SM)	**Quantidade de domicílios na amostra: absoluta e relativa (%)**	**Características da condição de ocupação e estrutura dos domicílios**	**Características da PEA**	**Observações quanto às particularidades de reprodução**	**Estimação da proporção de domicílios no Pero Vaz (N = 6733)**
3 (mais de 2 até 3 SM)	24 (24,48%)	Dos 24 domicílios desse estrato, 17 estão na condição de ocupação por herança, sendo que predominam as coabitações de 3ª e 4ª gerações. A área média é de 49 m2 e a quantidade de cômodos sobe para 5. O teto de laje está presente em 50% dos domicílios. Há, em média, 4,7 habitantes por domicílio.	Mais de 50% dos ocupados são formais. A relação de dependência é de 2,0.	Nível no qual os procedimentos de creditização se estabelecem. As contas, sobretudo, as de consumo se configuram como o maior problema à reprodução. Enfraque-cimento das redes de solidariedade.	(margem de erro: +/- 7,0%) Proporção mínima = 1532 Proporção máxima = 1763
4 (mais de 3 até 5 SM)	12 (12,24%)	Apenas três domicílios comprados e/ou alugados. Nos demais, a condição de ocupação é por herança e coabitação até 3ª geração. Área média construída: 50 m2 com 5 cômodos. O telhado e a laje são equivalentes em 50%. Média de moradores por domicílio: 3,3.	A ocupação da PEA é praticamente toda formal. A relação de dependência entre os inativos e os que têm renda é de 1,79. A média de habitantes por domicílio é menor, apenas 3,3.	A partir desse nível a participação do Estado (produção estatal) na PEA é mais robusta. Dívidas de crédito. Dissolução das táticas de sobrevivência centrada em redes de solidariedade..	(margem de erro: +/- 5,3%) Proporção mínima = 780 Proporção máxima = 867
5 (mais de 5 SM)	6 (6,12%)	Três domicílios foram comprados e três são herança familiar. Nestes a coabitação predominante é da 4ª geração. Área média construída: 62 m2 e 6 cômodos. Em 5, há teto de laje. Média de moradores: 4,5.	A PEA é toda formal.	Idem ao anterior.	(margem de erro: +/- 3,8%) Proporção mínima = 396 Proporção máxima = 427

4 ANÁLISE FORMAL DA REPRODUÇÃO SOCIAL DA CLASSE TRABALHADORA: DA ESTRUTURA À CONJUNTURA

As descrições feitas nos capítulos segundo e terceiro a respeito das dimensões de reprodução da classe trabalhadora, a partir do processo de modernização e implantação do espaço de catástrofe capitalista, constituíram-se como condição teórico-metodológica da pesquisa. Doravante, passaremos para um nível superior de problematização com a análise formal da reprodução social.

Consideramos que esta análise encaminha a problemática da reprodução social para as implicações formais entre o nível estrutural e o conjuntural, mas o que são implicações formais? Da ressignificação, em determinado período da história, dos meios pelos quais a reprodução da classe trabalhadora têm se realizado, isto é, das formas e práticas. Com efeito, a ressignificação teve lugar a partir de um duplo movimento:

- um a partir das estruturas que promoveu, basicamente, uma redefinição morfológica da relação centro-periferia, uma atualização jurídica (leis e regulamentações urbanísticas) e a reformulação dos mercados imobiliário e de trabalho.
- outro ao nível conjuntura que modulou as formas ressignificadas, a partir das práticas de apropriação e uso, ao nível do habitar (espaço) e do trabalho (modo de vida) pela classe trabalhadora.

É, então, a partir desses dois níveis de realidade do objeto que o movimento de análise visa correlacionar, para tanto, elegemos a análise histórico-genética como necessária e suficiente. Este tipo de análise trata do objeto da pesquisa sob uma ótica de conjunto social, mas o decompõe em aspectos particulares passíveis de comparação. Especificamente, o método trabalha com as temporalidades (origem e

desenvolvimento) das formas e práticas de reprodução, por isso, entendemos serem possíveis as seguintes correlações:

- entre o movimento de modernização, através do espaço de catástrofe capitalista (do global ao local) e a produção do Pero Vaz. (relação centro-periferia);

- entre as formas e as práticas do habitar; e,

- entre as formas e as práticas do trabalho.

Ao final dessas correlações, em separado, recuperamos o objeto em seu conjunto, mas neste momento, objetivamos sintetizar a reprodução da classe trabalhadora sob o viés formal.

4.1 CORRELAÇÃO ENTRE O ESPAÇO DE CATÁSTROFE CAPITALISTA E A PRODUÇÃO DO PERO VAZ: UMA RESSIGNIFICAÇÃO DA RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA

A ressignificação morfológica centro-periferia está intimamente vinculada ao movimento de superação do regime agrário iniciado em 1860. A Figura 21 representa a reestruturação do espaço capitalista a partir de seu movimento de modernização. As linhas de tempo, por nível espacial, indicam os momentos de descontinuidade no processo que se implantou a partir do século XIX. Contudo, se o processo de centralidade produziu a periferia, como resultado da explosão do centro, como estas formas espaciais se expressavam no período anterior?

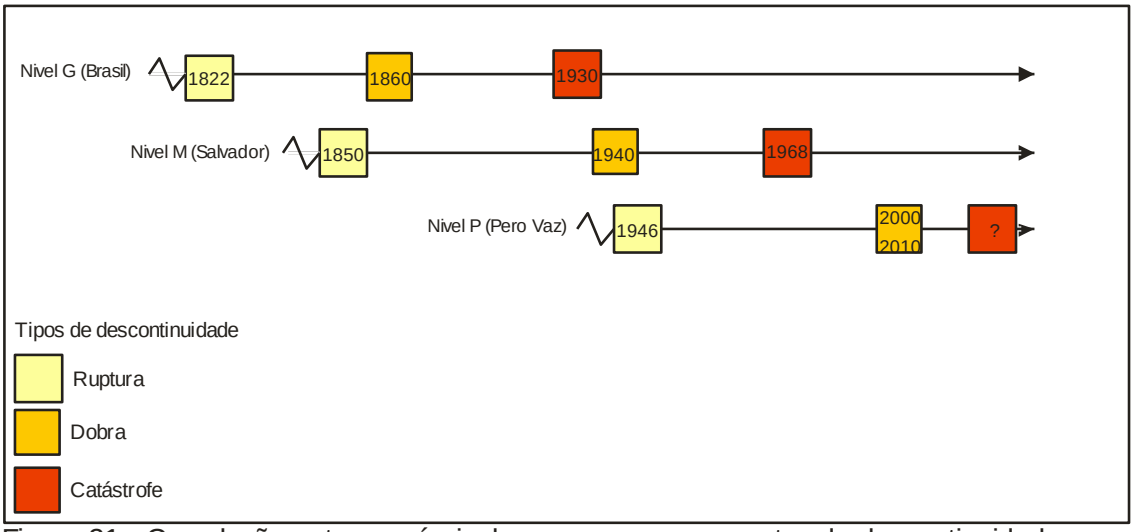

Figura 21 - Correlação entre os níveis do espaço e os momentos de descontinuidade
Elaboração: James A. Araújo

Desarticuladas ao nível G (Brasil), segregadas ao nível M (cidade), mas integradas no nível P (bairro). A acumulação de capitais do período agrário não requereu a estruturação de uma hierarquia da morfologia espacial ao nível G, isto é, como a economia era essencialmente agroexportadora os espaços da produção e circulação não eram articulados nacionalmente. Logo, a centralidade exercida pelos governos gerais do período colonial era restrita às funções outorgadas pela Metrópole (Portugal). Esta foi a condição de Salvador como sede do Governo Geral durante o período colonial.

Ao nível M do espaço a relação centro-periferia se estabelecia pelos espaços da produção e da circulação (comércio). No caso de Salvador, tal relação é paradigmática porque a cidade articulava, como já descrevemos, uma vasta hinterlândia produtiva – o Recôncavo Baiano. Basicamente, três produtos eram cultivados para a comercialização via Porto de Salvador, a cana-de-açúcar, o algodão e o fumo. Os demais produtos agrícolas, como frutas e hortaliças se destinavam à comercialização na própria cidade. No movimento oposto, Salvador importava praticamente todos os produtos manufaturados de que precisava.

E, ao nível P do espaço, a relação centro/periferia não assumia formas externalizadas de segregação, quer dizer, as formas espaciais que expressavam a

centralidade continham a periferia. O significado da periferia já existia, mas o significante estava oculto pela morfologia ainda densa. Como exemplo, podemos citar os sobrados do centro da cidade de Salvador construídos para abrigar tanto os brancos quanto os negros, evidentemente, em “lugares” criteriosamente discriminados. Para os negros que não habitavam os sobrados os casarões, restavam-lhes os interstícios dos vales, mas mesmo assim, inseridos na cidade.

Esta morfologia espacial da relação centro-periferia perdurou por todo o período colonial. E, mesmo com o primeiro evento de ruptura da estrutura social ao nível G, a Proclamação da Independência, sua ressignificação nos demais níveis espaciais ocorreu tardiamente. Há aqui uma ressalva muito importante a ser feita: em 1822 a ruptura que se estabeleceu ao nível nacional foi na dimensão do político, uma vez que a estrutura da produção continuou a mesma, por isso, em Salvador, os ecos da ruptura de 1822 só foram reverberar em 1823 com a chamada “Independência da Bahia”. O primeiro momento efetivo de ruptura da morfologia espacial de Salvador só veio a ocorrer em 1850, e foi de qualidade essencialmente econômica com o fim do tráfico negreiro. A reação da estagnação econômica partiu da hinterlândia (Recôncavo) e alcançou a cidade como centro da distribuição. Eis aqui o fundamento do “enigma baiano”.

Por volta da década de 1860, a base produtiva do núcleo - Rio de Janeiro e São Paulo - começou a se fixar na cultura do café. Tal evento inicia o período de transição da morfologia espacial no Centro-sul, no entanto, em Salvador, a transição morfológica só se implantou por volta da década de 1940, mas como consequência ainda do alto grau de desorganização reprodutiva de sua hinterlândia. Há, portanto, um descompasso de quase um século entre a qualidade do evento inicial do período de transição da morfologia ao nível nacional e aquele que ocorreu na cidade de Salvador. Outrossim, como as elites de Salvador foram incapazes de intervir no processo de centralização econômica, sua subordinação era inevitável. Portanto, é plausível afirmar que entre 1860 e 1940 a relação centro-periferia foi ressignificada nos níveis G e M, mas com ritmos e intensidades diferentes. Com efeito, a produção espacial do Pero Vaz foi iniciada em um momento em que a relação centro-periferia, ao nível G, já estava consolidada, mas ainda era incipiente ao nível M.

A análise específica do Pero Vaz, enquanto nível P, indica que o período de produção do Pero Vaz está praticamente todo incluído naquele de transição morfológica de Salvador, consequentemente, os conflitos da coexistência de formas de reprodução social – nas dimensões do habitar (espaço) e do trabalho (modo de vida) estão na gênese do Pero Vaz. Em outras palavras, o período de transição se caracteriza justamente por ser aquele que congrega formas de reprodução de temporalidades distintas, por isso, os conflitos envolvidos entre formas já estabelecidas para a dimensão do habitar e as práticas implementadas pelos primeiros moradores. O conflito formal é, portanto, o fundamento do Pero Vaz e demais espacialidades cuja temporalidade é semelhante.

Entre as décadas de 1930 e 1940 o espaço alcançou, ao nível G, seu ponto de catástrofe ao superar o regime anterior e, concomitantemente, submeter toda a estrutura produtiva ao novo padrão (acumulação) do núcleo Rio de Janeiro - São Paulo. Ao nível de Salvador, esta catástrofe só foi visível na morfologia no final da década de 1960. Este descompasso entre as etapas de catástrofe dos níveis espaciais é uma função do processo de centralidade e sua representação mais usual é do atraso entre a replicação dos eventos. No entanto, ele serviu para a definição de estratégias bem claras sobre o “lugar” de Salvador no conjunto da reprodução capitalista de base urbano-industrial.

Uma etapa muito relevante na correlação entre os níveis do espaço é tentar entender o movimento de reprodução do Pero Vaz em relação ao espaço de catástrofe. Se, em 1946 o ponto de ruptura teve lugar pela “invasão”, onde se encontram então os próximos momentos de descontinuidade, isto é, pontos de dobra e de catástrofe do *bairro*? A resposta para esta questão não é simples porque envolve discutir a própria intensidade ou potência das etapas de implantação do espaço de catástrofe ao nível microssociológico. De qualquer maneira, a pesquisa *in loco* nos forneceu vários indicadores a respeito do processo de modernização e, à medida que avançarmos na exposição, apresentaremos os indícios que apontam para onde a reprodução do *bairro* caminha, mas uma coisa é certa, o momento de dobra, o qual aponta uma crise da morfologia, logo, da própria reprodução já está ocorrendo.

4.2 CORRELAÇÃO ENTRE AS FORMAS E AS PRÁTICAS DO HABITAR

As formas sociais relacionadas ao habitar precisaram ser ressignificadas para superar a condição de reprodução do espaço sob a dinâmica agroexportadora. Das descrições que fizemos, ao longo do segundo capítulo, destacamos as transformações ocorridas nas formas jurídicas e urbanísticas quando da consolidação do mercado imobiliário de Salvador. Enquanto que no terceiro capítulo, a descrição da dimensão do habitar procurou destacar as práticas adotadas pela classe trabalhadora ao nível do *bairro*. Agora, formas e práticas são correlacionadas, para buscarmos um entendimento mais elevado de seus significados históricos.

4.2.1 As formas e práticas jurídicas do habitar

A Figura 22 nos ajuda a analisar o primeiro conjunto de ressignificação formal ligado ao habitar – as formas jurídicas e, associadas a elas, as práticas de acesso ao solo urbano.

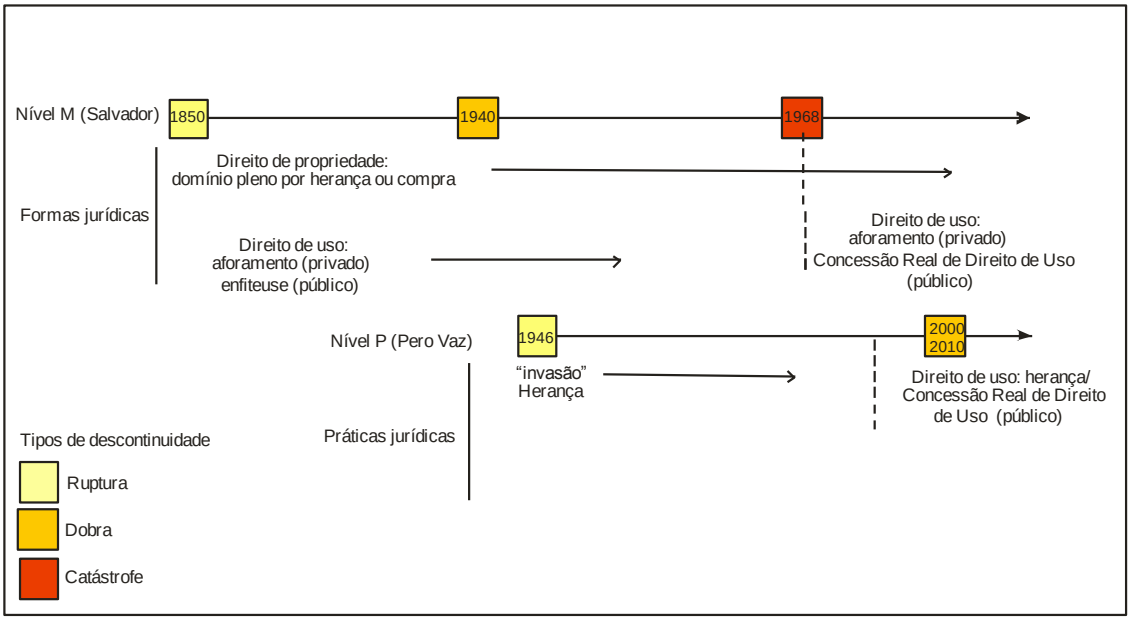

Figura 22 - Correlação entre formas e práticas jurídicas do acesso ao solo urbano
Elaboração: James A. Araújo

Ao nível das estruturas, as formas jurídicas de acesso ao solo urbano foram constituídas em torno de dois tipos de direito: o de propriedade e o de uso. Ambos advêm do direito romano e assumiram formas jurídicas com qualidades diferentes, mas indissociáveis. Comecemos pelo direito de propriedade.

A linha do tempo da Figura 22 indica que nos três momentos de ruptura da morfologia da cidade a forma do direito de propriedade não sofreu ressignificações, por isso, ela é uma permanência no sentido lefebvriano de reprodução social. Na prática significa dizer que, o domínio pleno do solo urbano continuou sob o controle dos mesmos agentes sociais, isto é, a municipalidade, a igreja[49], e agentes privados como famílias abastadas e empresas. Claro que a ação de cada um desses agentes variou ao longo do tempo, por exemplo, a partir de 1968, os agentes privados (corporativos) ampliaram suas participações no mercado de terras quando da extinção da enfiteuse, pois, "abriu-se" a possibilidade de alienar uma parte dos domínios da municipalidade. Como foi descrito, isto serviu para o mercado imobiliário de Salvador se consolidar pós-1968, através de um "estoque" de terras.

Em relação ao direito de uso, tradicionalmente, duas formas de arrendamento sempre foram usadas para dar acesso ao domínio útil do solo – o aforamento e a enfiteuse. Estas são formas que datam de séculos e, de fato, foram transladadas da Europa para o Brasil. Como formas jurídicas, elas serviram como uma mediação historicamente constituída para dar acesso ao solo urbano às classes trabalhadoras, mas sem que isto implicasse em perda de domínio da classe hegemônica.

Ao executarem funções aparentemente distintas o domínio pleno e o arrendamento asseguraram, às classes hegemônicas, posição estratégica privilegiada na reprodução social, porque permitiam o controle da dimensão espacial sem impedir uma dinâmica de mercado, fragmentando o solo urbano, mas era uma dinâmica cujo

[49] O domínio pleno de terras pela Igreja Católica em Salvador, através de suas ordens religiosas, é simplesmente impressionante. Remontando ao período colonial e às doações via sesmarias, a Igreja é proprietária de grande parte do solo urbano do centro tradicional de Salvador. Infelizmente não encontramos ou não há estudo que, pelo menos, descreva não só tamanho da área sob seu domínio, mas, sobretudo, o processo de aquisição.

ritmo econômico estava atrelado à cidade comercial. A partir da década de 1940, o direito de uso sofreu a primeira descontinuidade formal através das “invasões” de terrenos, ou seja, uma prática do direito de uso até então desconhecida surge pelo movimento coletivo de ocupação.

É um fato, desde a década de 1940, as “invasões” têm causado anomalias aos direitos de uso e de propriedade e as respostas a essas anomalias são por demais conhecidas: reintegração de posse, ordens de despejo, violência policial, mas também desapropriação, etc. Todo esse conjunto de dispositivos legais, porque formais, foram e ainda são amplamente utilizados em momentos que uma “invasão” se constitui. Frente a isso é necessário questionar: a “invasão” é apenas uma prática ou inclui uma nova forma jurídica de uso do solo urbano na dimensão do habitar? Entendemos que esta questão se coloca justamente no embate entre Léfèbvre e Certeau a respeito da reprodução social ou entre estrutura e conjuntura.

Enquanto movimento coletivo, as “invasões” são uma prática de uso do solo urbano que desvirtua a forma mercadoria presente nos direitos de propriedade e de arrendamento do solo, mas por um período de tempo variável, geralmente até a consolidação. Como indicamos no capítulo terceiro, a forma mercadoria não é anulada pelas “invasões”, ela se recompõe em outros momentos, quando ocorre a consolidação da área invadida e, progressivamente, um mercado de imóveis se estabelece. No caso do Pero Vaz, desde os primeiros momentos da “invasão” a forma mercadoria estava presente através do mercado imobiliário (casas postas à venda ou alugadas).

Embora já existisse um mercado imobiliário local, faltava ainda um último e crucial elemento para restituir a forma mercadoria em toda a sua potência. Com efeito, consideramos que isto foi obtido quando da formulação da concessão real de direito de uso pelo poder público na década de 1980, mas efetivamente empregada somente a partir dos anos 2000. Com a aplicação desta forma jurídica, a municipalidade vem progressivamente “desbloqueando” o uso do solo para práticas do mercado, como a compra e venda. Ao “resolver” a propriedade do solo, ou seja,

ao aceitar o título de concessão real de direito de uso, o morador reitera a sua condição de posseiro contra a de proprietário do Estado, representado pela municipalidade. Trata-se de uma evidente ressignificação formal do direito de uso.

A prática da “invasão”, portanto, não se formaliza ao nível das estruturas sociais e, sua tendência, é ser absorvida pelo direito de uso (estrutura), mas por quê? Porque ela é uma tática de dissuasão ao nível conjuntural. Por tática, estamos nos referindo a noção certeauniana de um “golpe” à posição de força da classe hegemônica. A “invasão”, enquanto prática, repõe a necessidade do habitar como uma condição *sine qua non* da reprodução social da classe trabalhadora, mas como esta necessidade se realiza no espaço, as formas sociais tendem a absorvê-la. À primeira vista, pode parecer que a “invasão” se estabelece como uma “nova” forma social do direito de uso, todavia, ao longo do tempo, a prática se esvai, no constante embate com as formas da estrutura.

Esta consideração final advém das observações colhidas durante o trabalho de campo, pois, constatamos que a memória de ocupação do bairro se perdeu através das gerações, ao ponto de “causar estranheza” falar sobre a “invasão do Pero Vaz”. Por quê? Porque, de um lado, os indivíduos comuns buscam aquilo que Léfèbvre (1973a) afirmou e Damiani (1995) corroborou a respeito da “busca de um cotidiano seguro”, e a prática da “invasão” não conduz a uma situação como essa; de outro, a forma mercadoria penetrou sutilmente a dimensão do habitar, redirecionando-a para os procedimentos do mercado imobiliário.

No fundo a “invasão” é um produto da modernização, mas é o outro lado, o contraditório, porque o movimento do capital não é homogêneo no espaço/tempo. No entanto, isto não impede que as formas referenciais de reprodução capitalista típica penetrem na periferia a partir de uma estratégia e de uma ordem (institucional).

No Pero Vaz, a imposição de formas legais de acesso ao solo urbano instaurou uma crise e, portanto, uma descontinuidade na prática da “invasão”. Estes indícios colaboram para a tese de que o momento de descontinuidade do tipo dobra (colapso) se implantou da morfologia do *bairro*. Apesar de ainda ser bem recente, apenas alguns poucos anos, seu efeito mais visível deve se intensificar ao longo dos anos – a desestabilização nas condições de reprodução da dimensão do habitar sob práticas como herança, doação, etc., típicas de áreas de “invasão”, até elas subsumirem pelas práticas sustentadas em formas jurídicas tidas como legais. Corroborando com o exposto, vale recuperar os dados do levantamento de campo os quais demonstram uma elevação do contingente de imóveis vendidos e alugados no *bairro* em detrimento justamente da herança.

O movimento da “ilegalidade” em direção à “legalidade” significa, no plano material, uma sobre-exploração dos parcos recursos financeiros, através da cobrança de taxas, impostos etc. Assim, se esta descontinuidade se implantou, significa dizer que a potência do espaço de catástrofe capitalista ainda não cessou, mas para demonstrar isso, é preciso avançar a análise em direção a outro conjunto de formas relacionadas ao habitar. Trata-se das normatizações urbanísticas.

4.2.2 As formas urbanísticas e as práticas do habitar

A correlação entre as formas e as práticas do habitar repõe a análise formal do objeto de pesquisa na dimensão urbanística. A cidade de Salvador, enquanto forma prático-sensível e também um nível espacial, foi objeto de várias regulamentações do poder público ao longo do século XX. Por outro lado, o Pero Vaz teve poucas e pontuais intervenções urbanas. Para iniciarmos esta análise apresentamos, na Figura 23, uma síntese das leis que ordenaram o uso e ocupação do solo de Salvador.

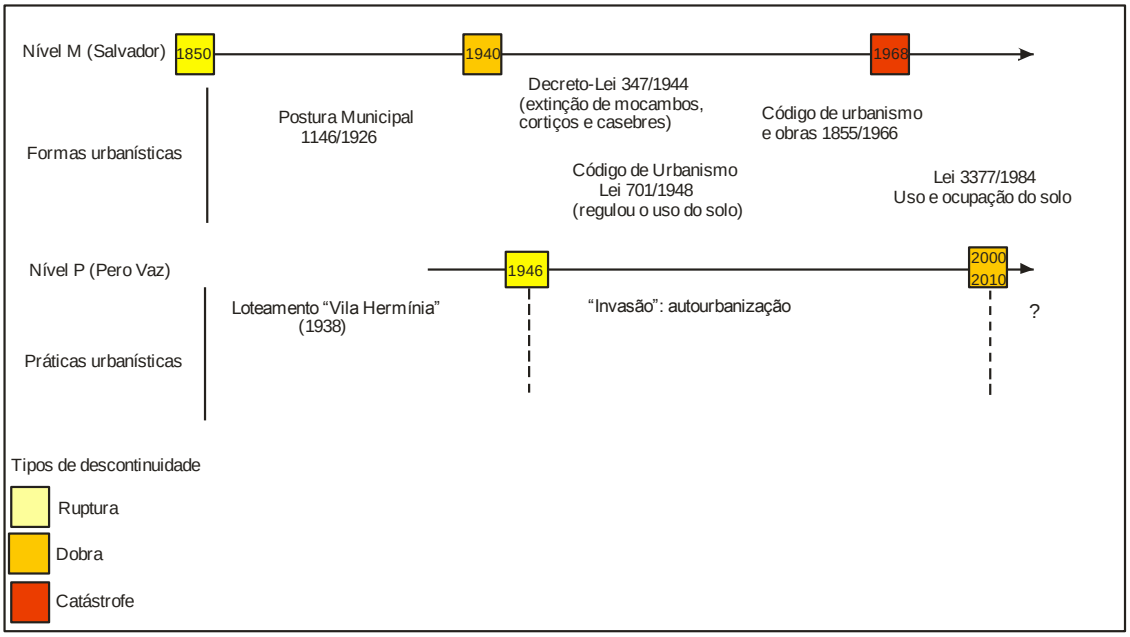

Figura 23 - Correlação entre formas e práticas urbanísticas
Elaboração: James A. Araújo

O mote das formas urbanísticas está na regulamentação do uso e da ocupação do solo urbano e, em uma posição secundária, mas também necessária, nas regulamentações de construção. Em uma simples analogia podemos considerar as formas jurídicas do direito de propriedade e de uso como aquelas que definem (quem), e as formas urbanísticas definem (onde) e (como) a reprodução social na dimensão do habitar ocorre. Ou seja, não bastam formas jurídicas de controle de acesso ao solo urbano para o habitar, é preciso que existam também formas urbanísticas para orientar e, se necessário, coibir a reprodução social em sua expressão espacial.

Como demonstra a Figura 23, desde a década de 1920, a municipalidade vem intervindo no habitar, através de dois procedimentos: pela expulsão dos moradores pobres que habitavam o centro, através do controle do tipo de habitação e também pela definição de um zoneamento da cidade, onde centro e periferia são codificadas pelos termos do uso e parcelamento do solo.

A postura 1146/1926 foi o primeiro conjunto de formas urbanísticas nesse sentido. Ela já indicava que centro e periferia estavam se separando espacialmente e, por

força do discurso da época, o argumento da separação era higienista. Também esta postura já indicava os mecanismos urbanísticos do parcelamento do solo através da definição de loteamentos, tanto assim que, anos mais tarde, ela serviu de base legal para o projeto de loteamento “Vila Hermínia”, proposto em 1938. Porém, com a “invasão” do Corta-braço, o projeto “Vila Hermínia” foi obliterado tanto para auferir renda fundiária quanto para a consecução de uma urbanização programada da área. Por conseguinte, práticas urbanísticas não-referenciadas aos códigos de urbanismo vigentes deram origem a uma urbanização distinta, isto explica a configuração morfológica inicial do bairro e seus desdobramentos subsequentes.

O recrudescimento da separação entre as classes sociais se expressou claramente pelo Decreto Municipal nº 347/1944. Não sem correspondência com o momento de instauração da transição morfológica de Salvador, o referido decreto definiu uma política de expulsão definitiva da classe trabalhadora do centro e bairros adjacentes pela destruição dos cortiços, mocambos, etc. Ademais, não é de se estranhar que, conjuntamente ao movimento de expulsão da classe trabalhadora do centro, também acontecia o incremento de lançamentos de loteamentos nos bairros mais afastados, assim como a ampliação das linhas de bonde.

A Lei urbanística subsequente, nº 701/1948, procurou estabelecer um zoneamento até então inédito da dimensão do habitar por classes sociais. Em relação à classe trabalhadora, definida pelo código em questão como “classe operária”, o zoneamento preconizava que o Setor Residencial Norte nº 4 (Liberdade) seria aquele onde se fixariam os operários com um perfil próximo ao de uma pequena classe média. Dito em outros termos, pela proximidade ao centro e ao Porto de Salvador, foi reservada à Liberdade uma função de moradia pelo código urbanístico 701/1948 que contrastava claramente com as “invasões” que se sucederam na área a partir de 1946. Talvez, isto ajude a explicar, pelo menos em parte, a quase que completa ausência ou interesse do poder público na instalação de infraestruturas como água, saneamento, calçamento, etc., no final da década de 40 e início da seguinte. A concepção de “planejamento científico” que criaria “ilhas” para a massa de trabalhadores simplesmente foi suplantado pela realidade das “invasões”.

Somente da década de 1960 em diante as condições de modernização criariam um ambiente propício para uma nova etapa de ressignificação das formas urbanísticas para a cidade se adequar à catástrofe capitalista. Tanto o código de urbanismo e obras de 1966 quanto a Lei de uso e ocupação do solo de 1984 foram instrumentos eficazes nesse sentido e o resultado, como já descrito, foi a estruturação de quatro vetores de reprodução socioespacial com características distintas, sendo que o Vetor 4, onde se encontra o Pero Vaz/Liberdade, é aquele onde o poder público – municipal ou estadual – muito pouco atuou.

Por isso, ao compararmos as formas urbanísticas definidas ao nível da cidade com as práticas de mesma natureza realizadas no *bairro*, somos impelidos a concluir que houve, no Pero Vaz, uma autourbanização. E hoje, mais de seis décadas depois, esta autourbanização se tornou um óbice a própria cidade, porque tornou os custos de implantação de infraestruturas elevadíssimos para atender às necessidades do chamado "planejamento urbano". Por exemplo, o caso do saneamento básico citado no terceiro capítulo, o custo para realizar as interligações domiciliares à rede coletora é altíssimo, porque a morfologia do bairro torna qualquer intervenção extremamente complicada. Este exemplo, dentre tantos outros que poderíamos citar aqui, é revelador de um passivo urbanístico impossível de ser calculado, mas a tendência, a médio e longo prazo, é a elevação dos custos do habitar como consequência da regularização fundiária do *bairro* e das infraestruturas cada vez mais presentes.

A prática urbanística do Pero Vaz é um desvio evidente da formas (códigos) referenciadas pela modernização capitalista. A necessidade do habitar, para a classe trabalhadora, conduziu à produção de uma espacialidade distante dos enquadramentos formais de urbanismos. Neste aspecto, o desvio ou resistência, ao nível conjuntural, foi reproduzido pela própria atividade da autoconstrução, ultrapassando gerações. No entanto, até onde este desvio continuará a ser reproduzido, isto é, até onde a autourbanização resistirá às formas legais da

urbanização, presentes nos códigos feitos e refeitos a cada nova etapa de modernização da cidade?

O *bairro* é, enquanto uma conjuntura da cidade, produto histórico e espacial. Em relação ao Pero Vaz, ele é fruto do período de transição da morfologia de Salvador e a sua autourbanização é, a nosso ver, o seu próprio movimento de vida na busca de uma unidade imediata. Assim sendo, consideramos que a catástrofe que se abateu na cidade a partir de 1968 não destruiu sua configuração, pelo contrário, reforçou-a, mas concordamos com a discussão de Seabra (2003) que a potência da homogeneização capitalista pode decompô-lo até o ponto de suas particularidades desaparecerem. Como indicamos na ainda na Figura 22, há a possibilidade, no devir, que a catástrofe capitalista também se implante no Pero Vaz, na realidade, o processo já está encaminhado porque o ponto de dobra já está instaurado, pois, a própria implantação de infraestrutura, no caso descrito acima, do esgotamento, é também outro indício de crise. No entanto, quando a catástrofe vai acontecer não temos certeza, tudo dependerá do movimento mais amplo da reprodução capitalista e de acumulação de capital em direção ao *bairro*. Retornaremos a esta questão mais adiante.

4.3 CORRELAÇÃO ENTRE AS FORMAS E AS PRÁTICAS DO TRABALHO

A superação das formas escravistas de trabalho pelas capitalistas típicas (trabalhador livre, assalariamento e modo de vida urbano etc.) foi a outra parte da equação que a modernização capitalista teve que resolver para implantar uma acumulação de capital, minimamente, industrial e urbana.

A catástrofe capitalista precisou não só remover uma massa de milhões de trabalhadores do campo, o chamado (êxodo rural), como também alocá-los nas gigantescas periferias das grandes cidades. O fundamental deste processo foi a superação de formas e práticas escravistas e a imposição de formas e práticas de

trabalho urbanas, chamadas aqui de típicas. Como dissemos anteriormente, tratou-se de um processo de recomposição do capital variável.

Ao nível G, as primeiras ações datam ainda do século XIX - a independência política, a suspensão do tráfico negreiro e abolição da escravatura, mas foi no século XX, mais precisamente nas décadas de 30 e 40, que as ações tomaram forma social, com a definição do trabalhador assalariado. Contudo, foi nas cidades, onde as ações do nível G, conjugadas com as deste nível, expressaram-se mais claramente no sentido da modernização. Desse modo, iniciaremos a análise a partir de Salvador e, à proporção que as correlações forem sendo efetivadas, alcançaremos o Pero Vaz e a dimensão da vida das pessoas.

Com a modernização brasileira, a ressignificação do trabalho ou o seu referente moderno passou a ser o assalariamento sob condições contratuais, no entanto, esta é apenas uma situação dentre outras tantas. Conforme levantamos nos capítulos descritivos, a dimensão do trabalho comporta modos de produção de temporalidades diferentes e, consequentemente, práticas de trabalho em consonâncias com as diferentes temporalidades. Claro que há uma “linha de corte” na discussão das formas do trabalho, trata-se da instituição do salário mínimo em 1938 com a adoção da carteira de trabalho. Por conseguinte e, por força institucional, instaura-se uma periodização nas formas do trabalho, um antes e um depois, mas se ater apenas a periodização não é o mais importante e sim demonstrar as permanências de formas de trabalho, derivadas da superação do período escravistas, em convívio com formas do capitalismo típico.

As formas de trabalho derivadas do regime escravista de produção eram, em Salvador, particularmente potentes no momento em que ocorreu a institucionalização da mão-de-obra “livre” em 1938. Como apontamos no segundo capítulo, da superação do regime escravista derivaram dois modos de organização do trabalho social – o doméstico e de venda simples de mercadoria e, embora nossos dados a respeito desses dois modos de trabalho sejam apenas do Censo

Demográfico da década de 1950, eles são bastante robustos. Basta relembrarmos que quase 50% da PEA de 1950 se ocupada com esses modos de reprodução.

Analisemos o caso do trabalho doméstico enquanto serviço pessoal prestado. Após a superação do regime escravista, este serviço continuou a ser realizado por afrodescendentes em uma condição híbrida, pós-escravista e capitalista típico, tanto assim que os anúncios de jornais, à época, expressavam este momento de transição entre formas de trabalho, pagava-se pelo trabalho, mas não sob padrões institucionalizados. Isto reforça a tese das permanências reprodutivas, na dimensão do trabalho, mediando e definindo os contornos de como seria o processo de catástrofe capitalista em Salvador.

Na contramão das permanências nas formas de trabalho, a atividade comercial significava justamente o que havia de mais “moderno” em Salvador. Na realidade, pelo próprio intercâmbio possibilitado pela atividade, o comércio já apresentava um perfil capitalista típico mesmo antes da década de 1950. Se ampliarmos o escopo e considerarmos os serviços da produção (comércio, transporte e comunicações e serviços de valores) havia 12,4% da PEA de Salvador ocupada efetivamente com formas capitalistas típicas. Ou seja, o comércio e todas as atividades envolvidas com os serviços da produção foram a “porta de entrada” da modernização capitalista em Salvador.

Ademais, o modo estatal de produção tinha uma pequena expressão nas práticas de trabalho em 1950, apenas 3,9% da PEA soteropolitana realizava atividades estatais. Este dado, se correlacionado ao movimento de ressignificação das formas de trabalho, também reforça a linha seguida nesta análise segundo a qual o capitalismo típico era incipiente em Salvador na referida década. Como afirmamos, ainda no primeiro capítulo, o movimento de superação do regime de acumulação rural para o urbano não se realizou sem que as formas de ocupação típicas do capitalismo fossem acompanhadas pelas formas do modo estatal, elas são simbióticas. Portanto, uma tão baixa presença do modo estatal não é senão uma confirmação disso.

Ao nível do *bairro*, mesmo não dispondo de uma série estatística, é possível inferir que as formas de trabalho derivadas do período escravistas predominavam em 1950. Como descrevemos no terceiro capítulo, os relatos de ocupações não formais (sem carteira assinada) da classe trabalhadora indicavam o quão numeroso era o contingente de trabalhadores que realizavam trabalhos domésticos (lavadeiras, carregadores) ou venda simples de mercadorias (vendedores de frutas). Quanto às ocupações do tipo ofício, como carpinteiro, pedreiro, etc., as formalizações eram híbridas justamente porque, antes mesmo da institucionalização da mão-de-obra, elas já tinham esta característica. As únicas exceções na dimensão do trabalho, no início da década de 1950, se referiam às ocupações ligadas ao Porto (estivadores e doqueiros) e à Ferrovia do Leste Brasileiro, nas quais a forma capitalista típica já predominava. É interessante observar que tanto o Porto quanto a própria Ferrovia estavam imbricadas com a atividade comercial.

Um segundo período de análise das formas e práticas do trabalho corresponde ao que engloba os dados sobre a ocupação da mão de obra, levantados no último censo demográfico no ano de 2000, tanto ao nível estrutural (a cidade), assim como ao conjuntural (*bairro*). Além desses, também estão incluídos os dados concernentes ao levantamento de campo, realizado em 2010.

A evolução da PEA de Salvador, de 1950 a 2000, aponta o setor terciário como o mais dinâmico e, consequentemente, o que mais ocupava trabalhadores. Ao nível do *bairro*, para o ano de 2000, também havia mais trabalhadores ocupados formalmente neste setor, principalmente, com os serviços da produção. Logo, esta característica da PEA de Salvador, concentrar-se no setor terciário, em qualquer nível de realidade, talvez seja o traço evolutivo mais marcante. Isto revela a especificidade da cidade no processo de modernização, ou seja, ser um centro mais consumidor que necessariamente produtor, tal como Carvalho e Souza (1980) já haviam apontado.

As ocupações relacionadas aos modos derivados da escravidão em 2000, ainda eram uma realidade em qualquer nível espacial. De 1950 até 2000, o percentual de ocupação da PEA nessas formas decaiu de 45% para 25% ao nível da cidade, enquanto no Pero Vaz, o percentual calculado com base nos dados do IBGE, em 2000, foi de 25,5%. Com efeito, quando investigamos a dimensão do trabalho, através do levantamento de campo, estimamos um contingente de trabalhadores em ocupações "precárias" da ordem de, aproximadamente, 38% da PEA. Entendemos que a discrepância entre os percentuais se deve às diferenças conceituais a respeito do que é estar ocupado "precariamente" e na condição de inatividade. É preciso olhar esses dados diferentemente.

Ainda sobre formas de ocupação típicas e derivadas da escravidão o paradoxo encontrado ao nível estrutural também se repete na dimensão do *bairro*, ou seja, há um elevado contingente de trabalhadores inativos, exatos 50%, superior ao da cidade. O que quer dizer este elevado contingente de inativos? Uma crise de oferta de empregos formais? Não, uma explicação que se quer crítica não pode se bastar nestes termos, mas não é possível buscar uma explicação ao nível formal porque estes polarizam a questão. A explicação está ao nível dialético.

Outrossim, o modo estatal também ampliou sua penetração, o que está de acordo com a expansão das formas capitalistas típicas de ocupação da força-de-trabalho, mas há um senão a respeito dessa ampliação. Pelo que percebemos há dois tipos de presença do modo estatal – um tipo que vamos identificar como 1, no qual o Estado participa na condição e resultado do modo capitalista típico, através de atividades identificadas como serviços de consumo coletivo (segurança pública, educação, saúde, etc.); e o tipo 2, em que a participação do modo estatal ocorre por meio de programas de assistência social (Bolsa Família, Farmácia Popular, etc.). Neste segundo tipo, as atividades visam atender às famílias identificadas em "vulnerabilidade social", designação rebuscada para se referir à parte da classe trabalhadora inserida subalternamente na reprodução capitalista, portanto, parece-nos que este segundo tipo de presença do Estado está vinculado ao crescimento contraditório dos inativos.

Como descrevemos no terceiro capítulo, os trabalhadores cujas atividades respondem às formas derivadas da escravidão realizam não só uma, mas várias delas, o que cria uma noção outra de ocupação e de trabalho. Esta plasticidade ocupacional talvez seja uma das características mais importantes observadas ao nível das práticas de trabalho e coloca em xeque os conceitos de PEA informal e inativos.

Para os trabalhadores que se situam na condição "limite" de informais e/ou inativos "o jogo da sobrevivência" cotidiana acontece sob um viés pouco estudado – o do cálculo diário do custo da reprodução. Todos os dias este cálculo é refeito para a obtenção da alimentação e, assim se configura a prática ocupacional a partir dele. O tempo de trabalho é proporcional ao que se precisa conseguir de dinheiro para prover a reprodução diária e, como não se vislumbra a acumulação, ele não é fixo. Esta relação tempo de trabalho/cálculo da sobrevivência diária foi um dos aspectos mais surpreendentes da pesquisa de campo, porque demonstra justamente o caráter híbrido das formas derivadas da escravidão. Mas isto tudo está na dimensão da necessidade, do estrito, consequentemente, o desejo do consumo não se interpõe senão como conflito.

Uma das facetas mais óbvias e, ao mesmo tempo, menos representadas da modernização brasileira se refere à constituição de um modo de vida urbano, o que inclui a classe trabalhadora. Ser assalariado, ter a carteira de trabalho assinada, consumir, enfim, inserir-se ao projeto de modernização foi e continua a ser uma das bandeiras de lutas dos trabalhadores. Mas e quanto aos trabalhadores que continuam a se reproduzir, na dimensão do trabalho, com formas e práticas capitalistas não-típicas, como eles se relacionam com o modo vida urbano?

A questão repõe justamente as contradições da modernização brasileira em tela, logo, cabe recuperar Martins (2000) e sua discussão de "modernidade anômala". As permanências reprodutivas (formas e práticas) do trabalho também são de um modo de vida subsumido pelo modo urbano, então, a superação do regime escravista de reprodução social, pelas formas capitalistas típicas, é uma contenda não

equacionada pela modernização e, talvez nunca seja, porque o projeto da modernidade brasileira depende do modo de vida pretérito. Por outro lado, na dimensão sensível da reprodução, as permanências se revestem ora como resistências, ora como decomposição violenta.

Do lado das resistências, as táticas visam à reprodução biossociológica diária. Elas são empreendidas, sobretudo, pelas mulheres as quais fazem uso de um arsenal tático transferido oralmente por gerações, mas também reinventado cotidianamente e compartilhado pelas redes de solidariedade. Estas redes são formadas por laços de consanguidade e/ou vizinhança e atuam no sentido de uma “proteção” contra a violência do modo de vida urbano. Tais táticas são práticas de reprodução, mas não se inscrevem sequer na dimensão do trabalho, pois não deixam qualquer tipo de registro. Novamente é preciso concordar com Certeau (2003) quando diz que certas táticas não deixam traço, porque são ocultas ao controle social. Se as táticas são ocultas isto não significaria que sua qualidade provém de uma temporalidade anterior, talvez agrária e, por isso, subsumida frente ao modo de vida urbano? Sim, provavelmente, mas a questão se coloca principalmente no perceptivo ou sensível.

É particularmente doloroso, por exemplo, para terceira geração de uma família conviver no seu domicílio e vizinhança com um tipo de reprodução na qual o trabalho permite tão somente a reprodução biossociológica sabendo que existe, em níveis mais amplos de realidade (representados e veiculados pela televisão) um modo de vida e de consumo praticamente inatingíveis.

Do lado da decomposição violenta da reprodução social, o tráfico de drogas é, sem dúvida, seu maior exemplo. A consciência de uma disponibilidade muito restrita de capital em forma monetária, dinheiro mesmo, em conflito com o desejo do consumo, como parte do modo de vida urbano, é indubitavelmente o mecanismo indutor que atrai jovens para trabalhar no tráfico de drogas. Parece-nos, por isso, que o tráfico de drogas indica um modo de reprodução ainda não significado pelo conhecimento, uma forma social organizada no e pelo desnível entreaberto pela modernização brasileira. Uma positividade efêmera de acessar ao consumo, mas sem qualquer

expectativa de acumulação. E isto é uma permanência? Sim e não. Formalmente sim, porque revela que o projeto de modernização não “destruiu” formas pretéritas de reprodução social, mas as submeteu a sua lógica. Dialeticamente não, porque a negatividade da decomposição violenta indica uma potência de transformação social imprevisível. Retornaremos a esta discussão na análise dialética.

É neste contexto que podemos também analisar o papel do Programa Bolsa Família. O que ele visa finalmente? A nosso ver o programa tem dois objetivos: primeiramente salvar da decomposição violenta as gerações jovens, através da transferência de renda para que as mães alimentem seus filhos. Os formuladores do programa foram muito sagazes em perceber o papel central da mulher enquanto agente social de sustentação reprodutiva; em segundo lugar, o programa visa preparar, a médio e longo prazo, um contingente de trabalhadores minimamente qualificados para o mercado de trabalho, dando-lhes educação básica e vacinação. É, sem dúvida, um projeto de recomposição do capital variável, por isso, não concordamos com uma visão reducionista do programa que tende a vê-lo como simples assistencialismo, mas se tais objetivos serão alcançados isto é uma outra discussão. Por outro lado, na dimensão sensível, a pesquisa nos fez observar que as famílias participantes deste programa são extremamente pragmáticas na utilização do recurso recebido. Quando dizemos “pragmáticas” estamos dizendo exatamente o seguinte: não importa de onde vem o recurso, isto lhes foge à compreensão, mas elas sabem que aquele dinheiro servirá para comprar alimentos e pagar contas de consumo (água, luz, gás).

Enfim, são estas as análises formais empreendidas sobre a dimensão do trabalho. Em uma próxima etapa analítica, correlacionaremos às dimensões do habitar e do trabalho aos níveis da cidade e do bairro, para extrairmos uma interpretação global do objeto de pesquisa.

4.4 A REPRODUÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA EM SEU CONJUNTO: O PROCESSO DE IMPOSIÇÃO DA FORMA CAPITALISTA TÍPICA E A SUBSUNÇÃO REAL

As transformações descritas e analisadas até aqui das dimensões do habitar e do trabalho são uma condição para a última etapa de análise formal. Nesta, objetivamos interpretar o produto do processo de modernização, isto é, a própria condição de reprodução social da classe trabalhadora presente na periferia.

O movimento de superação da reprodução pretérita, pela imposição da forma capitalista típica se efetivou parcialmente porque parte da PEA continuou a se ocupar de atividades ligadas aos modos derivados da escravidão, mas onde encontramos estes trabalhadores que não se reproduzem através de formas capitalistas típicas? A pesquisa de campo nos ajudou a encontrar a resposta para esta questão. Observemos a Figura 24, ela correlaciona os níveis de rendimentos dos domicílios do Pero Vaz em 2010 aos de Salvador em 2000, respectivamente.

Um fato constatado, ao nível conjuntural, refere-se aos domicílios cujas rendas são baixas ou extremamente baixas, menos de 3 salários mínimos, nestes as práticas de reprodução estão “ancoradas” nos modos derivados da escravidão. No entanto, à medida que o nível de renda domiciliar se eleva, dá-se a passagem desses modos para o capitalista típico. O ponto de inflexão identificado ocorre em domicílios com rendas situadas entre 2 e 3 salários mínimos, porque é onde as famílias começam a atrelar sua reprodução à órbita do mercado e do consumo programado, pois, passam a ser trabalhadores assalariados. Outrossim, encontramos o modo estatal de reprodução atuando tanto na dimensão dos modos derivados da escravidão, sob a forma assistencialista, quanto no capitalismo típico, mas sob uma perspectiva de suporte.

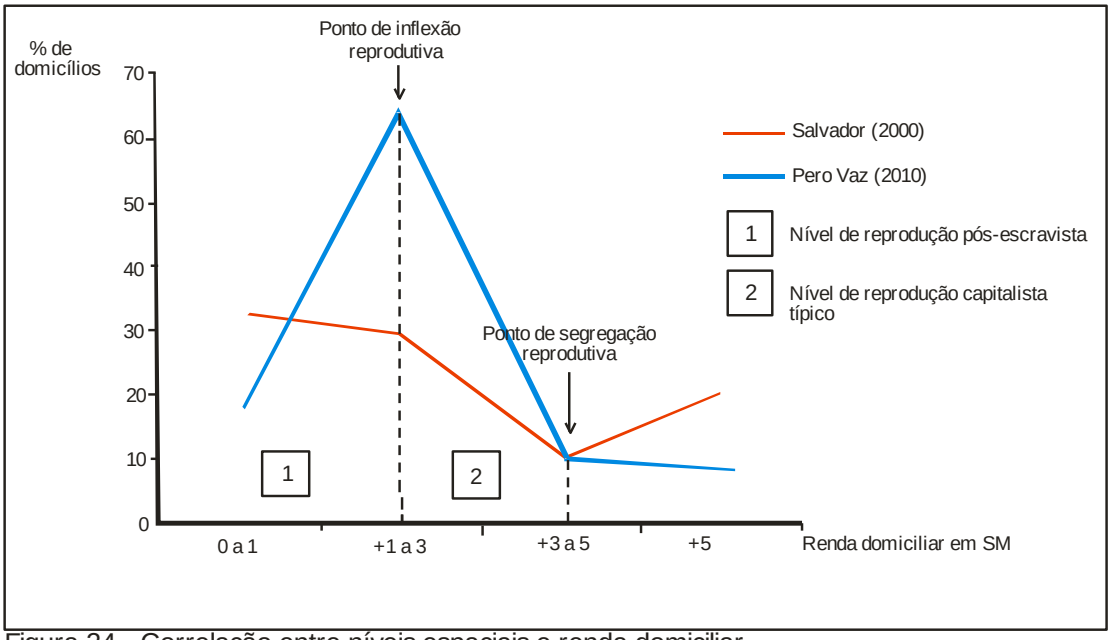

Figura 24 - Correlação entre níveis espaciais e renda domiciliar
Elaboração: James A. Araújo
Fontes: Salvador: PMS/SEPLAM (2002). Pero Vaz: pesquisa de campo (2010).

Também podemos considerar o ponto de inflexão como o nível crítico no qual a reprodução social da classe trabalhadora possibilita fazer parte do "jogo do mercado". Isto não significa que esta passou a ter automaticamente acesso a ele, não se trata disso, mas que seus rendimentos médios poderiam cobrir os custos da sua participação. Abaixo desse nível crítico, a reprodução dos trabalhadores tende a ocorrer cada vez mais dentro dos limites inapropriadamente classificados como "precários", o que se traduz em subalternização perante os mercados de trabalho e de moradia. Dito em outros termos, julgamos ter encontrado o nível de custeio atual pelo qual a recomposição técnica dos capitais estabelece para a reprodução da classe trabalhadora como força de trabalho ao nível microssociológico, além disso, defendemos que há um mesmo há um padrão comum para a o nível da cidade.

Em relação ao segundo ponto, o de segregação reprodutiva, identificado na Figura 24, o que nos indica? O ponto de disjunção entre dois tipos de espacialidades, as centralidades da cidade e a condição de periferia do Pero Vaz. Se não houvesse tal disjunção a morfologia da cidade e do bairro seriam coincidentes, uniformes na dimensão do habitar, porém, como os domicílios encerram tipos e níveis de reprodução, então, a segregação tem lugar. Esta, enquanto expressão da hierarquia social, não busca separar apenas as classes sociais, ela atua também na distinção

dos estratos de renda intraclasse, mesmo no Pero Vaz há a periferia da periferia. Neste sentido, a hierarquia social é um elemento presente em qualquer nível espacial.

Quais conclusões podem ser tiradas após este conjunto de análises formais do objeto de pesquisa? Em primeiro lugar, que há claramente um desnível reprodutivo entre as formas e práticas capitalistas típicas e aquelas que provêm da dissolução do regime de acumulação escravista. Em segundo, as práticas relacionadas às formas derivadas da escravidão cumprem uma função na estrutura implantada com a catástrofe capitalista típica.

Em relação ao desnível reprodutivo podemos afirmar que ele é a expressão da modernização apenas parcial da sociedade brasileira. Portanto, enquanto durarem as mesmas condições de acumulação de capital na formação social, este desnível se manterá estável, inclusive, em termos de proporção estatística. Por outro lado, esta "estabilidade" só ainda existe porque as formas e práticas derivadas da dissolução da reprodução escravista mantêm a sobrevivência de uma parcela da classe trabalhadora em patamares quase biológicos e, ao mesmo tempo, mantêm o nível crítico da reprodução capitalista típica muito baixo.

A constituição de um nível crítico de reprodução social da classe trabalhadora está atrelada a um fato recentemente realizado – a imposição da etapa de subsunção real ou capitalista típica. A subsunção real se implantou no final fase de acumulação primitiva que não corresponde ao fim do período escravista, mas ao final dos anos 30, quando ocorreu a "institucionalização" do trabalho no Brasil. A subsunção real, para cumprir sua função histórica, precisou ser definida, primeiramente, ao nível G para que tivesse força coercitiva suficiente. Por outro lado, nos níveis mais restritos do espaço, M e P, a subsunção real tem convivido com formas de reprodução capitalistas não típicas ou de subsunção formal. Portanto, isto não é senão uma prova do desenvolvimento desigual da reprodução capitalista típica nos níveis espaciais.

De fato, a subsunção real é mais homogênea ao nível da formação social e, quanto mais se encaminha para dimensões mais restritas do espaço social, mais complexa, isto é, heterogênea se torna. A transição do regime de acumulação rural para urbano, ao manter parte da estrutura reprodutiva do regime de acumulação anterior, sob formas e práticas tidas como pretéritas, atuou para que a periferia se tornasse um grande acúmulo de formas pretéritas.

Foi por este acúmulo de restos de formas que a periferia se tornou um significante complexo, porque envolve vários significados subsumidos pela estrutura social. O próprio movimento de separação das classes sociais foi a condição de constituição da periferia enquanto significante, mas os significados já existiam antes dela existir, escondidos por formas socialmente reconhecidas. Neste sentido linguístico, a periferia ainda é um “campo cego” lefebvriano, porque sua significação, ao nível do conhecimento científico, ainda é superficial e eivada de representações as quais têm a centralidade como ponto de referência.

Neste imbróglio todo, na dimensão micro e sensível da realidade, estão os moradores do Pero Vaz. Alguns com trajetórias de um relativo sucesso porque têm emprego com carteira assinada ou um pequeno comércio; outros sem qualquer perspectiva sobre o que comer no dia seguinte, mas sobrevivendo. Certeau (2003) foi muito feliz ao discorrer sobre a “arte da sobrevivência”, os “pequenos golpes”, enfim, táticas possíveis frente ao violentíssimo processo de alienação que não chega à consciência refletida, fica apenas na percepção. Mas tudo isso é praticamente invisível, como invisíveis são os moradores da periferia.

Por que a periferia é um acúmulo de formas pretéritas? Por que certas práticas de reprodução são ressignificadas pela forma capitalista típica? As respostas para estas questões não estão acessíveis pela análise formal. É preciso ir além e alcançar a análise dialética. Nosso próximo capítulo.

5 ANÁLISE DIALÉTICA DA REPRODUÇÃO SOCIAL: AS CONTRADIÇÕES DA ESTRUTURA REVELADAS PELA CONJUNTURA

Este último capítulo do trabalho, objetiva revelar o fundamento de reprodução da classe trabalhadora a partir da análise dialética entre a estrutura e a conjuntura. Composto de três partes, a primeira trata das contradições entre os termos mais amplos da reprodução social ao nível da formação social até alcançar o nível do bairro. A segunda discute o sentido da reprodução capitalista típica por meio da diferenças de estilo de sociedades que constituíram a formação social brasileira. E, a terceira e última parte, discute a qualidade de espaço diferencial da área de estudo, culminando com avaliação do Pero Vaz enquanto espacialidade e sua qualidade de bairro.

5.1 REPRODUÇÃO SOCIAL E PRODUÇÃO ESPACIAL: AS CONTRADIÇÕES DOS PROCESSOS

Ao concluir o capítulo anterior nos perguntamos por que a periferia é um acúmulo de formas pretéritas? Antes propor uma resposta para questão, analisemos dialeticamente os termos.

A periferia é uma morfologia-produto em relação ao espaço da formação social, por isso ela responde à codificação das formas sociais. É claro que neste caso, estamos tratando de níveis de espaço, então, o espaço periférico, enquanto produto é uma redução de conteúdos sociais definidos em um nível espacial mais amplo.

As relações sociais se estabelecem em um nível socioespacial mais amplo do que aquele da periferia e seu conjunto, a cidade. Estamos nos referindo ao da própria formação social onde se processa a divisão e o conflito entre classes. Neste nível, o

projeto de sociedade é formatado pelas classes hegemônicas e, por conseguinte, posto em prática em níveis mais restritos.

Ao longo dos capítulos anteriores expomos que o projeto das classes hegemônicas foi e continua a ser o da modernização do regime de acumulação de capitais. E para a consecução desse projeto foi necessário impor, via superação formal (ressignificação), um espaço de catástrofe que resultasse em transformações em todos os níveis espaciais, mas então retornamos a questão inicial, pois, se a periferia é fruto da modernização por que ela se compõe de formas pretéritas e não de formas modernas? Há uma contradição nesse processo.

Entendemos que a contradição advém dos próprios termos da estrutura social e de seu movimento de reprodução. O fato de a classe hegemônica ter promovido uma modernização do regime de acumulação de capitais, resultando em ressignificações das formas da relação entre classes, não significa que os fundamentos da exploração tenham sido também ressignificados. Por quê? Porque a transformação operada se restringiu às formas de acumulação do capital, isto é, na recomposição técnica dos capitais constante (fixo) e variável, de sorte que o conteúdo central das relações sociais permaneceu o mesmo. Apenas as formas pelas quais se opera a exploração da classe trabalhadora foram ressignificadas e, mesmo assim parcialmente, logo, adentramos em um aspecto ainda não analisado, que é o da potência da recomposição técnica dos capitais constante (fixo) e variável e de seu reflexo na recomposição orgânica do capital total.

A recomposição dos capitais constante (fixo) e variável foi quantitativamente suficiente para operar uma transformação qualitativa na reprodução social da classe trabalhadora? Sim, mas foi parcial a transformação qualitativa, porque a recomposição técnica de capitais se realizou em níveis quantitativos variáveis. Como demonstramos no capítulo anterior, em Salvador, no ano de 2000, cerca de 30% dos domicílios se encontravam em um ponto de inflexão entre dois níveis de reprodução – um pós-escravista e outro urbano-industrial, enquanto no Pero Vaz, este

percentual foi estimado em 65% dos domicílios no ano de 2010. Estes dois níveis reprodutivos, o que querem dizer?

A resposta não está ao nível técnico da recomposição de capitais, mas em um nível mais elevado no qual a recomposição orgânica dos capitais passa para a dimensão do valor. Se pensarmos a cidade e o bairro como elementos da “equação” de recomposição orgânica do capital, então os 30 e 65%, respectivamente, não são apenas os resultados de um nível de exploração, mas são também a condição estrutural/conjuntural que garantiu uma “reserva de segurança” à produção da mais-valia, no bojo da acumulação de capitais.

Neste ponto da análise voltamos a dialogar com Marx (1971) a respeito do desenvolvimento da reprodução capitalista e da sucessão da subsunção formal pela real. Marx afirma que a primeira forma de subsunção, a formal, baseia-se na mais-valia absoluta e, à medida que as forças produtivas são revolucionadas pela tecnologia, a subsunção real se implanta concomitantemente à mais-valia relativa. Esta compreensão do desenvolvimento do capitalismo, ou seja, do movimento da reprodução capitalista típica está ao nível teórico, no entanto, quando confrontamos com a materialidade do objeto de pesquisa, entendemos que mais uma consideração pode ser acrescida.

Com a implantação de um espaço catastrófico capitalista, baseado em uma industrialização de suporte às indústrias do Centro-sul, Salvador e sua Região Metropolitana passaram a cumprir uma função secundária na estrutura industrial da formação social. Portanto, apenas uma pequena parcela da classe trabalhadora, aquela que está diretamente envolvida com as atividades produtivas capitalistas típicas, foi inserida na subsunção real. Quanto aos demais trabalhadores, o processo ainda é de subsunção formal.

Portanto, a subsunção real de que trata Marx (1971) é um processo cuja dimensão concreta é apenas pontual na realidade reprodutiva da classe trabalhadora em

Salvador. Os resultados levantados pela pesquisa reforçam a tese de que subsunção formal mantém formas e práticas anteriores às capitalistas típicas. Se considerarmos os referentes de espaço/tempo de Marx para pensar o desenvolvimento da reprodução capitalista, diríamos que há um “continente” quase inexplorado de reflexão teórica, porque reafirma o que Léfèbvre (1976) disse sobre a potência explicativa da abordagem marxista para com a relação do capitalismo e a dimensão espacial.

Relembremos o caso da atividade comercial em Salvador que, em essência, foi o “carro abre-alas” da modernização reprodutiva. Apesar de tanto tempo sendo praticada por formas capitalistas típicas, ainda hoje, convive com formas e práticas derivadas da escravidão como, por exemplo, os vendedores ambulantes de frutas e verduras. No Pero Vaz existem muitos desses vendedores, o que chamamos de circuito endógeno, eles existem porque realizam a atividade comercial sob práticas inviáveis para o comércio formal, como a venda em pequenas quantidades e mesmo a prazo sob relação de confiança. Isto é uma contradição para a reprodução capitalista típica, sem dúvida, todavia foi e continua a ser, dessa maneira, anômala, que a modernização capitalista se desenvolve.

A partir desse raciocínio, a análise da periferia se ilumina porque explica suas formas pretéritas. Como produto, a periferia revela os termos da superação do regime agrário pelo urbano-industrial, através na negação da própria modernização. A história da modernização brasileira é também a história dos que foram “ressubjugados”.

E, nesse processo, as representações positivas de um trabalhador urbano efetivamente funcionaram porque disseminaram a subsunção real como sentido da modernização, mas na prática, as ressignificações das formas de reprodução atuaram na requalificação da subsunção formal.

Ainda na dimensão do valor, porém, no nível microssociológico, podemos tecer outra linha de análise acentuando a contradição entre valor de troca e de uso. Se a periferia aglutina formas sociais pretéritas de reprodução, significa que tais formas são o outro da modernização e, logo, elas entram em conflito com a forma referente da reprodução capitalista, isto é, a forma mercadoria como demonstramos no momento da análise formal. Este conflito abre a "possibilidade" para que dois movimentos simultaneamente aconteçam: um no qual o valor de uso qualifica as práticas e outro que reitera o valor de troca através das imposições formais.

Entendemos que o valor de uso está na base da prática de apropriação para satisfação das necessidades, enquanto o valor de troca remete não mais à pura e simples apropriação, mas a troca e, por derivação, ao acúmulo, mas isto está na dimensão do teórico. Na dimensão concreta percebemos que o valor de uso está presente, por exemplo, nas práticas das redes de solidariedade identificadas nos domicílios cujo nível de reprodução está abaixo do limite crítico do capitalista típico. Ele se relaciona com as formas de reprodução derivadas da escravidão, no entanto, é preciso ressaltar, até com certa ênfase que nessas formas e, portanto, nas práticas, o valor de troca está presente também, porém, em uma condição de quase "inércia". Não seria isto uma contradição? Não, porque no período escravista as relações econômicas e, logo, a reprodução social já eram da ordem capitalista, consequentemente, as formas derivadas da escravidão são híbridas porque já estavam submetidas à subsunção formal.

De onde vêm os fundamentos que justificam tanto o valor de troca quanto o valor de uso em nossa sociedade? Esta questão nos conduz a analisar os estilos de sociedade que estão na base de nossa formação social, isto é, as sociedades de ritmos cíclicos e a de ritmo linear.

5.2 O SENTIDO DA REPRODUÇÃO CAPITALISTA TÍPICA É O DA ACUMULAÇÃO

Antes de qualquer coisa é preciso dizer que não se trata de tomar um estilo de sociedade por outro, até porque isto não faz qualquer sentido. De fato, o que queremos é analisar este aspecto profundo da formação social brasileira – os estilos e, consequentemente, os ritmos reprodutivos. Focillon (1947) nos fala que um estilo (conjunto de formas) revela uma sintaxe e, por este viés, é plausível afirmar que a formação brasileira tem uma sintaxe reprodutiva complexa porque foi formada pela composição de ritmos cíclicos e lineares, ao mesmo tempo. É verdade que por meio de força e coação de todo tipo a sintaxe da sociedade linear prevaleceu, contudo, as sintaxes das sociedades de ritmos cíclicos têm resistido sob formas insuspeitadas, às vezes, até no silêncio.

As necessidades, sob o estilo linear, tendem a ser consumidas no processo da acumulação e se transformar em desejos de poder ou status. Como demonstrou Fernandes (1976), com a modernização novos elementos da sintaxe da sociedade linear foram incorporados, dentre os quais destacamos uma nova ordem de competitividade trazida com o imigrante europeu. Isto não só aprofundou a hierarquização socioespacial no Brasil, como também impôs definitivamente o estilo da sociedade linear na formação social.

O sentido da sociedade linear é o da acumulação em todas as suas formas, desde a patrimonialista até a capitalista típica. O “ter” mais e mais se impõe via processo e relações sociais, tal sentido é particularmente conflituoso na periferia e a negociação deste conflito é uma necessidade diária. Por isso, entendemos o “lugar” da decomposição violenta, pois, ela é um corolário desse conflito, e a violência envolvida no tráfico de drogas é igual àquela imposta pela acumulação aos que se reproduzem muito próximos do nível biológico.

Com a acumulação também se impõe um ritmo social diferenciado, isto é, um tempo concreto marcado pela polarização trabalho x consumo. Na realidade, o tempo linear

penetra na reprodução através do consumo e da programação da vida cotidiana, através de procedimentos de creditização. Um indicador da instauração do ritmo linear foi identificado na fala de alguns dos entrevistados quando expressavam seus problemas cotidianos com o pagamento de mercadorias sob a forma de crediários. Com efeito, a carga de trabalho precisa responder aos encargos assumidos com os crediários, além disso, uma vez inseridos no tempo linear pelo consumo programado, dificilmente os trabalhadores manifestam desejo de recusá-lo, a não ser por um evento drástico da ordem de uma tragédia em suas vidas. Uma das constatações mais interessantes que obtivemos no trabalho de campo foi perceber que entre os idosos não há saudades do passado, porque consideram o presente melhor. Sobre o que seria melhor, todos se referiam ao consumo e as "comodidades" da vida moderna, porém e, contraditoriamente, todos os entrevistados idosos tinham que ainda trabalhar.

Não ter saudades do passado talvez seja uma dos indicadores mais efetivos de supremacia da sociedade linear. Atuando através do consumo e, assim, instaurando um tempo linear de trabalho, esta sociedade conduz a solução da qualidade (desejo) pela quantidade (necessidade). Do ponto de vista da teoria das necessidades, isto se refere ao movimento que leva do ser genérico ao particular, porque a sociedade linear não propõe a solução das necessidades gerais senão na perspectiva do indivíduo, mas sob esta perspectiva, as "conquistas" materiais ganham contornos superdimensionados, uma vez que a condição de vida é muito precária.

Mas se a tendência no Pero Vaz é a da imposição do tempo linear isto não significa que o tempo cíclico está sendo aniquilado. Na realidade, este tempo sobrevive porque sobrevivem formas de reprodução pretéritas e seus conteúdos sociais. Mesmo que os conteúdos sociais provenientes das sociedades de estilos não lineares tenham sido recodificados pelas formas da sociedade linear, no limite, como observou Damiani (1999a), eles podem ser potencializados porque são em muitos aspectos irredutíveis ao estilo dessa sociedade. Por exemplo, a forma da família patriarcal, ligada à sociedade linear para fins de herança, reforça conteúdos familiares diferentes e pretéritos, muito semelhantes a clãs, mas se isto não explica, pelo menos amplia o entendimento da organização social em torno de terreiros de

candomblé nos quais as “famílias de santo” têm na “mãe de santo” um papel social central. Tais conteúdos sociais, ocultos pelas formas de reprodução social da sociedade linear, são resíduos e resistências.

Os resíduos e resistências existem porque há diferenças sociais. A qualidade da diferença está no centro do conflito da formação social brasileira por conta dos estilos de sociedades que se colmataram. Entretanto, o que era diferença se tornou desigualdade, por isso, nossa obsessão em incluir, mas incluir quem no quê? A diferença na homogeneidade, através de todo o instrumental disponível para isso, material, ideológico, simbólico, institucional, policial, etc., mas isto não resolve a contradição entre diferença e desigualdade.

A luta obsessiva por igualdade racial é um caso típico de como a diferença foi consumida pela homogeneização. Que igualdade ou direitos uma sociedade como a nossa propõe, tendo como referente a centralidade produzida pela sociedade linear? Infelizmente, nada além que “direitos à propriedade e ao consumo”. Embora possa parecer um argumento pueril contra a “bandeira da igualdade” é preciso considerar seriamente o desejo da classe trabalhadora não diferentemente daquele que encontramos nas classes abastadas, mas parafraseando Léfèbvre, diremos que entre o desejo e a necessidade há um “oceano” de mediações e alienações.

É na periferia que a violência da ordem social se manifesta com toda a sua potência, porque a homogeneização trabalha no sentido da equivalência, para isso, as desigualdades, não mais diferenças, precisam ser reduzidas ao termo principal da sintaxe da sociedade linear, isto é, o valor de troca. Mas como reduzir as desigualdades se, na periferia, é onde há uma significativa parcela da classe trabalhadora se reproduzindo em condições pós-escravistas? Isto é incontornável, mesmo com todos os “projetos sociais de inserção”. Então como sustentar ou suportar tal situação? Simples resposta: através da violência.

Não é a violência da decomposição social que vimos acontecer por conta do tráfico, esta é uma derivação negativa da sociedade linear. A violência que estamos tratando aqui é aquela que se origina no Estado, em seus diversos níveis de ação, com um discurso e uma ação coercitivos. No fundo, visa justificar e dar consecução aos mecanismos e toda a estrutura de exploração historicamente estabelecidos, mas que sob as formas de reprodução aparecem como coerentes. Há uma lógica que as torna coerentes, transparentes quanto aos fins últimos, isto é, inviabilizar a consciência de um ser genérico. Com efeito, ao nível conjuntural, esta mesma lógica, inclusive espacial, mediatiza a violência a um grau tamanho que os termos se transformam em uma abstração concreta, leia-se alienação, mas agora não mais genérica e sim sensível, como indivíduo particular.

Não é apenas a alienação do trabalho, mas a alienação (estranhamento) do homem de sua relação com outro homem, talvez o mais alto grau de alienação que possamos chegar. Neste nível tudo perde a qualidade sensível da atividade humana e se transforma em negatividade. Marx (2004) considera a relação ser genérico e ser indivíduo como uma questão central da sociedade e do processo de alienação replicado pela reprodução capitalista. Segundo seu pensamento e palavras “é preciso evitar fixar mais uma vez a ‘sociedade’ como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o ser social” (p. 107), no entanto, se o ser genérico (no caso, a classe trabalhadora) está alienado de si mesmo, porque sua atividade sensível (o trabalho) lhe é exteriorizada, então, como esperar que o indivíduo se reconheça na sociedade?

Durante a realização do trabalho de campo, por diversas vezes, observamos as mais diferentes manifestações, ora de percepção da violência desta sociedade ora de alienação. O ponto a ser observado é como ao nível imediato, sensível, a violência se manifesta. É o olhar sem perspectiva, o corpo retorcido pelo tempo, as lamentações sussurradas em monólogos nos pontos de ônibus, as dores e doenças que os acometem prematuramente. Foi neste quadro que conhecemos muitos indivíduos que nos manifestaram considerações razoavelmente refletidas sobre este tipo de violência, porque percebiam seus dramas e mesmo suas tragédias, vinculadas à estrutura social. Entretanto, no sentido contrário, conhecemos também

indivíduos que percebem a condição de sua reprodução como “natural” e fruto de determinações “divinas”. Em qualquer caso, é preciso, como diz Certeau, “não tomar os outros por idiotas” e estabelecer uma tabula rasa *a priori* para a questão, porque suas trajetórias de vida acabam conduzindo a diferentes graus de percepção dos mecanismos de violência e de alienação.

Enfim, a linha argumentativa construída até aqui visa sustentar a seguinte consideração – a sociedade de estilo e ritmo linear está baseada na propriedade privada ou, como temos até aqui empregado, na forma mercadoria. Assim, todo o movimento de transformação socioespacial empreendido para a mudança do regime de acumulação está mediatizado por formas particulares de alienação, como Estado, direito, família, religião, consumo etc., o que conduz, ao nível conjuntural ou sensível (imediato), a uma vida humana estranhada. Isto recoloca no centro da discussão a negatividade, fruto da alienação, como elemento central de transformação social.

5.3 A PERIFERIA É UM ESPAÇO DIFERENCIAL?

Pode haver positividade na negatividade? Quer dizer, pode haver transformação que inverta este mundo invertido?

Aqui adentramos em uma questão sem consenso entre os marxistas, porque remete justamente ao ser genérico e a consciência não só de si, mas para si, portanto, a construção de um projeto e um trajeto. Como é sabido, durante muito tempo foi creditado à classe trabalhadora a consecução de transformações sociais, ou seja, o fim da sociedade burguesa por meio de uma revolução, no entanto, o destino histórico que se pressupunha existir para esta classe não se realizou conforme idealizado. Por outro lado, marxistas como Léfèbvre e Heller reelaboraram, ao nível teórico, um possível trajeto de transformação social a partir da vida cotidiana. Dito diferentemente, estes filósofos percorreram um caminho inverso ao da ortodoxia marxista que apregoa primeiro a transformação política e econômica ao nível das

instituições, para depois a transformação da vida cotidiana. É uma condição tanto em Henri Lefebvre quanto em Agnes Heller que a transformação do cotidiano e, mais precisamente da vida cotidiana, alcance os indivíduos, mas o que está na base da vida cotidiana? O habitar.

Se relembrarmos como o Pero Vaz se originou, então veremos que o projeto era "revolucionário" porque sua base era realizar a dimensão do habitar. Aqui as abordagens da alienação e da resistência se encontram, porque é ao nível e na dimensão do habitar que a apropriação e o desvio são condições irredutíveis e inalienáveis do corpo. Na realidade a casa, enquanto forma, é de um conteúdo muito especial, o da vida. A luta pela vida faz da periferia um espaço de resistência.

A apropriação de um espaço para moradia, mesmo que consumido em um momento ulterior pela forma mercadoria, revela uma potência de transformação qualitativa que não pode ser negligenciada, porque portadora de uma positividade na negatividade. As táticas de sobrevivência como os "gatos" nos sistemas de infraestrutura, o comércio de produtos "pirateados", enfim, tudo que burla, tudo que segue à margem do "legal" são indícios de positividade, porque sugerem que a luta pela vida não cessa, mesmo que sob a violência da homogeneização socioespacial imposta por esta sociedade.

A periferia é por isso um "campo de batalhas," onde uma luta intensa é travada entre forças homogeneizantes e diferenciais pelo devir. Aquelas estão evidentemente em curso em todos os lugares. No Pero Vaz, sua ação está desestabilizando as práticas socioespaciais relacionadas ao habitar fruto da apropriação para o uso. Além disso, as forças homogeneizantes instauraram uma forma derivada de reprodução destrutiva, a decomposição violenta pelo tráfico de drogas como reflexo do modo de vida urbano. Por outro lado, as forças diferenciais são ainda robustas no *bairro*, particularmente, nos domicílios situados abaixo do limite crítico de reprodução capitalista típica, uma vez que o valor de uso marca mais claramente as práticas de reprodução.

As forças homogeneizantes da sociedade dominam a reprodução do espaço nos níveis da formação social e da cidade, portanto, o projeto de um “sistema total” está parcialmente *accompli,* porque no nível privado da periferia é onde estão entrincheiradas as forças diferenciais. Malmente conscientes de si mesmas, elas seguem um trajeto sinuoso em direção a um futuro incerto. Outrossim, estas forças, quando se movimentam para além do nível P (bairro), tendem a ser consumidos pela forma mercadoria, infelizmente. Sobre isso, daria para fazer uma longa lista de exemplos, mas então fugiríamos do escopo do trabalho.

O lugar que há para os espaços diferenciais nas representações acerca do “sistema total” tem apenas dois vieses: um tradicional que reduz a periferia a um espaço marginal e outro, mais recente, da periferia como espaço para as chamadas “inclusões”. Em ambos, a principal qualidade do espaço diferencial - reproduzir formas subsumidas de reprodução, não aparece porque o projeto de um “sistema total” implica em negar os espaços diferenciais, pois, o referente e, logo, a representação do “sistema total” está na centralidade.

A reprodução da centralidade, nos níveis mais amplos do espaço define um modo de vida referente para todo o conjunto. Como já observou Carlos (2008), o urbano, da mesma maneira que o espaço é um produto histórico, logo, tem esse duplo aspecto de um componente dimensional, isto é, de ser mediato, porque submetido à estrutura social e imediato porque está entranhado nas práticas de reprodução como o trabalho.

O movimento histórico de ressignificação das formas de trabalho, paulatinamente, conduziu às formas urbanas dessa dimensão para que fossem compatíveis com o próprio modo de vida urbano. Essa busca por uma simetria entre formas de trabalho e modo de vida urbano fez e ainda faz parte do conjunto da recomposição orgânica de capitais, mas da parte do processo que envolve a criação dos mercados e, em última instância, dos consumidores.

A observação do modo de vida no Pero Vaz nos fez refletir sobre a condição da periferia enquanto lócus de reprodução de um urbano no qual os referentes determinados pela estrutura social se dialetizam com aqueles subsumidos. Da dialética entre o socialmente desejado e o possível nascem exemplos de criatividade ímpar. Contudo, a dimensão urbana na periferia é pautada pelo conflito e pela negociação.

Uma vez que a dimensão do trabalho tende às situações ditas informais, o estilo de vida também tende a se estabelecer no consumo de mercadorias que reproduzem, por mimese, às socialmente referenciadas. Além disso, há ciclos de consumo de mercadorias miméticas, tais ciclos são extremamente rápidos porque são instaurados e substituídos pelo *mass media*, principalmente, a televisão. A transitoriedade dos ciclos mercadológicos e as condições concretas de realização do trabalho fazem o modo de vida urbano da periferia altamente permeável ao estilo da sociedade linear. Por fim, como já descrevemos e observamos, os procedimentos de crédito fortaleceram o modo de vida urbano na periferia.

A historicidade do urbano no/do Pero Vaz nos fez entender o sentido do campo de batalhas que é a periferia - regular os termos críticos de reprodução da sociedade. A estrutura não se transforma em seus termos, mas os níveis de vida urbana sim. Dito em outras palavras, amplia-se o acesso ao consumo, pois a recomposição orgânica do capital exige uma sempre crescente ampliação da base de realização da mais-valia. Isto encaminha a uma aparente “solução” para as desigualdades sociais na dimensão do modo de vida ao satisfazer, mesmo efemeramente, o desejo de consumo de parte da classe trabalhadora. Certos índices de “qualidade de vida” acabam indicando justamente este percurso no qual a ampliação dos níveis de renda seria uma prova contumaz da melhoria das “condições de vida” e não seria? Decerto que sim, mas dentro daquilo que esta sociedade propõe para a classe trabalhadora, acumulação à custa de mais exploração.

Com essa consideração chegamos a um nível de compreensão mais elevado da crise que o *bairro* vive. Na análise formal identificamos que o Pero Vaz havia

atingido à descontinuidade do tipo dobra (colapso), por conta de vários indicadores de uma crise de reprodução social, mas estávamos discutindo o Pero Vaz enquanto nível espacial ou morfologia. Aqui na análise dialética, o enfoque está nas dimensões do habitar e do urbano em suas relações com os termos mais amplos da reprodução social.

A superação da reprodução social baseada no regime agrário determinou a constituição de outros “campos” da reprodução capitalista típica. Estes “campos”, ou dimensões reprodutivas, na periferia, revelam não momentos de descontinuidade, mas um “estado crítico” permanente de reprodução. Enquanto a dimensão do habitar reafirma a diferença porque está atrelada ao corpo, a dimensão do urbano impõe a homogeneização porque se vincula ao consumo. Não há como o projeto de um “sistema total” anular esta contradição, porque estes são os termos mais profundos da estrutura social. Entretanto, dá para mediá-los pelas estratégias e, assim, desqualificar as práticas de resistência ou de negação do nível conjuntural.

Se a periferia é esse “campo de batalhas” entre as forças homogeneizantes e diferenciais significa dizer que os processos sociais oriundos tanto da estrutura quanto da conjuntura estão no embate. Assim, responder a questão se a periferia é um espaço diferencial ou não exige uma resposta não apenas nos termos formais, mas também dialéticos. Analisemos o caso do Pero Vaz.

Como nível espacial, o Pero Vaz vive um colapso em sua morfologia porque a dimensão do habitar se decompõem em um duplo movimento de “destruição”: um na base (endógena), pois o parcelamento dos terrenos ocupados e, consequentemente, a construção de imóveis atingiu o limite ecológico para os domicílios cuja reprodução acontece nos termos da reprodução pós-escravista; outro proveniente dos níveis superiores (exógeno) e que tem imposto formas “legais” ao habitar (jurídicas e urbanísticas).

O mesmo pode ser dito a respeito da dimensão do trabalho. Os laços de solidariedade e consanguinidade têm mantido a reprodução de uma parcela dos moradores em uma condição precariamente estável, mas à medida que o modo de vida urbano penetra nas práticas de reprodução, novas desestabilizações relacionadas a essa dimensão tendem a se intensificar e, como corolário, as manifestações de violência tendem também a aumentar.

No fundo o Pero Vaz está sutilmente sendo “decomposto” em suas características endógenas pelo processo de segregação socioespacial. Este mecanismo tende a apartar os remanescentes da classe trabalhadora que reproduzem não só formas e práticas pretéritas, mas a própria diferença para cada vez mais longe do centro e de seu entorno próximo. No entanto, como o centro se manteria sem o seu par dialético? Os termos contraditórios da reprodução capitalista, sob a leitura espacial, indicam recomposições ao longo do tempo, porque tanto a centro ou espaço instrumental quanto a periferia ou espaço diferencial se movimentam, se deslocam, se apartam aqui para se aproximar acolá.

Especificamente em relação ao Pero Vaz, concluímos que ele se encaminha para perder sua qualidade de espaço diferencial e, concomitantemente, se tornar mais um fragmento indiferenciado no conjunto da cidade metamorfoseada em metrópole. Toda a potência de espaço diferencial que outrora existiu, tende ao “grau zero” do espaço instrumental. Por outro lado, é certo que a periferia que ainda persiste no *bairro* se recomporá em outro lugar, é apenas uma questão de tempo e de táticas.

Com estas analises acreditamos ter atingido a condição de responder se o Pero Vaz é um *bairro* conforme discussão de Seabra (2003). Até aqui grafamos o termo bairro em itálico, quando nos referíamos ao Pero Vaz, porque não tínhamos elementos empíricos suficientes para afirmar se sim ou se não.

Segundo Seabra (2003) para ser um bairro uma certa espacialidade da cidade precisa congregar duas características principais: uma vida imediata e relações de

parentela e vizinhança, além disso, possuir uma tessitura cultural e histórica que a singularize no conjunto da cidade. A questão envolvida nesta discussão é quando o espaço de catástrofe, fruto da modernização capitalista típica se implanta na cidade e, como consequência, esta muda qualitativamente para a condição de metrópole, com isto, inicia uma homogeneização de suas espacialidades internas, os bairros, até que suas identidades histórico-culturais sejam subsumidas pelo processo em si.

Sobre o Pero Vaz sua gênese está atrelada claramente ao período de crise que antecede à catástrofe e à metropolização de Salvador. Portanto, as características que indicariam uma espacialidade do tipo bairro não se aplicam à área de estudo. De fato, o Pero Vaz já nasce moderno, mas pelo avesso do discurso de modernidade, por isso, possui uma característica de vida de bairro muito semelhante àquela estudada por Damiani (1993) no conjunto Itaquera I, situada em Guaianazes, São Paulo. A autora demonstra que a programação do cotidiano neste conjunto habitacional produziu uma sociabilidade "espectral", sem vida, e que a tentativa de reconstituição de uma densidade social (festas, vizinhança) é dolorosa, porque a forma já nasce forjada por um conteúdo sociopolitico de coação. Apesar de o Pero Vaz ter uma trajetória diferente de um conjunto habitacional sua sociabilidade, sem dúvida, foi reconstituída também de maneira dolorosa, muito embora haja relações de parentela (consanguinidade) e vizinhança, logo, não dá para afirmar que o Pero Vaz é um não-bairro, então o que ele é?

O Pero Vaz é um projeto de sociabilidade imediata inacabado, meio moderno e meio rural, com uma rica tessitura histórico-cultural se esvaindo, lentamente, à medida que a "batalha" tende para a homogeneização. Há um espectro que acompanha a vida dos moradores do Pero Vaz. Eles temem por sua sorte e pelas gerações futuras, temem pela violência. Eles sabem que são os "fracos" da história, mas sabem como sobreviver. Como Léfèbvre (2004) afirma em uma bela nota, "a des-centralidade imobiliza-se na redundância" (p. 175).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um longo percurso de pesquisa chegamos ao seu termo. Das percepções iniciais até as reflexões mais elaboradas que alcançamos com o objeto, nosso intento consistiu em refletir sobre a reprodução da classe trabalhadora no bojo do processo de ressignificação do regime de acumulação de capitais. Nosso trajeto durante a tese foi buscar uma resposta de contivesse o espaço e o urbano como dimensões privilegiadas para se analisar a imposição de uma reprodução capitalista típica, desde o nível o estrutural até alcançar o conjuntural.

Entendemos que foi necessário implementar um projeto de modernização na formação brasileira para que os termos de um novo regime de acumulação fossem possíveis. Sob uma leitura geográfica, isto reconduziu a produção de centros e periferias em qualquer nível espacial. Na realidade, a relação morfológica centro-periferia é uma expressão do processo de centralidade.

O fato é que a periferia tem uma condição de centralidade para o desenvolvimento do regime de acumulação urbano-industrial tão importante quanto às espacialidades consideradas centrais. Esta condição de centralidade é o ponto fundamental a ser sublinhado porque reposiciona o debate dos termos do desenvolvimento do capitalismo típico no Brasil para a sua especificidade histórica, isto é, modernizar e manter formas pretéritas de exploração social.

Como havíamos indicado ainda na introdução, esta pesquisa de certa forma também se inseria no mais brasileiro dos debates acadêmicos sobre o sentido de superação das características de subdesenvolvimento da formação social. Dessa forma, nossa contribuição se alinha no sentido do reforço da tese defendida por Chico de Oliveira, dentre outros estudiosos, a respeito da manutenção de formas de reprodução social derivadas do período escravista. Se a modernização do regime de acumulação de capitais trabalhasse no sentido da destruição dessas formas de reprodução, então

isto deveria se reproduzir não só nas práticas analisadas, mas também na própria espacialidade relacionada, a periferia. Com efeito, esta tenderia a desaparecer à medida que a reprodução social capitalista típica lhe penetrasse e fizesse com que os trabalhadores alcançassem o nível crítico necessário para se tornar força de trabalho. Porém, não é isto que está acontecendo com o Pero Vaz, isto é, a sua qualidade de periferia não está em crise?

Sim, é verdade, porque a reprodução social e o próprio espaço se encaminham para o colapso como indicamos na análise dialética. No entanto, isto não significa que as formas e práticas derivadas da escravidão estão sendo superadas pela forma capitalista típica, o movimento é outro e se caracteriza pelo mecanismo de segregação socioespacial que tende a expulsar a parte do Pero Vaz que está na condição de periferia. Este é o cenário mais plausível vislumbrado para o problema desta pesquisa.

Mas a segregação socioespacial em curso no Pero Vaz então confirma a nossa tese inicial – a periferia como reveladora das próprias contradições do processo de modernização da reprodução capitalista, porque quando este processo avança, através da ampliação da base de reprodução da classe trabalhadora, mais se fomenta a reprodução também ampliada da periferia. Por isso, a periferia não se trata de apenas de um produto da exploração da classe trabalhadora, mas ela é uma condição necessária e, ao mesmo tempo, contraditória da modernização. Isto aponta para um mecanismo de compensação na reprodução capitalista típica ainda pouco claro, isto é, reproduzir a classe trabalhadora sob condições de subsunção formal para regular a real.

É na periferia que a condição de força de trabalho se revela. A descoberta de um nível crítico necessário para isso nos ajudou a entender porque as formas de reprodução derivadas da escravidão persistem. Por isso, a reflexão sobre a subsunção formal no Brasil tem que levar em conta a especificidade histórica da nossa formação, ou seja, uma reprodução social sob a forma da escravidão. Isto, a nosso ver, criou uma qualidade diferente de subsunção formal ao capital em relação

ao processo ocorrido na Europa, por isso, trabalhamos contrapondo capitalismo típico àquele do período da escravidão. Esta especificidade histórica brasileira instaurou uma hierarquia social de subsunção ao capital que só reforçou a acumulação de capitais; por outro, tornou o conflito de classes pouco discernível.

No plano da prática social, as hierarquias de subsunção ao capital se expressam pelos níveis de rendimento nominal. Até mesmo nas formas de reprodução derivadas da escravidão esses níveis estão presentes. Na realidade, a reprodução social capitalista não pode prescindir da estruturação de níveis de renda, porque cria na classe trabalhadora um efeito de desmoralização e perda da confiança em si. No caso da formação social brasileira, foi o próprio Estado que tornou os níveis de rendimento uma instituição social, ao criar e impor o salário mínimo. Esta foi a via histórica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil sob a perspectiva típica.

Aliás, a imposição da reprodução capitalista típica seria impossível sem a presença crescente do Estado. Este conseguiu arrefecer e manter o conflito de classes sob controle, através de todo aparato coercitivo e assistencialista disponível, mas também por meio de representações positivas acerca da modernização do regime de acumulação. Lembremos que ser um trabalhador assalariado é uma bandeira ainda muito presente nas lutas sindicais, por exemplo.

Na periferia, a presença do Estado tem se intensificado a cada dia. Isto aponta para uma preocupação crescente com a potência de transformação social que o tráfico de drogas magnetiza em torno de si. Os meios empregados pelo Estado para controlar esta situação sempre foram de ordem coercitiva, mas passaram a ser também de assistência social focada na recomposição do capital variável.

Por isso a periferia é este significante socioespacial complexo, uma vez que as resistências estão convivendo com as manifestações de transformação social sob a forma da decomposição violenta. Esta convivência é cotidiana e ambas são potencializadas pela homogeneização imposta pela reprodução capitalista típica.

Mesmo diante deste quadro complexo, ousamo-nos a apresentar alguns cenários possíveis para a periferia, tendo o Pero Vaz como referência.

Um primeiro e, provavelmente, o mais plausível é aquele em que a periferia se reproduza cada vez mais distante do centro nas metrópoles. O movimento neste sentido já existe, mas tem dinâmicas próprias em cada lugar e nível espacial e depende da potência de catástrofe capitalista. Em Salvador, por exemplo, a periferia da qual o Pero Vaz/Liberdade fazem parte persiste próxima ao centro.

Um segundo, menos provável, mas possível é aquele no qual a periferia avança em direção ao centro. Neste cenário, há uma estratégia evidente de classe e busca-se combater a segregação socioespacial. Isto conduziria à revolução urbana e, portanto, à revolução social. Seria necessário destruir o Estado.

Um terceiro cenário, não menos provável e possível é o da destruição da periferia e, com ela do próprio centro, a partir da expansão da decomposição violenta. Este é o que mais chama à atenção porque têm potência social para isso, isto é, há muita gente envolvida, muito dinheiro, armas, corrupção e, portanto, violência. A questão aqui envolvida se refere ao fato de não haver projeto político de classe.

Estas são as considerações que conseguimos alcançar com a pesquisa e, mesmo tendo em conta que a temática não se esgota, entendemos que o objetivo inicial foi atingido, haja vista a compreensão alcançada dos termos da reprodução da classe trabalhadora a partir da periferia.

Sobre nosso trajeto teórico para realizar o objetivo da pesquisa consideramos que propor um diálogo entre as abordagens teóricas de Léfèbvre e Certeau para se pensar, descrever e analisar a reprodução social da classe trabalhadora não foi

nada fácil, mas foi sem dúvida gratificante. Sinceramente, não sabemos se houve contribuição acadêmica, por outro lado, trabalhamos nesse sentido.

Em relação ao especificamente metodológico destacamos as dificuldades do estudo do bairro e a dimensão do vivido. O emprego da microanálise como metodologia de trabalho de campo para entrar em contato com as trajetórias de vida dos moradores e entender a modelação das formas pela prática. Por outro lado, descobrimos toda a dificuldade que envolve uma abordagem metodológica próxima a uma etnografia. A Geografia tem muito a ganhar dialogando com as outras ciências sociais.

Outrossim, indicamos ainda possíveis problemáticas relacionadas à reprodução dos trabalhadores e a periferia que pouco ou mesmo nada aprofundamos neste trabalho, mas que são, sem dúvida, importantes:

- não conseguimos realizar um estudo aprofundado do cotidiano como pretendíamos. Uma pesquisa especificamente desta natureza ampliaria o conhecimento acerca de diversos aspectos da reprodução social como as diversas redes sociais que existem na periferia, mas são ocultas;

- a periferia (o bairro) através de um estudo semiológico. O bairro na dimensão semiológica está muito próximo de ser um contexto de um texto social (estrutura), mas neste contexto, sobretudo o periférico, o interdito, o inconsciente constituem tanta força social quanto a ordem social paradigmática. Então, um possível estudo seria o que consideraria o bairro como um espaço de representação o que está intimamente ligado com a pesquisa do cotidiano; e,

- um estudo do campo semântico envolvido neste significante complexo – a periferia. Há que se trabalhar com as significações simbólica, paradigmática e sintagmática dos significantes que compõem a periferia e buscar seus significados ainda envoltos em um “campo cego” do conhecimento.

Enfim, concluímos esta pesquisa com a sensação de que muito ainda precisa ser feito em relação à produção de conhecimento sobre a periferia no Brasil, para suplantar representações reducionistas e/ou preconceituosas. Os “fracos” da História são, na realidade, os fortes!

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

ABREU, Frede. *O Barracão do mestre Waldemar*. Salvador: Zarabatana, 2003.

AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos (Guia de ruas e dos mistérios da cidade de Salvador).* 4 ed. São Paulo: Martins Editora. 1955.

ARAÚJO, Heloísa Oliveira de. *Inventário da legislação urbanística de Salvador*: 1920 – 1966, as novas regras do jogo para o uso e o abuso do solo urbano. Salvador: 1992. (Dissertação). Mestrado em Arquitetura e urbanismo – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

BRANDÃO, Maria de Azevedo R. Origens da Expansão Periférica de Salvador. In: *PLANEJAMENTO*, v. 6, nº 2, abril/junho de 1978.

_____. O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). *Habitação em questão*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRITO. Cristóvão de Cássio da Trindade de. *A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo Baiano*. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. A estruturação do mercado de terra urbana e habitação em Salvador-Ba a partir de 1970. In: *GeoTextos*, vol. 1, n . 1, 2005.

BRITO, Fausto Reynaldo Alves de. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. In: *Estudos Avançados*, v. 57, p. 221-236, 2006.

BORGES, Jafé (Org.). *Salvador era assim II*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (Re)Produção do Espaço Urbano*. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. *Espaço-tempo na metrópole*: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. Os '"restaurantes" da favela: a mercantilização do espaço doméstico. In: *Cadernos do CEAS*, nº 98, jul./ago. 1985.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. A produção não-capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. IN: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar. *Bahia de Todos os Pobres.* Rio de Janeiro: Vozes, São Paulo: CEBRAP, 1980. (Caderno CEBRAP nº 34).

COSTA, Ana de Lourdes R. da. *Ekabó! Trabalho escravo e condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX*. Salvador: 1989. (Dissertação). Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura/UFBA.

COSTA, Hilton Gerson Zenha. *A importância dos bondes na expansão urbana da cidade de Salvador (1866-1930*). Salvador: 2006. (Monografia de Graduação). Curso de Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia.

CERTEAU. Michel de. *A invenção do cotidiano* 1. Artes de fazer. 9 ed. Petrópolis: Vozes. 2003.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2*. habiter, cuisiner. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DAMIANI, Amélia Luisa. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa, CARLOS, Ana Fani Alessandri, SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Orgs.). *O espaço no fim do século*: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999a.

_____. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani A. *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999b.

_____. A cidade (des)ordenada e o cotidiano. In: *Revista do departamento de Geografia*, n.9, USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 1995.

_____. O cotidiano na metrópole. In: *Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafo*: perspectivas da Geografia Brasileira. AGB: Curitiba, julho de 1994.

_____. *A cidade (des)ordenada. Concepção e cotidiano no Conjunto Itaquera I*. São Paulo: 1993. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.

ESPIÑEIRA, Maria Victoria. *O partido, a igreja, o estado nas associações de bairros de Salvador*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: 1991. Mestrado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1991.

DOMINGUES, Marcelo Vinicius de la Rocha. Dinâmica tecnológica: uma interpretação pela teoria das catástrofes. In: *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. ISSN 1517-1256, Volume especial, Outubro de 2004. p. 84-109.

FAGNANI, Eduardo. População E Bem-Estar Social No Brasil: 40 Anos De Ausência De Política Nacional De Habitação Popular (1964-2002). In: *População, bem-estar e tecnologia*, nº 6, maio de 2006, p. 1 – 24.

FERNANDES, Rosoli Braga. Processos recentes de urbanização em Salvador: O Miolo, região popular e estratégia da ciudades. In: *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. IX, nº 523, 20 de julio de 2004.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. *Gestão Municipal e a participação social no Brasil*: a trajetória de Recife e Salvador (1986 - 2000). São Paulo: Anna Blume, FAPESP, 2004.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1976.

FOCILLON, Henri. *Vie des formes*. Paris: Presses Universitaires de France. 1947.

GORDILHO-SOUZA, Ângela. *Limites do habitar*: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. Regularização Fundiária na Nova Política Municipal de Habitação de Interesse Social em Salvador. In: *Revista VeraCidade,* Ano 2, nº 2 , Julho de 2007.

_____. *Invasões e intervenções públicas*: uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946-1989. Rio de Janeiro: 1990. (Dissertação). Mestrado do IPPUR/UFRJ.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 9 ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HELLER, Agnes. *Teoría de las necessidades em Marx*. Barcelona: Peninsula, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador*. Perfil da Unidade do Pero Vaz. PNUD/Brasil, 2004.

_____. Censo Demográfico do Brasil, 2000.

_____. *Resultados do Censo Demográfico 2000*. Amostra, área de ponderação 13: Pero Vaz.

_____. Censo Demográfico do Brasil, 1980.

_____. Censo Demográfico do Brasil, 1970.

_____. Censo Demográfico do Brasil, 1960.

_____. Censo Demográfico do Brasil, 1950.

_____. Censo Demográfico do Brasil, 1940.

_____. Censo Demográfico do Brasil, 1920.

_____. Censo Demográfico do Brasil, 1872.

LEFEBVRE, Henri. Capítulo IV – Psicologia das classes sociais. In: *GEOUSP, Espaco e Tempo*. n.º 17, São Paulo: FFLCH/USP, 2005.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *La production de l'espace*. 4e. Paris: Anthropos. 2000.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *De l'Etat* (tome IV): les contradictions de l'Etat moderne. Paris: UGE, 1978.

_____. *Espacio y política*. Barcelona: Península, 1976.

_____. *A re-produção das relações de produção*. Lisboa: Publicações Escorpião, 1973a. Extraído de La survie du capitalisme.

_____. *Do rural ao urbano*. 2 ed. Barcelona: Península. 1973b.

_____. *O fim da história*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1971.

_____. *Le manifeste différentialiste.* Paris: Éditions Gallimard, 1970.

_____. *Critique de La vie quotidienne II*: fondements d´une sociologie de la quotidienneté. Paris: L'Arche, 1961.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Un chapitre inédit du capital*. Paris: Union Générale d´Editions, 1971.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*: cotidiano e História na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *Subúrbio*: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: HUCITEC: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

MARTINS (Org.), José de Souza*. Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981. (Coleção Estudos Rurais). Publicado originalmente em Cahiers Internationaux de Sociologie, volume XIV, 1953, pp. 122-140.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. *Invasões em Salvador: uma alternativa habitacional*. Salvador: 1979. (Dissertação). Mestrado em Ciências Sociais/ UFBA.

MATOS, Ariovaldo. *Corta-Braço*. 2 ed. Salvador: EGBA/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988.

MENDONÇA, Frederico A. R. C. A estratégia de localização dos conjuntos habitacionais da urbis em Salvador, entre 1964 e 1984. In: *Revista Rua*. nº 2, vol. 2. 1989. p. 61-83**.**

MENEZES, Ednilson Luiz Santana. *O processo de modernização de Salvador no início do século XX: transformações urbano-sociais impostas à cidade entre 1900 e 1930*. Salvador. 2002. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFBA.

MOURA, Milton. Notas sobre o verbo invadir no contexto social de Salvador. In: *Cadernos do CEAS*, nº 125, jan./fev. 1990, p. 25-41.

NEVES, Laert Pedreira. *O crescimento de Salvador e demais cidades baianas*. Salvador: CED/UFBA, 1985.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Invasões em Salvador:* um movimento de conquista do espaço para morar (1946-1950). 1985 (Dissertação). Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

NOVACK, George. *Desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*. São Paulo: Rabisco, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo. 2003.

_____. *O elo perdido*: classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense. 1987.

_____. *Elegia para uma Re(li)gião*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR (PMS). *Plano Municipal de Habitação de Salvador*. Secretaria Municipal de Habitação (2008 – 2015) – SEHAB. 2008.

_____. *Neoinventário dos parcelamentos aprovados*. Etapas 1 e 2, Nov. 2002. Etapas 3 e 4, Fev. 2003. Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF. (versão preliminar). 2002.

_____. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). SEDHAM. 2002.

_____. *Estudo de disponibilidade de terras. Inventário de Loteamentos*. 1977.

_____. *EPUCS: Uma experiência de planejamento urbano*. (Plandurb) - série estudos informativos nº 1, 1976.

_____. PLANDURB: ocupação de Salvador. 1976.

PIERSON, Donald. Brancos e pretos na Bahia. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 14 ed. São Paulo: Brasiliense. 1971.

REVEL, J. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.) *Jogos de escala:* a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVISTA PLANEJAMENTO. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. Salvador, volume 6, n.1, jan./mar. 1978.

RIBEIRO, Elisabete Maise Andrade, DEBEFFE, Charles. Poder público municipal e propriedade fundiária urbana. In: *Habitação e urbanismo em Salvador*. Fundação de pesquisa – CPE. Salvador, 1979. Convênio SEPLANTEC/OCEPLAN.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. *Forma urbana*: cidade-real e cidade-ideal. São Paulo, 1998. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estruturas Ambientais Urbanas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo.

SANTANA, Mário Rubem Costa. *O cotidiano da verticalização de favelas*: uma alternativa habitacional em Salvador. Salvador: 1994. (Dissertação). Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/UFBA.

SANTOS, Milton. *O centro da Cidade do Salvador*: estudo de Geografia Urbana. Salvador: Progresso, 1959.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão*. São Paulo: 2003. (Tese de livre-docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.

SINGER, Paul I. A economia urbana de um ponto de vista estrutural: o caso de Salvador. IN: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar. *Bahia de Todos os Pobres.* Rio de Janeiro: Vozes, São Paulo: CEBRAP, 1980. (Caderno CEBRAP nº 34).

_____. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Companhia Editora Nacional, EDUSP, 1968.

SILVA, Luciana da Luz. Breve relato histórico da luta por moradia em Salvador: o caso da ocupação do quilombo de Escada. In: *Antítese*, vol. 1, n 1, jan-jul. 2008. p. 118-150.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. Salvador: EDUFBA. Mestrado em Geografia, 2003.

SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. *Migração e subemprego em Salvador*. Salvador: 1978. (Dissertação). Mestrado em Economia/UFBA.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Classes sociais e estratificação social. In: FORACCHI, Marialice Mencarini, MARTINS, Jose de Souza. *Sociologia e sociedade*: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980.

SZUBERT, Eva Barbosa. Cooperativas Habitacionais de Salvador. In: *Habitação e urbanismo em Salvador*. Fundação de pesquisa – CPE. Salvador, 1979. Convênio SEPLANTEC/OCEPLAN.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999*). Ilhéus: Editus, 2003.

Documental (jornais)

Jornal A Tarde

Seção classificados populares. *A Tarde,* Salvador, de 03 jan. a 09 nov. 1946. Eds. nº 11706 a 11958.

Comissão procura a redação. *A Tarde*, Salvador, 18 março 1947. Ed. nº 12061, p. 2.

Seção classificados populares. *A Tarde,* Salvador, 18 julho 1950. Ed. nº 13.056, p. 6.

Jornal Diário de notícias

Seção classificados populares. *Diário de notícias*, Salvador, de 02 jul. a 25 set. 1946. Eds. nº 12712 a 12780.

Casa Popular em Salvador. *Diário de notícias*, Salvador, 11 jun. 1946. Ed. 12669.

Seção classificados populares. *Diário de notícias,* Salvador, 04 julho1946. Ed. 12714. p. 6.

Jornal O Momento

A necessidade nos obriga a construir nossa casa num terreno abandonado. *O momento*, Salvador, 12 jan. 1947. Ed. nº 290.

O povo precisa de terra para plantar e morar. *O momento*, Salvador, 14 jan. 1947. Ed. nº 292.

O povo da Bahia já não encontra onde morar. *O Momento*, Salvador, 7 maio 1943. Ed. nº 5, p. 3.

A Rua do Céu é um rio de lama e de miséria. *O Momento,* Salvador, 10 maio 1946, Ed. nº 88, p. 3 e 4.

Unidos e dentro da ordem, os novos moradores do Corta-Braço sairão vitoriosos.*O Momento,* Salvador, 22 novembro 1946. Ed. nº 248, p. 2.

Não somos invasores. *O Momento,* Salvador, 26 novembro 1946, Ed. nº 251, p. 2.

Os moradores do Corta-Braço recebidos pelo prefeito da Capital. *O Momento,* Salvador, 29 novembro 1946, Ed. nº 254, p. 8.

Memorial dos moradores do Corta-Braço. *O Momento*, 15 dezembro 1946. Ed. nº 269, p. 2.

Mariguela defende os moradores do Corta-Braço. *O Momento*, Salvador, 6 maio 1947. Ed. nº 362, p. 1.

O povo aguarda medidas urgentes do Governo do Estado. *O Momento*, Salvador, 19 maio 1947. Ed. nº 373, p. 1.

Vivemos sem pão, sem carne e sem açúcar. *O Momento,* Salvador, 31 janeiro 1948. Ed. nº 611, p. 4.

Av. Peixe, caminho do inferno. *O Momento*, Salvador, 9 abril 1949. Ed. nº 967, p. 9.

Faltam escolas, luz, água, transportes e calçamento – só não falta miséria na Liberdade. *O Momento*, Salvador, 12 junho 1949. Ed. nº 1021, p. 3.

Água, angustioso problema na Rua do Céu. *O Momento*, Salvador, 28 maio 1950. Ed. nº 1306, p. 2.

Internet e CD

COMPANHIA DE HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA S/A (URBIS). Relação dos conjuntos habitacionais produzidos e comercializados pela URBIS. Disponível em: www.urbis.ba.gov.br. Acessado em: 12 set. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Base de informações por setor censitário (Salvador – 2927408).* Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. CD-ROM.

LEI 3377. De ordenamento do uso e da ocupação do solo do município de Salvador. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente. Disponível em: www.sedham.salvador.ba.gov.br. Acessado em: 27 abril 2009.

Prefeitura Municipal de Salvador. Secretaria Municipal de Planejamento (SEDHAM). Salvador no atual contexto de transição demográfica. Disponível em: www.sedham.salvador.ba.gov.br. Acessado em: 30 set. 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED): ocupação da mão-de-obra. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acessado em: 17 dez. 2009.

APÊNDICES

1.1 DIÁRIO DE CAMPO

Observação nº 1 (14/01/08)

Objetivo: observação geral da dinâmica do bairro a partir de caminhadas livres

A Liberdade guarda uma dinâmica pungente. São muitas pessoas nas ruas, nas lojas, nos ônibus e carros que trafegam pelo bairro. Hoje é uma segunda-feira, o comércio, como todas as outras atividades, está funcionando normalmente. Há muitas lojas de roupas e calçados, como também farmácias e salões de beleza voltados para a especificidade étnica da população local. Eu me impressionei com a quantidade de igrejas protestantes de nomes inconvencionais existentes na Estrada da Liberdade, rua principal do bairro. Além disso, notei também várias galerias que fazem às vezes de mini-*shoppings centers*. Há uma profusão enorme de vendedores de rua com suas barraquinhas nas quais são vendidas uma enorme variedade de objetos como brincos, pulseiras, cd e DVDs “piratas”, roupas, comida, etc.

O bairro, tanto no seu flanco voltado para à Baía de Todos os Santos, quanto no lado voltado para o Curuzu e Pero Vaz, apresenta uma característica bem peculiar. As ruas em determinado momento se convertem em caminhos estreitos, escadarias labirínticas de extrema complexidade. Há uma descontinuidade espacial nesses pontos porque uma outra lógica de ocupação se estabeleceu para além daquela das ruas voltadas para o tráfego de veículos. Sinceramente, sinto-me em uma cidade árabe africana.

As pessoas guardam em seu semblante o olhar da doçura e da dureza da vida, são pessoas que sorriem com facilidade, mas são pragmáticas com a vida. (dar continuidade). A Liberdade é um bairro polifônico, ouve-se pelas ruas os mais variados tipos de som.

Observação nº 2 (15/01/08)

Objetivo: modo de se vestir e gente na rua.

Nesta segunda incursão em campo foquei meu olhar sobre o modo de vestir e o comportamento das pessoas nas ruas. Há muita gente nas ruas da Liberdade, sobretudo na rua principal – a Estrada da Liberdade. Quase todas vestidas muito à vontade, poucas e leves roupas, à exceção dos que se portam como evangélicos.

Como pensar esse comportamento dos moradores da Liberdade para com seu corpo quando usam poucas roupas? Parece regra social, usar poucas roupas, os jovens geralmente sem camisa, as meninas de mini-blusas, sandálias nos pés, nada de sapatos fechados, seria o calor? Explicação apressada e superficial, para não falar em pré-julgamentos. Penso que seria melhor trabalhar no sentido mesmo de uma “liberdade do corpo”, com isto quero dizer da possibilidade do corpo conter uma significação não subsumida pela roupa, por essa indumentária social que nos envolve com seus signos de civilização. Há muito que se discutir a esse respeito.

As pessoas nas ruas não são poucas, mesmo no horário do almoço e com o sol a pino. Compram, conversam, esperam algum ônibus coletivo. Na Liberdade a conversa é fácil, como numa comunidade onde todos se conhecem mesmo que um pouco, aliás, diferentemente da realidade de São Paulo onde duas pessoas estranhas não conversam em locais públicas, aqui é justamente o contrário, não conversar é o incomum. Pode-se mesmo expor aspectos íntimos da vida a outra pessoa em um ponto de ônibus, enquanto se espera o coletivo, sem qualquer constrangimento.

É preciso entender melhor o que estes aspectos da vida cotidiana no conjunto da reprodução social, o que inclui a dimensão espacial.

Observação nº 3 (17/01/08)

Objetivo: observação das formas/morfologia do bairro

Estou no shopping Liberdade, é uma construção nova, de três pavimentos, e daqui vê-se o mar da Baía, a praia de Cantagalo ao fundo, a Feira de São Joaquim, o Bonfim...

O padrão geral da morfologia do bairro é o de casas e sobrados construídos há poucas décadas. Vi uma casa que data de 1941, acho que se trata de uma das mais antigas casas do bairro uma vez que fontes de informações indicam a ocupação dessa área a partir do início da década de 1940. Os sobrados são, às vezes, muito altos, e isto é uma prática socioespacial muito comum, construir sobrecasas para os filhos que se casam ou mesmo quando querem morar sozinhos. Há sobrados gigantescos!

Conforme já indicado na primeira observação as ruas são estreitas, sinuosas e quando deixam de existir vemos aparecer em seu lugar uma infinidade de estreitas passagens, chamadas de avenidas ou travessas, onde somente pessoas conseguem transitar. Além disso, uma intricada rede de escadarias compõe o conjunto, eles permitem acessar locais escondidos pelos altos e baixos do bairro. Esta morfologia indica como se deu o processo de ocupação, sem planejamento, sem assistência de poderes institucional-administrativos. Enfim, lançados a própria sorte os habitantes da Liberdade criaram, a partir das possibilidades que tinham, uma geografia muito própria e criativa para se adequar às características topográficas do relevo, já que a Liberdade ocupa um dos flancos da Cidade Alta e ‘desce’ em direção da encosta (cidade baixa) e do vale.

Observação nº 4 (03/03/2009)

O trabalho de campo começou com o meu deslocamento da Graça para a Liberdade de ônibus. Que demora! Para intensificar a sensação de desconforto a temperatura estava elevada (34ºC), além disso, minhas roupas não ajudavam – jeans, tênis e camisa escura.

Cheguei à Liberdade pelo Plano Inclinado da Calçado, era quase meio-dia. Como sempre as ruas estavam repletas de gente, carros, carrinhos de vendedores ambulantes. Aqui é outra cidade.

Parei um instante em uma galeria para retirar dinheiro em um caixa eletrônico e tomar um suco – estava exausto pelo pouco que caminhei sob o sol implacável. Neste instante, comecei a escrever. Daqui parto em direção ao Pero Vaz para iniciar as observações.

Comecei pela Rua do Pero Vaz que é a rua principal de acesso ao bairro. Esta rua é um mosaico de casas (residências) e comércios de todo tipo – bares, salões de beleza, igrejas evangélicas, lojas de confecções etc. À medida que adentro o bairro começo a perceber seus problemas mais óbvios – esgoto, lixo em quase todas as esquinas, o mau cheiro, a falta de calçadas para se andar pelas ruas estreitas. Há muitas crianças vestidas com uniformes escolares, seguem em direção as várias escolinhas do bairro (uma cena interessante).

Ando agora pela Rua do Pero Vaz Velho (por que velho?), preciso descobrir. As casas são estreitas, sem quintal e, geralmente, parecem estar numa eterna construção. Denotando o processo de reprodução familiar circunscrito ao bairro, as casas apresentam um ou mais andares, tudo feito pela autoconstrução. As casas têm grades nas janelas e portas, o espectro da violência está aqui também. Enquanto ando ouço um fragmento de conversa entre uma senhora e uma criança – ela dizia que sua avó tinha morrido naquela manhã, por isso, sua mãe não estava em casa para levá-la à escola.

Paro em uma lanchonete para tomar um suco. Aproveito e puxo conversa com a atendente muito simpática. Pergunto-lhe se há casas para alugar no Pero Vaz, ela me diz que é muito difícil alugar casas ali porque é muito disputado. Ela me disse que não sabia o motivo desta disputa. Conversamos mais um pouco sobre assuntos triviais – calor, gripe pós-carnaval. Vou retornar lá para conversar mais.

Ah! Antes que eu me esqueça, é preciso registrar isso. Enquanto andava pelo Pero Vaz me recordei de um momento de anos atrás, quando almocei na casa da mãe de um colega (Carlos). Nunca me esqueci de com era a casa, cheia de quartos, escadas (soluções mirabolantes!), o entra e sai de gente, aquela alegria por festejar a semana santa. Seria esse momento um elemento “inconsciente” da pesquisa?

Revisão do trabalho: as casas estreitas remetem ao tamanho do lote original. A linguagem é espontânea em quase todas as situações.

Observação nº 5 (04/03/09)

Comecei minhas observações pelo Queimadinho, um sub-bairro da Liberdade, próximo à Lapinha. De novo o calor estava implacável, mais de 30 graus, o que me obrigava a fazer várias paradas para me hidratar. O objetivo de hoje é encontrar a Rua do Saldanha para estabelecer o limite Sul do Pero Vaz.

Por indicação de uma garota de uns quinze anos encontrei a Rua do Saldanha, na realidade, é a Rua do Hospital Ana Neri. Segui por ela e, nesse percurso, descobri que a Caixa D'Agua é também um subcentro, de onde se vai para as Sete Portas e o IAPI. Caminhei até encontrar a Rua Conde de Porto Alegre e para a minha surpresa encontrei também um comércio pungente. Em uma esquina, localizada no cruzamento com a Rua Doutor Eduardo Silva descobri o limite entre o Pero Vaz e o IAPI. Segui pela Rua Doutor Eduardo Silva até encontrar a Rua do Pero Vaz e, ao passar em frente a um restaurante de decoração sincrética – Iansã e São Jorge - parei para almoçar.

Enquanto almoçava, aproveitei para conversar com a dona do restaurante sobre o bairro. Perguntei sobre os antigos moradores e soube que próximo havia uma Senhora chamada Adelaide, moradora desde a formação do bairro. A dona do restaurante também me contou como era morar ali há 40 anos. As casas eram de adobe, a água que se buscava na Av. Peixe, etc. Não fiz mais perguntas, porque percebi certa desconfiança da senhora, mas mesmo assim ela me indicou onde era a casa de Dona Adelaide.

Fui até a casa de Dona Adelaide, fica em uma avenida de quartinhos, mas lá não havia ninguém. Vou tentar mais vezes.

Decidi então ir novamente a mesma lanchonete de ontem, mas ela estava fechada. No caminho, percebi a quantidade de objetos (mercadorias) pirateados – CDs, DVDs, mochilas, tênis, etc., vendidos em barracas que se localizam nas vias principais.

À noite, encontrei-me com um amigo, Zé Carlos, morador do Pero Vaz. Conversamos sobre os limites do Pero Vaz, e ele me confirmou o que eu havia percebido no campo. Também conversamos sobre uma possível observação domingo de noite, quando igrejas evangélicas disputam com os bares a atenção e o tempo de moradores.

Observação nº 6 (05/03/09)

Mais um dia de observações de campo. Hoje uma camada de nuvens nos separa dos raios do sol, mas a sensação de “abafamento” é enorme.

Iniciei o trabalho mais cedo, mesmo assim o movimento nas ruas já era intenso. Por outro lado, vejo muitos rapazes e homens de meia idade sem ocupação nenhuma. Eles conversam, bebem, jogam sem se preocupar, aparentemente, com nada.

A espacialidade interna do bairro é um quebra-cabeça intrincado. Não há quadras no sentido usual, tampouco, qualquer lógica na definição de ruas e avenidas. Este termo, aliás, é utilizado para se identificar uma estreita viela que dá acesso às casas. Quando se adentra uma avenida (beco) percebe-se a super-concentração de casas, construídas em uma caótica disposição.

Fiz um percurso errático pelas ruas internas do bairro (Rua Ferreira, Av. Peixe) e as travessas que dão acesso às ruas principais. A estrutura do bairro é a mesma onde quer que se vá. Vi muito comércio e serviços (cabeleireiro, conserto de roupas, padarias, pequenos mercados). Parece que tais atividades são desenvolvidas como complementação de renda. É preciso averiguar como a prática do trabalho é percebida e realizada por eles.

Vi muitas igrejas evangélicas espalhadas pelo Pero Vaz. Em algumas ocorriam cultos com alguma platéia. Escutei por alguns instantes o discurso de um pastor e a mensagem é sempre a mesma “arrepender dos pecados para ser salvo”. O contraditório é ver um bar ao lado da igreja, enquanto uns rezam, outros bebem.

A Liberdade é um *bairro* polifônico, praticamente em todos os lugares ouvimos os mais variados tipos de som. Na feira do Japão, ouvimos os gritos dos vendedores em seus habituais pregões; nas inúmeras igrejas evangélicas espalhadas pela Liberdade, ouvimos os cultos e, ao lado dessas igrejas, os bares que tocam músicas em volume, às vezes, extremamente alto; ouvimos sons também nas barracas de produtos eletrônicos espalhadas pelas principais ruas e, em muitas residências, as

músicas ecoam, principalmente pela manhã, quando as donas de casa estão limpando ou fazendo o almoço. .

Retornei, após andar mais de uma hora, ao restaurante de Dona Josefina. Não consegui conversar com ela porque estava ocupada (preparando almoço). Neste instante em que a procurei, ela ouvia Roberto Carlos (acho que alguma música dos anos 70) em alto volume.

Observação nº 7 (10/03/09)

Ainda o objetivo é estabelecer os limites do Pero Vaz. Comecei hoje pela Rua da Boa Fé e desci até a Rua Mário Kerterz, nesta rua, encontrei o limite com o bairro da Santa Mônica. São umas dez da manhã, e as poucas pessoas que vejo me olham com estranhamento. Mesmo assim continuei andando até encontrar a Rua Dr. Arlindo Teles, a partir desta subi (bom ângulo para se tirar algumas fotos do bairro) até alcançar a Rua Conde de Porto Alegre. Logo, havia conseguido encontrar quase todos os limites do bairro, porém, queria ainda averiguar se a Rua Paraguai existia mesmo, isto porque eu estava usando um mapa-base, mas o bairro do Pero Vaz é extremamente complexo. Assim, ao chegar ao final de uma rua extremamente inclinada (uma ladeira mesmo) perguntei a um jovem senhor se ali era a Rua Paraguai, ele me disse que não e me indicou a correta localização da mesma, mas me alertou para o fato de que descer até lá poderia significar, no mínimo, um assalto. Segundo ele, na semana anterior, um homem havia sido assassinado na Rua Paraguai e seu corpo ficara ali por três dias! Claro que não desci, preferi aceitar sua advertência. Bem, a violência parece ser é um fenômeno cotidiano e começa a "invadir" minhas observações.

Em outra parte do bairro, andei pela Rua Watson Lopes e descobri que era a antiga Rua do Céu e, ao perguntar a um morador se ali era o Pero Vaz, ele me disse que não....bem, achei um pouco estranho, mas respeitei sua definição afinal era um senhor de meia idade que parecia morar ali há muito tempo.

Enquanto andava, ouvi o diálogo muito interessante sobre a condição de trabalho entre dois jovens homens em uma esquina da 1ª Travessa do Meireles e a Rua do Meireles. O diálogo foi mais ou menos o seguinte:
(Homem 1) – "Estou cansado de não ter trabalho certo."
(Homem 2) – "Bobagem sua...é melhor trabalhar de autônomo do que trabalhar todo dia." (Este segundo homem parecia consertar um motor de geladeira).
(Homem 1) – "É mas com carteira eu tenho os meus direitos."
(Homem 2) – "É mas como autônomo você ganha mais e faz seu horário, não depende de patrão."

Só consegui ouvir até este ponto. Também vi na Rua do Meirelles muitos homens, de diferentes idades, sem qualquer tipo de ocupação, jogavam, bebiam e observavam o movimento da rua. Por outro lado, há muito outros que estavam ocupados nas mais diversas atividades, vendedores ambulantes, carregadores de compras e materiais diversos, provavelmente, tais atividades são muito mal remuneradas. Nas ruas secundárias da Liberdade, é possível encontrar muitas barraquinhas nas quais encontramos desde comida até serviços como de sapateiro ou costureira. Parte significativa da vida de bairro acontece nas ruas.

Observação nº 8 (11/03/09)

Campo realizado pela manhã. Busco encontrar o último limite entre os bairros do Pero Vaz e o Curuzu. Segui por uma rua e cheguei a uma rede de escadas na qual se encontra a Rua Mário Kértersz. Esta rua também o limite entre o Curuzu e o Pero Vaz.

Como já era quase meio-dia, resolvi ir novamente à sorveteria onde eu fora tão bem tratado. Dessa vez a encontrei aberta, e assim que cheguei solicitei uma salada de frutas. Enquanto aguardava o pedido, fui conversando com a atendente e soube seu nome – Estela, mas todos a chamavam de Ninha, também descobri que ela era a proprietária da sorveteria, conjuntamente com o seu marido. Nesse meio de tempo, ela me perguntou o que eu fazia ali no bairro, pois, já havia notado que eu parecia anotar "coisas", nesse instante percebi que também era "observado" pelos moradores, então, resolvi lhe contar sobre a pesquisa, mas não lhe contei tudo, por exemplo, não lhe disse que era uma pesquisa de doutorado, tampouco sobre a USP. Explico por que: considerei que seria abstrato demais falar a respeito de certas características da pesquisa, então omiti. De qualquer maneira, aquele foi um momento para a pesquisa, afinal, consegui agendar minha primeira entrevista com seu irmão de criação, Seu Joaquim Fiuza para o dia 13/03.

Observação nº 9 (13/03/09)

1ª entrevista: Seu Joaquim Fiuza

Seu Joaquim tem sessenta e três anos de idade, dos quais sessenta foram vividos no Pero Vaz. Afrodescendente, não nasceu em Salvador, é proveniente do Recôncavo baiano, do município de Santo Amaro da Purificação. Mesmo aposentado, ainda desenvolve diversas ocupações eventuais para fazer dinheiro.

A entrevista ocorreu de tarde, na sorveteria da família. Neste mesmo dia Seu Joaquim Fiuza me indicou procurar um outro antigo morador do bairro, o Seu "Nau". Então fui lá, procurei pelo Seu "Nau" que mora próximo a casa dos Evangelista. Ele é um homem negro, magro e longilíneo, com cabelos brancos e olhos já sem tanta vivacidade, mas pelo que pude notar ainda muito ativo, porque, enquanto esperava para conversar, observei que tratou de vários assuntos ligados a alguma atividade comercial. Nesse primeiro contato, tentei lhe explicar um pouco sobre a pesquisa e porque gostaria de entrevistá-lo, ai agendei a entrevista para o dia seguinte, às quinze horas.

Discussão sobre futebol no ônibus.

Peguei um ônibus do Pero Vaz com destino ao Campo Grande. O sol ainda queimava a pele e incomodava a visão. Poucas pessoas viajavam; na minha frente três homens discutiam sobre futebol, polarizavam o debate entre os arquirivais Bahia e Vitória, mas também tratavam sobre os times de São Paulo e Rio de Janeiro, sobre Ronaldo (o fenômeno) e o papel da mídia. As vozes estavam exaltadas e se sobrepunham ao mesmo tempo, consensos e dissensos...

De repente, ouço falas do tipo "Ronaldo é uma máquina de propaganda", "a televisão (Rede Globo) é quem decide o jogo que vamos assistir", "os jogos do campeonato baiano não interessam para a televisão", "assistimos Vasco e Fluminense em vez de Vitória e Camaçari", etc.

O que há nessas falas que as torna significativas? Há a percepção da estrutura social, isto é, pelo futebol se lê também as hierarquias socioeconômicas e espaciais da sociedade brasileira. Claro sem o aprofundamento acadêmico, mas com a clareza necessária para se situar nas hierarquias da estrutura social.

Agenda para os próximos dias de trabalho de campo

Segunda (16/03) – à tarde entrevista. Ligar para Zé Carlos e falar sobre Resende .

Terça (17/03) – entrevista com Resende (?)

Quarta (17/03) – entrevista e fotos

Quinta (18/03) – idem

Obs.: a prioridade é conseguir pessoas idosas para recuperar o cotidiano dos primeiros anos.

Observação nº 10 (16/03/09)

No dia e horário marcados eu estava lá, e o “Seu Nau”, cujo nome é Fernando, também. Porém, antes que eu dissesse qualquer coisa ele me disse a seguinte frase – “**Você vai ter que pagar muito caro para ouvir as coisas que eu sei do bairro**.” Nossa!! Tomei um susto porque não esperei esse tipo de atitude por parte dele e, naquele momento, minha reação foi lhe dizer que não tinha dinheiro para pagá-lo, mesmo assim agradeci pela sua atenção e fui embora. Dirigi-me imediatamente à sorveteria de Estela e, chegando lá, expliquei o que tinha ocorrido, nesse instante, Seu Donato, marido de Estela, prestou-me solidariedade ao compará-lo a um fariseu. Ele também me disse que o Seu Nau era um sargento reformado da Marinha, que tinha dinheiro suficiente para viver e não precisava ter cobrado pela entrevista.

Após algumas horas e, depois de ter refletido sobre o ocorrido, percebi o erro que havia cometido quando do primeiro contato com o Seu Nau, Eu, inapropriadamente, havia lhe dito que sabia que o Pero Vaz tinha sido produzido por meio de uma ocupação de terras. Lembrei-me que ele discordou, na hora, do que eu dissera, então ali estava o mote do problema: eu fora, no mínimo, pretensioso ao lhe revelar o que já sabia da história de formação do bairro, por isso, ele tinha decidido me cobrar pelas informações que ele dispunha. Bem, ao final disso tudo ficou a lição, a relação sujeito-objeto da pesquisa é intersubjetiva. Quem era o sujeito ali naquele momento, eu que apenas tinha lido sobre o bairro ou ele, que morava ali desde sua criação? Confesso que isto me desequilibrou emocionalmente, não só pela inusitada situação, mas, sobretudo, por colocar em “xeque” uma percepção romantizada das pessoas que moram na periferia. Por isso tudo e, ao contrário do que poderia parecer, Seu Nau se tornou interessantíssimo, porém, eu não tinha mais como contornar a situação, e assim o perdi para a pesquisa.

Observação nº 11 (18/03/09)

Dois objetivos a cumprir hoje: fotos e entrevistas. As fotos servirão para demonstrar aspectos da paisagem do bairro. As entrevistas, ainda com moradores antigos, servirão para resgatar parte dos fatos, acontecimentos que fizeram a história do lugar. Hoje pretendo entrevistar Dona Josefina (do restaurante) e o Presidente da Associação de Moradores da Rua Meirelles.

Entrevista com a Dona Josefina Silva da Conceição

Dona Josefina é uma senhora com sessenta e poucos anos e foi morar no Pero Vaz quando se casou, no final da década de 1960. Mãe de nove filhos, seis homens e três mulheres, já tem seis netos e, à exceção de dois filhos que se mudaram, os demais moram com ela na mesma casa que fora dos avôs de seu marido. Mesmo antes de morar no Pero Vaz, Dona Josefina já o frequentava, pois morava próximo, no Curuzu, em uma casa onde trabalhava com doméstica. Suas memórias a respeito do Pero Vaz se referem, principalmente, à dureza cotidiana de conseguir água na Avenida Peixe.

Preocupei-me mais em ouvir do que falar. Poucas perguntas. Há um momento da entrevista, exatamente quando desligo o “gravador” que Dona Josefina mais se expõe. É a parte mais bonita da entrevista porque fala de seus desejos. Ela quer sair, conhecer outros lugares, mas sua condição de vida lhe manteve ali, cativa. Praticamente a casa e o bairro são os únicos espaços que ela conhece de fato, até Salvador é referenciada como um lugar “de fora” de sua realidade.

Dona Josefina dedicou sua vida quase que inteiramente ao lar e à criação dos filhos e, hoje, de seus netos. Nas suas memórias praticamente não há referência aos momentos de lazer porque, quando não estava ocupada, tinha que acompanhar o crescimento de seus filhos e “livrá-los” das situações de perigo do bairro, como drogas e marginalidade. Ela se orgulha do fato de que nenhum de seus nove filhos se “perdeu” na vida. Por outro lado, tem saudade do que não viveu. Quando me perguntou onde eu morava e soube que era em São Paulo, seus olhos brilharam ao

imaginar como seria a cidade que ela só sabe pela televisão. Ao sair de sua casa, chorei ao refletir sobre sua história de vida.

Observação nº 12 (18/06/2009)

Após dois meses afastamento do objeto de pesquisa, retorno para mais uma seção de trabalho de campo nos meses de junho e julho de 2009. Agora, diferentemente das entrevistas que visavam resgatar as memórias da vida de bairro, fixo-me nas observações do tempo presente e de como têm sido as práticas de reprodução social, primeiramente, da família Evangelista, mas também, quando for necessário, das famílias mantém laços de amizade e/ou compadrio.

A primeira coisa que fiz foi retornar à sorveteria da Dona Ninha e, ao chegar, fui recebido como se já fosse um conhecido de todos. De início conversamos sobre assuntos aparentemente triviais, mas nesses assuntos já vinham algumas indicações do momento vivido pelos Evangelistas. Dona Ninha se queixou do preço alto dos potes de sorvete comprados em uma distribuidora lá na Av. Sant Martin, também das dores em sua coluna, mas a assunto que mais ouvi comentários foi a violência no bairro e o “toque de recolher” imposto pelos grupos que controlam do tráfico de drogas no local, principalmente, na área do bairro considerada mais crítica, entre as Ruas Meirelles, Pero Vaz Velho,Guatarana e Av. Peixe. Aí perguntei – Como assim “toque de recolher”? Então Seu Donato, esposo de Dona Ninha, me respondeu – Toque de recolher. Se você estiver na rua, quando eles passam, eles te matam. Não satisfeito, perguntei novamente – Mas porque eles estão fazendo isso? Por vingança, disse-me Seu Donato, porque o chefe do tráfico no Pero Vaz e na Santa Mônica foi assassinado pela polícia. No momento que conversávamos, algumas crianças que tomavam sorvete, fizeram o seguinte comentário “– Tão dizendo lá na escola que alguns meninos vão entrar pro tráfico.” Bem, como já eram quase sete da noite, fui aconselhado a ir embora para casa. Quanto à sorveteria, ela tinha de ser fechada mais cedo.

Observações nº 13 (19/06/2009)

No dia seguinte, antes de retornar ao Pero Vaz, pesquisei nos jornais a respeito do que estava acontecendo no bairro, e não havia nada a respeito do “toque de recolher”, apenas a notícia do assassinato do chefe do tráfico pela polícia. Ao chegar ao bairro, decidi ficar em um bar na esquina das Ruas do Pero Vaz e Meirelles, observando o movimento das ruas e os diálogos que ouvia, tanto dos frequentadores do bar quanto dos transeuntes. Como fazia anotações, o atendente do bar me olhava desconfiado até o ponto de não aguentar mais e me perguntar, “- O Senhor é jornalista?”, disse-lhe que não, apenas fazia uma pesquisa no bairro, então tive de explicá-la, mas acho que ele não entendeu muito bem. De qualquer forma, um dos diálogos mais interessantes que ouvi foi entre dois senhores que estavam bebendo próximos a mim, comentavam acerca do “toque de recolher” e do clima de “terror” que viviam, ai um deles disse “- O filho de Seu Bené tá medito nisso, ele só tem quatorze anos.”

À medida que me envolvia mais com o objeto da pesquisa, mais percebia que a vida cotidiana e a vida de bairro estão impregnadas desse outro fenômeno social, a violência, que interfere na reprodução social a ponto de cercear o direito de ir e vir das pessoas, instaura a violência e o medo, enfim, redefine as condições de sociabilidade. Não vim a campo em busca desse objeto, mas ele invadiu a pesquisa sem pedir licença. Com o tempo fui percebendo como as pessoas aprendem a conviver com a violência, porque a possibilidade de se livrarem dela não é uma opção acessível e, nesse sentido, diversas táticas de sobrevivência são elaboradas. Deixe-me exemplificar uma delas, empregada por uma amiga da família Evangelista, a jovem Senhora Betânia Santos, que habita na Rua Guatarana, localizada no “polígono do tráfico”. Sua entrevista foi realizada em um dia de semana, na sorveteria, e foi agendada pela Dona Ninha, pois, queria que eu ouvisse um testemunho sobre o “toque de recolher” imposto pelo tráfico no bairro. Dona Betânia, apesar de ser bem jovem, apenas vinte e seis anos, é casada e tem um filho de dois anos. Evangélica praticante, sua fala é entremeada de referências bíblicas. Contou-me que há poucos dias atrás tinha visto seu vizinho ser assassinado na porta de casa pelo tráfico, sem ao menos se defender. Horrorizada com o ocorrido, Dona Betânia buscou a justificação para tamanha violência à falta de conversão à fé cristã.

Segundo ela, “se todos fossem convertidos não cometeriam atos de violência”. Ainda comentou que não adianta se mudar ou sair dali, porque o “demônio” estava em todos os lugares, ricos ou pobres. Nesse momento, compreendi um dos aspectos que a religião evangélica desempenhava na sua vida, o de explicar ou justificar aquilo que fugia à compreensão racional. Além da violência, perguntei-lhe o que mais a incomodava, e ela me disse “- o lixo que fica, dias e dias, se acumulando na rua perto de casa.”

O demônio existe, é um fato. A questão é saber como se relaciona com ele. Neste mesmo dia em que entrevistei Dona Betânia, fiquei na sorveteria fazendo anotações e, no movimento de clientes que entravam e saiam, muitos dos quais evangélicos, ouvi a seguinte observação “- Nossa Ninha, se eu fosse você tiraria este cartaz aqui, ele é do demo.” O cartaz que a cliente se referia fazia propaganda de desenhos japoneses, tipo *dragon bol*. Nesse momento, Dona Ninha foi enfática “- Ai não tem demônio nenhum, ele tá na sua cabeça!” A opção pragmática de Dona Ninha para se relacionar com “os demônios nossos de cada dia” provém muito do fato de que ela precisa lidar com dinheiro, afinal tem um comércio. Além disso, a sorveteria se tornou a base de sustento da sua família, inclusive irmãos e sua mãe.

Observações nº 14 (20/06/2009)

Desloco-me da Graça para o Pero Vaz. A cidade está meio vazia, afinal é quase São João e muita gente deixou a cidade e foi para o interior do Estado. No Pero Vaz, entretanto, é o contrário, há muita gente nas ruas, fazendo compras em pequenas sacolas; são frutas, verduras, raízes etc. O comércio de gêneros alimentícios está amparado em barracas e tabuleiros pelas ruas principais.

Cada vez que venho ao bairro me sinto constrangido com a pobreza. Pessoas com problemas físicos, magros, faces cansadas e embrutecidas.

Carregadores com seus carrinhos de construção levam compras para todos os lados (é uma cena tirada do século XIX). Estou em um bar, tomando uma cerveja e vendo a composição de cenas. Pena que não dá para tirar fotos...

Procurei Ninha na sorveteria, conversamos um pouco e consegui agendar uma entrevista para segunda-feira com ela. Isso me animou um pouco.

Observações nº 15 (26/06/2009)

Entrevista à Sra. Estela Evangelista

Realizei esta entrevista depois do São João. O plano era entrevistar toda a família de Estela. Depois dela, ficam faltando, a mãe, os irmãos, o marido e a filha.

Dona Estela ou Ninha, como é chamada pelos familiares e amigos, mora na casa aos fundos da casa da mãe. Sua casa tem dois quartos, uma sala, cozinha e banheiro.

Na casa da mãe, transformou a sala em uma pequena sorveteria, local onde trabalha todos os dias. Afora os sorvetes, comprados de uma localizada na Caixa d'água, todos os doces são feitos por Ninha sempre à noite. Antes de abrir a sorveteria, Ninha era recepcionista em um salão de beleza na Pituba. Trabalhou lá durante seis anos até conseguir o dinheiro para abrir o negócio. Também a família ajudou um pouco e ainda continua a ajudar porque os custos para a manutenção do comércio é alto por conta dos impostos. Segundo a entrevistada, ela só consegue ter a sorveteria porque não paga aluguel.

Todos os dias, inclusive sábados e domingos, abre a sorveteria às 10 e fecha às 19 horas. Ela nos conta que gostaria de mantê-la aberta até mais tarde, mas é perigoso, porque tem medo de assaltos, apesar do respeito que sua família tem no bairro.

Ninha tem muitos planos para o futuro, quer aumentar o comércio, colocar uma empregada para trabalhar pela manhã, uma vez que ela se desdobra entre as atividades do lar como dona de casa e o atendimento aos clientes. Está reformando a casa, quer construir mais um quarto para a filha. Não pretende se mudar do Pero Vaz, apesar da violência.

Ninha acredita que sua vida vai melhorar mais. Apesar de ser evangélica praticante consegue lidar facilmente com a dimensão pragmática do comércio, dinheiro, compras, cobranças, etc.

Ao me ceder esta entrevista, também me permitiu que eu entrevistasse sua filha e marido. Neste dia, acabei almoçando em sua casa. Foi muito gentil e um ato de consideração comigo. Por outro lado, sua irmã, Edite não quis sequer conversar a respeito de uma possível entrevista. Com um comportamento arredio, mostrou-se bastante irritada com a minha presença.

Observações nº 16 (27/06/2009)

Entrevista realizada com Eliza Evangelista (filha de Ninha) pela manhã.

Obs.: entrevista gravada.

Entrevista realizada com a Sra. Elza Soares Damasceno, vizinha de Ninha e antiga moradora.

Obs.: entrevista gravada. Agendei outra entrevista com sua filha, Gleide Damasceno para o dia 1 ou 3 de julho.

Observações nº 17 (29/06/2009)

Diálogo entre Ninha e um amigo de infância que se reencontraram após um longo tempo. Após as perguntas de praxe sobre a vida e família eles iniciam uma conversa sobre acesso ao crédito, compra de carros usados, computadores, etc. No meio da conversa percebo que eles alcançaram um nível de renda mínima (crítica?) para o consumo dessas mercadorias. Sobre a compra de carros usados, eles afirmam que podem pagar R$3000,00 por um, pedindo empréstimo no banco por exemplo. Achei este diálogo interessante porque revelou parcialmente como a creditização lhes permite entrar na dimensão do consumo (modo de vida urbano).

Objetivos para amanhã: ir a um culto de igreja evangélica e ao CRAS.

Observações nº 18 (30/06/2009)

No trajeto para o Pero Vaz pelo Plano Inclinado ouço dois diálogos que merecem registro: o primeiro trata da relação de uma mendiga e um senhor que estava tomando café na mesma lanchonete que eu, a mendiga havia lhe pedido dinheiro, então o senhor retrucou " – Vá pedir esmolas ao general, ao juiz, ao político. Estes são os homens que te roubam. Não venha pedir pra mim porque sou trabalhador!". Mais adiante, um pouco antes de chegar ao elevador do Plano Inclinado, ouvi de um transeunte a seguinte queixa: "- A gente procura um banheiro e não encontra um, ai vai fazer as coisas na rua e o policial lhe trata como vagabundo. Esses políticos são todos uns nojentos."

Ao chegar ao Pero Vaz, fui até a Igreja universal do reino de deus para assistir um culto como parte das situações que eu queria experimentar. Fiquei no máximo meia hora, porque não consegui ficar ouvindo o pastor gritando palavras de ordem. Sai me sentido mal e fui então ao CRAS.

Ao chegar ao órgão não encontrei a coordenadora, Sra. Janine, mas conversei com uma assistente social a qual me cedeu algumas informações superficiais do CRAS como objetivos, público alvo, base espacial de atuação, etc. Acabei então por agendar nova entrevista para o dia seguinte.

Observações nº 19 (01/07/2009)

Retornei ao Pero Vaz pela manhã. Assim que cheguei ao Plano Inclinado descobri que estava quebrado. Então fiquei sabendo que havia um ônibus transportava os passageiros gratuitamente, mas para isso, tive de esperar em uma fila e somente às 10:30 h consegui chegar ao Pero Vaz. Fui direto ao CRAS e lá tive de esperar para conversar com a coordenadora. Enquanto espero escuto fragmentos de conversas pessoas que procuram o CRAS e, em todas, apenas ouço problemas de violência, desnutrição, até parece um posto de saúde ou coisa do tipo.

Enfim, após quase uma hora de espera consegui ser atendido pela coordenadora. De início eu lhe expliquei os motivos de estar ali, falei sobre a pesquisa, depois ela me falou a respeito do CRAS. Foi uma conversa/entrevista muito produtiva, felizmente gravei tudo.

Outras observações (calçadas)

Quase não dá para andar pelas calçadas das ruas do Pero Vaz. Além de irregulares no tamanho, às vezes, elas desaparecem ou são tão estreitas que simplesmente nos vemos obrigados a andar na rua. Outro aspecto em relação a elas diz respeito ao fato de estarem ocupadas por vendedores ambulantes e em outros locais por lixo.

Observações nº 20 (03/07/2009)

Entrevista com o Sr. João de Souza Lemos (Seu Dida). Gravada.
Entrevista com o Sr. Lecio Ramos. Gravada.
Entrevista com Gleide Dasmaceno de Jesus. Gravada (Descrever a casa).

Ainda sobre as calçadas...
Elas não são importantes no Pero Vaz. O caminho natural dos pedestres é a rua (reminiscência do modo de vida rural?).

O que falta fazer (campo)
- Tentar acessar famílias cadastradas no CRAS.
- Buscar famílias ligadas ao abaixo-assinado de 1946. Tentar reconstituir genealogia.
- Fazer fotos de aspectos da vida cotidiana e de bairro (difícil).
- Fazer mais entrevista com moradores antigos.
- Realizar mais incursões sob a forma de situações (modo de vida): nas ruas, nas compras, em um bar (chamar Zé Carlos), no refeitório do prato popular.

Observações de campo nº 21 (07/07/2009)

Hoje faço algumas fotos do movimento do bairro. Procuro cenas de rua, mas não é nada fácil porque não quero que percebam. Tento parecer como um deles ou pelo menos não ser notado. Será?

Há anúncios de casas à venda colados nos postes situados nas ruas principais. São casas pequenas (um ou no máximo dois quartos) e preços que variam de R$ 15.000,00 a 25.000,00.

Situação: almoçar no “prato do povo”

Um dos diversos programas sociais do governo na Liberdade é o “prato do povo”. Trata-se de um restaurante popular onde uma refeição (somente almoço) pode ser adquirida por R$1,00. Todos os dias grandes filas se formam por volta das 11 h. Hoje o prato principal é frango ou peixe, arroz, feijão e legumes cozidos; o restaurante também serve de sobremesa uma fruta, além de suco.

Observei atentamente quem almoçava e percebi que geralmente eram trabalhadores e mesmo moradores próximos. Todos muito simples em suas roupas e maneiras de se portar como uma senhora estava próxima a mim (negra e idosa), com muitas dificuldades em manipular os talheres (garfo e faca). O modo de manipulação desses objetos indica que ela está habituada a comer provavelmente com colher. Tento não aparentar muita habilidade com os talheres, deixo a faca de lado. Um senhor sentado a minha frente me observa atentamente...

Observações de campo nº 22 (08/07/2009)

O trabalho de hoje é levantar as igrejas evangélicas e os terreiros do Pero Vaz antes de ir para a reunião no CRAS. Por rua fiz o seguinte levantamento:
Rua do Pero Vaz: 2
Rua Doutor Eduardo Santos: 8
Rua Meirelles: 2
Rua Vitor Serra: 1
Rua das Ostras: 1

Reunião no CRAS com a Embasa para conhecer o projeto de trabalho para realizar a interligação entre a rede de esgotos e os domicílios

Estão presentes à reunião líderes comunitários do Pero Vaz e imediações. A proposta apresentada pela Embasa é corrigir os erros do Projeto Bahia Azul – canalização dos esgotos. Segundo a Embasa faltam serem realizadas 4067 ligações de esgotamento sanitário. O custo da interligação seria repassado aos moradores e depois eles passariam a pagar taxa de esgoto. Cerca de 80% do valor da tarifa de água.

Há nesta reunião mais de vinte lideranças de bairro e, pelo que pudemos notar, eles não estão nada satisfeito com a proposta apresentada pela Embasa. Questionam se realmente o serviço vai ser feito e porque deveriam pagar pelo ele uma vez que o Estado é o responsável por não tê-lo realizado antes.

A Embasa apresentou um cálculo provável de quanto pagariam pela taxa de esgoto, considerando que um domicílio pague a tarifa social pela água, então custaria assim: 10 m^3 de água (R$ 11,70) x 80% (esgoto) = 9,36. Total = R$ 21,06.

Observações de campo nº 23 (09/07/2009)

Após realizar levantamento das igrejas evangélicas, hoje resolvi fazer o mesmo em relação aos terreiros de candomblé no bairro. Alguns eu já sabia onde ficavam porque já os tinha visto durante as observações, mas acreditava existir muitos mais, por isso, acessei o catálogo de terreiros feito pelo CEAO/UFBA e lá acabei confirmando o que desconfiava – existiam outros, exatamente, oito terreiros de candomblé. Como tinha a intenção de conhecer um deles, como assim o fiz com relação à igreja evangélica, busquei informações sobre o primeiro deles – o Terreiro Tumbá Sé, sob a liderança de Dona Carmelita Luciano Pinto. De posse do endereço me dirigi até lá e a entrevistei. Foi uma das melhores entrevistas que fiz. (entrevista gravada).

Observações de campo nº 24 (10/07/2009)

Considerações quanto à localização e estilo das igrejas evangélicas

Antes de ontem, ao realizar o levantamento das igrejas evangélicas do Pero Vaz, percebi que suas localizações correspondem às mesmas do comércio exógeno, isto é, elas estão nas ruas de maior movimento de pedestres. Isto já aponta um padrão diferente em relação aos terreiros localizados nas ruas internas ao bairro.

O estilo das igrejas também é digno de nota. Geralmente elas funcionam em edifícios construídos para fins comerciais. À exceção de algumas poucas construídas com o intuito de serem templos – igreja batista e presbiteriana, as demais ou neopentencostais seguem esse estilo “comercial”.

Descrever a relação entre o pequeno comércio (sapataria, costureira) de caráter endógeno com o comércio de maior envergadura (supermercado, farmácias, padarias, etc.). Eles são diferentes por quê?

Observações de campo nº 25 (12/07/2009)

Entrevista ao Seu Donato Evangelista.

Domingo à tarde na Liberdade. Vou de ônibus e subo pelo Plano Inclinado. O comércio está fechado, apenas os bares estão abertos. Muitas pessoas bebem nas calçadas, conversam e ouvem música em volume alto, geralmente, a partir de seus carros estacionados nas calçadas. Esta parece ser a forma básica de diversão no bairro. Quanto ao volume do som dos carros fica evidente que se trata de uma maneira de se expressar status. O carro é um objeto de desejo para eles assim como é nos bairros mais abastados e os donos (detalhe: quase todos de segunda mão) procuram expressar seus status deixando o volume do som alto. É quase insuportável para mim, mas eles se comportam com muita naturalidade.

Chego à sorveteria (qual é o nome? Ah, Encanto com sabor) por volta das 14 h. Como de praxe entro, sento e espero Dona Estela terminar um atendimento antes de lhe falar. Neste dia, espero por seu esposo para entrevistá-lo. Enquanto isso, observo o entra e sai de clientes à procura de sorvete e doces. A sorveteria é um fragmento de praça que não existe no bairro.

De repente, chegam quatro jovens evangélicos com suas roupas próprias de culto e suas bíblias. Aparentemente têm entre 15 e 20 anos, conversam sobre os problemas do “grupo de jovens” da igreja, sempre fazendo referências a alguma passagem bíblica, parecem competir entre si.

A entrevista ao Seu Donato foi gravada e um detalhe muito interessante foi ele externar as dificuldades com a sorveteria, custos, impostos.

Observações de campo nº 26 (14/07/2009)

Os objetivos hoje são fazer mais algumas fotos (perdi várias ao tentar não demonstrar que as fazia) e entrevistar o Presidente da Associação de moradores do Meireles (acho que é a quarta vez que tento entrevistá-lo).

Tirar fotos no Pero Vaz é sempre difícil; não é bom despertar a curiosidade dos moradores, uma vez que eles são muito desconfiados quanto à presença de "estranhos" no local. Mesmo assim consegui fazer algumas com uma câmera descartável.

Quanto à entrevista mais uma vez não consegui realizá-la, e olha que fui no horário que me disseram que o Presidente se encontrava, por volta das 17 horas. Sinceramente, cansei, vou desistir!

Da Associação fui à sorveteria de Ninha para conversar um pouco. Chegando lá, encontrei tanto ela quanto Donato trabalhando, comprei um sorvete e acabamos conversando um pouco sobre assuntos do dia-a-dia. Donato sempre muito atencioso comigo ao perguntar como estava a pesquisa, se havia conseguido as informações que procurava etc. Quando deixei a sorveteria já estava escuro, as ruas estavam iluminadas e ainda havia muito movimento de pedestres, no comércio.

A recusa da Família Evangelista em ter sua trajetória de vida narrada
(12/11/ 2009)

A pesquisa com a dimensão conjuntural da pesquisa me fez projetar a elaboração de uma narrativa da trajetória de vida de uma família. Na realidade, tudo começou quando fui pesquisar a respeito da comissão de 1946 que negociava junto aos poderes judiciário e executivo a regularização da "invasão" do Pero Vaz. Ao encontrarmos os nomes, na edição do jornal O Momento de 02/12/1946, descobrimos que o pai de Dona Estela, Seu Antônio Evangelista, havia feito parte da referida comissão. Essa descoberta nos estimulou ainda mais em contar a trajetória da família e, portanto, das condições de reprodução social.

Além disso, foi também com esta família que o acesso às informações nos foi mais facilitado, seja pela empatia estabelecida ao longo dos encontros, seja também pela segurança que a família passou a ter em nosso trabalho. Também conseguimos acompanhar a situação de outras famílias que com os Evangelistas têm laços de parentela ou compadrio, ou seja, identificamos, ao final do trabalho de campo, uma "teia de relações entre famílias".

Como já havia transcrito as entrevistas que realizara com a família, juntei tudo e elaborei a proposta de contar a história deles. Então procurei Dona Estela e lhe apresentei a proposta, de início ela ficou um pouco desconfiada, mas acabou entendendo o que queríamos, no entanto, nos disse que teria de conversar com todos em sua casa. Aguardamos por dois dias sua resposta e em uma tarde de quarta-feira, fui até sua casa (sorveteria) e lá fui informado que eles não queriam ter sua história contada. Foi ai que questionei por quê? Dona Estela não soube me dizer, mas Seu Donato sim, segundo suas palavras "a vida deles não era um *big brother* para todos ficarem sabendo".

Bem, bastante decepcionados, procuramos refletir sobre a recusa e a única explicação que encontramos é a seguinte: não faz sentido na vida dos Evangelistas a pesquisa que ora realizamos, isto é um problema nosso, não deles. Ademais, no nível microssociológico ou conjuntural, os dramas e tragédias cotidianas parecem

estar “descolados” da dimensão estrutural da sociedade, logo, a tendência é mantê-los em segredo, não revelá-los.

A partir desse momento, tínhamos duas decisões a tomar: abandonar a pesquisa ou reformulá-la. Decidimos voltar para São Paulo e de lá, refletir sobre o que fazer.

Formulação da amostra (novembro e dezembro de 2009) e 1ª sessão de coleta (janeiro e fevereiro de 2010)

O final do ano 2009 foi dedicado a refletir sobre o que fazer com a pesquisa. Não tinha mais como retornar aos termos iniciais da pesquisa e reformulá-los em seus fundamentos, por isso, decidi "coletar" dados através da aplicação de um questionário sob a forma de uma amostragem domiciliar.

Definidas os dados que seriam levantados e o tamanho da amostra, fui novamente a Salvador no final do mês de janeiro. Lá procurei diretamente a Coordenadora do CRAS Sra. Janine Capinam, pois, queria ouvir sua opinião sobre a aplicação de um questionário no bairro, afinal conhecia muito bem a realidade do Pero Vaz. Nossa reunião aconteceu no dia 28 de janeiro de 2010 e, segundo sua sugestão, deveríamos aplicar questionários apenas nas vias principais e pela manhã, até que ela conversasse com as lideranças do bairro para que eu pudesse "obter" uma autorização para "circular" pelas vias nas quais havia pontos de tráfico. Como aconteceria uma reunião no dia 3 de fevereiro na qual as lideranças de bairro estariam presentes, a Sra. Capinam me pediu que seguisse sua sugestão. Portanto, no dia seguinte, iniciei a primeira sessão de coleta de dados via questionário apenas nas vias principais e, apesar de muita recusa dos moradores em responder às questões, consegui realizar uma média de dez questionários por dia. No dia 3 de fevereiro, fui informado que a citada reunião não aconteceria mais por conta da proximidade do carnaval, além disso, ela seria remarcada para o dia 03 de março. Consequentemente, só consegui aplicar 47 questionários e não poderia fazer mais nada até nos encontrar com as lideranças de bairro, assim retornei para São Paulo.

Reunião no CRAS (03/03/2010)

A reunião com as lideranças do bairro foi agendada para tratar de problemas relativos às obras de saneamento da Embasa. Minha participação foi inserida pela Coordenadora do CRAS/Liberdade, Sra. Janine Capinam e o procedimento foi o seguinte: após as discussões e encaminhamentos da pauta da Embasa, foi solicitado entrar no item de pauta - o que ocorrer - a minha demanda. Tal solicitação foi votada e aceita. Iniciei apresentando a pesquisa e os seus objetivos, então foi solicitado às lideranças comunitárias presentes que me acompanhassem na aplicação do questionário da amostra. Depois de alguns esclarecimentos aos presentes, foi realizada votação e o pleito foi aceito, mas condicionado à disponibilidade de tempo das lideranças comunitárias. Das lideranças presentes, aceitaram colaborar com a realização da pesquisa a Sras. Joselita A. dos Santos (Av. Peixe), Mary Cristina Sá de Aguiar (Rua Nossa Senhora das Graças), Doralice Bispo Nascimento e Neide de Jesus Carvalho Souza (Ruas Boa Fé e Virgílio Gonçalves, além de transversais) e Regina Celeste Brito (Baixa da Boa Fé) e o Sr. Edson Marcelino dos Santos (Rua do Céu).

2ª sessão de coleta (março 2010)

Aconteceu do dia 04 até o dia 12 de março. Fui acompanhado pelas lideranças e consegui aplicar os 51 questionários necessários para fechar a amostra em 98 domicílios. Foi uma experiência ímpar porque conheci partes do bairro que nunca havia estado antes. Também passei a conhecer um pouco do trabalho desenvolvido pelas lideranças de bairro, sobretudo, com as famílias mais carentes. Fiquei encantado com o trabalho de Dona Joselita Santos realiza na Av. Peixe porque ela é uma liderança respeitadíssima, mesmo com toda a violência do lugar. O trabalho de Seu Marcelino na Rua do Céu também é extraordinário, sobretudo, com a limpeza da rua, mas infelizmente é um trabalho inglório. Seu Marcelino se preocupa muito como futura dos adolescentes assediados pelo tráfico e pela prostituição. Sinceramente, sem a participação não só de Dona Joselita e Seu Marcelino, mas também de todas as outras lideranças não teria conseguido aplicar os questionários que faltavam da amostra.

1.2 CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DOMICILIAR, INFRAESTRUTURA E POPULAÇÃO DO PERO VAZ

Nº de ordem	Nº Setor	Total de Domicílio	Condição da ocupação					Abastecimento De água (rede geral)	Tipo de esgotamento				Total de moradores	Média de Moradores /domicílio
			Próprio	Em Aquisição	Alugado	Cedido	Outra		Rede Pluvial	Fossa Rudim.	Fossa Séptica	Vala		
01	0003	238	196	-	26	-	-	219	78	1	3	140	966	4,0
02	0012	238	205	-	28	5	-	232	234	-	-	-	1003	4,2
03	0013	231	194	1	24	10	2	230	228	-	-	-	904	3,9
04	0014	275	221	7	39	7	-	271	271	-	-	2	1114	4,0
05	0015	308	228	1	68	10	-	302	299	6	1	1	1258	4,0
06	0016	132	107	2	15	6	-	127	126	-	3	1	578	4,3
07	0017	251	172	8	65	-	6	250	250	-	-	-	997	3,9
08	0030	182	147	1	33	1	-	181	168	3	-	1	735	4,0
09	0031	261	193	1	56	10	-	257	246	1	1	8	842	3,2
10	0032	318	253	-	51	14	-	316	310	-	3	-	1279	4,0
11	0033	276	250	-	3	1	-	263	271	1	-	-	1098	3,9
12	0034	391	273	2	87	27	1	388	367	14	1	5	1488	3,8
13	0061	247	152	-	85	10	-	243	241	-	2	1	981	3,9
14	0062	152	99	6	36	10	-	149	146	2	2	1	588	3,8
15	0063	372	250	1	100	21	-	371	368	-	-	4	1471	3,9
16	0064	151	120	1	28	2	-	140	146	-	1	4	656	4,3
17	0065	412	347	-	51	13	-	375	198	7	8	198	1621	3,9
18	0098	226	126	16	73	10	-	223	201	-	-	20	895	3,9
19	0099	140	94	-	43	3	-	139	131	1	1	-	559	4,0
20	0100	233	168	-	60	4	-	232	210	-	-	22	847	3,6
21	0101	331	267	3	61	-	-	323	325	-	1	5	1246	3,9
22	0102	138	98	3	34	3	-	138	138	-	-	-	626	4,5
23	0103	288	242	2	40	4	-	286	218	-	-	60	1179	4,0
24	0104	336	279	2	34	21	-	335	323	-	-	13	1326	3,9
25	10192	109	88	4	11	5	1	108	106	-	-	3	513	4,7
26	10193	205	165	3	29	5	3	192	195	5	-	-	865	4,2
27	10202	213	194	1	15	-	2	198	206	-	4	-	878	4,1
28	10203	79	71	1	6	-	1	72	76	-	1	-	394	4,9
Totais		**6733**	**5248**	**66**	**1201**	**202**	**16**	**6560**	**6076**	**41**	**32**	**489**	**26973**	**4,0**
%		**100**	**78**	**1**	**17,8**	**3**	**0,2**	**97**	**90**	**-**	**-**	**-**	**100**	**-**

Fonte: IBGE, Resultados do Universo, Censo Demográfico 2000.

1.3 QUESTIONÁRIO DA AMOSTRA

Identificação: Data:
Endereço:

1. Quantos moradores há na residência e suas respectivas idades (descrever o tipo de família – nuclear, mononuclear, etc.)

2. Descrição do imóvel (quantos cômodos, tamanho provável, esquematização (planta baixa), tipo de material empregado na construção, tempo de moradia no imóvel e no bairro)

3. Condição do imóvel
1. Próprio (forma de aquisição)
2. Alugado (valor do aluguel e identificação do proprietário)
3 Cedido (por quem e sob qual condição)

4. Condição de trabalho
1. Quantas pessoas em sua residência estão ocupadas atualmente?
2. Quais são os tipos de ocupação (descrevê-las)

3. Nível de rendimento nominal domiciliar
Menos de 1 SM
+ 1 até 2 SM
+ 2 até 3 SM
+ 3 até 5 SM
+ 5 SM

5. Participa de algum programa social do governo? Se sim, descrevê-lo e expor os motivos e expectativas.

6. Descreva as condições de vida da família (problemas cotidianos)

Apêndice 1.4 - Mapa de localização dos domicílios pesquisados (amostra)
Elaboração: James A. Araújo
Fonte: trabalho de campo: janeiro, fevereiro e março de 2010.

1.5 COMPILAÇÃO DOS DADOS DO LEVANTAMENTO DE CAMPO (AMOSTRA)

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
01	A1	Rua da Boa Fé, 23	2 pessoas. A informante (77) e a filha (45). As duas outras filhas moram em suas próprias casas. 2 gerações.	Imóvel em alvenaria com laje e acabamento. Possui 3 quartos, 1 sala, 2 banheiros e 1 cozinha. Tamanho estimado: 6 x 10. Imóvel próprio por herança.	Apenas a filha trabalha como operadora de telemarketing na Tim. Possui carteira assinada e ganha 1 SM e meio. A informante é aposentada por idade. Nível de rendimento: 3	A família não participa de nenhum programa social do governo. Não tem dificuldade com alimentação, transporte, mas com a compra de remédios, pois A1 tem osteoporose. Possui geladeira, fogão e televisão.
02	A2	Rua da Boa Fé, 71	4 pessoas. A informante (22), o marido (26), um filho (1 ano e seis meses) e uma agregada (20). 3 gerações.	Imóvel em alvenaria com telhado (telhas de cerâmica). Possui 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. Tamanho estimado: 6 x 8. Imóvel próprio por herança dos pais do marido.	Apenas o marido trabalha como motorista de van de uma empresa de transporte com carteira assinada. Ganha 1 SM e meio. Nível de rendimento: 2	A família não participa de nenhum programa do governo, mas pensa em participar. Recebe ajuda da família materna para a alimentação. Possui geladeira, fogão e televisão.
03	A3	Rua Boa Fé, 37	2 pessoas. A informante (65) e a mãe (85). 2 gerações.	Imóvel próprio por ocupação. 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. Tamanho estimado: 4 x 10. Telhado de madeira, mas toda rebocada e pintada.	A informante é servidora pública municipal (professora do ensino fundamental), está em processo de aposentadoria. Sua mãe é aposentada do INSS. Nível de rendimento: 4.	Não possui dificuldades com alimentação, transporte, etc. Pretende se mudar do bairro por conta da violência. Possui geladeira, fogão e televisão.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
04	A4	Rua Boa Fé, 95	4 pessoas. A informante (32), o marido (44), o filho (8) e a mãe (65). 3 gerações.	Casa semi-acabada de telhado. Falta rebocar a cozinha e o banheiro. Possui 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. Tamanho 6 x 10. A casa é própria e foi adquirida pela mãe por compra há 28 anos.	Só o marido trabalha como vidraceiro com carteira assinada. Ganha 1 SM e meio. A mãe está em processo de aposentadoria. Nível de rendimento: 2	Nunca participou de programas sociais. A informante está grávida e tem dificuldades de pagamento de exames e consultas médicas. Possuem geladeira, fogão e televisão.
05	A5	Rua da Boa Fé, 105	4 pessoas e duas famílias. A informante (63) e o marido (66), seu filho (35) e a nora (33). 3 gerações	Casa ainda com quintal (foto). Telhado de Eternit e semi-acabada. Possui 2 quartos, 1 sala e 1 cozinha e banheiro. Imóvel próprio por herança da família do marido. Tamanho 6 x 10.	Vivem com a pensão do marido que teve derrame há 4 anos. O filho está desempregado. A informante é costureira e, eventualmente, faz alguns serviços. Nível de rendimentos: 2	A família tem dificuldade em pagar as contas de consumo. Possuem geladeira, fogão e televisão.
06	A6	Rua Dr. Eduardo Santos, 38	4 pessoas. O informante (23), a irmã (32), o cunhado (?) e a sobrinha (8). 4 gerações.	Casa reformada (com acabamento) e telhado de Eternit. Possui 3 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. Própria por herança dos avôs.	A irmã trabalha como babá, trabalho informal, ganha meio SM. O cunhado trabalha em um supermercado na Liberdade, serviços gerais, ganha 1 SM. Nível de rendimentos: 2	Já participaram de um programa social, mas não se lembra qual era, faz muito tempo. Não têm dificuldades com alimentação e transporte. Possuem geladeira, fogão e televisão.
07	A7	Rua Dr. Eduardo Santos, 99	4 pessoas. A informante (43), o marido (45) e dois filhos (18) e (22). 2 gerações.	Casa alugada, valor R$ 250,00. O proprietário mora no bairro. Moram há três anos. 1 quarto, 2 salas, 1 cozinha e 1 banheiro. Toda reformada e teto de laje.	A informante é comerciante de doces e guloseimas. O marido é mecânico de automóveis, sem carteira assinada. Nível de rendimentos: 3.	A informante relata dificuldades com o transporte. Não participa de nenhum programa social.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
08	A8	Rua do Pero Vaz Velho, 276 - térreo	3 pessoas. A informante (41), o marido (36) e o filho (4). 3 geração.	Imóvel de 66 m^2 com laje e totalmente acabada. Possui 3 quartos, 1 sala, 1 cozinha, 1 banheiro e 1 copa. Casa própria por herança. A Laje foi batida em 1983.	A informante é auxiliar administrativo da Igreja Universal do Reino de Deus, com carteira assinada. O marido é frentista de um posto de gasolina também com carteira assinada. Nível de rendimentos: 2.	A maior dificuldade é com a água, a conta chega a 5000 reais, pois, antes atendia a 3 casas. Fizeram um "gato" há 5 anos para conseguir água.. Possuem os eletrodomésticos básicos.
09	A9	Rua do Pero Vaz Velho, 7	4 pessoas, o informante (72), a esposa (66), um filho (45) e um neto (14). 4 gerações.	Casa própria por herança dos pais. Toda rebocada com telhado. Tamanho estimado 6 x 8 m^2. Possui 1 sala, 2 quartos, 1 cozinha e 1 banheiro.	O informante está aposentado, sua mulher também. O filho é possui ocupação não formal de eletricista. Nível de rendimentos: 3	Não passa necessidades, mas já passou porque teve muitos filhos, 6 ao todo. Possui todos os eletrodomésticos básicos.
10	A10	Rua do Pero Vaz Velho, 288	5 pessoas. O informante (33), a sogra (42), a esposa (22) e dois filhos (3) e (11 meses). 3 gerações.	Casa própria por herança da parte do pai. O imóvel possui laje, mas não está totalmente rebocada.	Apenas a sogra trabalha como costureira (ocupação informal) e rendimentos irregulares, na média, chegam a 1 SM. Nível rendimentos: 2	A família tem muitas dificuldades com alimentação, transporte e contas. Possuem geladeira, fogão e televisão.
11	B1	Rua Dr. Eduardo Santos, 333	5 pessoas. A informante (51), um filho (26), dois irmãos (67) e (53) e um sobrinho (33). 3 gerações.	Imóvel próprio por herança do pai. Casa grande com 10 cômodos (4 quartos, 2 salas, 1 cozinha, 2 banheiros e área externa nos fundos). Tamanho estimado em 6 x 10. Teto de laje.	Trabalham 4 pessoas. A informante, revendedora Avon e Natura. O irmão está aposentado, mas ainda trabalha. E o filho trabalha com carteira assinada. Nível de rendimentos: 4.	Algumas dificuldades com contas de consumo, água, luz, também com transporte.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
12	B2	Rua do Céu, 130 A	6 pessoas. A informante (37), o marido (37), e quatro filhos (19, 18, 16 e 2). 3 geração.	Casa própria por herança do pai. A laje já foi batida, mas ainda está sem acabamento. Tamanho 6 x 7 com 1 quarto, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. (foto)	Apenas a informante tem ocupação como lavadeira e diarista. Seus rendimentos alcançam 1 SM. Possui bolsa família para 3 filhos (134,00). Tem fogão e televisão. Nível de rendimentos: 2	O marido é alcoólatra e está desempregado. Por conta do Bolsa família os filhos estudam. A maior dificuldade é com a alimentação.
13	B3	Rua do Céu 130 E	7 pessoas. A informante (34), o marido (23) e 5 filhos (13, 12, 11 e gêmeos 3). 3 gerações	Casa própria por herança. 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. Casa de Alvenaria, sem acabamento, telhado de Eternit. (foto). Tamanho estimado em 3 x8. (planta)	2 pessoas ocupadas: o marido como ajudante de pedreiro, trabalho informal, quando está ocupado, ganha 15,00 por dia. A informante é cabeleireira, ganha em média 150,00 por mês. Nível de rendimentos: 1	Participam do Bolsa família com 3 filhos. O mais difícil é alimentação, sempre falta no final do mês. Compra fiado ou pede emprestado. Tem fogão e televisão.
14	B4	1ª Trav. Nossa Senhora das Graças, 16	4 pessoas, a informante (62), a filha (23) e dois netos (4 e 1 ano). 4 gerações.	Mora em um quarto e sala de alvenaria, 3x4 m^2. O terreno foi dividido entre os irmãos (herança). O banheiro é externo e coletivo. (foto)	A filha é manicure e consegue 25,00 por semana de trabalho. A informante é catadora de latinha, consegue 10,00 por semana (1 real por quilo). Nível 1.	Tem o Bolsa família para os dois netos, 62,00. Passam fome e dependem da ajuda de outros. Não tem geladeira nem televisão, apenas fogão.
15	B5	1ª Trav. Nossa Senhora das Graças, 7	3 pessoas. A informante (61), 1 filho (32) e um neto (5). 4 gerações.	Casa de alvenaria com reboco, mas só interno. Tamanho estimado 6x6 m^2. A sala, 2 quartos, 1 cozinha e 1 banheiro. O pai comprou a casa em 1950, tinha apenas um cômodo.	A informante é lavadeira, ganha 20,00 por trouxa de roupa lavada. O filho é ajudante de pedreiro, ganha de 15 a 20 reais por dia de trabalho. Nível de rendimento: 1	Participa do Bolsa família com o neto, 20,00 por mês. O maior problema é alimen-tação, eventualmente, o neto deixa de ir à escola por falta de comida.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
16	B6	Trav. Paulista, 41	2 pessoas. O informante (61) e a esposa (54). 1 geração.	Casa própria por ocupação. Reformada nos anos 80, telhado. Possui 1 sala, 2 quartos, a cozinha, um banheiro e uma pequena área de serviço. Tamanho estimado: 5 x 8 m^2.	O informante está aposentado, antes trabalhava no Porto como estivador. Nível de rendimentos: 3	Não possui problemas com alimentação. Seus filhos moram próximos (Santa Mônica e Curuzu). Possui todos os eletrodomésticos.
17	B7	Rua do Céu 130 fundo	4 pessoas, a informante (43), o marido (45), e dois filhos (14 e 17). 3 gerações.	Casa própria por ocupação, herança dos pais. Tamanho estimado: 4 x 6 m^2. 1 cozinha, 1 banheiro e dois quartos. Rebocada mas, sem acabamento, telhado. (planta)	A informante é lavadeira, consegue 100,00 reais por mês. O marido é ajudante de pedreiro, quando tem serviço consegue ganhar 1 SM. Nível de rendimento: 2.	Possuem Bolsa família para os dois filhos. O mais difícil é alimentação, todo dinheiro que consegue compra alimentos na Feira do Japão. A informante tem leucemia. Tem fogão e televisão.
18	B8	1ª Travessa Nossa Senhora das Graças, 5, 1º andar	3 pessoas. O informante (34), a esposa (31) e a filha (10). 3 gerações.	A casa foi construída sobre a casa dos pais. São três cômodos: a sala que também é cozinha, um quarto e um banheiro. Tamanho estimado: 3 x 6. Telhado de Eternit, pouca ventilação (planta)	O informante está desempregado, faz alguns "bicos" para conseguir algum dinheiro. A esposa é lavadeira e diarista. Nível de rendimento: 1.	Passam fome, a filha deixa de ir para o colégio por conta disso. Tem geladeira, fogão e televisão.
19	B9	Rua Nossa Senhora das Graças, 20	4 pessoas. A informante (47), o marido (52) e 2 filhos (26 e 27). 2 gerações.	A casa foi comprada há 20 anos, antes era de taipa. Foi demolida e construída uma de dois andares e 5 cômodos – 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. Tamanho estimado: 6 x 8.	3 pessoas. A filha faz estágio em publicidade e propaganda. O marido é marítimo e tem carteira assinada. O filho é repositor em um supermercado. Nível de rendimento: 5	Apenas o pagamento da faculdade da filha. Tem todos os eletrodomésticos.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
20	B10	1ª Trav. Nos. Senhora das Graças	6 pessoas. A informante (39) e 5 filhos (18, 17, 15, 4 e 3). 4 gerações.	Casa herança do avô. Rebocada mas telhado de Eternit, 1 quarto e sala, 1 banheiro. (planta). Tamanho estimado: 3 x 6.	Ninguém trabalha. (Há fortes indícios que os filhos participam do tráfico de crack, como jockers). Nível de rendimento: 1	A informante disse que têm todas as dificuldades, sendo a alimentação o pior, porque é todo dia. Tem fogão.
21	B11	Rua Guatarama 1	8 pessoas. A informante, 3 filhos, 1 neta, o marido e o agregado (ex-marido). 2 gerações.	Casa alugada por R$ 100,00. O dono morava em frente, mas se mudou por conta do tráfico. Casa de alvenaria, tamanho estimado em 8 x 8 m^2. (planta)	O marido é serralheiro e tem trabalhos eventuais, quando está ocupado, ganha 20,00. O ex-marido está aposentado por invalidez (doença mental). Recebe 68,00 do Bolsa família. O filho é aposentado (insuficiência renal), mas o benefício ajuda sua avó. Nível de rendimento: 2	Compra todo mês uma cesta de alimentação que é vendida na porta por R$ 160,00, mas ela nunca dura até o final do mês. Tem geladeira, fogão e televisão.
22	B12	Av. Peixe, 32	7 pessoas. A informante (42), o marido (44) e 5 filhos (25, 23, 19, 10 e 6). 3 gerações.	A casa é herança da família do marido. Tamanho estimado, 6 x 6 m^2, com tijolos à vista. Tem 1 sala e cozinha no térreo e 1 quarto no primeiro andar. O banheiro fica nos fundos. (planta)	O marido trabalha em serviços gerais em uma empresa, carteira assinada, ganha 1 SM. Participa do Bolsa família e usa o dinheiro para pagar escola e comprar alimentos. Nível de rendimento: 2.	O maior problema é alimentação. Compra fiado ou pede ajuda à família quando falta comida. Não tem geladeira, nem televisão, apenas fogão.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
23	B13	Av. Peixe, 44	5 pessoas. A informante (38), o marido (40) e três filhos (14, 7, 4). 2 gerações.	A casa foi comprada por 4.600,00 há dez anos. A ex-proprietária mora no bairro. Casa de alvenaria, telhado, e com acabamento, tamanho estimado em 8 x 6 m^2. Possui 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. (planta)	Apenas o marido trabalha como auxiliar de produção. Tem carteira assinada e ganha um 1 SM e meio. A família recebe bolsa família pelos três filhos, usam o dinheiro para comprar comida. Nível de rendimentos: 2	A maior dificuldade é para criar os filhos (alimentação). O final de mês sempre é mais difícil e quando falta comida pede ajuda a família. Tem geladeira, fogão e televisão.
24	B14	Rua Meirelles, 65	5 pessoas. O informante (74), a esposa (63), o filho (48), a nora (41) e uma neta (22). 4 Gerações.	Casa própria por herança dos pais. Toda reformada com laje. No andar superior mora o irmão com sua família. Possui 1 sala, três quartos, 1 cozinha e 1 banheiro. Tamanho estimado: 6 x 10 m^2.	Está aposentado, mas continua ocupado fazendo “bicos’ de pedreiro ou encanador. Seu filho trabalha com carteira assinada no comércio (vendedor). Nível de rendimentos: 4	Não tem problemas, mas pretende se mudar por causa da violência do bairro. Vai alugar a casa.
25	B15	Av. Peixe, 11	6 pessoas. A informante (?), o marido (?) e quatro filhos (15, 13, 11 e 3). 3 gerações.	Casa própria por herança. Casa de alvenaria, sem acabamento. Tamanho provável 8 x 10 m^2. Possui 2 quartos, 2 banheiros, 1 sala e 1 cozinha. (planta)	O marido é marceneiro com carteira assinada. A informante vende pastel 4 vezes por semana. Juntos conseguem 1,5 SM de renda. Nível de rendimentos: 2	As condições de vida segundo a entrevistada são péssimas, o mais difícil é alimentar os filhos, por isso, sempre pede ajuda à família. O filho mais velho foi assassinado, participava do tráfico de crack. Tem geladeira, televisão e fogão.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
26	B16	2ª Trav. Drummond, 56	7 pessoas. 3 adultos (?), 3 adolescentes (?) e um recém-nascido. 2 gerações	A casa fica no 1º andar, construíram sobre a casa da sogra. Feita em alvenaria, sem acabamento. Tamanho estimado: 8 x 6 m^2. Possui 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. Moram há 18 anos. (planta)	A informante é margarida e, ganha 50,00 por semana de trabalho. O marido é pedreiro, não está ocupado, apenas faz serviços eventuais (ganha 15,00 por cada serviço). Estavam no Bolsa família mas saíram por irregularidades de documentos. Nível de rendimentos: 1.	Alimentação é o mais difícil, pedem ajuda a vizinhos. O marido é alcoólatra. Tem fogão e televisão.
27	B17	Rua Nossa Sra. Da Graças, 17	Só o informante (65). 2 gerações	A casa é herança dos pais, toda em alvenaria com acabamento e telhado. Tamanho estimado: 6 x 6 m^2. (planta)	Faz trabalhos eventuais, vende panos de prato. Consegue 240,00 por mês. Nível de rendimentos: 1	A maior dificuldade é alimentação, tem ajuda da família. Tem vários problemas de saúde (diabetes e circulação). Não tem televisão, apenas geladeira e fogão.
28	B18	Rua São Benedito, 4, térreo	4 pessoas. A informante (25), o marido (26), e dois filhos (6 e um recém-nascido). 4 gerações.	A cada é dos avôs maternos, morava antes de aluguel no bairro e pagava R$ 250,00. Casa grande 6 x 10 m^2 com laje e acabamento. Possui 3 quartos, 1 sala, 2 banheiros, 1 cozinha e 1 área de serviço. (planta). Obs.: Nas casas superiores moram seus parentes, inclusive sua mãe.	Apenas a informante trabalha. Ela é técnica de suporte de informática; tem a carteira assinada e ganha 1 SM e meio. O marido está desempregado e faz os serviços domésticos. Nível de rendimentos: 2.	Tem problemas com pagamentos de contas de consumo, transporte e alimentação. Na sua avaliação, alimentação é o mais pesado nas contas domésticas. Tem os eletrodomésticos essenciais.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
29	B19	Rua Nossa Senhora das Graças, nº 28, 2º andar	4 pessoas. A informante (36), o marido (37), e dois filhos (2 e 1 mês). 4 gerações.	A casa é herança dos avôs, embaixo mora a irmã. Possui 5 cômodos: 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. É rebocada, mas não tem acabamento em todos os cômodos (banheiro e cozinha). Tamanho estimado: 6 x 10. Há 25 anos bateram a laje.	O marido tem diversas ocupações (pedreiro, eletricista, encanador), por mês consegue 300,00. A informante é manicure, consegue 150,00 por mês. Nível de rendimento: 2	A alimentação dos filhos é o maior problema e chega a faltar no final do mês. Não paga conta de água há muito tempo, fez "gato" do vizinho. Tem todos os eletrodomésticos básicos.
30	B20	Rua Nossa Senhora das Graças, 28	4 pessoas. A informante (46) e três filhos (25, 22, e 10). 4 gerações.	Casa rebocada com laje, tamanho estimado 6 x 10. Possui 2 quartos, 1 sala, 1 banheiro e 1 cozinha. Herança dos avós, segundo a informante a primeira casa era de papelão e não havia muros. A partir de 1970 começaram a reformá-la.	Um filho é segurança com carteira assinada, a filha é recepcionista com carteira assinada e a informante é cabeleireira sem renda fixa. Nível de rendimentos: 3	O maior problema é com transporte, às vezes, pedem ajudar a vizinhos. Depois vem a alimentação. Possuem os eletrodomésticos básicos.
31	C1	Rua São Benedito, 1	6 pessoas, a informante (29), o marido (34) e 4 filhos (13, 12, 9, e 7). 4 gerações.	A casa é de material reciclado (madeira, telha). No terreno que é herança do avô, há mais três casas, sendo a primeira de alvenaria sem acabamento e com telhado. (planta)	O marido trabalha e tem a carteira assinada, ganha 1 SM. A informante é dona de casa e lavadeira (cobra 15,00 por trouxa de roupa lavada). Nível de rendimento: 2	A alimentação é o mais difícil, pede ajuda a vizinhos. Não participa do Bolsa família, apesar dos filhos estarem na escola pública. Não tem televisão nem geladeira.
32	C2	Rua São Benedito, 3	3 pessoas. A informante (49), o marido (50) e a sobrinha (36). 4 gerações.	Casa por herança do avô. Sempre morou ali. 1 cômodo: 3 x 3 m^2, o banheiro é externo. Sem acabamento externo.	Só o marido está ocupado como carregador de compras de supermercado, consegue de 15 a 20 reais por dia. Nível de rendimentos: 1	A sobrinha está doente. O maior problema é alimentação, quando falta, pede ajuda a família. Não tem geladeira, nem televisão.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
33	C3	Rua Sargento Sarno, 18	3 pessoas. O informante (48), a esposa (47) e a filha (30). 3 gerações.	Casa própria por herança da família. Mora desde 1975, antes morava no Pau Miúdo. Com telhado e acabamento.	Está desempregado, faz "bicos" como pedreiro. A filha está ocupada como cabeleireira, mas sem carteira assinada. Nível de rendimentos: 2	Depois que ficou desempregado o maior problema é com alimentação e pagamento de contas. Tem todos dos eletrodomésticos.
34	C4	Rua do Céu, 75	5 pessoas. A informante (38), o marido (?) e três filhos (21, 18 e 15). 3 gerações.	Casa por herança dos pais. Possui 2 cômodos: 1 sala/quarto e 1 banheiro. Tamanho estimado 3 x 5 $m2^2$. Telhado. (há foto e esquematização)	C4 é lavadeira, ganha 30,00 por semana. Tem bolsa família de 1 filho (R$ 68,00). Nível de rendimentos: 1	O marido é ex-detento e alcoólatra. Tem apenas fogão. As filhas estão se envolvendo com o tráfico de crack.
35	C5	Rua do Céu 75 fundos	7 moradores. A informante (54), 2 filhos (29 e 21), 2 netos (6 e 4 meses), 1 irmão (50) e 1 nora (?). 4 gerações.	Casa própria por herança. Tamanho estimado: 6 x 5,5 m^2. Está apenas rebocada por dentro; telhado. Possui três quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. (planta)	C5 é costureira, consegue com os trabalhos, em média 150,00 reais por mês. A filha é supervisora de telemarketing, com carteira assinada, ganha 1 SM. Nível de rendimento: 2	Tem dificuldades com pagamento de contas de consumo (luz e água), mas alimentação é o mais difícil porque são muitas pessoas. Tem geladeira, fogão e televisão.
36	C6	Av.Sacramento, 25	7 pessoas. Dona Celeste (50), o marido (52), 5 filhos (32, 24, 16, 12 (gêmeos). 3 gerações.	Casa própria por herança. Tamanho estimado: 6 x 8 m^2. Toda rebocada e telhado. Possui 3 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. A primeira casa era de taipa, há 35 anos começou a ser reformada.	O marido é pintor e letrista, trabalha por conta própria, mas está sempre ocupado, consegue mais de 1 SM. A informante vende pastel, trabalha todos os dias, consegue entre 20 a 30 reais por dia. Nível de rendimento: 2.	Não tem problemas com alimentação nem transporte. Tem todos os eletrodomésticos básicos. Um filho está preso por tráfico. Possuem os eletrodomésticos básicos.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
37	C7	Rua do Céu, 204	2 pessoas. A informante (28) e o filho (8). 2 gerações.	Casa por herança. Apesar de ser de alvenaria não está rebocada nem interna nem externamente. Tamanho estimado: 4 x 6 m^2. Possui sala, cozinha, banheiro e quintal.	A informante trabalha como diarista, consegue R$ 50,00 por semana. O filho tem pensão alimentícia do pai. Inscreveu o filho no Bolsa família, aguarda resultado. Nível 1	Não tem problemas com alimentação. Tem os eletrodomésticos básicos.
38	C8	Rua do Céu 130 A	3 pessoas. Jamile (18) o marido (21) e o filho (2 meses). 2 gerações	Casa alugada. O proprietário mora no bairro, pagam 210,00 e moram há 5 meses na casa. Um quarto, sala, cozinha, banheiro e varanda. Toda rebocada e com acabamento, telhado.	O marido tem uma ocupação diária, lava carros, ganha 7,00 por carro e eventualmente 20,00 por dia de trabalho como pedreiro (ajudante). Nível de rendimentos: 2	A informante gostaria de ajudar o marido, mas precisa cuidar do filho recém nascido. Não falta alimentação porque tem ajuda da família. Tem os eletrodomésticos básicos.
39	C9	Rua Sacramento, 12	4 pessoas. O informante (62), dois filhos (42, 39) e um neto (18). 4 gerações.	Casa própria por herança dos pais. Toda rebocada com acabamento e telhado. Reformou a primeira vez nos anos 70, quando os pais eram vivos. Depois nos anos 90 quando se aposentou. Tamanho aproximado: 5 x 8 m^2. Possui: 1 varanda (raro), 1 sala, dois quartos, uma cozinha e banheiro. (planta)	O informante está aposentado. Foi trabalhador do Pólo Petroquímico. Seus filhos trabalham formalmente: uma é enfermeira e o outro é técnico de segurança no Pólo. Nível de rendimento: 5	O informante pensa em bater a laje, mas também pensa em vender a casa e sair do bairro por conta do tráfico de drogas. Orgulha-se do fato de ter podido educar os filhos e deles terem suas profissões e trabalho. A família não tem necessidades com alimentação, transporte, etc.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
40	C10	Trav. Sacramento, 73, frente	3 pessoas. A informante (32) e 2 filhos (11 e 9). 2 gerações.	Casa alugada, o proprietário mora na Liberdade. Paga 120,00. Possui 1 quarto, 1 sala e 1 banheiro, casa muito pequena, tamanho estimado em 3 x 6 m^2. Mor há três anos.	Trabalha como diarista, ganha 30,00 por semana. Possui Bolsa família para os dois filhos. Nível de rendimento: 1	Segundo a informante a falta de renda suficiente dificulta conseguir o que precisa, faz opção entre pagar uma conta ou comer. Não tem geladeira.
41	D1	Rua Sossego, 25	4 pessoas. A informante (31) e três filhos (12, 9 e 8). 2 gerações.	Casa alugada, paga 100,00, morava antes também em casa alugada. A casa é rebocada e possui 1 quarto, 1 sala e 1 banheiro.	É diarista, ganha 30,00 por semana. Antes, trabalhava como costureira. Nível de rendimento: 1	Alimentação e vestuário dos filhos. A família ajuda. Não tem geladeira.
42	D2	Trav. Sossego, 16, frente	4 pessoas. A informante (21), sua mãe (58), o marido (30), irmão (28) e uma filha (1 ano). 3 gerações.	A casa é herança. Tem atualmente, 3 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. Tamanho estimado 4 x 8 m^2. É toda rebocada, mas antes era de taipa e apenas 1 quarto e 1 sala.	A mãe trabalha como costureira em casa. O marido é técnico de enfermagem e tem a carteira assinada. Nível de rendimento: 2	Tem problemas com alimentação, pede ajuda a parentes. Tem os eletrodomésticos básicos.
43	D3	Rua Padre Antônio, 90	Na mesma casa moram 12 pessoas (são 4 famílias). 8 adultos e 4 adolescentes. 3 gerações.	Casa herança dos pais. Casa com 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. Tamanho estimado: 3 x 10 $m.^2$ Bateram a laje há nove anos. Não conseguiram construir em cima ainda. Casa se acabamento.	Um filho é vendedor de rua (CDs). O genro trabalha como pedreiro e tem a carteira assinada. Outro filho é ajudante de pedreiro, mas não tem a carteira assinada. Nível: 3	O mais difícil é transporte, às vezes, pede para vizinhos. Tem todos os eletrodomésticos básicos.
44	D4	Av. Paulista, 2	3 pessoas. O informante (38), a companheira (34) e um filho de (6). 3 gerações.	Casa própria por herança da mãe. Tamanho estimado 4 x 5 m^2. Em alvenaria sem reboco externo. A rua neste ponto é uma escadaria até a Rua Arlindo Teles.	O informante é eletricista, mas não tem emprego fixo, faz trabalhos eventuais. Recebem o Bolsa família do governo. Nível de rendimentos: 1	A maior dificuldade é com a alimentação do filho; o Bolsa família ajuda, mas é pouco. Não tem televisão (queimou).

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
45	D5	1ª Trav. Nossa Senhora de Lourdes, 16	3 pessoas. D5 (19), o marido (45) e o enteado (7). 2 gerações.	Casa comprada pelo marido há dois anos por 7.000,00. Toda rebocada e acabada, telhado. Não soube estimar tamanho, possui 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro.	Marido desempregado faz serviços eventuais como pedreiro, consegue, por serviço 150,00. Nível de rendimento: 1	O mais difícil é comprar comida, pede ajuda a família. Não tem televisão.
46	D6	2ª Trav. Nossa Sra. Das Graças, 11	5 pessoas. A informante (55), dois irmãos (59) e (33),uma sobrinha (16) e uma neta (11). 3 gerações.	Casa própria por herança. Toda rebocada e com acabamento. Tamanho estimado: 6 x 10. 6 cômodos: 1 sala, 4 quartos e 1 banheiro. Laje.	2 pessoas: D6 é auxiliar de enfermagem, funcionária pública; o irmão é auxiliar de serviços gerais e tem carteira assinada. Nível de rendimento: 4	D6 nos informou que comprou uma casa em outro bairro e que alugará a atual. Tem todos os eletrodomésticos.
47	D7	Rua Padre Antônio, 75	6 pessoas. A informante (31), o marido (35) e 4 filhos (7, 6, 3 e sete meses). 2 gerações.	Casa alugada, mora há dois anos e paga 100,00. Tamanho estimado: 8x3. Possui 1 quarto, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. (foto).	Apenas o marido trabalha como ajudante de pedreiro, assalariado, ganha 1 SM. Saiu do bolsa família por irregularidades no cadastro. Nível de rendimento: 2	Tem muitas dificuldades, mas a maior é alimentação. Não tem geladeira, mas tem fogão e televisão. Nos fundos da casa a encosta está caindo.
48	D8	Rua Sargento Sarno, 4	4 pessoas. O informante (34), a esposa (29) e dois filhos (10 e 8). 2 gerações.	Casa alugada, mora há dois anos; paga 120,00. O proprietário mora no IAPI. Em alvenaria com acabamento e telhado. Tamanho estimado: 4x 8 m^2. Possui 1 sala, 1 quarto, 1 cozinha e 1 banheiro.	O informante é vigilante de uma empresa de transporte de cargas, possui carteira assinada, ganha 2 SM. A esposa é manicure, ganha 200,00 por mês. Nível de rendimentos: 3	Atualmente não passa necessidades, mas já passou quando os filhos eram pequenos. Pedia ajuda a família. Tem todos os eletrodomésticos básicos.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
49	D9	Rua Sargento Sarno 39 - E	4 pessoas. D9 (38), o companheiro (34) e os filhos (16 e 17). 2 gerações.	Casa alugada, mora há 7 meses. Preço: 150,00. Toda rebocada com laje. Possui 4 cômodos: 1 sala, 1 quarto, 1 cozinha e 1 banheiro. Tamanho estimado: 4 x 8.	O companheiro é garçom, não tem carteira assinada. Nível de rendimento: 2	O transporte é a maior dificuldade. Tem os eletrodomésticos básicos.
50	D10	Rua Sargento Sarno, 19	8 pessoas. A mãe (56), a informante (22), cinco irmãos (33, 20, 16, 13 e 31) e o filho (3). 4 gerações.	Casa própria por herança. Rebocada, mas sem acabamento. Telhado. 6 cômodos: 3 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. Tamanho estimado: 6 x 10.	Somente o irmão trabalha com carteira assinada, ganha 1 SM. Os demais fazem “bicos”, não soube precisar quanto cada um ganha. Nível: 2 (?)	Alimentação é o maior problema. Também problemas de saúde e há casos de diabetes na família. Não tem geladeira.
51	D11	Rua Virgílio Gonçalves, 94	7 pessoas. A informante (58), 3 filhos (35, 29 e 27), 3 netos (11, 9 e 8). 3 gerações.	Casa própria através de compra. Com a morte do marido usou o seguro para comprá-la, R$ 7000,00 há dois anos. Casa rebocada, mas falta acabamento, no banheiro. Possui 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. Fica no térreo.	A informante trabalha nos finais de semana como cozinheira. As filhas são babás em casa. Possuem bolsa família dos três netos. Nível de rendimentos: 2	Tem dificuldades com contas de consumo (água, energia), também um pouco com a alimentação dos netos. Tem todos os eletrodomésticos básicos.
52	D12	Rua Virgílio Gonçalves 58, 1º andar	4 pessoas. O informante (68), a esposa (62), um filho (33) e um neto (21). 3 gerações.	O imóvel foi financiado pela FAELBA há 20 anos. O informante disse que o terreno foi doado por ACM e tem a escritura de posse (?). A casa tem 39 m^2, é bem acabada e possui 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. (Primeiras regularizações fundiárias na área, década de 1980).	O informante está aposentado (COELBA). O filho está desempregado, mas recebe seguro desemprego. O neto trabalha com esquadrias de alumínio e tem carteira assinada. Nível de rendimentos: 4	Mesmo com este nível de rendimento o informante disse que tem dificuldades com alimentação, quando questionado sobre que tipo de dificuldade era, afirmou ser não poder comer o que gostaria...

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
53	D13	Rua Paraguai, 3	4 pessoas. O informante (36), a esposa (38) e dois filhos (6 e 3). 3 gerações.	Casa cedida pelos pais da esposa para morar. Parcialmente reformada, não tem reboco externo. Tamanho estimado, 4 x 5 m^2. Possui 1 sala, 1 quarto e pequena cozinha e banheiro. (planta).	O informante está desempregado há 1 ano. Trabalhava como vigilante; hoje faz trabalhos eventuais como segurança em eventos. A mulher é diarista. Participam do Bolsa família. Nível: 2	Comprar alimentos para os filhos é mais difícil, depois que passaram a receber dinheiro do Bolsa família a situação melhorou um pouco. Tem geladeira e fogão, a televisão é emprestada.
54	D14	Rua Virgílio Gonçalves, 27	5 pessoas. O informante (40), a esposa (41), a mãe (66), o irmão (27) e o cunhada (23). 3 gerações.	Comprou a casa através de financiamento da Caixa há 9 anos. Imóvel com laje e toda acabada, possui 6 cômodos: 1 sala, 2 quartos, 1 cozinha, 1 banheiro, 1 área de serviço. Tamanho estimado: 6 x 10.	3 pessoas trabalham: um é conferente de estoque e outro é ajudante de carga (ambos com carteiras assinadas), a cunhada está em fase de experiência. Nível de rendimentos: 3	Queixa-se do fato de não conseguir plano de saúde/odontológico para a família. Tem algumas dificuldades com alimentação, mas não chega a faltar. Tem geladeira, fogão e televisão.
55	D15	Rua Virgílio Gonçalves, 21	11 pessoas, uma mesma família. A informante, o marido e nove filhos. Idades (?). 3 gerações.	Casa própria por herança, tem apenas três cômodos: 1 sala, 1 quarto e cozinha. Casa de alvenaria com telhado. Tamanho estimado: 4 x 6. (planta)	Apenas 1 pessoa trabalha com carregador de materiais de construção, sem carteira assinada. Participa do Bolsa família. Nível de rendimentos: 1	Família quase sem renda. Alimentação falta, tem dois filhos com deficiência física. Não tem geladeira.
56	D16	Trav. Bonfim, 21, Pero Vaz	2 pessoas. A informante (56) e o marido (62). 1 geração.	A casa é própria, mas comprada há 26 anos. No local havia 4 casinhas que foram demolidas para a construção de 2 casas, na da frente moram ela e o marido, nos fundos a família do filho. Tamanho: 11 x 6 (planta).	A informante é agente de viagem e guia nacional. O marido é contador autônomo. Nível de rendimentos: 5	Dificuldades apenas com o pagamento de cartão de crédito. Tem todos os eletrodomésticos.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
57	D17	Trav. Bonfim, 12	4 pessoas. O informante (31), a esposa (30) e três filhos (7, 6 e 1 ano e 7 meses). 2 gerações.	Casa alugada, pagam 100,00. Moram há oito anos, o dono mora ao lado. A casa é em alvenaria com acabamento e telhado. Possui 1 quarto, 1 sala, 1 banheiro e 1 cozinha. Tamanho: 4 x 8 (planta)	Apenas o informante trabalha em serviços gerais com carteira assinada. Participa do bolsa família com os três filhos. Nível de rendimentos: 2	Alimentação é o mais pesado. Possui geladeira, televisão e fogão.
58	D18	Rua Dr. Eduardo Santos, 456	3 pessoas, a informante (55) e dois filhos (25 e 21. 2 gerações.	Casa alugada, o dono mora ao lado. Possui 5 cômodos: 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha, 1 banheiro e 1 varanda. Toda reformada com telhado. Tamanho: 5 x 8.	Apenas os filhos trabalham como autônomos (moto táxi e promotor de eventos). Nível de rendimentos: 3	Os filhos são os responsáveis pela casa. Tem todos os eletrodomésticos.
59	D19	Rua Hugo Barreto, 18	16 pessoas. A informante, o marido, 4 filhos, 2 genros, 1 nora e 7 netos. 3 gerações.	Casa alugada, paga 300,00. Toda rebocada com laje. Possui 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. Tamanho estimado: 8 x 8.	D19 tem um bar-restaurante, o marido faz pequenos “bicos” como pedreiro e encanador, um dos genros é segurança, o único com carteira assinada. Nível de rendimentos: 3	A informante disse que sempre falta comida. Quando isso acontece pede emprestado, faz empréstimos. A informante trabalha em diversas festas de largo vendendo comida. Vive preocupada com o tráfico na área.
60	D20	Rua Otávio Mangabeira, 9	3 pessoas. A informante (65) e dois netos (26 e 20). 3 gerações.	Casa própria por ocupação. Reformada nos anos 80/90, rebocada interna e externa-mente. Telhado. Tamanho: 6 x 8 m^2. Possui 1 sala, 2 quartos, cozinha e banheiro.	A informante é aposentada pelo INSS, ganha 1 SM. Os netos trabalham com ocupações não formais: um é moto táxi e o outro é vendedor ambulante. Nível de rendimento: 3	Não tem problemas com alimentação, mas com remédios, pois a informante tem osteoporose. Tem todos os eletrodomésticos básicos.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
61	E1	Rua Dr. Eduardo Santos, 460	3 pessoas, a informante (26), o marido (31) e o filho (7). 3 gerações.	Casa própria por herança do pai do marido. Parcialmente reformada com laje. Tamanho provável: 6 x 10 m^2. Possui 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro.	A informante é autônoma, consultora Avon, natura e vende confecções. O marido trabalha com sonorização de eventos. Nível de rendimento: 3	O que mais sente falta é de um plano de saúde.
62	E2	Rua Dr. Eduardo Santos, 251	3 pessoas. O informante (71), a esposa (66) e uma filha (33). 3 gerações.	Casa própria por herança. A casa tem laje, batida há 15 anos, mas ainda não está totalmente acabada. Possui 2 quartos, 1 sala, 1 banheiro e 1 cozinha. Tamanho estimado: 6x 10.	Há dois aposentados e a filha trabalha como guarda municipal em Itaparica. Nível de rendimento: 3	Problemas com a velhice. O informante se queixa da falta de água no bairro, segundo ele, constantes. A casa tem geladeira, fogão e televisão.
63	E3	Rua Dr. Eduardo Santos, 36 térreo	5 pessoas, a informante (23), a mãe (44), o padrasto (?), o irmão (17) e o filho (6). 4 gerações.	Casa própria por herança. Imóvel grande, tem três andares. Toda rebocada e com acabamento. A casa tem 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. Em cima moram duas famílias, todas parentes.	A mãe é funcionária pública (Estado) e o padrasto também, Sec. da Polícia Civil. Nível de rendimentos: 5	Já participaram do Bolsa família há muito tempo. Não tem nenhum problema. Todos os eletrodomésticos.
64	E4	Rua Boa Fé 96-B	5 pessoas, A informante (53), o marido (49), 2 filhos (28 e 22) e 1 neta (9). 4 gerações.	A casa é herança da mãe. Ainda em reforma, a cozinha não tem acabamento, telhado em PVC. 5 cômodos: 1 sala, 2 quartos, 1 cozinha e 1 banheiro. Tamanho 6 x 8. (planta)	E4 vende Avon e natura, em média, consegue de 400 a 500,00 reais por mês. O marido está desempregado, faz "bico" como pedreiro. Nível de rendimentos: 2	Tem dificuldades com alimentação, quando precisa compra "fiado" no mercado próximo de casa. Também vende cerveja e refrigerantes para complementar a renda. Todos os eletrodomésticos.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
65	E5	Rua Virgílio Gonçalves, 10	6 pessoas. Os avôs (84 e 80), a mãe e o tio (49 e 36), o informante e a irmã (27 e 20). 3 gerações.	Casa própria adquirida por compra. Não sabe informar quando foi comprada, mas sabe que foi o avô há muito tempo. Toda rebocada e com acabamento. Possui 4 quartos, 3 salas, 1 cozinha e 2 banheiros. Tamanho estimado em 6 x 12.	O tio é agente de endemias da PMS, ganha 3 SM. O Informante é motorista do Pólo, carteira assinada, ganha 3 SM. Nível de rendimentos: 5	Nenhum problema. Todos os eletrodomésticos.
66	E6	Rua Virgílio Gonçalves, 79	5 pessoas. A informante (20), a mãe (42), o pai (42) e 2 irmãos (3 e 16). 3 gerações.	Casa própria por herança dos avós. Toda reformada com laje. Possui 4 cômodos: 1 sala, 1 quarto, 1 cozinha e 1 banheiro. Tamanho 6 x 6.	3 pessoas trabalham: a informante e a mãe como diaristas e o pai que é ajudante de cozinha, carteira assinada. Os dois irmãos estão no programa do Bolsa família. Nível de rendimentos: 3	Transporte e alimentação são as duas maiores dificuldades, quando faltam pedem ajuda à família (parentes).
67	E7	Rua das Larvas, 52	7 pessoas. A informante (36), a mãe (54), três irmãos (34, 28 e 25), o marido (39) e uma filha (8). 3 gerações.	Casa própria por herança do pai. Reformada parcialmente, em alvenaria, mas sem reboco externo. Telhado. Tamanho estimado: 4 x 6 m^2. Possui 1 sala, 1 quarto, 1 cozinha e 1 banheiro.	3 pessoas têm ocupações: a informante é diarista, ganha 50,00 por semana. O marido é caixa de supermercado com carteira assinada, ganha 1 SM. Um irmão é trabalha no comércio como vendedor, sem carteira assinada. Nível de rendimentos: 3	Tem muitas dificuldades, as maiores são alimentação e transporte. Sempre no final de mês a situação fica mais difícil, então fazem a opção em comprar comida e ir a pé para o trabalho. Tem os eletrodomésticos básicos.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
68	E8	Rua 2 de julho ou da Mangueira (?), 16	7 pessoas, a informante (46) e 6 filhos (19, 18, 16, 15, 12 e 11). 3 gerações.	Casa própria por doação do ex-sogro. Toda rebocada, mas só internamente. Tem 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. Telhado. Tamanho estimado: 5 x 8.	E8 é empregada doméstica, informal. O filho trabalha com sonorização de eventos, também não tem a carteira assinada. Nível de rendimentos: 2	Alimentação é o mais difícil, quando precisa pede dinheiro emprestado aos vizinhos. Transporte não é problema porque trabalha no bairro. Tem geladeira e fogão.
69	E9	Rua Padre Antônio, 94 fundos.	5 pessoas. A informante (29), o marido (30) e 3 filhos (4, 3 e nove meses). 2 gerações.	Casa alugada, paga 120,00. Mora há 6 meses e antes morava no bairro também de aluguel. A casa possui 1 quarto, 1 sala, cozinha e banheiro. Toda rebocada e com acabamento, telhado. Tamanho: 4 x 6.	Somente o marido trabalha como ajudante de depósito, ganha 1 SM, mas não tem a carteira assinada. Nível de rendimentos: 2.	Tem problemas em tudo, alimentação, transporte e saúde. Não gosta de pedir a sua família, porque eles não ajudam. Não tem geladeira.
70	E10	Trav. Bonfim, 1	7 pessoas. A informante (50), o marido (52), três filhos (28, 20 e 17), uma nora (25) e 1 sobrinha (12). 4 gerações.	Casa própria, herança da mãe. Bateu a laje há 5 anos. No térreo, 1 sala, a cozinha, 1 quarto e banheiro, no 1º andar, mais um quarto e banheiro. Tamanho da planta baixa: 6 x 8. (planta)	4 pessoas trabalham: um é vigilante (segurança noturno), um é atendente em uma doceria, um trabalha em serviços gerais e outro é estoquista. Todos têm carteira assinada. Além disso, participa do Bolsa família com a sobrinha (?). Nível de rendimentos: 5.	A informante se queixa do dinheiro para transporte que, às vezes, falta. Relata dificuldades com os problemas de saúde (diabetes e pressão alta). Tem todos os eletrodomésticos.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
71	E11	Rua Meirelles, 126	3 pessoas. A informante (25) e os pais (50 e 48). 3 gerações.	Casa própria por herança dos avós. Em alvenaria, rebocada e com acabamento interno e externo. Laje. Tamanho aproximado: 6 x 8 m^2. 5 cômodos.	O pai é motorista de ônibus e ganha mais de 2 SM, a informante está desempregada há 2 meses, antes era caixa de supermercado, recebe auxílio-desemprego. Nível de rendimentos: 4	Atualmente a família não têm tido problemas, mas ela se lembra que na sua infância a vida era bem mais difícil porque eram muitos irmãos e somente o pai trabalhava. Tem todos os eletrodomésticos.
72	E12	Trav. Paulista, 7	4 pessoas. A informante (31), a mãe (56), o companheiro (51) e a filha (10). 3 gerações.	Casa alugada, paga 150,00 e moram há dois anos. Toda rebocada, mas sem acabamento. 5 cômodos: 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. Tamanho estimado 8 x 6 m^2. (planta)	O companheiro é motorista de embarcação em Aratu com carteira assinada. Nível de rendimentos: 3	A informante não consegue trabalho e ainda estuda, faz o ensino médio. Tem todos os eletrodomésticos.
73	E13	Rua Baixa Paulista, 19 A	10 pessoas. A informante (47) e o marido (40), mais 4 filhos e 4 netos. 3 gerações.	Casa alugada, 100,00. O dono mora no bairro. A casa possui três cômodos: 1 sala, 1 quarto e banheiro. Teto de laje e tamanho estimado em 4 x 6.	E13 é diarista e também cuida de idosos. O filho é ajudante de pedreiro. Ambos sem carteira assinada. Nível de rendimentos: 2	Tem dificuldades em tudo. Tem medo que os netos se envolvam com drogas. Não tem geladeira.
74	E14	Rua Bela Vista, 24	6 pessoas. A informante (43), o marido (46), três filhos (22, 17 e 14) e 1 neta (4). 4 gerações.	Casa própria por herança. Casa rebocada, telhado. Tamanho estimado 3 x 6 m^2. Possui 3 cômodos: sala, quarto e banheiro.	Uma filha é diarista, o filho é mecânico de automóveis e o marido está sob perícia do INSS para se aposentar por invalidez. Nível de rendimentos: 2.	A alimentação eventualmente falta. Recorre à família que mora em Plataforma (pescadores). Tem geladeira, fogão e televisão.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
75	E15	Trav. Boa Fé, 3	3 pessoas. A informante (58) e dois filhos (40 e 36). 4 gerações.	Casa própria por herança dos avôs do falecido marido. Reformada, mas inacabada. Telhado. Tamanho estimado: 4 x 8 m^2.	A informante recebe pensão do marido há 8 anos. Os filhos trabalham com carteira assinada, ambos, no comércio (shopping Center). Nível de rendimentos: 4	Não tem problemas, mas reclama que é caro se alimentar e gastar com transporte. Queria ter batido laje, mas ainda não teve condições. Tem geladeira, fogão e televisão.
76	E16	1ª Trav. Da Meirelles, 24 – B	5 pessoas. A informante (21), o pai (47), o marido (26) e 2 filhos (3 e 2 meses). 4 gerações.	Casa herança do avô. Parcialmente rebocada. Possui 5 cômodos: 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. Telhado. Tamanho: 4 x 6.	O pai é soldador é trabalha por conta própria. O marido é ajudante de pedreiro. Nível de rendimentos: 3	As maiores dificuldades são comida e transporte. Tem todos os eletrodomésticos básicos.
77	E17	Rua 1º de maio, 20	2 pessoas, A informante (68) e o neto (15). 2 gerações.	Casa comprada há 34 anos. Toda reformada com laje, em cima mora a filha. Tem seis cômodos: 2 salas, 2 quartos, 1 banheiro e 1 cozinha. Tamanho: 6 x 10.	Aposentada. Nível de rendimentos: 2	E17 teve 10 filhos, morreram 2. Todos trabalham, exceto o caçula de 31 anos. Apenas 2 filhos não tem casa própria, mas todos estudaram.
78	E18	Rua 1º de maio, 2	2 pessoas. A informante (63) e 1 filha (24). 2 gerações.	Comprou a casa há 3 anos. Antes morava na Santa Mônica, pagou 18.000,00. Reformou totalmente, possui 6 cômodos: 2 quartos, 2 salas, 1 cozinha e 1 banheiro. Tamanho: 8 x 10.	E18 é cabeleireira, consegue 300,00. A filha trabalha no setor administrativo de uma empresa com carteira assinada. Nível de rendimentos: 3.	Não tem problemas. Todos seus filhos estudaram. Não gosta da rua por causa do lixo e barulho, pretende se mudar.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
79	E19	Rua das Larvas, 26	Apenas a informante (66).	A casa foi comprada em 1971. Está toda reformada e possui 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. Tamanho: 6 x 8. (foto)	Trabalha como autônoma (faz artesanato), antes era taxista. Consegue 500,00 por mês. Nível de rendimentos: 2	Não tem dificuldades. Tem todos os eletrodomésticos básicos. Está fazendo o curso médio.
80	E20	Rua Virgílio Gonçalves, 128	4 pessoas. A informante (43) e três filhos (23, 17 e 11). 2 gerações.	A casa é do tio, mora há 35 anos. Possui 6 cômodos: a sala, cozinha, 3 quartos e banheiro. Toda rebocada com laje. Não tem acabamentos em todos os cômodos. Tamanho estimado: 6 x 16 m^2.	A filha faz estágio no TRE, ganha 440,00. A informante faz artesanato (panos de prato) e também é diarista, consegue 200,00. Nível de rendimentos: 2	Passa dificuldades para alimentar os filhos. Também falta dinheiro para o transporte da filha, pede emprestado a vizinhos. Tem os eletrodomésticos básicos.
81	F1	Rua Vitor Serra, 72	8 pessoas. O informante (21), os pais (48 e 49) e os irmãos (25, 23, 18, 16 e 14?). 2 gerações.	Casa alugada, pagam 150,00 por mês. O proprietário mora na casa de cima. É um sobrado. Tamanho estimado: 8 x 10 m^2. Toda reformada ; possui 1 sala, 3 quartos, banheiro, cozinha e área de serviço.	Somente os pais trabalham atualmente, o pai é policial (não sabe quanto o pai ganha) e a mãe é enfermeira do município. Nível de rendimentos: estimado em 4.	O informante disse que seus pais reclamam dos gastos com alimentação e estudo dos filhos, mas o informante acha que não passam dificuldades. No domicílio há geladeira, fogão e televisão.
82	F2	Rua Hugo Barreto, 16	2 pessoas. O informante (70) e a esposa (66). 3 gerações.	A casa foi comprada em 1970. Inicialmente era de taipa. Começaram a reforma ainda nos anos 70. Hoje são duas casas e a filha mora no térreo. A casa possui uma sala, três quartos, cozinha, banheiro e uma cobertura. Tamanho estimado: 6 x 10.(planta)	F2 está aposentado desde 1990. Trabalhou na Otis, durante muito tempo na manutenção de elevadores. Nível de rendimentos: 4.	Os cinco filhos estudaram e têm suas casas. Não têm problemas, apenas os ligados à velhice. A casa possui todos os eletrodomésticos básicos. (entrevista não diretiva).

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
83	F3	Rua das Ostras, 31	4 pessoas. O informante (68) a esposa (60), uma filha (48) e um neto (17?). 3 gerações.	Casa própria por ocupação. Toda reformada com laje. O informante aluga os andares superiores. Tamanho estimado: 8 x 8 m^2. A casa foi comprada no início dos anos 70.	O informante está aposentado, foi maquinista da Leste quando jovem. Depois trabalhou na Petrobrás. A filha é professora do Estado. Nível de rendimentos: 5	O informante nos mostrou o título de posse expedido pela prefeitura em 2004. Orgulha-se de ter podido educar os 6 filhos. Não tem problemas.
84	F4	Rua das Ostras, 49	3 pessoas. A informante (36), o marido (38) e o filho (8). 2 gerações.	Casa cedida pelos pais do marido. Moram há quase dois anos. Antes morava com os pais no Pero Vaz. A casa tem acabamento, telhado e tamanho estimado em 6 x 6.	O marido não tem emprego formal, é barbeiro. Ganha 300,00 por mês. Nível de rendimento: 1	A informante considera a alimentação o mais "pesado" no dia-a-dia. Sempre recorre à família. Não participa do Bolsa Família.
85	F5	1 Trav. Nossa Sra. Das Graças, 4, 1º andar	2 pessoas. A informante (48) e o marido (52). 2 geração.	Casa construída sobre a outra com acabamento. Casa grande 6 x 10 m^2 com laje e acabamento. Possui 3 quartos, 1 sala, 2 banheiros, 1 cozinha e 1 área de serviço. Herança dos pais.	Somente o marido trabalha, é motorista com carteira assinada. Nível de rendimentos: 3	Não passa necessidades. Tem todos os eletrodomésticos básicos. F5 é líder comunitária e nos acompanhou na aplicação do questionário da amostra.
86	F6	Av. Peixe, 28	8 pessoas. A informante (70), 3 filhos (?) e 4 netos. 4 gerações.	Casa por herança da mãe. Possui 1 sala, 1 cozinha, 1 banheiro e dois quartos. Sem acabamento e telhado. Tamanho estimado: 4 x 8 m^2. (planta)	F6 é aposentada, recebe 1 SM. Duas filhas têm ocupação não formal, manicure e cabeleireira. Nível de rendimentos: 3.	F6 é líder comunitária da Av. Peixe, nos auxiliou na aplicação do questionário da amostra. Perdeu dois filhos por envolvimento com o tráfico de drogas.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
87	F7	Av. Acara, 10	3 pessoas. A informante (22), o marido (20) e o filho (2). 3 gerações.	Casa alugada por 120,00 reais. O dono mora próximo. Casa de alvenaria rebocada, mas parcialmente acabada. Tamanho estimado: 3 x 5 m^2. 4 cômodos: 1 sala, 1 quarto, cozinha e banheiro.	O marido tem uma barraca de frutas na Rua Conde de Porto Alegre, consegue aproximadamente 1 SM por mês. Possuem bolsa família. Nível de rendimentos: 2	A alimentação do filho é o mais difícil, o Bolsa família ajuda a comprar leite. A informante pretende voltar a trabalhar como diarista para ajudar o marido. Não tem geladeira.
88	F8	Rua Guatarana 27	5 pessoas. A informante (25), o marido (26), e três filhos (9, 5 e 9 meses). 2 gerações.	Casa de herança. Reformada e com acabamento. Tamanho estimado: 4 x 6. Possui a sala, 2 quartos, cozinha e banheiro. Parcelamento do lote.	Apenas o marido trabalho, como eletricista, ganha por volta de 2 SM. Nível de rendimentos: 2	Não tem problemas com alimentação. (Há entrevista não diretiva).
89	F9	2ª Trav. Meirelles, 26	3 pessoas. A informante (80), a filha (?) e os netos (14) e (2). 4 geração.	Casa de herança. De taipa no início, foi reformada a partir dos aos 70. Toda rebocada e com telhado. Possui uma sala, dois quartos, cozinha e banheiro. Nos fundos há o Barracão do terreiro.	F9 é aposentada. Recebe ajuda dos filhos quando precisa. Nível de rendimentos: estimado em 3.	F9 teve 6 filhos, todos trabalham e têm suas respectivas, casas. Duas moram próximas, nas Ruas Velha do Pero Vaz e Dr. Eduardo Santos. Na casa há os eletrodomésticos básicos. (entrevista não diretiva)
90	F10	Av. Dois Irmãos, 16 térreo.	4 pessoas. A informante (23), o companheiro (24) e dois filhos (4 e 2). 2 gerações.	A casa é cedida pelos pais do companheiro. Antes moravam de aluguel no bairro. Reformada com laje.	Somente o companheiro trabalha como mecânico de automóveis, sem carteira assinada. Nível de rendimentos: 2	Problemas com alimentação; pede ajuda a família. Tem os eletrodomésticos básicos.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
91	F11	Rua do Céu, 57	Apenas o informante (42)	A casa é herança dos pais. Casa de alvenaria sem acabamento nos cômodos do fundo. Possui um sala, o quarto, 1 cozinha e 1 banheiro. Tamanho estimado: 8 x 10. (foto e esquematização)	Seu Marcelino é gari com carteira assinada. Ganha 1 SM. Nível de rendimentos: 2	Líder comunitário da Rua do Céu, auxiliou nosso trabalho de aplicação dos questionários da amostra. Não possui televisão.
92	F12	Ladeira da Rua do Céu, 12	2 pessoas. O informante (79) e a esposa (?).	Mora no Pero Vaz há 53 anos, comprou a casa e a reformou nos anos 80. Casa de laje e acabamento, 6 cômodos: 1 sala, 2 quartos, 2 banheiros e 1 cozinha. (planta)	O informante está aposentado, mas continua a trabalhar como barbeiro na Rua do Pero Vaz. Com a aposentadoria recebe 1 SM, com a ocupação de barbeiro, 10,00 por dia de trabalho. Nível de rendimentos: 2	O informante teve 12 filhos, mas quatro morreram por doença. Os demais moram em suas casas, dois no bairro. Não passa por dificuldades, mas sua história foi marcada por ausências. (entrevista não diretiva)
93	F13	Rua do Pero Vaz, 126 fundos	3 pessoas. A informante (37), o marido (38) e a filha (12). 3 gerações.	A casa foi construída no terreno da casa dos pais, nos fundos. Em alvenaria com acabamento e telhado. Possui 2 quartos, sala, cozinha e banheiro. Tamanho 4 x 8. (planta) parcelamento do lote.	Dona Estela possui uma sorveteria na Rua Pero Vaz, seus rendimentos com o negócio chegam a 2 SM. Seu marido é pedreiro e, apesar de não ter a carteira assinada, dificilmente fica sem trabalho, ganha em média 2 SM. Nível de rendimentos: 4.	Suas maiores dificuldades são para manter a sorveteria devido à carga de impostos e taxas municipais. Consegue manter a filha estudando em colégio particular. Possui todos os eletrodomésticos básicos. (entrevista não diretiva).

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
94	F14	Rua do Pero Vaz, 124 fundos	3 pessoas, A informante (65) e duas filhas (27 e 25). 2 gerações.	Casa construída em uma "avenida" de casas. Em alvenaria, com acabamento e telhado. Tamanho estimado: 6 x 3. Possui 1 sala, 1 cozinha, 1 banheiro e 1 quarto. Parcelamento do lote. (planta)	F14 está aposentada, recebe 1 SM. Uma filha está desempregada, mas estuda e outra trabalha como atendente de loja. Nível de rendimentos: 3	Não passam necessidade, mas também são bem humildes. Na casa, bem simples, há todos os eletrodomésticos básicos. (entrevista não diretiva)
95	F15	Rua do Pero Vaz, 126	Apenas o informante (63)	Casa de alvenaria e telhado, mas mesma "avenida" de casas de Dona Estela e Seu Donato. Possui 1 quarto, 1 banheiro e 1 sala. Tamanho: 3 x3. Parcelamento do lote.	F15 está aposentado, recebe 1 SM, contudo, continua a trabalhar como mecânico, consertando geladeiras, carros, etc. Nível de rendimentos: 2.	Faz suas refeições na casa da Mãe de criação. Não possui geladeira, nem fogão.
96	F16	Rua Dr. Eduardo Santos, 36	6 pessoas. A informante (68), dois filhos (38 e 36) e três netos (?). 4 gerações.	Casa herança dos avós do marido. Inicialmente de taipa, começou a ser reformada nos anos 80, hoje tem laje . Nos fundos há outra casa de um filho. Sua casa tem dois quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro. Tamanho estimado: 6 x 10 m^2.	F16 não é aposentada, mas vive com a pensão do marido falecido há 5 anos. Tem um bar-restaurante do qual consegue obter renda adicional: Nível de rendimentos: 3.	Não passa necessidades por conta do bar-restaurante. Queixa-se apenas que está "cansada" de trabalhar. Tem todos os eletrodomésticos básicos. (Entrevista não diretiva).
97	F17	Rua Padre Antônio, 248	3 pessoas. A informante (48), o marido (52) e a filha (30). 3 gerações.	Casa própria por herança dos pais. Reformada e com acabamento. Telhado. Possui 1 sala, 2 quartos, 1 cozinha e banheiro. Tamanho estimado: 6 x 8 m^2.	A informante é Agente de Saúde do Estado; seu salário é de 2 SM e meio. A filha é técnica em enfermagem e trabalha em uma clínica de exames com carteira assinada, recebe 1 SM e meio. O marido está desempregado há 6 meses. Nível de rendimentos: 4.	A informante é líder comunitária e nos auxiliou na aplicação de questionários da amostra. A vida ficou mais difícil depois que o marido ficou desempregado, mas não chegam a passar privações.

Nº	Identificação do(a) entrevistado(a)	Endereço de residência	Quantas pessoas habitam. As idades (anos) e gerações	Descrição do imóvel e condição de ocupação	Situação ocupacional e rendimentos nominais do domicilio	Observações (dificuldades cotidianas)
98	F18	1ª Trav. Nossa Sra. Das Graças 16 fundos	2 pessoas. A informante (43) e o marido (39). 2 geração.	Casa própria construída nos fundos da casa dos pais. Em alvenaria com acabamento. Tamanho estimado 3 x 6 m^2. Possui 1 sala/cozinha, 1 quarto, 1 banheiro. Parcelamento do lote.	A informante é Agente de Saúde do Estado, recebe 2 SM. O marido é pedreiro e está empregado com carteira assinada, recebe 2 SM. Nível de rendimentos: 4.	A informante é líder comunitária e nos auxiliou na aplicação de questionários da amostra. Não tem problemas, mas ajuda sua família (irmãos).